

Ministério da Justiça
Arquivo Nacional

ACERVO

Revista do Arquivo Nacional

© 2016 Arquivo Nacional
Praça da República, 173
CEP 20211-350 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel. (21) 2179-1341
E-mail: revista.acervo@arquivonacional.gov.br
Site: revista.arquivonacional.gov.br

Criada em 1986, a revista *Acervo*, periódico técnico-científico do Arquivo Nacional, tem por objetivo divulgar a pesquisa e a produção científica nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas, privilegiando uma abordagem arquivística e histórica. A *Acervo* publica somente trabalhos inéditos no Brasil sob a forma de artigos e resenhas. Sua periodicidade é semestral.

Presidente da República

Michel Temer

Ministro da Justiça e Cidadania

Alexandre de Moraes

Diretor-Geral do Arquivo Nacional

José Ricardo Marques

Coordenador-Geral de Acesso e Difusão Documental

Diego Barbosa da Silva

Coordenadora de Pesquisa e Difusão do Acervo

Maria Elizabeth Bréa Monteiro

Editoras do Dossiê

Cláudia Lacombe Rocha

Dilma Cabral

Rosely Curi Rondinelli

Equipe do Arquivo Nacional

Comissão Editorial

Adriana Cox Hollós, Diego Barbosa da Silva,
Eliezer Pires da Silva, Maria do Carmo Teixeira Rainho e
Thiago Cavaliere Mourelle (presidente)

Editora Executiva

Simone Nascimento Mourão

Edição de Texto e Revisão

Heloísa Frossard, José Claudio Mattar, Renata dos Santos Ferreira

Projeto Gráfico

Judith Vieira e Alzira Reis

Diagramação e capa

Tânia C. Bittencourt

Conselho Editorial

Ana Canas Delgado Martins, Arquivo Histórico Ultramarino, Portugal / Ana Maria Camargo, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil / Beatriz Teixeira Weber, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil / Caio Cesar Boschi, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil / Celia Maria Leite Costa, Museu da Imagem e do Som, Rio de Janeiro, RJ, Brasil / Francisco José Calazans Falcon, Universidade Salgado Oliveira, Rio de Janeiro, RJ, Brasil / Georgete Medleg Rodrigues, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil / Heloísa Liberalli Bellotto, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil / Ilmar Rohloff de Mattos, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil / Ismênia de Lima Martins, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil / James Green, Brown University, Providence, Estados Unidos da América / José Bernal Rivas Fernández, Universidade da Costa Rica, São José, Costa Rica / Luciana Duranti, Universidade British Columbia, Vancouver, Canadá / Luciana Quillet Heymann, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil / Marcia Regina Romeiro Chuva, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, RJ, Brasil / Margarida de Souza Neves, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil / Maria Cândida Drummond Mendes Barros, Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, PA, Brasil / Maria Efigênia Lage de Resende, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil / Maria Hilda Baqueiro Paraíso, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil / Michael Cook, Universidade de Liverpool, Liverpool, Reino Unido / Norma Cortês Gouveia de Melo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil / Paulo Knauss de Mendonça, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil / Rosa Inês de Novais Cordeiro, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil / Sidney Chalhoub, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil / Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil / Ul-piano Toledo Bezerra de Menezes, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Acervo consta nos seguintes repositórios e sítios acadêmicos

- Google Scholar (<http://scholar.google.com.br>)
- Diretório de Revistas do SEER-IBICT (seer.ibict.br)
- Latindex (www.latindex.unam.mx)
- Open Academic Journals Index-OAJI (oaji.net)

ACERVO: REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL. –
v. 29 n. 2 (JUL./DEZ. 2016) – RIO DE JANEIRO:
ARQUIVO NACIONAL, 2016.
v. 29; 24 cm
SEMESTRAL
CADA NÚMERO POSSUI UM TEMA DISTINTO
ISSN 0102-700-X
1. ARQUIVOS NA ERA DIGITAL
I. ARQUIVO NACIONAL

CDD 981

SUMÁRIO

EDITORIAL	6
APRESENTAÇÃO	7
ENTREVISTA COM AQUILES ALENCAR BRAYNER	
AN INTERVIEW WITH AQUILES ALENCAR BRAYNER	9
DOSSIÊ TEMÁTICO	
A literature review of authenticity of records in digital systems from 'machine-readable' to records in the cloud Revisão de literatura sobre a autenticidade de documentos arquivísticos digitais da 'machine-readable' aos arquivos na nuvem Corinne Rogers	16
A custódia como guarda e proteção aos arquivos uma abordagem etimológica Custody as guardianship and protection of archives an etymological approach Margareth da Silva	45
Gestão e preservação de documentos arquivísticos digitais revisitando alguns dos conceitos que as precedem Management and preservation of digital records revisiting some concepts that precede them Claudia Lacombe Rosely Curi Rondinelli	61
Acervos documentais on-line, práticas de memória e experiências educacionais On-line archival holdings, memory practices and educational experiences Adriana Carvalho Koyama	74

Digitalização de jornais uma reflexão sobre desafios e melhores práticas Newspapers digitization a reflection on challenges and best practices Bruno Leal Pastor de Carvalho	89
Passado eletrônico notas sobre história digital Eletronic past notes about digital history Dilton Cândido S. Maynard	103
Cadeia de custódia para documentos arquivísticos digitais Chain of custody for digital records Daniel Flores Brenda Couto de Brito Rocco Henrique Machado dos Santos	117
 ARTIGOS LIVRES	
Aprender a ler entre bits Autenticidade em arquivos pessoais digitais Learn to read between bits Authenticity in personal digital archives Jorge Phelipe Lira de Abreu	133
Os repositórios DSpace e Archivemática para documentos The digital repositories DSpace and Archivemática for digital records Sérgio Renato Lampert	143
O ciclo vital ante o documento digital o modelo records continuum como recurso de elucidação The life cycle before the digital record the records continuum model as an elucidating resource Cássio Murilo Alves Costa Filho	155
A gestão arquivística de documentos como apoio à publicação de dados governamentais abertos The records management stands for open up government data Carolina de Oliveira	168
A gestão pública do patrimônio histórico-cultural na cidade de Oeiras PI entre 2012 e 2014 Public management of historical and cultural	

heritage in oeiras-pi city between 2012 and 2014

[Ana Cecília Saraiva de Alexandria](#)

179

| RESENHA

Ciranda da arquivologia em torno do seu objeto científico

passos e (des)compassos de conceitos, princípios, teorias, métodos e discursos

Ring-a-ring o'rose, the archival science ringing around its scientific object

the comings and goings of its concepts, principles, theories, methods and discourses

[Angélica Alves da Cunha Marques](#)

193

Preservar, esconder, mentir e calar

os arquivos da repressão no brasil

Preserve, hide, lie and hush

the archives of repression in brazil

[Francisco Alcides Cougo Junior](#)

198

| DOCUMENTO

Uma vida entre arquivos e bibliotecas

A life between archives and libraries

[Paulo Roberto Elian dos Santos](#)

202

EDITORIAL

A Revista Acervo completa, em 2016, a significativa marca de 30 anos de existência, durante a qual, passou por uma série de mudanças.

Em sua primeira fase, voltada para ser um instrumento de divulgação das atribuições do Arquivo Nacional, possuía seções para artigos, pesquisas realizadas no Arquivo e notícias no âmbito da arquivologia. Com o objetivo de colaborar com o aperfeiçoamento das técnicas arquivísticas, a Revista Acervo, no decorrer de sua trajetória, sofreu alterações em seu perfil.

Modificações importantes, como a expansão do conselho editorial, a criação de uma versão eletrônica e a reelaboração de seu projeto gráfico, adaptaram-na às necessidades contemporâneas da comunidade científica, inserindo-a na produção global do conhecimento e assegurando sua manutenção como fundamental espaço de difusão de informações e de debate científico.

Periódico técnico-científico do Arquivo Nacional, que tem por meta divulgar a pesquisa e a produção científica nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas, com ênfase em arquivologia e história, a Acervo avança na obtenção de novas bases e indexadores internacionais, contribuindo com a produção de conhecimento no Brasil e no mundo.

O presente número marca o início da gestão da nova editora-executiva, Simone Mourão. Da mesma forma, assinala a transição da editoria científica de Dilma Cabral para Thiago Mourelle.

A intensificação do diálogo com pesquisadores nacionais e internacionais, o aperfeiçoamento da produção e a interação com o público são objetivos que fazem parte do projeto que ora se inicia, podendo-se mencionar a recém-criada página da Acervo no Facebook, que já possibilita maior divulgação deste periódico para leitores, autores e outras instituições culturais, educacionais e de pesquisa, como arquivos, museus e universidades.

Nesta edição, volume 29, número 2, atentando-se aos debates e temas atuais, a Revista Acervo traz o dossiê *Arquivos na era digital*, com a organização de Claudia Lacombe Rocha, Dilma Cabral e Roseli Curi Rondinelli, temática essa que abre espaço para uma discussão necessária e de enorme relevância na contemporaneidade, levando a uma reflexão a respeito da conservação, preservação e tratamento dos documentos digitais.

Seguindo seu formato já consolidado, a Acervo também abre espaço para artigos de tema livre, resenhas e as já tradicionais seções "Entrevista" e "Documento", apresentando diversas opções de leitura e pesquisa. Convidamos todos a apreciarem esta nova edição e, é claro, enviarem suas contribuições para os próximos números.

APRESENTAÇÃO

Desde a segunda metade do século XX, temos experimentado uma série de inovações tecnológicas que alteram profundamente a recepção e a transmissão da informação na sociedade, especialmente com o advento das mídias digitais e o desenvolvimento da *World Wide Web*. A crescente produção de documentos em meio digital, nas instituições públicas e privadas de todo mundo bem como nos espaços domésticos, associada à demanda pelo acesso remoto aos acervos depositados nos Arquivos, impactou fortemente a arquivologia e os arquivistas, levando a um processo, sem precedentes, de revisitação do pensar e fazer arquivístico.

A era digital também trouxe inovações e sofisticou o tratamento arquivístico com relação à descrição, controle e acesso dos documentos digitais e não digitais. Verifica-se o aumento de produtos e serviços já concebidos para a difusão *on-line*, como bancos de dados e sítios eletrônicos de pesquisa. No campo da história, o uso da *Internet* também tem promovido uma reflexão sobre sua forma de produção e escrita, bem como a relação do historiador com suas fontes, partes armazenadas e disponíveis em ambientes digitais. Os arquivos encontram-se no ponto de convergência do debate atual sobre o papel das novas tecnologias no fazer histórico e o espaço assumido pelos trabalhos considerados não-científicos, de produção e divulgação do conhecimento em história.

Neste novo número da revista *Acervo*, colocamos em discussão como, nos últimos anos, a tecnologia tem alterado as rotinas de trabalho e estabelecido novos parâmetros para a guarda, o tratamento e a preservação de acervos em meio digital.

O dossiê é aberto com o artigo *A literature review of authenticity of records in digital systems: from 'machine-readable' to records in the cloud*, de Corinne Rogers, que apresenta uma revisão de literatura sobre a autenticidade de documentos arquivísticos.

O debate sobre as bases tradicionais do conhecimento arquivístico frente ao desafio da produção de documentos em ambiente eletrônico é o tema do artigo *A custódia como guarda e proteção aos arquivos: uma abordagem etimológica*, de Margareth da Silva. O terceiro artigo segue também a perspectiva de percorrer conceitos básicos da arquivologia e explorá-los sob a ótica da disseminação da tecnologia digital, em que Claudia Lacombe e Rosely Curi Rondinelli revisitam conceitos a partir de uma abordagem interdisciplinar, envolvendo arquivologia, diplomática e tecnologia digital.

A problematização em torno da digitalização e da disponibilização de acervos documentais *on-line*, demanda crescente e um grande desafio para as instituições arquivísticas em todo mundo, foi abordada por Adriana Carvalho Koyama, no artigo *Acervos documentais on-*

line, práticas de memória e experiências educacionais, em que analisa as práticas educativas virtuais dos arquivos. Ainda sobre digitalização e acesso, temos o artigo de Bruno Leal Pastor de Carvalho, que analisou o fenômeno da digitalização de jornais e explorou algumas experiências neste sentido, especialmente o caso do acervo do *Jornal do Brasil*, destacando desafios, dificuldades e as melhores práticas destes projetos. Dilton Cândido Santos Maynard apresentou algumas questões sobre a relação ente o historiador e as novas tecnologias, em seu artigo *Passado eletrônico: notas sobre história digital*, em que propõe o aprofundamento do debate em torno do fazer história na era digital.

O último artigo do dossiê retoma o tema da custódia sob outro ângulo. Daniel Flores, Brenda Rocco e Henrique Machado dos Santos aplicam o conceito de cadeia ininterrupta de custódia, elaborado por Jenkinson, aos documentos digitais, apontando a necessidade da existência dessa mesma cadeia entre os sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos – SIGAD e os repositórios arquivísticos digitais confiáveis – RDC-Arq como um relevante fator de autenticidade desses documentos.

É importante ressaltar que este número da *Acervo* analisa um processo ainda em curso e que a necessidade de estudos e pesquisas sobre a realidade digital é contínua. O que se pretendeu foi apresentar um levantamento das questões que a tecnologia tem imposto na produção do conhecimento e em nossas práticas profissionais, enfim, fomentar o debate.

O entrevistado deste número é Aquiles Alencar Brayner, curador digital da British Library, que acabou por proporcionar um ponto de interseção de muitas das discussões apresentadas pelos diferentes autores.

Por último, gostaríamos de agradecer a Vítor Manoel Marques da Fonseca, então editor-científico da revista *Acervo*, quando este número foi pensado.

CLAUDIA LACOMBE, DILMA CABRAL E ROSELY CURI RONDINELLI

ENTREVISTA COM AQUILES ALENCAR BRAYNER

AN INTERVIEW WITH AQUILES ALENCAR BRAYNER

Aquiles Alencar Brayner é formado em psicologia pela Universidade Federal do Ceará e história da arte pela Rijks Universiteit Leiden (Holanda). Tem mestrado nas áreas de literatura latino-americana pela Rijks Universiteit e ciência da informação pela City University de Londres, além de doutorado em literatura brasileira pelo King's College (Universidade de Londres). Aquiles lecionou em várias universidades britânicas, incluindo as universidades de Londres e de Leeds, até assumir, em 2006, o cargo de curador do acervo latino-americano na British Library (BL). Com a criação do Departamento de Digital Scholarship na BL, em 2010, Aquiles foi promovido ao cargo de curador digital com o objetivo de definir o papel da biblioteca como provedora de informação e conteúdos eletrônicos entre acadêmicos e demais usuários.

Acervo. *Como você define curadoria digital e como se enquadra no contexto dos arquivos?*

Aquiles Alencar Brayner. A curadoria digital é uma área de atuação recente em instituições de memória cultural. Ela nasce, paralelamente, ao advento das chamadas humanidades digitais – um campo também em desenvolvimento e que vem despertando a atenção e interesse de pesquisadores no uso de ferramentas e técnicas computacionais para a análise em massa de dados em formato eletrônico, possibilitando-nos identificar determinados padrões no modo em que aquela informação aparece expressa e conduzindo-nos a novas descobertas. Com a digitalização de milhões de páginas de jornais de séculos anteriores, por exemplo, historiadores podem extrair, facilmente, dados relevantes para a sua pesquisa através de um sistema automatizado que o permita em questão de minutos – ou até mesmo segundos – coletar a informação que precisa, sem se deter num trabalho exaustivo de coleta e classificação daquele conteúdo, o qual, feito manualmente, levaria anos para ser realizado. Neste

contexto, o papel do curador digital é o de trabalhar com o historiador no sentido de desenvolver metodologias que facilitem a extração, manipulação e validação dos dados obtidos. Além disso, o curador procura representar, graficamente, esses dados, possibilitando uma melhor compreensão dos seus padrões e possíveis variantes. Este processo colaborativo inclui, ainda, a participação de arquivistas, bibliotecários e dos que se dedicam ao desenvolvimento de *softwares* e à preservação digital.

Dentro da relação curador digital e arquivista, há um processo de trabalho conjunto associado ao desenvolvimento da pesquisa digital. Costumo comparar o arquivista a um engenheiro, responsável por estruturar os dados, entender como foram elaborados e aplicá-los no processo de construção da pesquisa. O curador, por sua vez, exerceria a função do arquiteto, intermediando as relações arquivista/engenheiro e o pesquisador/cliente, compreendendo a necessidade do pesquisador de utilizar dados e manipulá-los dentro das possibilidades estruturais que o arquivista oferece. Claro que essa analogia é apenas ilustrativa, já que, na prática da pesquisa digital, o papel do arquivista e do curador digital se encontram cada vez mais atrelados.

O papel do arquivista mudou. Se antes o arquivista tinha de pensar na estruturação e correlação de registros em meio físico, hoje, ele deve voltar a sua atenção ao desafio que o digital nos impõe em apresentar suas próprias características de existência de natureza muito mais efêmera e rizomática em relação aos meios anteriores. O arquivo de páginas Web nos oferece um bom exemplo deste desafio. De acordo com dados estatísticos, 80% das páginas Web desaparecerem ou são modificadas no ano em que foram publicadas. Tendo em vista a importância documental que o meio oferece - muitas informações de relevância histórica, política e cultural são publicadas, apenas, em meio eletrônico - o arquivista, juntamente com o curador digital, tem de pensar em novas estratégias de arquivamento, descrição e estruturação deste conteúdo. Sem esta ênfase em preservar o conteúdo digital, nossas gerações futuras perderão o acesso a registros de suma importância para a compreensão do momento atual. O desafio maior que enfrentamos no arquivo de páginas Web é capturar o seu conteúdo, respeitando a sua lógica de organização e desenvolvimento interno. Sua estrutura rizomática se dá pela relação que estas páginas apresentam com os *hiperlinks* e pela utilização de *feeds*, inserindo, em tempo real, a estas páginas conteúdos provenientes das mídias sociais, *blogs*, *wikis* e outras plataformas multimídias, tudo isso em constante mudança pela interatividade dos seus usuários.

Outra atividade importante que se está desenvolvendo no âmbito da arquivologia é o trabalho com manuscritos eletrônicos. O advento de *e-mails* e processadores de texto, por exemplo, alterou, radicalmente, o modelo pelo qual nos correspondemos e a maneira através da qual registramos o desenvolvimento de nossas ideias. Antes, a comunicação epistolar delimitava o modo como uma mensagem era composta e enviada - tínhamos então uma relação estritamente dual entre emissor e destinatário. Graças ao *e-mail*, a comunicação se tornou muito mais interativa, já que vários recipientes podem estar endereçados a receber um mesmo documento que, em contrapartida, traz, além da possibilidade do texto, outros conteúdos em diferentes formatos, atrelados ao corpo da mensagem enviada. Ao contrário

da mensagem epistolar que, na maioria das vezes, preserva, somente, um lado da comunicação, sem haver registros seguros da sua resposta, o *e-mail* registra, não somente, as mensagens enviadas por determinado sujeito, mas inclui, via de regra, as respostas dos seus interlocutores, inserindo dados como data e hora do envio, possibilitando-nos um panorama muito mais completo do processo de comunicação, mesmo quando o conteúdo gerado por um dos atores envolvidos no processo não tenha sido preservado. Neste campo, o arquivista pode estabelecer as relações estruturais entre comunicantes e conteúdos, numa maneira mais próxima ao contexto em que estes últimos foram gerados.

Outro ponto a ser ressaltado no processo de arquivamento eletrônico é a captura de versões modificadas em conteúdo gerado por processadores de texto. O registro de ideias, em formato físico, nos possibilitou, até agora, rastrear as etapas de produção de um texto, onde seu autor deixava marcas no corpo do documento, por meio de anotações à margem, sublinhamentos, remoção e adição de dados ou palavras – elementos estes imprescindíveis para o pesquisador que trabalha com a arqueologia do texto. Com os processadores de texto, esses registros normalmente se perdem. Curadores digitais vêm trabalhando com arquivistas no sentido de recuperarem informações deletadas ou modificadas, recorrendo, para isso, a *softwares* abertos. Alguns arquivos e bibliotecas já estão coletando computadores, *tablets* e outros meios de registro eletrônico de escritores, artistas, políticos e cientistas para recuperar toda e qualquer informação gerada, alterada ou descartada durante o tempo de vida de um determinado equipamento. Este tipo de recuperação de dados é uma atividade de suma importância para a preservação do nosso patrimônio imaterial.

Enfim, o modo de gerir a documentação eletrônica se difere, radicalmente, de certas práticas adotadas em nossos Arquivos em relação a formatos ditos tradicionais. É nesse contexto de mudança que o arquivista e o curador digital devem trabalhar juntos, procurando estabelecer estratégias que contemplem os novos formatos e as novas demandas de informação.

Acervo. *É fato que a era digital facilitou e democratizou o acesso aos documentos. Uma dessas facilidades é o crowdsourcing, que pode ajudar a identificação e descrição dos arquivos. Você pode falar um pouco sobre como o crowdsourcing pode contribuir para a pesquisa nos arquivos?*

Aquiles Alencar Brayner. O *crowdsourcing*, não somente, nos auxilia a enriquecer a descrição e difusão dos nossos acervos, como também ajuda a construí-los. No caso da descrição, muitos catálogos eletrônicos de instituições arquivísticas e bibliotecas possibilitam ao usuário descrever um determinado documento da maneira que lhe for pertinente. Nós, arquivistas e bibliotecários, herdamos uma tradição de controle e ordenamento de fontes. O que acontece é que os nossos padrões, muitas vezes rígidos e hierárquicos, não são compatíveis com as percepções de documento cultivadas pelo usuário. Se o catálogo da minha biblioteca concebe o *Grande sertão: veredas* sob a categoria “literatura brasileira moderna”, o usuário pode categorizá-lo como obra histórica, o que não seria de todo equivocado, já que, fatos verídicos servem de suporte para a construção do relato. Do mesmo modo, um geógrafo poderia estar interessado na obra citada em virtude de suas descrições topográficas, assim como seria franqueado ao pesquisador de estudo de gêneros descrevê-la, enquanto roman-

ce homoerótico entre o narrador e o personagem principal do enredo. Desse modo, percebemos que todo documento está aberto a múltiplas interpretações que vão sendo geradas pelo usuário, fundando novas hermenêuticas em relação aos nossos acervos.

O *crowdsourcing* nos auxilia a ampliar horizontes em ambientes impossíveis de serem pensados, num passado não muito distante. Atualmente, as informações mantidas nos catálogos eletrônicos de nossas instituições possibilitam uma vantagem incrível de coadunar *Thesauri e Subject headings* com o *Vox Populi*, já que o aspecto interativo destes catálogos permite que os usuários adicionem suas próprias *tags* à descrição que oferecemos. A participação do usuário no esquadramento e descrição de documentos enriquece, não apenas, a relação da sociedade com as instituições culturais, como otimiza o acesso a essas mesmas fontes, já que elementos imperceptíveis ao arquivista e ao bibliotecário serão contemplados. Para mim, é, neste aspecto, que reside o famoso conceito de democracia da informação que tem sido erroneamente entendido somente dentro do âmbito de acesso livre e irrestrito a conteúdos armazenados em nossos acervos. A questão de democracia informacional se estende ao modo como uma informação é interpretada e descrita: a todos se dá uma voz, e estas vozes vão começar a criar comunidades a partir de interesses comuns. Creio que o exercício da arquivologia e da biblioteconomia, na era eletrônica, passa, necessariamente, pelo fomento do caráter dialógico de seus acervos e ferramentas, principalmente, os catálogos.

Outra questão importante é que as atividades de *crowdsourcing* possibilitam o enriquecimento dos nossos acervos através da participação pública. A British Library, por exemplo, convida seus usuários a enviarem gravações de temas variados (músicas, sons da natureza, dialetos e histórias regionais), produzidas em seus celulares para compor parte do acervo de áudio no programa intitulado *Sound Maps* (<<http://sounds.bl.uk/Sound-Maps>>). Esse material fica arquivado no servidor da British Library e tem um potencial enorme de uso para pesquisadores nas áreas de linguística, etnomusicologia e história. Por meio destes registros de sons, agregamos valor aos formatos mais tradicionais que conservamos em nossos arquivos e bibliotecas.

No contexto europeu, há projetos destinados a enriquecer e disseminar coleções históricas através do *crowdsourcing*. É o caso do projeto Europeana 1914-1918 (<<http://www.europeana1914-1918.eu/en>>), que agrupa, num único portal, conteúdo digitalizado de bibliotecas nacionais europeias e materiais pessoais sobre a Primeira Guerra Mundial. Normalmente, o que as nossas instituições abrigam, em termos de acervos históricos, são dados oficiais de um determinado acontecimento através de relatos de personagens de destaque de uma época em livros, jornais e correspondências. Embora relevante, o registro da experiência do cidadão comum nunca foi prioridade em acervos, e é esta lacuna que tentamos preencher. No caso da Europeana, iniciamos uma campanha solicitando ao público a nos trazer materiais relativos à Grande Guerra, principalmente cartas e outra memorabilias de seus antepassados. Por meio da digitalização deste conteúdo, que estarão disponíveis para consulta ao lado das narrativas mais oficiais, que a história passa, assim, a ser entendida por vários ângulos numa pluralidade de vozes e relatos.

Acervo. *Em sua entrevista para o jornal O Globo em 2015, você falou da importância da serendipidade, isto é, da informação encontrada casualmente e, não somente, nos instrumentos de busca oficiais das bibliotecas e arquivos. Mas como fica a confiabilidade da informação achada ao acaso? Como rastreá-la até sua origem e verificar se é confiável ou não?*

Aquiles Alencar Brayner. Quando eu falo em serendipidade, o meu foco se concentra mais no contexto em que a informação é descoberta, sem oferecer, neste primeiro momento, um valor qualitativo ao que se apresenta. Um exemplo mais próximo deste tipo de descoberta se dá através das mídias sociais. Cada vez que eu acesso uma dessas plataformas, me deparo com algo novo que, muitas vezes, eu não estava buscando enquanto informação, mas que acabo encontrando por seguir pessoas ou grupos com valores, gostos e atitudes semelhantes aos meus. Vale aqui ressaltar que este tipo de descoberta não advém do mundo digital, mas se remonta a séculos anteriores. O leitor de jornal do século XIX, por exemplo, tinha já esta experiência multifacetada da descoberta informacional. Como leitor, ele poderia ter predileção pela coluna política, mas isto não o impedia de descobrir, dentro do mesmo veículo, outras categorias de texto. Quer dizer, o leitor abria o jornal para informar-se de algum tema dentro da sua expectativa informacional e acabava se deparando com outros discursos.

No caso dos nossos catálogos eletrônicos, a descoberta, por serendipidade, se reduz muito mais. Quando buscamos algo no catálogo de uma biblioteca, temos algum referencial à mão (título, autor etc.). Geralmente, esses catálogos não nos oferecem nenhuma alternativa de depararmos com algo inusitado. O meu questionamento não é sobre a natureza direta, ainda que mais restrita, da “busca” de informação em um catálogo eletrônico, mas como poderíamos enriquecer o sistema implementando outros modelos que facilitem o “encontro” de algo que nos chegue de maneira inesperada. Nesse sentido, já se fala muito em catálogos que repliquem o contexto das mídias sociais, facilitando uma maior interatividade entre usuários e descrição de conteúdos. Os *taggings*, as sugestões de leituras baseadas no perfil do usuário, a troca de informação entre grupos, tudo isso pode enriquecer, de maneira exponencial, a serendipidade no âmbito das nossas instituições.

Acervo. *A preservação de longo prazo de documentos digitais está na ordem mundial. Trata-se de tema complexo principalmente quando consideramos páginas Web e mídias sociais nas versões Twitter, Facebook, YouTube dentre outras. Nesse contexto, estão as discussões e iniciativas sobre repositórios digitais. Como essa questão está sendo tratada no Reino Unido?*

Aquiles Alencar Brayner. A questão do arquivamento de páginas Web no Reino Unido já vem sendo enfrentada, desde 2003, com a criação de um consórcio firmado pela British Library, o National Archives e mais outras três instituições. Naquela época, ainda não existia a lei de depósito nacional para publicações digitais no Reino Unido, de modo que o consórcio dividia suas responsabilidades de coleta e arquivamento de páginas Web, de acordo com o perfil de suas coleções. O trabalho era árduo, já que consistia na seleção de páginas com conteúdo de interesse nacional, identificação de seus donos e permissão expressa de cada um deles para

o arquivamento do material. Foi somente, a partir de 2013, que a lei nos permitiu colher e arquivar todas as páginas registradas no domínio .uk, o que é uma tarefa hercúlea, já que estamos falando do arquivamento de milhares de páginas que se modificam a cada período e de maneira inconstante. Com o avanço da tecnologia, páginas Web estão se tornando cada vez mais interativas, o que acaba dificultando o nosso trabalho, já que muitos conteúdos inseridos, nestas páginas, estão disponibilizados em outros provedores como *YouTube*, *Twitter*. Apesar de todos estes desafios que as novas tecnologias nos impõem, estamos, pouco a pouco, construindo um acervo de fundamental importância para pesquisadores. Já, em 2005, se estimava que 80% das páginas Web se modificavam ou desapareciam a cada ano, e este índice tem se elevado nos últimos anos. Sabendo que muitas das informações aparecem publicadas somente em páginas Web, é lógico que este material desaparecerá. Isso terá forte impacto na esfera pública: candidatos e legendas partidárias lançam plataformas políticas em suas páginas Web, que podem ser facilmente modificadas após as eleições, sem deixar quaisquer rastros de suas alterações. Sem um programa de arquivamento de páginas Web, como poderemos cobrar os compromissos sociais de nossos políticos? Só para se ter um ideia da dimensão de conteúdo publicado em páginas Web, o órgão de registro para endereços eletrônicos no domínio .br conta, atualmente, com 3.839.319 *sites* ativos, incluindo páginas do governo, universidades, museus, instituições de arquivos, bibliotecas, ONGs e outras instituições de importância para os pesquisadores¹.

O maior desafio que enfrentamos hoje é abrir os olhos das nossas instituições de memória cultural sobre o eminente perigo de não se preservar estes conteúdos efêmeros e instáveis. Tendemos a conceituar a história como algo pertencente a um passado remoto sem nos darmos conta de que o nosso presente se torna passado de maneira cada vez mais rápida, seguindo o ritmo de evolução das tecnologias digitais. Quando percebermos a importância de se preservar este presente, muita coisa terá já desaparecido. É nesse aspecto que se fala já de um “buraco negro” na era digital, onde um grande percentual de informação relevante para a nossa época e sociedade vai se extinguir sem deixar vestígios de sua existência, se não iniciarmos um programa para o seu arquivamento.

Acervo. *A história, bem como o ofício do historiador, foram igualmente afetados pela tecnologia digital, não apenas na pesquisa, mas também na produção e veiculação de seus resultados. Apesar disso, verifica-se ainda uma reflexão bastante tímida sobre a relação entre o domínio digital e os métodos da história. Você concordaria com o historiador americano Anthony Grafton que, por ocasião da conferência anual da Associação Americana de História, em janeiro de 2014, disse que o futuro da profissão passa pela tecnologia digital?*

Aquiles Alencar Brayner. Concordo plenamente, mas não limitaria esta afirmativa somente à história. No campo da literatura, por exemplo, a tecnologia digital vem suscitando novos paradigmas. Muitos dos nossos escritores atuais iniciam as suas carreiras em *blogs* e, mesmo

¹ Dados obtidos em <http://registro.br/estatisticas.html>. Página acessada em 16 de maio de 2016.

depois de terem os seus trabalhos publicados em material impresso, eles continuam a usar o meio digital como fomentador de ideias. Hoje, a literatura de vanguarda se estabelece em plataformas multimídias, gerando novas formas de narrativas que vão além do texto escrito, para agregar imagens, vídeos e áudio à narrativa. Na Inglaterra, existem vários grupos de pesquisa na área e, inclusive, há um centro de pesquisa em Liverpool, dedicado à crítica da literatura cibernética no contexto latino-americano (<<https://latamcyber.wordpress.com/>>). A preocupação desses pesquisadores se centra justamente em como preservar este material, cuja estrutura interativa só pode ser entendida no contexto em que emerge.

Pesquisadores de todas as áreas já admitem que vivemos um período marcado pela revolução digital. De fato, os modelos de comunicação e conteúdos em formato eletrônico estão modificando a nossa relação com o mundo. Há 15 anos, já se utilizava o termo “nativos digitais” para designar aqueles que nasceram na era da informação eletrônica e que apresentam características de comportamento, comunicação e aprendizagem totalmente distintos do que se observava em gerações anteriores. Marc Prensky chega a distinguir os nativos dos imigrantes na era digital, usando uma comparação geolinguística para explicar as diferenças entre os dois grupos: o nativo desenvolve as suas habilidades de maneira “natural”, já que nascem imersos na tecnologia. É interessante observar, neste sentido, como crianças começam desde cedo a operar dispositivos eletrônicos de uma maneira que nos parece até instintiva. Os imigrantes digitais, ao contrário, têm de aprender a lidar com as tecnologias da mesma forma que um estrangeiro deve se adaptar a um novo país: ele pode ter até um domínio perfeito da nova linguagem e cultura, mas sempre trará em si um referencial alóctone.

Enfim, qualquer área de pesquisa está hoje evoluindo dentro do contexto das tecnologias de informação. No nosso caso, arquivistas e bibliotecários, temos de estar atentos a estas evoluções e propiciar as condições necessárias para o seu desenvolvimento e acesso. Não deixa de ser curioso lembrar que, há poucos anos, com o advento da Internet, foi decretada a morte dos Arquivos e bibliotecas. Acreditava-se, ingenuamente, que toda e qualquer informação estaria plenamente disponível e preservada, sem fronteiras geográficas ou temporais. A realidade hoje prova justamente o contrário: bibliotecas e Arquivos estão mais vivos do que nunca, e o trabalho que realizamos no arquivamento, disponibilização e preservação de conteúdos digitais altamente voláteis é o que marca a nossa verdadeira revolução.

Referência bibliográfica

PRENSKY, Marc. Digital natives, digital immigrants. *On the Horizon*, North Carolina, v. 9, n. 5, p. 1-6, 2001. Disponível em: <<http://www.marcprensky.com/writing/Prensky%20-%20Digital%20Natives,%20Digital%20Immigrants%20-%20Part1.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2016.

Entrevista realizada por Dilma Cabral, Claudia Lacombe Rocha e Rosely Rondinelli

**A LITERATURE REVIEW OF AUTHENTICITY OF RECORDS IN DIGITAL SYSTEMS
FROM 'MACHINE-READABLE' TO RECORDS IN THE CLOUD**
**REVISÃO DE LITERATURA SOBRE A AUTENTICIDADE DE DOCUMENTOS
ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS**
DA 'MACHINE-READABLE' AOS ARQUIVOS NA NUVEM

CORINNE ROGERS, PhD | Professora adjunta de diplomática e de documentos arquivísticos forenses, na University of British Columbia, Canadá. Coordenadora do Projeto InterPARES Trust

RESUMO

Este artigo apresenta uma revisão de literatura sobre a autenticidade de documentos arquivísticos, partindo dos fundamentos teóricos, de maneira a embasar os textos atuais sobre autenticidade dos documentos arquivísticos digitais. O corpo principal da literatura considerada fundamenta a disciplina arquivística europeia, norte-americana e australiana, no que se refere a questões de autenticidade na produção, gestão, uso e preservação de documentos e dados (em qualquer meio).

Palavras-chave: autenticidade; documentos arquivísticos digitais; preservação; InterPARES; diplomática.

ABSTRACT

This paper presents a review of the literature about authenticity of records, beginning with the foundational theoretical literature in order to frame current writing on authenticity of digital records. The main body of literature considered that is the foundation of the European, North American, and Australian archival discipline, as it relates to issues of authenticity in the creation, management, use, and preservation of records and data (regardless of medium).

Keywords: record authenticity; digital records; preservation; InterPARES; diplomatics.

RESUMEN

En este artículo se presenta una revisión de la literatura acerca de la autenticidad de los documentos de archivo desde los fundamentos teóricos, con el fin de embasar los textos actuales acerca de la autenticidad de los documentos de archivo digitales. Grande parte de la literatura considerada fundamenta la archivística europea, de la América del Norte y Australia en cuanto se refiere a las cuestiones de autenticidad, producción, gestión, uso y preservación de documentos y datos (independientemente del soporte).

Palabras clave: autenticidad; documentos de archivos digitales; preservación; InterPARES; diplomática.

INTRODUCTION

The concept of authenticity of records is fundamental to archival science, and enjoys a centuries' long theoretical foundation. Sir Hilary Jenkinson believed that archival documents (i.e. records) were "authenticated by the fact of their official preservation" (Jenkinson, 1937, p. 4). To Jenkinson, records' history of legitimate custody alone was a sufficient predictor and guarantor of the trustworthiness of the material. However, the relative archival utopia of the pre-World War II era was short-lived as the volume of material destined to enter archives exploded. Writing 50 years later, Michael Cook dismissed Jenkinson's absolute faith in the documentary chain of custody (or perhaps the assumption that such chain of custody could be presumed or demonstrated): "We no longer believe, as Jenkinson did, that an archive's value in research or as legal evidence depends on our certainty that it has never left official custody" (Cook, 1986, p. 129). Thus, archival institutions cannot trust the records they intend to acquire solely on the basis of their custodial history, but must test them for indications of their authenticity through studying their provenance and elements of their form (diplomatics) (Cook, 1986, p. 7).

Digital technology has further upset the traditional systems of control that have ensured the creation of reliable records, and the means of presuming their continued authenticity over time and across technological change (Lauriault et al., 2007, p. 140; MacNeil; Gilliland-Swetland, 2005, p. 21). Digital records differ significantly from paper records. They are volatile and subject to loss, intentional or unintentional alteration, contamination, or corruption, even when they are still in the custody of their creator. Their authorship, provenance, or chain of custody may be difficult or impossible to determine. They may be transmitted, shared, and copied with ease. Their accessibility is subject to hardware and software obsolescence and incompatibility. Even if the creator relies on a digital record in the course of business, and maintains its unbroken chain of custody, the fragility and vulnerability of digital records demands explicit action to protect the record's authenticity. Furthermore, reliability and accuracy are no longer directly linked to authenticity and may be compromised together or separately (Duranti, 2005; Duranti; MacNeil, 1997; Duranti; Thibodeau, 2006; MacNeil, Gilliland-Swetland, 2005). When creators use cloud-based services, these challenges are multiplied.

Digital preservation research investigates the nature of digital objects, including records and data, and the attributes that may support the presumption of their authenticity. While much research has been and continues to be conducted into the protection of authenticity in the context of requirements for digital preservation, current means of evaluating authenticity for records professionals still do not offer quantifiable measures, and generalizable models that can reduce the problem to concrete, atomistic elements are elusive.

In 2014, I researched how records professionals approach the issue of authenticity of digital records for which they are responsible. My hypothesis was that, despite clear guidance from archival science on the means of ensuring record authenticity, a guidance reflected in the products of several large-scale, significant and influential research projects (InterPARES

Trust, 2015; Factor et al., 2009; Duranti; Preston, 2008; Duranti; Preston, 2005), the theoretical recommendations of these projects are not being consistently applied in practice, and records professionals are often unclear about how to define authenticity, how to protect it, and how to assess it (i.e. how to authenticate records and data).

In this paper I review the literature about authenticity of records that formed the basis of my research, beginning with the foundational theoretical literature in order to frame current writing on authenticity of digital records. The main body of literature considered is the English-language or English-translation corpus that is the foundation of the European, North American, and Australian archival discipline,¹ as it relates to issues of authenticity in the creation, management, use, and preservation of records and data (regardless of medium).

THEORETICAL FOUNDATIONS

DEFINING DOCUMENTARY AUTHENTICITY

The concept of documentary authenticity has ancient roots. The word derives from the Anglo-Norman, Old and Middle French, with reference to a thing (as a noun, *authenticum*, originally and frequently a legal document), or a person (as an adjective, denoting trustworthy, credible, genuine, or legally or duly qualified). Its etymon is the Latin *authenticus*, referring to documents (2nd century a.d.), persons (3rd century a.d.), and later coming to mean *something* or someone who is authoritative (from 8th century in British sources), or a thing that is legally valid (12th century) (Oxford English Dictionary, 2014).

According to archival theory, a record is a document made or received in the course of practical activity and set aside for future action or reference. The definition of record authenticity holds that authenticity is “the trustworthiness of a record as a record, i.e. the quality of a record that is what it purports to be and that is free from tampering or corruption” (InterPARES, 2012). The Society of American Archivists defines authenticity as: “The quality of being genuine, not a counterfeit, and free from tampering, and is typically inferred from internal and external evidence, including its physical characteristics, structure, content, and context”. Authenticity does not automatically imply reliability of the content of the record (Pearce-Moses, 2005; Duranti, 1998a). ISO 15489, the international records management standard, identifies authenticity as follows: “An authentic record is one that can be proven: a) to be what it purports to be, b) to have been created or sent by the person purported to have created or sent it, and c) to have been created or sent at the time purported” (ISO 2001, section 7.2.2).

Authenticity is a critical concern in domains of history, jurisprudence, and diplomatics.

¹ The term ‘archival discipline’ used includes management of current records by their creator (the records management literature) as well as ongoing use and preservation of records used also by persons or organizations other than their creator. For a discussion of the historical roots of the archival and records management disciplines, see Dollar, 1993 and Duranti, 1998b; 1998c.

For the purposes of understanding and analyzing documents and records, Duranti has differentiated three types of authenticity: diplomatic, legal, and historical.

Legally authentic documents are those which bear witness on their own because of the intervention, during or after their creation, of a representative of a public authority guaranteeing their genuineness. Diplomatically authentic documents are those which were written according to the practice of the time and place indicated in the text, and signed with the name(s) of the person(s) competent to create them. Historically authentic documents are those which attest to events that actually took place or to information that is true (Duranti, 1998a, p. 45-46).

The concept of an authentic document is conditioned by the discipline in which it is considered – and therefore the purpose the document serves. In the digital environment, finding a common understanding of “the multiple meanings and significance of authenticity” remains critical (Clir, 2000, p. vii), and yet continues to be elusive.

TRADITIONAL ARCHIVAL THEORY

The roots of archival theory and concepts of record authenticity are anchored in legal and administrative principles, first executed in centralized public repositories of written documents, then, with the spread of literacy, expanding into the regulated recordkeeping practices of public and private organizations, administrations, and homes (Eastwood, 1994; Duranti, 1998c). Principles from Roman law that have become part of the foundation of archival knowledge include the idea that antiquity provides records with the highest legal authority, that deposit in a public place guarantees reliability of records as witnesses of actions, and that an unbroken chain of custody ensures records’ continuing authenticity. The theory of the nature of archival material derives from the analysis of the relationship between records and their producing body, that body’s functions and activities, and the rights and duties of the people interacting with it – related to the theory of the state at the time, designed to accomplish the purposes of the state (Duranti, 1996a). Early modern archival discourse was thus cradled in the public and state archives of Europe, articulated in the influential writings of practitioners such as the Dutch trio, Muller, Feith and Fruin, and the seminal works of English theorist Sir Hilary Jenkinson. The evidentiary capacity of records was at the core of these theories, shaping archivists’ understanding of authenticity and their role in protecting probative value. Archival theory and legal notions of documentary evidence remain intertwined to this day.

Archival practice was not concerned originally with the need to establish or prove explicitly records’ authenticity. Rather, authenticity was an intrinsic characteristic of records, a quality of their archival nature resulting from the circumstances of their creation, maintenance, and preservation. In his seminal work, *Manual for Archives Administration*, Sir Hilary Jenkinson noted “two common features [of records] of extraordinary value and importance” upon which “they can be analyzed and tested”, namely impartiality and authenticity

(Jenkinson, 1937, p. 12). These derive from their creation (records are “drawn up and used in the course of an administrative or executive transaction (whether public or private) of which [they] formed a part”) and maintenance (“and subsequently preserved in their own custody for their own information by a person or persons responsible for that transaction and their legitimate successors”) (Jenkinson, 1937, p. 11). The contingencies that endow authenticity “are observable not in the document itself but in the procedures” of creation, maintenance, and preservation (Eastwood, 1994, p. 127). While the validity of Jenkinson’s theory of the inherent characteristics of archives has been vigorously debated and has been rejected by many contemporary writers (e.g. Cook, 1997; 2001; McKemmish, 2001; Nesmith, 2002), it remains a valuable link in understanding the development of archival notions of authenticity. Regardless of critiques of his ideas, Jenkinson’s “spirited defence of the evidential character of records certainly remains inspirational to archivists everywhere” (Cook, 1997, p. 25), and according to Duranti, protection of record authenticity, his “moral defence of archives,” (Jenkinson, 1937, p. 83) remains a primary function of the archivist (Duranti, 1996b, p. 518).

DIPLOMATICS

The science of diplomatics was developed in the 17th and 18th centuries to prove the authenticity, and indirectly, the reliability, of archival documents, in order to establish the existence of patrimonial rights of the church and its religious orders and other authorities, and to identify and eliminate forgeries. Diplomatic authenticity is concerned with proving that a document is what it purports to be through the study of its creation, forms, status of transmission, its relationships with actions and persons, and with its juridical and provenancial contexts (Duranti, 1997).

In classic diplomatics, trustworthiness equates with authenticity, which implies a presumption of reliability, accuracy, and legitimacy. This inference was possible because of the highly controlled process of creation, maintenance, and preservation of the ancient documents that were the subject of study of the early diplomatists. By establishing the identity of the document, its integrity was presumed. Diplomats developed into sophisticated system of ideas about the nature of records and has evolved to analyze and evaluate individual documents in terms of this system of formal elements, through which those documents can be shown to have been “written according to the practice of the time and place indicated in the text, and signed with the name(s) of the person(s) competent to create them” (Duranti; Eastwood, 1995; Duranti, 1998a). Authenticity is thus evaluated by establishing the document’s identity and confirming its integrity. However, with digital records, identity and integrity are no longer linked. Modern diplomatics establishes the trustworthiness of a record in terms of three elements – reliability, accuracy, and authenticity, but cannot infer from that truthfulness or legitimacy.

Between 1989 and 1992, Duranti published a series of articles that explained the principles of classic diplomatics and applied and adapted them to records of modern bureaucra-

cies, extending them beyond traditional analogue records into the realm of digital records.² By integrating the principles and concepts of diplomatics with those of archival science, Duranti developed a conceptual model of an authentic record, regardless of medium, based on jurisprudence, administrative history, and archival and diplomatic theory (Duranti; MacNeil, 1997; Duranti, 1998a; Duranti, 2001). Archival diplomatics, used both retrospectively (to understand the nature and attributes of existing records and to assess their trustworthiness) and prospectively (to design documentary forms and procedures and to develop trusted record-making, recordkeeping and record preservation systems), has provided the theoretical foundation for two decades of research into issues of reliability and authenticity of digital records (Duranti; MacNeil, 1997; Duranti et al., 2003; Duranti; Preston, 2005; Duranti; Preston, 2008).

EARLY ARCHIVAL CONCERNS WITH ELETRONIC RECORDS: BEFORE 1990³

Our familiarity and comfort with assessing the authenticity of traditional records stems from our ability to see, touch, and hold them. In the digital world, we do not see a physical document, but a display of assembled digital components – streams of bits ordered by sets of rules interacting in different layers of the technology (operating system, transport protocols, software applications, etc.) written in languages humans cannot directly read or understand.

The National Archives and Records Administration (Nara) accepted its first electronic records (mainly flat database files and ASCII records) from U. S. federal agencies in 1969. Authenticity of these electronic records was ascertained through visual inspection of printouts (Nara, 2015). In 1973 the Public Archives of Canada established a Machine Readable Archives Division, following in the footsteps of the United States and Sweden. It developed methods and standards to meet the Archives' mandate of appraisal and acquisition, processing, conservation, and public service (Naugler, 1978). It was not until 1978 that Charles Dollar called for continuing retention of electronic records, evaluated, or appraised, by a dual process of technical and intellectual considerations. Dollar considered such records to have informational value only, with no legal or business value, thus distinguishing these electronic records from traditional records in a creator's fonds (Dollar, 1978). This position was challenged in

2 Six articles, entitled Diplomatics: New Uses for an Old Science (Parts I-VI) were published in *Archivaria* over the course of six issues, providing the most comprehensive examination of diplomatics available to English-speaking audiences. In 1998, the articles were published as a book of the same title (Duranti, 1989a; 1989b; 1990a; 1990b; 1991a; 1991b; 1998a).

3 Early literature distinguished traditional paper records from "machine readable" records – those records whose form could be recognized, accepted, and interpreted by a machine, analog and digital (Dollar, 1978). As storage media evolved, the term "machine-readable record" gave way to "electronic record," a generic term defined as "an analogue or digital record that is carried by an electrical conductor and requires the use of electronic equipment to be intelligible by a person" (InterPARES, 2012). When talking about records created and/or stored in digital computers, the term "electronic record" has gradually been replaced by the more accurate term "digital record" (InterPARES, 2012).

1981 by the Public Archives of Canada, which called for computer-generated records to be appraised in the context of the whole of a creator's records and on the basis of the same taxonomy of values as paper records. This position subsequently gained international acceptance within the archival community following publication of the Unesco Records and Archives Management Programme (Ramp) study authored by Harold Naugler in 1984 (Naugler, 1984). This study highlighted the lack of legislative support, restrictions on transfer to archives, and the lack of programs for identifying, inventorying, and scheduling electronic records that makes their systematic acquisition difficult, if not impossible. The issue of appraisal was at the forefront of archival writing in this period; however, despite the challenges to the appraiser presented by issues of authenticity, nowhere did this literature "concern itself with the authenticity of electronic records" (Duranti, 2002).

As archivists grappled with the issues of value and application of appraisal criteria to electronic records, their legal status and the circumstances of their admissibility was also a subject of intense debate. In common law countries, case law responded slowly to the increasing use of computer records at trial, and legislation continued to adapt to reflect the new reality. Perhaps the highest profile and most influential case for archival issues concerning electronic records was *Armstrong v. the Executive Office of the President*, commonly known as the Profs case, in 1989 (MacNeil, 2000, p. 77-79; Bearman, 1993). This case raised issues concerning the essential characteristics of electronic records and the verification of their authenticity and determination of their reliability. As a result of the Profs case,

judicial officers, administrators, systems designers, records keepers and researchers are reviewing their practices and the assumptions behind them, and searching for a) criteria that would allow them to determine when electronic records can serve as reliable evidence of action and decision, for b) techniques that would allow them to preserve such evidence intact, and for c) methods that would allow them to verify and prove its authenticity (Duranti; Eastwood 1995, p. 213).

This case served as a catalyst for several prominent research projects into issues of creation, maintenance, and preservation of electronic records, including the nature of electronic records themselves, and their reliability and authenticity.

AUTHENTICITY OF DIGITAL RECORDS: 1990 AND BEYOND

REPORTS AND POSITION PAPERS: INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES

The authenticity of digital records emerged as a critical issue in the early 1990s (cf. Duranti; Eastwood, 1995; Duff, 1996; Duranti; MacNeil, 1997; Bearman; Trant, 1998). In 1993 The International Council on Archives (ICA) Committee on Electronic Records began developing a series of products, the goal of which was to "undertake study and research, promote the exchange of experience and draft standards and directives concerning the creation and ar-

chival processing of electronic records". Three Studies resulted from this initiative: *Electronic Records Programs: Report on the 1994/95 Survey*; *Electronic Records Management: A Literature Review*, and *Guide for Managing Electronic Records from an Archival Perspective*. *Electronic Records Management: A Literature Review* provided an "exhaustive review of the international literature on electronic records" and formed the foundation of the subsequent *Guide for Managing Electronic Records from an Archival Perspective* (Committee on Electronic Records, 1997). The *Literature Review* covered "the latest thinking and theories of leading experts in the management of electronic records" (Erlandsson, 1997, p. 12), predominantly from 1992-1996, including an extensive discussion of the issues of reliability and authenticity of digital records as they were addressed in two important research projects, the Pittsburgh Project, and the UBC-MAS Project.

The *Guide* describes the implications of electronic records management for archives from the legal, organizational, human resources and technological perspectives, and proposes strategies for operationalizing this work. Among its findings were recommendations that the archives be involved in the entire life cycle of electronic systems in which records are made or received and retained and "ensure that records creators create and retain records which are authentic, reliable, and preservable" (Committee on Electronic Records, 1997, p. 8). The *Guide* adopts the position that an organization's main purpose in creating and keeping records is to provide evidence of activities and transactions, to which end electronic records must be created reliable and preserved authentic. These twin concepts – reliability and authenticity – are the foundation of accountability (Committee on Electronic Records, 1997, p. 24). They remain so today.

At the XIVth International Congress on Archives in Seville, Spain, in 2000, the ICA formally acknowledged the importance of preserving authentic electronic records and called upon National Archivists to provide leadership. In 2001 the ICA established a working group within the Committee on Archival Legal Matters to prepare a report identifying "the issues that archivists and records keepers must keep in mind to ensure the authenticity of electronic records" (ICA, Committee on Archival Legal Matters, 2002, p. 4). The working group consulted the Committee on Electronic Records, and published its report in 2002, concluding that the preservation of authentic electronic records should be a critical priority for records professionals (ICA, Committee on Archival Legal Matters, 2002, p. 10).

The report adopts a position of jurisdictional neutrality, and embraces the definition of record authenticity put forward in the international records management standard, ISO-15489-1. The requirement for authenticity is linked to four reasons for creating archives: to prove legal rights, to serve as instruments for the administration of an organization, and to serve as cultural heritage and as one of the preconditions for social and political accountability. Authentic documents are "reliable not only at the moment when they are created but remain reliable for a long time to come" (ICA, Committee on Archival Legal Matters, 2002, p. 6).

In 2004, a second report prepared for Unesco and the ICA was published "to address the global status of authenticity of electronic records, with particular attention to developing countries". The central question asked was "what measures are necessary for records and

archives professionals, especially in developing countries, to ensure the authenticity of electronic records..." (Millar, 2004, p. 4). Challenges to authenticity were presented as recurring themes, including the low profile of record keeping, the focus on IT-oriented approaches to creation, management, and preservation of electronic records, the absence of technical or operational standards for management of electronic records, the absence of sustained educational initiatives, and the need for a strategic approach to capacity building (Millar, 2004, p. 8). The eleven recommendations resulting from the consultative exercises that addressed that question were not detailed with respect to ensuring authenticity of records (in contrast with the specific recommendations and guidelines offered by research projects such as InterPARES), but high-level strategic priorities and actions for Unesco, the profession, and the ICA to undertake in response to the identified challenges.

THE COUNCIL ON LIBRARY AND INFORMATION RESOURCES

The Council on Library and Information Resources (Clir) published a set of position papers in May 2000 by experts from different domains of the information resources community. The papers addressed the question: What is an authentic digital object? In the introduction to the collection, the authors recognized that "authenticity" in recorded information connotes "precise, yet disparate, things in different contexts and communities". The goal of the report was to bring together different communities of practice to arrive at a common understanding of key concepts and terms regarding authenticity. This involved exploring the "meaning and significance of content, fixity, consistency of reference, provenance, and context". The report published the perspectives on authenticity of five professionals: a digital librarian, a documentary editor, a special collections librarian, a document theorist, and a computer scientist, asking each to address the nature of a digital object from his/her perspective (Clir, 2000, p. vi). The view closest to that of an archivist is outlined below.

Clifford Lynch, in his contribution to the Clir report, distinguished philosophical (social) and computational (technological) constructs in determining authenticity and integrity. According to Lynch, distrust of the digital is forcing exactitude on concepts of authenticity and integrity, yet the result is abstract and elusive, defying testable definitions. Furthermore, distrust of the digital environment appears to be balanced by faith and optimism about the potential for technological solutions – the "magical arsenal [that] has solved the problems of certifying authorship and integrity" (Lynch, 2000, p. 33). Lynch highlights the role of integrity in the determination of authenticity in the digital environment, something that I found to be a pervasive theme fifteen years later. "It is an interesting, and possibly surprising, conclusion" claims Lynch "that in the digital environment, tests of integrity can be viewed as just special cases and byproducts of evaluations of authenticity" (Lynch, 2000, p. 41).

THE PRESERVATION OF THE INTEGRITY OF ELECTRONIC RECORDS – UBC-MAS PROJECT

Researchers at the University of British Columbia took a very different approach to that of the consultative reports discussed above. The Preservation of the Integrity of Electronic Records was a three-year research project (April 1994-March 1997) carried out at the Uni-

versity of British Columbia under the direction of Principal Investigator, Luciana Duranti and Co-Investigator, Terry Eastwood, and with the support of Research Assistant, Heather MacNeil.⁴ One of the project's strengths was its focus on identifying and defining on purely theoretical grounds the byproducts of information systems, and protecting the integrity of records (those byproducts which constitute evidence of actions) in those systems. This distinguished it from other projects whose research foci fell within specific legal or programmatic frameworks. The premise was that the identification of the criteria, techniques, and methods needed to solve the problems posed by the use of electronic information systems for carrying out business "cannot derive from purely pragmatic or *ad hoc* decisions but must be rooted in principles and concepts that can be applied in different situations and various contexts" (Duranti; Eastwood, 1995, p. 214). The theoretical foundation was provided by principles of diplomatics integrated with principles of archival science and interpreted within the framework of electronic systems (Duranti; MacNeil, 1997, p. 47).

The researchers adopted the perspective of the records creator, specifically a corporate body. While an agency is using its records it has a direct interest in "making and maintaining reliable and authentic records in order to carry out its activities". Once the records are no longer used, that circumstantial guarantee of trustworthiness no longer exists, and transfer to a neutral third party is essential (Duranti; MacNeil, 1997, p. 57-60).

The first step of the project was to define terminology – what exactly was meant (and could be operationalized) by the terms 'integrity', 'reliability', and 'authenticity'. The precision with which these and other concepts were analyzed and defined is characteristic of the UBC project and the subsequent InterPARES projects. The meaning of the concepts of reliability and authenticity were derived from diplomatics: reliability is the authority and trustworthiness of records as proof and memory of the activity, their ability to stand for the facts they are about. Reliability can be assessed by degrees, based on the accumulated information about the level of control over the procedure of the record's creation (the body of rules governing the making, receiving, and setting aside of records, and competence of persons involved), and the degree of completeness of the record's form (that the record possesses all the elements of intellectual form necessary for it to be capable of generating consequences). Traditional indicators of reliability include one or more dates (linking the document to its author and the fact observed to its observer) and a signature (which assigns responsibility for the record and its content, and makes of the record a fact to be observed.) The more rigorous and detailed the rules and the more established the routine, the more reliable the record will be. Reliability is the sole responsibility of the creator of the record, through the record's form and procedure of creation, and the trustworthiness of the persons involved in its creation.

4 InterPARES was funded by the Social Sciences and Humanities Research Council of Canada (SSHRC). The results of the Project are available at the Project website, available in: <<http://www.interpares.org/UBCProject/intro.htm#BIBLIOGRAPHY>>.

A record can never be adjudged more reliable than at the moment of its creation (Duranti; MacNeil, 1997, p. 54).

Authenticity is defined as the trustworthiness of a record as a record – that it is what it purports to be and is free from tampering or corruption (Duranti, 2001, p. 44). It refers to

the maintenance of a record's reliability through its transmission, use, and preservation over time. A record is authentic when it can be proved to be that which it is claimed to be at some point in time after its creation [...]. Authenticity is provided to a record by the controls established on its transmission and preservation. In contrast to reliability, authenticity cannot be assessed by degrees: a record is either authentic or not (Duranti; Eastwood, 1995, p. 216).

Authenticity and reliability are linked in the following way: "Authenticity [...] is protected and guaranteed through the adoption of methods that ensure that the record is not manipulated, altered, or otherwise falsified after its creation, that is, the record is precisely as reliable as it was when made, received, and set aside" (Duranti; MacNeil, 1997, p. 56). It was in preservation and custody that the research team found the greatest difference between analogue and digital records: while the authenticity of analogue records is protected by keeping them in the same form and state of transmission as when created and set aside, the vulnerability of digital records and rapid obsolescence of hardware and software demands that they be copied and migrated over time through "self-authenticating processes of reproduction [...] and conversion" (Duranti; MacNeil, 1997, p. 57).

There were two categories of research findings: specific methods for ensuring reliability and authenticity of electronic records, and management issues concerning the maintenance and preservation of reliable and authentic records. The team found that reliability and authenticity are best ensured by embedding procedural rules in the overall records system and by integrating business and documentary procedures, and by establishing agency-wide control. Procedures that strengthen the archival bond (e.g. classification, registration, and record profiles) provide the best guarantee of reliability and authenticity, and preservation of these qualities is only possible if the management of the electronic and non-electronic components of the records system is integrated. The team recommended that the life cycle of managerial activity directed to the preservation of the integrity of electronic records be divided into two phases: control of the creation of reliable records and maintenance of authentic active and semi-active records, and preservation of authentic inactive records. A separation of duties between the records creator (who assumes primary responsibility for their reliability and authenticity while they are needed for business purposes) and the records preserver (who assumes responsibility for their authenticity over the long term) provides the best assurance of the integrity of electronic records. Reliability, governed by the creator, is ensured by procedural and technological controls over persons, process of creation, and definition of record forms. Authenticity is "guaranteed by the adoption of procedural and technological methods aimed at ensuring their proper identification in context (administra-

tive and documentary), and their secure transmission and maintenance” and once inactive, it must be protected “by physically transferring them to a neutral third party and implementing intellectual control through archival description” (Duranti; MacNeil, 1997, p. 57-62).

Theory was operationalized in a collaboration between the UBC research team and the U. S. Department of Defense Records Management Task Force that saw the hypotheses of the UBC project expressed as activity models and entity relationship diagrams, and then translated into mandatory functional requirements for records management application software (DOD 5015.2 STD) (Duranti; MacNeil; Underwood, 1996; Thibodeau; Prescott, 1996). The validity of traditional archival and diplomatic concepts was therefore tested and found to provide a “powerful and internally consistent methodology for preserving the integrity of electronic records” (Duranti; MacNeil, 1997, p. 64).

INTERPARES: INTERNATIONAL RESEARCH ON PERMANENT AUTHENTIC RECORDS IN ELECTRONIC SYSTEMS

The longest running, continuously funded research⁵ into the preservation of authentic digital records has been the InterPARES Project at the University of British Columbia. InterPARES has developed knowledge essential to the long-term preservation of authentic records created and/or maintained in digital form, and provided the basis for standards, policies, strategies and plans of action capable of ensuring the longevity of such material and the ability of its users to trust its authenticity. International in scope, it is supported by an interdisciplinary process that has included a wide range of academic and professional fields, from sciences and the arts, to computer engineering and law (Duranti; MacNeil, 1997; Duranti, 2005; Duranti; Preston, 2008).

InterPARES has been carried out in three completed phases, and a fourth phase is in progress. The first phase, InterPARES I (1999-2001), sought to address the problem of assessing and maintaining authenticity of records (primarily born digital textual records in databases and document management systems) when they come into archival custody. InterPARES 1 was organized around four domains of inquiry for inactive electronic records, the first of which developed the conceptual requirements for preserving authentic electronic records and the identification of elements necessary to maintain their authenticity over time. The concepts of reliability, authenticity, record, and electronic record adopted and developed in the UBC Project formed the basis of inquiry. Research was conducted from the point of view of the preserver and the life-cycle model of administrative and legal records generated in databases and document management systems (Duranti, 2001; Duranti; Preston, 2005; Duranti, 2007).

The Authenticity Task Force explained the rationale for establishing conceptual requirements for assessing the authenticity of electronic records. It recognized that the records

5 InterPARES has been funded through all four phases by the Social Sciences and Humanities Research Council of Canada (SSHRC).

relied upon by their creator in the usual and ordinary course of business are presumed to be authentic. In the digital environment, however, records are at risk of intentional or unintentional alteration, which may be difficult to determine. The Task Force further distinguished electronic records that exist as created, and those that have undergone change of some kind (for example format change or migration). Both types are considered authentic if relied upon by their creator. The authenticity of electronic records is threatened whenever they are transmitted across space or time, necessitating the means for assessing and maintaining authenticity to support the presumption that records continue to be as claimed and free from corruption or undocumented modification (MacNeil; Gilliland-Swetland, 2005, p. 22, 49).

Conceptual findings of the Task Force provided requirements for authenticity, defined the concept of authentication, and introduced the concept of the presumption of authenticity. The Task Force found that, to assess the authenticity of an electronic record, the preserver must be able to establish its identity and demonstrate its integrity. The identity of a record refers to the attributes that uniquely characterize it and distinguish it from other records, while the integrity of a record refers to its wholeness and soundness, that is, to the fact that it is complete and uncorrupted in all essential respects. An important finding of the research was that “complete and uncorrupted in all essential respects” does not necessarily require the record to maintain the same bit structure, but means that the message the record is meant to communicate in order to achieve its purpose is unchanged. The preserver must assess the authenticity of records transferred from their creator. Thus a presumption of authenticity is an inference based on evidence about how the records have been created and maintained. Evidence may come from the creator, or through further analysis to verify authenticity, such as comparison of the records with copies preserved elsewhere (redundancy), forensic analysis, testimony of a third party, or analysis of audit trails (MacNeil; Gilliland-Swetland, 2005, p. 47-51).

The Task Force developed benchmark requirements, that give reasonable assurance of authenticity prior to transfer of records from their creator to the trusted preserver (trusted recordkeeping), and baseline requirements that support the production of authentic copies of electronic records that have been transferred to the preserver (trusted custodianship). The benchmark requirements included:

- identification of fundamental information that establishes a record’s identity and allows for demonstration of its integrity, explicitly expressed and inextricably linked to the record (may appear on face of record or in metadata);
- evidence of access privileges that show the assignment of authority and capacity to carry out administrative action accompanied by exclusive technical capability to exercise such responsibility;
- establishment and implementation of procedures to prevent, discover, and correct loss or corruption of records (regular backups of both files and systems);
- establishment and implementation of procedures to guarantee the continuing identity and integrity against media deterioration and across technological change;

- establishment and control of documentary forms (down to the level of record elements) associated with procedures either according to juridical requirements or institutional policy.

The creator must also specify details governing authentication of records, establish procedures to identify the official record from among multiple copies, and establish and implement procedures to determine what documentation must be removed and transferred to preservation with the record (i.e. what information is required to establish and maintain identity and integrity).

The baseline requirements to support the production of authentic copies require that:

- procedures and systems used to transfer, maintain and reproduce embody adequate and effective controls to guarantee integrity and identity, including unbroken chain of custody; security and control procedures implemented and monitored; content unchanged after reproduction;
- activity of reproduction must be documented, including date of reproduction and name of responsible person; relationship between records acquired from creator and copies produced by archivists; impact of reproduction process on form, content, accessibility and use; details of any elements not fully and faithfully reproduced;
- description of all technological changes are included as part of archival description (a collective attestation of authenticity of records in the archival group and all their interrelationships) (MacNeil; Gilliland-Swetland, 2005, p. 204-219).

The Task Force found several deficiencies in the electronic systems they observed with respect to creating, maintaining and preserving records, as defined by archival diplomatics. For example, electronic systems are often designed to manage data rather than records – that is, fixity requirements for records do not exist. Identity information is often implicit in the records, with the consequence that key indicators of identity may be lost when the records are transferred out of the record creating or record keeping system. Indifference of records creators to issues of authenticity were also common, replaced by confidence in the technology to protect the authenticity of the records (MacNeil; Gilliland-Swetland, 2005, p. 52).

The Task Force also discussed limitations of diplomatics as an analytical tool – a discussion that paved the way to the second phase of the InterPARES (MacNeil, 2004). InterPARES 2 (2002-2007) returned to the perspective of the records creator. In addition to dealing with issues of authenticity, it researched issues of reliability and accuracy during the entire lifecycle of records, from creation to permanent preservation. The project was organized in three research domains: digital records creation and maintenance; authenticity, reliability, and accuracy of digital records in the artistic, scientific, and governmental sectors; and methods of appraisal and preservation. These domains were supported by four cross-domains that modeled the records life cycle and continuum (developing the Chain of Preservation model and the Business-Driven Recordkeeping Model), investigated the role of metadata (description cross-domain), structured the relationship between creators and preservers through policy (policy cross-domain) and studied the terminology that underpinned relevant issues across

disciplines (terminology cross-domain). The focus of research was on records produced in complex (dynamic and interactive) digital environments in the course of artistic, scientific and governmental activities (Duranti; Preston, 2008).

The Domain 2 Task Force, investigating authenticity, reliability and accuracy of digital records, carried out case studies in the artistic, scientific, and governmental sectors. Building on the work of InterPARES I, the Task Force was immediately confronted with the challenges of diverse domain understanding of what is meant by the terms 'record' and 'authenticity' in the three areas of investigation, and the fact that the structure and function of digital entities created in art and science often did not resemble those in legal or administrative contexts. It was cognizant of the fact that the diversity encountered in the case studies also reflected lines of thought about the constructed nature of authenticity developing in the postmodern archival literature. It found that, while the benchmark requirements were useful for measuring a presumption of authenticity, they could be difficult to apply or adapt depending on the nature of the creator's records, and in some cases were not sufficient to preserve the kinds of authenticity valued by the creator. It also found in several disciplines limited definitions of authenticity that related it most closely to integrity. Frequently authenticity was presumed from the circumstances of record creation, or linked to technological methods of authentication. Within the sciences, for example, the term 'authenticity' is rarely used, although information about identity, captured in metadata, integrity, ensured through authentication and security measures, and provenance, or lineage, is crucial (Roeder et al., 2008, p. 141-163).

Scientific disciplines do not normally use the word 'authenticity' when describing datasets, although the fundamental archival concepts are often addressed, either implicitly (trusted source) or explicitly (data lineage, integrity). They are more concerned with issues of completeness, reliability, accuracy, and integrity. Many have issues of legacy datasets that have been digitized. In these situations, if the source of the original data can be assumed trustworthy, then the data acquired are presumed reliable and accurate (Hackett; Underwood; Eppard, 2005, p. 33-41). In the field of Geography and Geomatics, authenticity is assessed through analysis of data lineage, which is one of at least seven elements comprising 'spatial data quality'. Data lineage information records the chain of transmission of a dataset from the moment of data collection. It is the history of a dataset from collection through stages of compilations, corrections, conversions, transformations ((Hackett; Underwood; Eppard, 2005, p. 31-32). In scientific fields generally, accuracy of data receives the most attention, with primacy given to data quality, which includes the concept of authenticity, (normally articulated as data provenance or lineage) (Roeder et al., 2008, p. 133-137). Metadata are means of attesting to and assessing a dataset's authenticity – authenticity is linked to a clear lineage recorded in the accumulating metadata surrounding the data.

The preservation of authentic datasets of information collected through observation, computation, or experiment is of increasing concern (National Science Foundation, 2005, apud Lauriault et al., 2007, p. 132, n. 32). These data may be historical recordings of natural events that can never be replicated or recollected, may concern models for complex com-

putations, such as climate change models, or be experimental, reproducible only at prohibitive cost, or not at all. Scientists give primacy to data quality, which they equate with authenticity, and base on provenance or lineage, and traceability, expressed through metadata or data-quality parameters. As stated previously, the term “authenticity” is not often used, despite the discussion of qualities of identity and integrity through concepts of data provenance and data lineage. Lineage is represented in an audit trail that provides the data with assurances about its source or pedigree, and fitness for use (Lauriault et al., 2007, p. 153).

The trustworthiness of official statistics relies on citizen confidence that they are independently produced and free from bias or political interference. Statistics are based on data collected through a variety of government and research agencies. Increasingly, governments are making large datasets available for public scrutiny and analysis through official programs of open data. A comparison of open data policies in national and regional jurisdictions across North America (US and Canada) enacted from 2009 through 2014 show, however, that specific quality controls are generally lacking. For example, open data policy recommendations such as publishing metadata, making available information about the data creation process, sharing of code or publishing open source, and requiring the use of unique identifiers – all critical mechanisms for establishing authenticity, provenance and data quality – are addressed in a very few, if any, jurisdictions (Sunlight Foundation 2014a; Sunlight Foundation 2014b).

In government, concepts of authenticity, accuracy and reliability are seldom addressed directly. Concerns about authenticity in the electronic environment tend to be generic, and difficult to address because of imprecise terminology, which as used in the governmental sector in discussing digital records is at times vague or inconsistent. This is particularly true for words like “authenticity,” “accuracy” and “reliability,” which are not technical terms in general parlance, but words with common sense, everyday meanings. The research team found that the concept of authenticity was frequently equated with integrity. The conclusion for the government sector was that, although concern for authenticity of records was high, the use of terminology was loose. Authenticity was often presumed rather than assessed, particularly in instances where authentication techniques are employed (Roeder et al., 2008, p. 126-133).

Metadata are the machine- and human-readable assertions about information resources that allow for physical, intellectual and technical control over those resources. Users create and attach, and then maintain and preserve metadata, either automatically and/or manually, when maintaining their digital records, documents, and data. These metadata may be technical, administrative, or descriptive. They codify and track the identity and integrity of the material over time and across technological change. The Description Cross-Domain Task Force examined the crucial role of recordkeeping metadata in the creation of authentic records and the maintenance of their authenticity over time and across technological change. Their premise was that detailed and trustworthy metadata were key to the creation of reliable and preservation of authentic digital records (Gilliland, 2008; Gilliland; McKemmish, 2012). The importance of recordkeeping metadata has been acknowledged

since the 1990s (e.g. Hurley, 1995), but in practice, metadata frequently still remain underused and misunderstood (Isaza, 2010).

InterPARES 3 (2007-2012) built upon the findings of InterPARES 1 and 2, as well as other digital preservation projects worldwide, to put theory into practice, applying the results of the previous two phases through case studies with small and medium-sized organizations, or those with limited resources, and general studies. One general study built on the work of the Description Cross-Domain of InterPARES II and attempted to develop an application profile for authenticity metadata based on the benchmark and baseline requirements as articulated in the Chain of Preservation model (Tennis; Rogers, 2012a, 2012b). This work is ongoing.

AUTHENTICITY IN RELATED DIGITAL PRESERVATION RESEARCH PROJECTS

Because of the cross-disciplinary nature, sweeping scope, and staggering cost of digital preservation, research is often carried out by national and international alliances of universities, libraries and archives, government agencies, business and industry. Each alliance is defined by its particular epistemic perspective and purpose. However, cooperation and collaboration, if not always agreement, are constants across the entire research community. There are also major national initiatives undertaken by national archives and/or libraries, such as those in Australia, the United States, and Denmark.

Meaningful engagement with digital information resources requires predictability and comprehensiveness, interoperability, transactionability, and preservability. Digital preservation is partly a technical problem, but more importantly, it is “one component of a broad aggregation of interconnected services, policies, and stakeholders which together constitute a digital environment” (Lavoie; Dempsey, 2004). Preservation research can be classified according to its particular focus: the development of standards, frameworks, and repository systems (e.g. Oais); defining and using/sharing metadata schemas (e.g. Premis, OAI); the nature of digital objects (e.g. InterPARES, InSPECT); technologies of preservation (e.g. preservation-aware storage); and file formats and object identification (e.g. JSTOR, JHOVE). All of these projects share a common goal, that of preserving digital objects that can be trusted, although not all of them approach authenticity explicitly. Of note are Oais and Caspar, both of which are connected in different ways to InterPARES. A comprehensive summary of preservation research from the early 1990s through the 2000s is found in Anne Gilliland’s book, *Conceptualizing 21st-Century Archives* (2014).

The Open Archival Information System (Oais) Reference Model is a high-level model and the benchmark for digital preservation systems, addressing all aspects of long-term preservation of digital information: ingest, archival storage, data management, access, dissemination, and migration to new media and forms. Developed in 2002 by the Consultative Committee for Space Data Systems, the Oais is now an approved ISO standard (ISO 14721:2003) and has undergone several revisions, the most recent in 2012 (CCSDS 2012). This latest revision addresses authenticity requirements more directly than previous revisions; however, as it is a high level standard, it does not dictate how authenticity is to be ensured or protected.

It defines authenticity as “the degree to which a person (or system) regards an object as what it is purported to be. Authenticity is judged on the basis of evidence” (Giaretta et al., 2009, p. 69). Part of the necessary evidence is provided by Provenance Information, which tells the origin of the source of the Content Information, documents changes to it and the chain of custody since creation. Authenticity, a stated objective of long-term preservation, is deemed the responsibility of the repository to protect (CCSDS, 2012, 1.9–1.14). When digital resources considered for preservation include natural science and social science datasets, government, health, and economic data submitted to national data archives conforming to the Oais standard, the focus of authenticity requirements shifts from the record or digital object in general to the authenticity needs of a specific community of users.

Caspar (Cultural, Artistic, and Scientific Knowledge for Preservation, Access, and Retrieval) developed an Authenticity Conceptual Model that is Oais-compliant, technology-neutral, and domain-independent (Lamb, 2009). The model consists of an Authenticity Protocol, applied to an Object Type, and comprising Authenticity Steps (Reference, Provenance, Fixity, Context, Access/Rights) (Guercio, 2008; Guercio; Michetti 2009a; Giaretta, 2011, p. 209-210). Authenticity Protocols (APs) are defined as “procedures to be followed in order to assess the authenticity of specific type of Digital Resource (DR)”. Caspar conducted its research based on certain assumptions about digital preservation: that it is not enough to preserve just the bits, but also information and knowledge; that preservation is a process of transforming and enriching content through different technological strategies to adapt it to new constraints of rendition and playability, to preserve its intelligibility and (re)usability, and to ensure its integrity and authenticity (Guercio, 2008; Guercio; Michetti, 2009a; Guercio; Michetti, 2009b; Salza et al., 2012).

Built on the foundations of Caspar, Aparsen (Alliance for Permanent Access to the Records of Science in Europe Network), launched in 2010, aims to bring together work in digital preservation carried out across Europe. Aparsen (2012) defines success as establishing “coherence and general direction of travel of research in digital preservation, with an agreed way of evaluating it and the existence of an internationally recognized Virtual Centre of Excellence”. Early in 2012 Aparsen released a report on the implementation and testing of domain-specific authenticity protocols. This comprehensive report begins with a “State-of-the-Art” outline of related projects in digital preservation research – first on the list is InterPARES, followed by Caspar. These three projects are highly connected in purpose and complementary in approach. Aparsen adopts the Caspar definition of authenticity, which is general and high level, and the theoretical underpinnings of InterPARES, and has formalized an authenticity management model, based on the principle of performing controls and collecting authenticity evidence in connection to specific events of the digital object’s lifecycle. This allows the assessor – preserver or user – to trace back all the transformations the digital object has undergone since its creation and that may have affected its authenticity (Salza et al., 2012, p. 8).

EXPLORING NEW MODELS OF RECORD AND RECORD AUTHENTICITY

In the late 2000s and into the 2010s, the continuing advance of digital technology further complicated recordkeeping and archival practice. The failure of record trustworthiness in the digital environment has been attributed as a significant factor in national banks crises (cf. Lemieux, 2001), and in the global financial crisis (cf. Tonkiss, 2009; Gurría, 2009; Lemieux; Limonad, 2011). Authenticity remains a critical issue in research into digital preservation and access, with a number of major projects funded by the European Union through their EU Framework Programme (cf. Giaretta, 2011; Strodl; Petrov; Rauber, 2011). Issues of trust and confidence in the Web are also the subject of computer science research (Cofta, 2007; Cofta, 2013).

Through the 2000s the concept of record was revisited (cf. Lemieux, 2001; Yeo, 2007; Yeo, 2008), and with it, the interrelated concepts of authenticity and trust (cf. Yeo, 2013). The literature spans not only the technological developments that have brought so much change to records professions and records-related issues, but significant developments in archival worldview. This is reflected most clearly in the theoretical archival literature, where the rise of critical, hermeneutic, or pragmatic epistemologies (Hjørland, 2008) resulted in new interpretivist concepts of archival functions (Cook, 2001; Nesmith, 2002; Cook, 2013), and of custodianship (the continuum model) (Upward, 1996; Upward, 1997; McKemmish, 2001; Upward, 2005). Different articulations of the concept of 'record' continue to emerge, arising from the particular challenges of increasingly complex digital technological infrastructures (Duranti, 2009; Duranti; Endicott-Popovsky, 2010; Lemieux; Limonad, 2011; Thibodeau, 2013; Lemieux, 2014).

As well, archival scholars are exploring the application of domain-specific meanings of authenticity to archival practice (cf. Lauriault et al., 2007; MacNeil; Mak, 2007; Duncan, 2009; Mak, 2012). At the root of these explorations is the idea that authenticity is a social construction dependent on the context or discipline within which it is defined, interpreted, and required. If one subscribes to the view that digital resources are "in a continuous state of becoming" as they are created, used, migrated, preserved, and accessed over time, then so too is the nature of their authenticity (MacNeil; Mak, 2007, p. 26).

THE ROLE DIGITAL FORENSICS AND INFORMATION ASSURANCE

Archivists have begun to create research alliances with digital forensics practitioners in order to develop and extend the applicability of diplomatics in the field of digital preservation with a focus on authenticity, reliability, and accuracy (Duranti, 2009; Kirschenbaum; Ovenden; Redwine, 2010; John, 2012; Rogers; John, 2013). Digital forensics offers archivists another way of conceptualizing digital objects and assessing their integrity and authenticity that can complement and be complemented by existing archival methodologies (Duranti; Endicott-Popovsky, 2010; Duranti; Rogers, 2011). Archival repositories are motivated to adopt digital forensics tools to help support description and context, integrity, version detection, and identification and protection of authenticity (John, 2012, p. 11).

Two fundamental problems that digital forensics – and digital archives – must deal with are complexity and quantity. These derive from the nature of digital technology, and therefore are common to all information domains that deal with digital material. All digital objects at the lowest level of their existence are streams of bits – series of 0s and 1s. These are not understandable by humans without the intervention of layers of technology through which the data are translated (Carrier, 2003). Part of determining authenticity depends on assurance of integrity of each layer of abstraction. Digital forensics offers archival science a more granular and nuanced understanding of integrity. While archivists have defined integrity simply as the quality of being complete and unaltered in all essential respects, focusing on the logical manifestation of the record, digital forensic scientists distinguish several levels of integrity at both the physical and the logical level – at the level of the bit stream, the data, the computer, or the system. However, not all layers need to be or can be maintained without change throughout the life of the object. Analyzing the object through abstraction layers offers the possibility of a more nuanced view of authenticity.

The second problem is that of quantity. Faced with terabytes or more of data, digital forensics specialists, archivists, scientists, and trusted recordkeepers in all domains need to be able to group data by layers, type, or other means in order to analyze them and assess their authenticity. This has been referred to variously as “information inflation” (Paul; Baron, 2007), or the “digital tsunami” (Lemieux; Baron, 2011).

Digital forensics also sits at the core of the information assurance and security (IAS), of which authenticity is an important component. The National Institute of Standards and Technology (NIST) defines information security as “The protection of information and information systems from unauthorized access, use, disclosure, disruption, modification, or destruction in order to provide confidentiality, integrity, and availability”, and information assurance as “Measures that protect and defend information and information systems by ensuring their availability, integrity, authentication, confidentiality, and non-repudiation. These measures include providing for restoration of information systems by incorporating protection, detection, and reaction capabilities” (National Institute of Standards and Technology, 2013). IAS has been described as a multidisciplinary knowledge domain (Cherdantseva; Hilton, 2013), and a business-wide issue that extends far beyond the IT department (ICA, 2013). However, authenticity has not always been included explicitly in computer security models. The first and best known conceptual computer security model is the CIA-triad (confidentiality, integrity, and availability). Since its introduction in the mid-1980s security experts have challenged the adequacy of the model and proposed extensions (Cherdantseva; Hilton, 2013). The Parker hexad adds utility, authenticity, and possession, proposing that integrity, the characteristic of being complete and whole and free from corruption or manipulation, was insufficient without the assurance also of authenticity, or “conformance with reality” (Parker, 1998; Kabay, 2013). Most recently, Cherdantseva and Hilton (2013) have proposed a reference model they call the IAS Octave: confidentiality, integrity, availability, privacy, authenticity and trustworthiness, non-repudiation, accountability, auditability.

While most of the digital forensics literature focuses on practical and technical aspects of practice, there are articles spanning the last fifteen years by both practitioners and scholars that are conspicuous for their explicit acknowledgement of parallels between the disciplines of digital forensics and archival/records/information management (cf. Rowlingson, 2004; Irons, 2006; Ferguson-Boucher; Endicott-Popovsky, 2008; Lemieux; Baron, 2011). These authors touch variously on issues of appraisal, records management, and the application of principles of diplomatics, and suggest fertile ground for further research. They are, as yet, the exception – lone voices from the digital forensics and legal perspective embracing archival and records management principles. Clearly, however, this is beginning to change, inspired by projects such as the Digital Records Forensics Project, Records in the Cloud, and InterPARES Trust at the University of British Columbia, and collaboration between the School of Library, Archival and Information Studies at UBC and the Center for Information Assurance and Cybersecurity at the University of Washington (Duranti; Endicott-Popovsky, 2010; Duranti; Rogers, 2011).

STUDIES OF PRACTITIONER BEHAVIOR AND AUTHENTIC RECORDS

Few studies have been conducted on the behavior of records professionals in ensuring, maintaining, and assessing record authenticity. An exploratory pilot study on practitioners' concepts of authenticity in their work activity was conducted in 1998. Park noted that while questions about authenticity of electronic records had been the subject of archival and preservation research, a systematic investigation of practitioner behavior had not been undertaken. She asked: What does the concept of authenticity mean to practitioners? How do practitioners define the concept of authenticity? And, is the concept of authenticity understood differently in different professional domains? Among her results, she found that while practitioners were highly aware of the concept of authenticity in both paper and electronic records, less than half have been required to authenticate records. Park compared treatment of paper records with treatment of electronic records, and used content analysis to study the use of terminology. She found that practitioners did not perceive a difference between paper and electronic records with respect to authenticity, although they recognized that the means of authenticating records will be different (Park, 2001). She concluded that research and practice were far apart, and work was needed to bridge the gap.

The relationship between ICTs, authentic records, and accountability was examined in an empirical study of accountability forums and public administrations (Meijer, 2003). Meijer found that authenticity of records is protected by a combination of technological, organizational (division of tasks), and institutional (norms, values, cognitive scripts) safeguards. Accountability for a, for example international courts, need authentic digital records to reconstruct actions and decisions of government officials and organizations and are willing to rely on perceived or stated safeguards, and only question the authenticity of records if they are confronted with clear evidence of tampering.

FINAL REMARKS

The literature shows that awareness of the value of confidence in record authenticity has been a common thread, if not an explicit objective, of research into the nature and preservation of digital records. Evaluating authenticity lends a measure of confidence, stability, and fixed reference points – that is, evidence of trustworthiness (MacNeil, 2001, p. 42). An assessment of authenticity relies on both structural assurances and situational normality (McKnight; Chervany, 2001, p. 37-38). Several streams of current research are actively pursuing models of authenticity measures (Salza et al., 2012; Guercio; Salza, 2013), secure provenance (Hasan; Sion; Winslett, 2007; Lu et al., 2010), and preservation-aware storage (Factor et al., 2009). The fourth phase of InterPARES is researching issues of trust, in which authenticity is an important part, in records online. Records created, managed and preserved in online – cloud – environments are subject to all the challenges and risks identified through research conducted throughout the 1990s and 2000s. In addition, they face new challenges arising from the global nature of the internet. Identifying provenance, authorship, and responsibility for ownership and control, and jurisdictional authority all increase the risks to our digital heritage.

While much current research focuses on digital preservation and legal issues such as privacy, security, and access, what has been lacking is a measure of how records professionals are handling authenticity of digital records on a day-to-day basis. Park's work of more than a decade ago demonstrated that research and practice were far apart, and the continued research focus on and concern about digital records' authenticity would suggest that this has not changed. Little has been done since these Park's work to map the knowledge gained through research to the practice of records professionals, until now. My premise that, despite strides in knowledge and awareness of digital records issues among records professionals, and complex research into authenticity models as part of preservation research, the gap between research and practice still exists and may be widening was supported by my research (Rogers, 2015). This literature review laid the groundwork for that study.

Bibliographical references

ALLIANCE FOR PERMANENT ACCESS (Aparsen). *About APARSEN*. [S.l.], 2012. Available in: <www.alliancepermanentaccess.org/>.

BEARMAN, David. The Implications of *Armstrong v. Executive of the President for the Archival Management of Electronic Records*. *American Archivist*, USA, n. 56, p. 674-90, (Fall) 2014.

BEARMAN, David; TRANT, Jennifer. Authenticity of Digital Resources: Towards a Statement of Requirements in the Research Process. *D-Lib Magazine*, Virginia, n. June 1998. Available in: <<http://www.dlib.org/dlib/june98/06bearman.html>>.

CARRIER, Brian. Defining Digital Forensic Examination and Analysis Tools Using Abstraction Layers. *International Journal of Digital Evidence*, USA, 1 (4), p. 1-12, 2003.

CHERDANTSEVA, Yulia; HILTON, Jeremy. A Reference Model of Information Assurance & Security. In: *Institute of Electrical and Electronics Engineers (IEEE)*. p. 546-55. Doi:10.1109/ARES.2013.72.

COFTA, Piotr. *Trust, Complexity and Control: Confidence in a Convergent World*. 1st New Jersey, ed. Wiley. Set 2007. 310 p.

_____. *The Foundations of a Trustworthy Web*. Boston, Delft: Now Publishers, 2013. Available in: <<http://dx.doi.org/10.1561/9781601986634>>.

COMMITTEE ON ELECTRONIC RECORDS. *Guide for Managing Electronic Records from an Archival Perspective*. Paris: International Council on Archives, 1997.

CONSULTATIVE COMMITTEE FOR SPACE DATA SYSTEMS (CCSDS) (USA). *Reference Model for an Open Archival Information System (Oais): Recommended Practice Issue 2*. [S.l.], 2012. Available in: <<http://public.ccsds.org/publications/archive/650x0m2.pdf>>.

COOK, Michael. *The Management of Information from Archives*. Aldershot, Hants, England ; Brookfield, Vt., U.S.A: Gower, 1986.

COOK, Terry. What's Past Is Prologue: A History of Archival Ideas since 1898 and the Future Paradigm Shift. *Archivaria*, Ontario, n. 43, p. 17-63, 1997.

_____. Archival Science and Postmodernism: New Formulations for Old Concepts. *Archival Science*, [S.l.], n. 1, p. 3-24, 2001.

_____. Evidence, Memory, Identity, and Community: Four Shifting Archival Paradigms. *Archival Science*, [S.l.], 13 (2-3), p. 95-120, 2013. Doi:10.1007/s10502-012-9180-7.

COUNCIL ON LIBRARY AND INFORMATION RESOURCES (Clir). *Authenticity in a Digital Environment*. Washington (D.C.), 2000. Available in: <<http://www.clir.org/pubs/reports/pub92/pub92.pdf>>.

DOLLAR, Charles. Appraising Machine-Readable Records. *The American Archivist*, Chicago, 41 (4), p. 423-30, 1978.

_____. Archivists and Records Managers in the Information Age. *Archivaria*, Ontario, n. 36, p. 37-52, (Autumn) 1993.

DUFF, Wendy M. Ensuring the Preservation of Reliable Evidence: A Research Project Funded by the NHPRC. *Archivaria*, Ontario, n. 42, p. 28-45, (Fall) 1996.

DUNCAN, Chris. Authenticity or Bust. *Archivaria*, Ontario, n. 68, p. 97-118, (Fall) 2009.

DURANTI, Luciana. Diplomats: New Uses for an Old Science (Part I). *Archivaria*, Ontario, n. 28, p. 7-27, (Summer) 1989a.

_____. Diplomats: New Uses for an Old Science (Part II). *Archivaria*, Ontario, n. 29, p. 4-17, (Winter) 1989b.

_____. Diplomats: New Uses for an Old Science (Part III). *Archivaria*, Ontario, n. 30, p. 4-20, (Summer) 1990a.

_____. Diplomats: New Uses for an Old Science (Part IV). *Archivaria*, Ontario, n. 31, p. 10-25, (Winter) 1990b .

_____. Diplomats: New Uses for an Old Science (Part V). *Archivaria*, Ontario, n. 32, p. 6-24, (Summer) 1991a.

_____. Diplomats: New Uses for an Old Science (Part VI). *Archivaria*, Ontario, n. 33, p. 6-24, (Winter) 1991b.

_____. Archival Science. In: *Encyclopedia of Library and Information Science*. New York, Basel, Hong Kong: Marcel Dekker, 59, p. 1-19, 1996a.

_____. The Thinking on Appraisal of Electronic Records: Its Evolution, Focuses, and Future Directions. *Archivi and Computer*, Italy, n. 6, p. 493-518, 1996b.

_____. The Archival Bond. *Archives and Museum Informatics*, [S.I.], 11 (3-4), p. 213-18, 1997.

_____. *Diplomatics: New Uses for an Old Science*. Lanham: Scarecrow Press, 1998a.

_____. The Odyssey of Records Management, Part 1. *Records Management Quarterly*, [S.I.], 23 (3), 1998b.

_____. The Odyssey of Records Management, Part 2. *Records Management Quarterly*, [S.I.], 23 (3), 1998c.

_____. The Impact of Digital Technology on Archival Science. *Archival Science*, [S.I.], 1 (1), p. 39-55, 2001. Doi:10.1007/BF02435638.

_____. Authenticity and Appraisal: Appraisal Theory Confronted With Electronic Records. In: INTERNACIONAL COLLOQUIUM ON LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE: The Refined Art of Destruction: Records' Appraisal and Disposal, 3., 2002, Salamanca, Spain. *Proceedings...* Salamanca: University of Salamanca, 2002. Available in: <www.interpares.org/display_file.cfm?doc=ip1_dissemination_cpr_duranti_clis_2002.pdf>.

_____. The Long-Term Preservation of Accurate and Authentic Digital Data: The InterPARES Project. *Data Science Journal*, [S.I.], n. 4, p. 106-18, (October) 2005.

_____. Reflections on InterPARES: The InterPARES 2 Project (2002-2007): An Overview. *Archivaria*, Ontario, n. 64, p. 113-21, (Fall) 2007.

_____. From Digital Diplomatics to Digital Records Forensics. *Archivaria*, Ontario, n. 68, p. 39-66, (Fall) 2009.

DURANTI, Luciana; EASTWOOD, Terry. Protecting Electronic Evidence: A Progress Report on a Research Study and Its Methodology. *Archivi and Computer*, Roma, v. 3, p. 213-50, 1995.

_____; McNeil, Heather. Protecting Electronic Evidence: A Second Progress Report on a Research Study and Its Methodology. *Archivi and Computer*, Florida, VI (1), p. 37-70, 1996.

_____ et al. *Preservation of the Integrity of Electronic Records*. [S.I.]: Springer Science & Business Media, 2003.

_____; ENDICOTT-POPOVSKY, Barbara. Digital Records Forensics: A New Science and Academic Program for Forensic Readiness. *Journal of Digital Forensics, Security and Law*, Florida, 5 (2), p. 1-12, 2010.

_____; MACNEIL, Heather. The Preservation of the Integrity of Electronic Records: An Overview of the UBC-MAS Research Project. *Archivaria*, Ontario, n. 42, p. 46-67, (Spring) 1997.

_____; UNDERWOOD, William. Protecting Electronic Evidence: A Second Progress Report on a Research Study and Its Methodology. *Archivi and Computer*, VI (1), p. 37-70, 1996.

_____; PRESTON, Randy (eds.). *The Long-Term Preservation of Authentic Electronic Records: Findings of the InterPARES Project*. San Miniato (Italy): Archilab, 2005.

_____. *Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems (InterPARES), 2., Experiential. Interactive and Dynamic Records*. Padova: Associazione Nazionale Archivistica Italiana, 2008.

_____; ROGERS, Corinne. Educating for Trust. *Archival Science*, [S.I.], 11 (3-4), p. 373-90, 2011. Doi:10.1007/s10502-011-9152-3.

DURANTI, Luciana; THIBODEAU, Kenneth. The Concept of Record in Interactive, Experiential and Dynamic Environments: The View of InterPARES. *Archival Science*, [S.I.], 6 (1), p. 13-68, 2006.

EASTWOOD, Terry. What Is Archival Theory and Why Is It Important? *Archivaria*, Ontario, n. 37, p. 122-30, (Spring) 1994.

ERLANDSSON, Alf. *Electronic Records Management: A Literature Review*. Paris: International Council on Archives, 1997.

FACTOR, Michael et al. *Authenticity and Provenance in Long Term Digital Preservation: Modeling and Implementation in Preservation Aware Storage*. IBM Corporation, 2009. Available in: <http://www.research.ibm.com/haifa/projects/storage/datastores/papers/Auth_Prov_CamReady_sent.pdf>.

FERGUSON-BOUCHER; ENDICOTT-POPOVSKY, Barbara. Digital Forensics and Records Management: What We Can Learn from the Discipline of Archiving. In: CONFERENCE: WHERE INFORMATION TECHNOLOGY, LAW AND RISK MANAGEMENT CONVERGE, 2008, Seattle. *Proceedings: The Information Security and Compliance and Risk Management Institute*. Seattle: University of Washington, 2008. p. 1-6.

GIARETTA, David. *Advanced Digital Preservation*. Berlin, Heidelberg: Springer-Verlag Berlin Heidelberg, 2011.

_____ et al. Significant Properties, Authenticity, Provenance, Representation Information and Oais. In: IPRES 2009: INTERNACIONAL CONFERENCE ON PRESERVATION OF DIGITAL OBJECTS, 6., 2009, San Francisco: California Digital Library, p. 67-73. Available in: <http://escholarship.org/uc/cdl_ipres09>.

GILLILAND, Anne. Investigating the Roles and Requirements, Manifestations and Management of Metadata in the Creation of Reliable and Preservation of Authentic Digital Entities. In: DURANTI, Luciana; PRESTON, Randy. *Description Cross-Domain Task Force Report*. International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems, IP2, 2008. Vancouver, 2008. p. 305-59.

_____. *Conceptualizing 21st-Century Archives*. Chicago: Society of American Archivists, 2014.

_____; MCKEMMISH, Sue. Recordkeeping Metadata, the Archival Multivers, and Societal Grand Challenges. In: INTERNACIONALI CONFERENCE ON DUBLIN CORE AND METADATA APPLICATIONS, 2012, Kuching. *Proceedings...*, 2012. p. 106-13. Available in: <<http://dcevents.dublincore.org/IntConf/dc-2012/paper/view/108/66>>.

GRÄNSTRÖM, Claes. *Authenticity of Electronic Records: A Report Prepared for Unesco*. Paris: International Council on Archives (ICA), Committee on Archival Legal Matters, 2002. Study 13-1.

GUERCIO, Maria. Authenticity and Oais: The Caspar Model and the InterPARES Principles & Outputs. In: DELOS SUMMER SCHOOL, 2008 June 11, Tirrenia. Available in: <http://www.interpares.org/display_file.cfm?doc=ip1-2_dissemination_ws_guercio_delos-ss_tirrenia_2008.pdf>.

_____; MICHETTI, Giovanni. *Modeling Authenticity, Part 1*. January, 2009a. Available in: <<http://www.alliancepermanentaccess.org/index.php/training/training-materials/lecture-3-modelling-authenticity-in-caspar/>>.

_____. *Modeling Authenticity-Part 2*. September, 2009b. Available in: <<http://www.alliancepermanentaccess.org/index.php/training/training-materials/lecture-3-modelling-authenticity-in-caspar/>>.

_____; SALZA, Silvio. Managing Authenticity through the Digital Resource Lifecycle. In: AGOSTI, Maristella et al. (eds.). *Digital Libraries and Archives. Communications in Computer and Information Science*, Springer-Verlag Berlin Heidelberg, v. 354, p. 249-60, 2013. Available in: <http://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-642-35834-0_25>.

GURRÍA, Angel. *Responding to the Global Economic Crisis: OECD's Role in Promoting Open Markets and Job Creation*. The Business and Industry Advisory Committee to the OECD. Lisboa,

2009. Available in: <<http://www.oecd.org/fr/echanges/ndingtotheglobaleconomiccrisisoecd-roleinpromotingopenmarketsandjobcreation.htm>>.

HACKETT, Yvette; UNDERWOOD, William; EPPARD, Philip. Part One – Case and General Studies in the Artistic, Scientific, and Governmental Sectors: Focus Task Force Report Yvette Hackett, Librar Y and Archives Canada William Underwood, Georgia Tech Research Institute Philip Eppard, University of Albany, State University of New York. In: DURANTI, Luciana; PRESTON, Randy (eds.). *Internacional Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems (InterPARES) 2: Experiential, Interactive and Dynamic Records*, 2005. Available in: <http://www.interpares.org/ip2/display_file.cfm?doc=ip2_book_part_1_focus_task_force.pdf>.

HASAN, Ragib; SION, Radu; WINSLETT, Marianne. *Introducing Secure Provenanc. Association for Computing Machinery (ACM) Press*, New York, n. 13, 2007. Doi:10.1145/1314313.1314318.

HJØRLAND, Birger; NICOLAISEN, Jeppe. *The Epistemological Lifeboat*, 2008. Available in: <<http://www.iva.dk/jni/lifeboat/info.asp?subjectid=92>>.

HURLEY, Chris. Ambient Functions: Abandoned Children to Zoos. *Archivaria*, Ontario, n. 40, (Fall) 1995.

INTERNACIONAL COUNCIL ON ARCHIVES (ICA). Committee on Archival Legal Matters. *Authenticity of Electronic Records: A Report Prepared for Unesco. Study 13-1*. Paris, France: International Council on Archives, 2002.

_____. ICC Belgium. *Belgian Cyber Security Guide: Protect Your Information*. FEB, EY, Microsoft, L-Sec, B-CCentre, Isaca. 2013. Available in: <<http://www.iccbelgium.be/index.php/activities/becybersecure>>.

INTERNACIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (ISO). *ISO 15489-1:2001 Information and Documentation – Records Management, Part 1: General*, 2001. Available in: <http://www.iso.org/iso/iso_catalogue.htm>.

INTERPARES. *InterPARES 3 Project: Glossary*, 2012. Available in: <http://www.interpares.org/ip3/ip3_terminology_db.cfm?letter=p&term=38>.

INTERPARES Trust. *Www.interparestrust.org*. 2015. Available in: <www.interparestrust.org>.

IRONS, Alastair. Computer Forensics and Records Management: Compatible Disciplines. *Records Management Journal*, Macclesfield, 16 (2), p. 102–12, 2006. Doi:10.1108/09565690610677463.

ISAZA, John. *Metadata in Court: What RIM, Legal and IT Need to Know*. Pittsburgh, PA: ARMA International Education Foundation, 2010. Available in: <http://www.armaedfoundation.org/pdfs/Isaza_Metadata_Final.pdf>.

JENKINSON, Hilary. *A Manual of Archive Administration*. New and Revised. London: Percy Lund, Humphries & Co., 1937. Available in: <<http://www.archive.org/details/manualofarchivea00iljenk>>.

JOHN, Jeremy Leighton. *Digital Forensics and Preservation*. Great Britain: Digital Preservation Coalition and Jeremy Leighton John: Charles Beagrie Ltd., 2012. Available in: <http://www.dp-online.org/component/docman/doc_download/810-dpctw12-03pdf>.

KABAY, M. E. PHD, CISP-ISSMP. PPT course notes. *The Parkerian Hexad*. Northfield, 2013. Available in: <<http://www.mekabay.com/overviews>>.

KIRSCHENBAUM, Matthew G. et al. *Digital Forensics in Born Digital Cultural Heritage Collections*. Washington, D.C.: Council on Library and Information Resources, 2010.

LAMB, David. *CASPAR*. Edinburgh: Digital Curation Centre, 2009. Available in: <<http://www.dcc.ac.uk/resources/briefing-papers/technology-watch-papers/caspar>>.

LAURIAULT, Tracey P. et al. Today's Data Are Part of Tomorrow's Research: Archival Issues in the Sciences. *Archivaria*, Ontario, n. 64, p. 123-80, (Fall) 2007.

LAVOIE, Brian; DEMPSEY, Lorcan. Thirteen Ways of Looking at... Digital Preservation. *D-Lib Magazine*, Virginia, 10 (7/8), 2004. Doi:10.1045/july2004-lavoie.

LEMIEUX, V. Let the Ghosts Speak: An Empirical Exploration of the Nature of the Record. *Archivaria*, Ontario, n. 51, p. 81-111, 2001.

_____. Toward a 'Third Order' Archival Interface: Research Notes on Some Theoretical and Practical Implications of Visual Explorations in the Canadian Context of Financial Electronic Records. *Archivaria*, Ontario, 78 (0), 2014. Available in: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/13493>>.

_____; BARON, Jason R. Overcoming the Digital Tsunami in E-Discovery: Is Visual Analysis the Answer? *Canadian Journal of Law and Technology*, Nova Scotia, 9 (33), p. 1-15, 2011.

_____; LIMONAD, L. What 'Good' Looks Like: Understanding Records Ontologically in the Context of the Global Financial Crisis. *Journal of Information Science*, Thousand Oaks, 37 (1), p. 29-39, 2011. Doi:10.1177/0165551510391359.

LU, Rongxing et al. Secure Data Provenance: The Essential of Bread and Butter of Data Forensics in Cloud Computing. In: ACM SYMPOSIUM ON INFORMATION, COMPUTER AND COMMUNICATIONS SECURITY, 5., 2010, Beijing. *Proceedings...* Beijing: ACM Digital Library, Association for Computing Machinery, 2010. Available in: <<http://dl.acm.org/citation.cfm?id=1755688>>.

LYNCH, Clifford. Authenticity and Integrity in the Digital Environment: An Exploratory Analysis of the Central Role of Trust. In: *Authenticity in a Digital Environment*. Washington, D.C.: Council on Library and Information Resources, 2000. Available in: <<http://www.clir.org/pubs/reports/pub92/lynch.html>>.

MACNEIL, Heather. *Trusting Records: Legal, Historical, and Diplomatic Perspectives*. Dordrecht: Kluwer Academic, 2000.

_____. Trusting Records in a Postmodern World. *Archivaria*, Ontario, n. 51, p. 36-47, (Spring) 2001.

_____. Contemporary Archival Diplomatics as a Method of Inquiry: Lessons Learned from two Research Projects. *Archival Science*, (S.I.), 4 (3-4), p. 199-232.

_____; GILLILAND-SWETLAND, Ann. Authenticity Task Force Report. In: DURANTI, Luciana (ed.). *The Long-Term Preservation of Authentic Electronic Records: Finding of the InterPARES Project*. San Miniato (Italy): Archilab, 2005.

_____; MAK, Bonnie. Constructions of Authenticity. *Library Trends*, Baltimore, 56 (1), p. 26-52, 2007.

MAK, Bonnie. On the Uses of Authenticity. *Archivaria*, Ontario, n. 73, p. 1-17, (Spring) 2012.

MCKEMMISH, Sue. Placing Records Continuum Theory and Practice. *Archival Science*, (S.I.), 1 (4), p. 333-59, 2001. Doi:10.1007/BF02438901.

MCKNIGHT, D. Harrison; CHERVANY, Norman. Trust and Distrust Definitions: One Bite at a Time. In: FALCONE, R. *Trust in Cyber-Societies*. Berlin; Heidelberg: Springer-Verlag, 2001, p. 27-54.

MEIJER, Albert Jacob. Trust This Document! ICTs, Authentic Records and Accountability. *Archival Science*, (S.I.), 3 (3), p. 275-90, 2003. Available in: <[doi:http://dx.doi.org.ezproxy.library.ubc.ca/10.1007/s10502-004-1287-z](http://dx.doi.org.ezproxy.library.ubc.ca/10.1007/s10502-004-1287-z)>.

MILLAR, Laura. Authenticity of Electronic Records: A Report Prepared for Unesco and the International Council on Archives. Study 13-2. Paris: International Council on Archives, 2004. Available in: <<http://www.ica-international.org/publications/13-2>>.

lable in: www.ica.org/sites/default/files/ICA_study_13-2-Authenticity-of-eletronic-records-ICA-Report-to-UNESCO_EN.pdf.

NATIONAL ARCHIVES AND RECORDS ADMINISTRATION (Nara). The History of the Electronic Records and ERA. *National Archives: Electronic Records Archives*. College Park, 2015. Available in: <http://www.archives.gov/era/about/history.html>.

NATIONAL INSTITUTE OF STANDARDS AND TECNOLOGY. *Glossary of Key Information Security Terms*. NISTIR 7298 Revision 2. Gaithersburg, 2013. Available in: <http://nvlpubs.nist.gov/nistpubs/ir/2013/NIST.IR.7298r2.pdf>.

NAUGLER, Harold. Focus: The Machine Readable Archives Divison of the Public Archives of Canada. *Archivaria*, Ontario, n. 6, p. 176-80, (Summer) 1978.

_____. *The Archival Appraisal of Machine-Readable Records: A RAMP Study With Guidelines*. PGI-84/WS/27. Paris: Unesco, 1984. Available in: <http://unesdoc.unesco.org/images/0006/000635/063501eo.pdf>.

NESMITH, Tom. Seeing Archives: Postmodernism and the Changing Intellectual Place of Archives. *American Archivist*, USA, 65 (1), p. 24-41, 2002.

OXFORD English Dictionary. Oxford: Oxford University Press, 2014. Available in: <http://www.oed.com.ezproxy.library.ubc.ca/view/Entry/13314>.

PARK, Eun. Understanding 'Authenticity' in Records and Information Management: Analyzing Practitioner Constructs. *American Archivist*, USA, 64 (2), p. 270-91, 2001.

PARKER, Donn B. A New Framework for Information Security. In: PARKER, Donn B. *Fighting Computer Crime: A New Framework for Protecting Information*. New York: John Wiley & Sons, 1998, chapter 10. Available in: <http://common.books24x7.com.ezproxy.library.ubc.ca/toc.aspx?bookid=4856>.

PAUL, George L.; BARON, Jason R. Information Inflation: Can the Legal System Adapt? *Richmond Journal of Law & Technology*, Richmond, XIII (3), p. 1-41, 2007.

PEARCE-MOSES, Richard. *A Glossary of Archival and Records Terminology*. Society of American Archivists, 2005. Available in: <http://www.archivists.org/glossary/>.

ROEDER, John et al. Authenticity, Reliability and Accuracy of Digital Records in the Artistic, Scientific and Governmental Sectors: Domain 2 Task Force Report. In: DURANTI, Luciana; PRESTON, Randy. *International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems (InterPARES) 2: Experiential, Interactive and Dynamic Records*. Padova: Associazione Nazionale Archivistica Italiana, 2008. Available in: http://www.interpares.org/ip2/display_file.cfm?doc=ip2_book_part_3_domain2_task_force.pdf.

ROGERS, C. *Virtual Authenticity: Authenticity of Digital Records from Theory to Practice*. Electronic Theses and Dissertations, Vancouver: University of British Columbia, 2015. Available in: <http://dx.doi.org/10.14288/1.0166169>.

_____; J. L. JOHN. Shared Perspectives, Common Challenges: A History of Digital Forensics & Ancestral Computing for Digital Heritage. In: THE MEMORY OF THE WORLD IN THE DIGITAL AGE: DIGITIZATION AND PRESERVATION, 2013, Vancouver, BC: Unesco, p. 314-36. Available in: http://www.unesco.org/webworld/download/mow/mow_vancouver_proceedings_en.pdf.

ROWLINGSON, Robert. A Ten Step Process for Forensic Readiness. *International Journal of Digital Evidence*, Trier, 2 (3), p. 1-28, 2004.

SALZA, Silvio et al. *Report on Authenticity and Plan for Interoperable Authenticity Evaluation System*. (S.I.), 2012. Available in: <http://www.alliancepermanentaccess.org/wp-content/uploads/downloads/2012/04/APARSEN-REP-D24_1-01-2_3.pdf>.

STRODL, Stephan PETROV; Petar; BAUER, Andreas. *Research on Digital Preservation Within Projects Co-Funded by the European Union in the ICT Programme*. SCAPE Project, 2011. Available in: <http://www.scape-project.eu/wp-content/uploads/2014/08/SCAPE_digpres_research_ict.pdf>.

SUNLIGHT FOUNDATION. *Open Data Policies at Work: A Bird's Eye View of Open Data Policies*. Washington, December 23, 2014a. Available in: <<http://sunlightfoundation.com/>>.

_____. *Open Data Policy Guidelines*. Washington, December 23, 2014b. Available in: <<http://sunlightfoundation.com/opendataguidelines/>>.

TENNIS, Joseph T.; ROGERS, Corinne. Authenticity Metadata and the IPAM: Progress toward the InterPARES Application Profile. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON DUBLIN CORE AND META-DATA APPLICATIONS, 2012, Kuching. *Proceedings...* Kuching, Sarawak, Malaysia: DCMI, 2012a, p. 38-45. Available in: <<http://dcevents.dublincore.org/index.php/IntConf/dc-2012/schedConf/presentations>>.

_____. *General Study 15: Metadata Application Profiles for Authenticity*. British Columbia: University of British Columbia, 2012b.

THIBODEAU, Kenneth. Wrestling with Shape-Shifters: Perspectives on Preserving Memory in the Digital Age. In: THE MEMORY OF THE WORLD IN THE DIGITAL AGE: DIGITIZATION AND PRESERVATION. *Conference Proceedings* edited by Luciana Duranti and Elizabeth Shaffer. Vancouver: University of Toronto; Unesco, 2013. p. 15-23. Available in: <http://www.unesco.org/webworld/download/mow/mow_vancouver_proceedings_en.pdf>.

_____; PRESCOTT; Daryll. Reengineering Records Management: The U. S. Department of Defense, Records Management Task Force. *Archivi and Computer*, Roma, VI (1), p. 71-78, 1996.

TONKISS, Fran. Trust, Confidence and Economic Crisis. *Intereconomics*, Hamburg, 44 (4), p. 196-202, 2009. Doi:10.1007/s10272-009-0295-x.

UPWARD, Frank. Structuring the Records Continuum. Part One: Post-Custodial Principles and Properties. *Archives and Manuscripts*, Sidney, 24 (2), p. 268-85, 1996.

_____. Structuring the Records Continuum. Part Two: Structuration Theory and Recordkeeping. *Archives and Manuscripts*, Sidney, 25 (1), p. 10-33, 1997.

_____. The Records Continuum. In: MACKEMMISH, Sue. *Archives: Recordkeeping in Society*. Wagga Wagga, N. S. W.: Centre for Information Studies: Charled Sturt University, Topics in Australasian Library and Information Studies, n. 24, p. 197-222, 2005.

YEO, Geoffrey. Concepts of Record (1): Evidence, Information, and Persistent Representations. *American Archivist*, USA, 70 (2), p. 315-43, 2007.

_____. Concepts of Record (2): Prototypes and Boundary Objects. *American Archivist*, USA, 71 (1), p. 118-43, 2008.

_____. Trust and Context in Cyberspace. *Archives and Records*, Tauton, 34 (2), p. 214-34, 2013. Doi:10.1080/23257962.2013.825207.

Recebido em 25/5/2016
Aprovado em 25/7/2016

A CUSTÓDIA COMO GUARDA E PROTEÇÃO AOS ARQUIVOS
UMA ABORDAGEM ETIMOLÓGICA
CUSTODY AS GUARDIANSHIP AND PROTECTION OF ARCHIVES
AN ETYMOLOGICAL APPROACH

MARGARETH SILVA | Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo.

RESUMO

Desde 1990, grande parcela dos documentos produzidos pela administração pública e privada passou a ser feita em ambiente eletrônico. Muitos pesquisadores debateram se a custódia, exercida pelas instituições arquivísticas, ainda seria válida para a preservação de documentos digitais. Realizamos um estudo do termo *custódia*, examinando a sua relevância para a preservação dos documentos e a teoria e prática arquivísticas.

Palavras-chave: arquivos; custódia; preservação.

ABSTRACT

Since 1990, a large part of the documents produced by public and private management has to be done in electronic environment. Many researchers have debated whether custody, by archival institutions, would still be valid for the preservation of digital documents. We conducted a study of the term *custody*, analyzing their relevance to the preservation of documents and archival theory and practice.

Keywords: archives; custody; preservation.

RESUMEN

Desde 1990, la mayoría de los documentos producidos por la administración pública y privada comenzó a ser realizado en un entorno electrónico. Investigadores han debatido si la custodia, por las instituciones archivísticas, seguiría siendo válida para la preservación de los documentos digitales. Se hizo un estudio de la palabra *custodia* para examinar su importancia para la preservación de los documentos y teoría archivística y la práctica.

Palabras clave: archivos; custodia; preservación.

INTRODUÇÃO

A tecnologia da informação e comunicação modificou profundamente a vida das pessoas e a maneira de agir das organizações e dos governos, incluindo as formas de registrar as atividades e de preservar os documentos, já que, em todas as esferas da sociedade, da economia, da política e da cultura, se desenvolvem e se utilizam os produtos e processos da tecnologia.

A partir da década de 1990, uma grande parcela dos documentos produzidos pela administração pública e privada passou a ser feita em ambiente eletrônico. Atualmente, muitos documentos são criados exclusivamente em formato digital, não existindo sob a forma convencional. As facilidades para criar, editar, transmitir e armazenar auxiliaram na disseminação e adoção desse formato para documentar as ações de pessoas e instituições. No entanto, as facilidades e vantagens da tecnologia trouxeram também novas dificuldades, como a ausência de procedimentos administrativos e arquivísticos na produção e no arquivamento dos documentos digitais, bem como a possibilidade de intervenções não autorizadas, que podem adulterar ou mesmo ocasionar a perda irremediável dos documentos. A obsolescência tecnológica e a fragilidade do material digital comprometem a preservação e o acesso, e são os principais desafios a serem enfrentados para assegurar a durabilidade e a acessibilidade dos documentos. Assim, acadêmicos, instituições arquivísticas, principalmente dos Estados Unidos, Austrália e Reino Unido, e o Conselho Internacional de Arquivos passaram a desenvolver pesquisas, estudos e iniciativas que têm como finalidade assegurar a preservação e o acesso aos materiais digitais.

Ao lado das pesquisas acerca da preservação digital, desde os anos 1980, debates foram realizados a respeito de como as instituições arquivísticas deveriam desempenhar suas funções tradicionais de guarda, preservação e acesso. Muitos pesquisadores começaram a questionar se a custódia física e legal, exercida pelos Arquivos sobre os documentos não correntes, seria viável em virtude dos custos de manutenção dos *softwares* e *hardwares*, custos estes necessários para que os documentos digitais fossem preservados e se mantivessem acessíveis.

A discussão a respeito da custódia foi incrementada por pesquisadores acadêmicos, que já vinham criticando as bases tradicionais do conhecimento arquivístico, isto é, os conceitos de documento e de arquivo, os princípios de proveniência e ordem original e a custódia.

Esse debate, cujo cenário é a revolução tecnológica, ocorreu principalmente durante a década de 1990 e teve na revista *Archivaria*, da Association of Canadian Archivists, e no periódico *Archival Science*, os seus principais palcos de discussão, e polarizou vários autores.

Entre eles, destacamos, de um lado, Terry Eastwood (2007) e Luciana Duranti (2005; 2007), que defendem a concepção do arquivo como lugar, bem como os princípios básicos da arquivologia, que podem ser aplicados a qualquer tipo de documento, incluindo os digitais; e, de outro, Terry Cook (2001; 2007) e Theo Thomassen (1999; 2007), que propõem uma reconceitualização de termos como documento arquivístico, proveniência, preservação, avaliação, além de apresentar um novo eixo para a construção do conhecimento, que seria dado pela relação entre arquivistas e usuários, e não mais pelas instituições arquivísticas.

A primeira corrente de pensamento, especialmente Duranti (2005; 2007), defende que a custódia seja assumida por um custodiante confiável, entidade capaz de implementar todas as ações de preservação e garantir a sua autenticidade. De acordo com essa visão, a natureza dos arquivos é essencialmente a mesma, independentemente da tecnologia, e, portanto, conceitos como os de arquivo e documento arquivístico, são não só aplicáveis, mas constituem a chave para a compreensão dos documentos digitais, tanto de sua gestão e preservação quanto do seu acesso. As mudanças na teoria e prática arquivísticas seriam, nesse sentido, mais adaptações e atualizações, como, por exemplo, a visão sobre o suporte, do que mudança estrutural. Essas atualizações e adaptações não alterariam o núcleo básico da teoria, apoiada na visão do documento arquivístico como subproduto ou resultado das atividades — preservado para fins de prova e referência, e nas suas características como a autenticidade e o vínculo arquivístico. Para os custodialistas, a defesa dos documentos, de sua autenticidade ao longo do tempo, seria inseparável da custódia.

A segunda corrente de pensamento propõe a formulação de um novo paradigma, associado ao pensamento pós-moderno, sendo designada como pós-custodial. Essa abordagem significa, sobretudo, que o foco não será mais dirigido para a guarda de objetos físicos, mas para o contexto e as responsabilidades do produtor e o processo de criação dos documentos e, como não se restringe apenas à guarda, o termo mais adequado seria pós-custodial. Os teóricos que compõem essa corrente, principalmente Cook (2001; 2007), acreditam que em ambientes eletrônicos, em virtude da própria dispersão do contexto tecnológico, não haveria a necessidade de um lugar fixo e central de preservação. A tese principal com relação à custódia é a mudança no papel dos arquivistas: em lugar de custodiantes¹ de documentos inativos em um arquivo centralizado, passariam a ser gestores de documentos, que estão distribuídos onde esses são criados e utilizados, ou seja, nas organizações produtoras. Para os pós-custodialistas, os arquivos na era da informação seriam arquivos “sem muros”.

No início do século XXI, o debate arrefeceu, sem que tivesse havido busca de consenso ou aproximação. A questão da custódia, que estava no centro do debate — como, por exemplo, se observa nos artigos de Cook (2001; 2007) e de Thomassen (1999; 2007), que definiram sua posição como pós-custodial — e a resposta de Duranti (2007), defendendo o arquivo como lugar, passaram ser tratadas como um dos pontos das reflexões desses autores.

No entanto, Cunnighann (2015), ao analisar as ideias pós-custodialistas, considerou a aproximação entre a visão pós-custodial e a concepção de *records continuum*, argumentando que o arquivista é um preservador e um intérprete dos sistemas de gerenciamento de documentos dos produtores (*recordkeeping systems*) e o conceito de custódia jenkinsoniano pode ser estendido para além da instituição arquivística. Além disso, destaca que a autenticidade e o vínculo arquivístico (*archival bond*) — características essenciais dos documentos

1 O *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa* e o *Dicionário da língua portuguesa* Caldas Aulete não apresentam o termo “custodiador”. Os termos indicados são: “custódio” e “custodiante”. Optamos pelo termo “custodiante” por transmitir a ideia de um agente que mantém ou retém documentos sob custódia.

arquivísticos — como são garantidos no momento da sua criação, de acordo com as próprias afirmações de Duranti (2007) — a transferência para a custódia de um arquivo se torna, então, uma consideração administrativa menor e não um assunto central.

Assim, a questão essencial revelada pelo debate diz respeito à relação entre o arquivo e o lugar de preservação; se para assegurar a manutenção da autenticidade e dos vínculos entre os documentos ao longo do tempo, é necessário transferir para uma entidade de preservação ou permanecer no âmbito dos produtores. Em decorrência dessa primeira questão, é preciso identificar que entidade de preservação é essa: se apenas e exclusivamente a instituição arquivística central ou outras entidades que assumam a responsabilidade por viabilizar todas as ações de preservação e acesso, principalmente dos documentos digitais, os quais são mais afetados quanto à sua confiabilidade e acessibilidade.

Nesse debate, a custódia é entendida como guarda por ambas as correntes. Porém, para os pós-custodialistas, guarda significaria armazenamento e estoque, isto é, guarda física. Como uma das características do ambiente eletrônico é a dispersão, e os documentos digitais são apresentados e armazenados de várias formas e em diferentes mídias e meios, a guarda física numa instituição central não seria imprescindível. Os documentos poderiam permanecer distribuídos nas organizações produtoras, onde arquivistas e *records managers* atuam na sua gestão e preservação. Para os custodialistas, a custódia seria um requisito para a preservação e a manutenção da autenticidade dos documentos. Sem uma entidade oficialmente designada, independente dos produtores, que assuma a responsabilidade de preservar e dar acesso aos documentos, não seria possível assegurar que esses documentos permanecessem preservados e autênticos ao longo do tempo, ainda que essa competência não fosse exclusiva das instituições arquivísticas.

Assim, nosso problema inicial de pesquisa foi o de identificar os significados atribuídos à custódia e se esta se restringe apenas à guarda física exercida por uma instituição arquivística central. Como o termo “custódia” também é utilizado no meio jurídico, a pesquisa também teria que incluir as acepções jurídicas.

Desse modo, realizamos um estudo etimológico do termo “custódia” nos dicionários de terminologia jurídica e arquivística, bem como em dicionário de língua latina, para compreendermos a origem do termo e a relação entre as definições jurídicas e arquivísticas, a fim de delimitar os seus significados no âmbito dos arquivos e examinar se a custódia é essencial ou não para a teoria e prática arquivísticas. Esse estudo faz parte de uma pesquisa mais ampla, que resultou na tese de doutorado (Silva, 2015) a respeito da relação entre os conceitos de custódia e arquivo, enfocando as diferentes concepções sobre o arquivo e o lugar de conservação.

CUSTÓDIA: ORIGEM E SIGNIFICADOS NA TERMINOLOGIA JURÍDICA E ARQUIVÍSTICA

O termo “custódia” é de origem latina e utilizado em várias línguas modernas. Assim, iniciaremos o nosso estudo pelo significado desse termo no dicionário de latim clássico.

O termo latino *custōdīa* tem o sentido de guarda, conservação, proteção; lugar onde se monta guarda, posto militar; prisão, cadeia, custódia; prisioneiro; no plural: guardas, sentine-

las, piquete, guarda. Os termos *custös* e *custödis* têm o sentido de guarda, guardião, defensor e protetor. A origem latina do termo, portanto, tem um sentido de conservação, proteção (incluindo a militar) e também de prisão (Faria, 1962, p. 271).

Os termos *custödia* e *custös* se disseminaram em outras línguas, que mantiveram a raiz latina como: *custódia* (português), *custodia* (espanhol), *custodie* (francês), *custodia* (italiano) e *custody* (inglês).

O *Vocabulário jurídico* (De Plácido e Silva, 2013, p. 414) afirma que, na terminologia jurídica, *custódia* significa: “o estado da coisa ou pessoa, que está sob guarda, proteção ou defesa de outrem, como o próprio local em que alguma coisa está guardada ou em que alguma pessoa é tida”. O verbete enfatiza ainda o aspecto relacional do termo: “Na *custódia* há, desse modo, coisa ou pessoa *custodiada* e pessoa *custodiante*, sob cuja responsabilidade ou proteção se conserva ou se guarda a coisa ou a pessoa custodiada”.

No dicionário jurídico americano *Black’s law dictionary* (Black, 1990), *custody* significa: “O cuidado e o controle de uma coisa ou pessoa. A guarda, cuidado, vigilância, inspeção, preservação ou segurança de uma coisa”. Além disso, esse dicionário esclarece que a *custódia* não implica propriedade, mas proteção: “O controle e a responsabilidade imediata, porém não o controle final e absoluto da propriedade, que implica a responsabilidade pela proteção e preservação da coisa em *custódia*”. O termo também envolve o aprisionamento ou detenção física.

Assim, o sentido jurídico presente no significado de *custódia* refere-se, de um lado, à proteção e, de outro, ao aprisionamento. Esse sentido jurídico permanece no uso atual do termo, pois *custódia* pode significar proteção e manutenção de alguém detido.

QUADRO 1. SIGNIFICADOS DE CUSTÓDIA NOS DICIONÁRIOS JURÍDICOS

Dicionários jurídicos	Termos
Vocabulário jurídico De Plácido e Silva	Proteção Guarda Defesa Conservação
Black’s law dictionary	Cuidado Controle Guarda Vigilância Inspeção Preservação Segurança Responsabilidade Proteção Prisão

O quadro I mostra que os termos “guarda”, “proteção” e “conservação” aparecem nos dois dicionários consultados, e o termo “preservação” tem um sentido análogo ao de conservação. O *Black’s law dictionary* (1990) se refere aos termos “cuidado”, “controle”, “vigilância”, “inspeção” e “segurança”, que se relacionam com os termos “guarda” e “proteção”. O termo “defe-

sa”, indicado por Silva (2013), tem um sentido análogo aos termos do *Black’s law dictionary*. Além disso, esse dicionário destacou a questão da propriedade, já que a custódia implica responsabilidade, mas não necessariamente propriedade. Assim, os significados consensuais apresentados pelos dicionários de terminologia jurídica são o de guarda, proteção e conservação ou preservação.

Nos dicionários e glossários de terminologia arquivística, são apresentadas várias definições para custódia, como veremos a seguir. Foram consultados: *Multilingual archival terminology* (Internacional Council on Archives, 2013), nas versões de língua inglesa, portuguesa, espanhola, francesa e italiana; *Glossary of archival and records terminology* (Pearce-Moses, 2005); *Dicionário de terminologia arquivística*, de Camargo e Bellotto (2010); o *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística – Dibrate* (Arquivo Nacional, 2005); *Dicionário de terminologia arquivística* (Alves, 1993), e o *Diccionario enciclopédico de ciencias de la documentación* (López Yepes, 2004).

O *Multilingual archival terminology* (MAT) é uma base de dados *on-line* e interativa de terminologia arquivística, disponibilizado no *site* da instituição em 2013. Como o inglês foi o idioma base do MAT, a partir do qual os termos foram vertidos para outras línguas, iniciaremos a análise por esse idioma.

O MAT em inglês considera *custody* (ICA, 2013) como: “A *responsabilidade* pelo *cuidado* (*care*) dos documentos baseada em sua *posse física*. Custódia nem sempre inclui propriedade legal (*legal ownership*) ou direito de controlar o acesso aos documentos” (tradução e grifos nossos).

O MAT em espanhol define *custodia* (ICA, 2013) como “A *responsabilidade* básica pela *tutela* dos documentos de arquivos ou arquivos, baseada na *posse física* dos mesmos sem que necessariamente implique um título legal”. A segunda acepção define *custodia* como “O controle físico e legal sobre a existência, autenticidade, localização e acessibilidade dos documentos de arquivo” (tradução e grifos nossos).

A versão em língua italiana do MAT (ICA, 2013) apresenta a seguinte definição: “A *responsabilidade* substancial da *tutela* de arquivos correntes ou históricos que se funda sobre a disponibilidade de fato de sua *posse material*, mas que não implica necessariamente um título legal correspondente” (tradução e grifos nossos).

A versão em português do MAT apresenta duas acepções para o termo custódia (ICA, 2013). A primeira define como “*Responsabilidade* pela *tutela* de documentos arquivísticos, que consiste na sua *posse física*, e não necessariamente em sua posse legal”. A segunda reproduz a definição do Dibrate: “*Responsabilidade* jurídica de *guarda* e *proteção* de arquivos, independentemente de vínculo de propriedade” (grifos nossos).

A versão em língua francesa do *Multilingual* não apresenta o termo “custódia”. O termo mais próximo é *garde des documents* (guarda de documentos) com o significado de “Ação de conservar e preservar os documentos” (tradução nossa).

Outro importante vocabulário é o *Glossary of archival and records terminology*, de Pearce-Moses (2005), publicado pela Society of American Archivists (SAA). Os verbetes se baseiam principalmente na literatura arquivística dos Estados Unidos e do Canadá, e também a publicação é disponibilizada pelo *site* dessa entidade.

O termo “custódia” é definido pelo *Glossary* como: “*Cuidado e controle, especialmente para segurança e preservação; guarda*”. Uma nota esclarece que “custódia não implica necessariamente título legal sobre os materiais” (Pearce-Moses, 2005) — tradução e grifos nossos.

O *Dicionário de terminologia arquivística*, de Camargo e Bellotto (2010, p. 35), apresenta a custódia como “*Responsabilidade jurídica, temporária ou definitiva, de guarda e proteção de documentos dos quais não se detém a propriedade*” (grifos nossos).

O *Dicionário de terminologia arquivística* de Alves et al. (1993, p. 29) define custódia como: “*Guarda física de documentos e/ou arquivos, com a consequente responsabilidade jurídica, sem necessariamente implicar a sua propriedade*” (grifos nossos).

O *Diccionario enciclopédico de ciencias de la documentación* de López Yebes (2004, p. 401) define custódia como “*Proteção dos documentos desde o ponto de vista legal. A custódia nem sempre está ligada ao órgão ou instituição produtora e pode ser independente do direito de acesso aos documentos e à sua informação*” (tradução e grifos nossos).

Alguns dicionários apresentam os termos correlatos de custódia referentes à custódia física e custódia legal.

Com relação à custódia física, o único que apresenta esse termo é o *Glossary* (Pearce-Moses, 2005), definida como “*Posse, cuidado e controle, especialmente para segurança e preservação*”. (tradução e grifos nossos).

Com relação ao termo “custódia legal”, o MAT (ICA, 2013) apresenta duas definições. A primeira foi retirada do *Glossary of archival and records terminology* (Pearce-Moses, 2005): “*A propriedade (ownership) e a responsabilidade pela criação de política que administre o acesso aos materiais, independentemente de sua localização física*”. A segunda definição para custódia legal é a mesma atribuída ao termo custódia pelo MAT: “*A responsabilidade pelo cuidado dos documentos baseado na sua posse física. Custódia nem sempre inclui propriedade legal, ou o direito de controle de acesso*”. (tradução e grifos nossos).

A definição de custódia legal do *Glossary* (Pearce-Moses, 2005) foi adotada pelo *Multilingual*, conforme referido anteriormente, isto é, *responsabilidade pela criação de política de acesso* (tradução e grifos nossos).

Assim, em língua inglesa existem três termos para definir custódia: *custody, legal custody e physical custody*.

A partir dessas definições, é possível agrupar os termos com maior número de ocorrências a fim de compreendermos melhor o conceito de custódia e detectar o núcleo comum entre essas diferentes acepções, apresentadas nos dicionários e glossários de terminologia arquivística.

Com relação ao MAT, este apresentou uma definição comum de custódia para todas as línguas com algumas variantes, exceto na versão francesa que não possui esse termo.

Os termos comuns são responsabilidade, posse física e a condição que “não implica título legal de propriedade”. A diferença diz respeito à utilização dos termos “cuidado”, utilizado somente na versão em inglês, e “tutela”, nas línguas neolatinas. Na versão em inglês, ainda é apresentado que a custódia não significa direito de controle de acesso aos documentos, expressão ausente nas versões do MAT de línguas neolatinas.

Cabe destacar que, como o MAT em inglês apresentou três termos com significados diferentes, é necessário distinguir esses significados. Dessa forma, o sentido de custódia legal, sendo este o único que afirma que é uma propriedade, será tratado separadamente.

A responsabilidade jurídica de proteção e guarda, apresentada pelo Dibrate e pelo *Dicionário*, de Camargo e Bellotto, os únicos que explicitam que a responsabilidade se refere à guarda e à proteção conjuntamente, tem o significado de cuidado e guardar fisicamente os documentos.

O primeiro grupo de significados de custódia diz respeito à responsabilidade por alguma coisa e responsabilidade jurídica. Essa responsabilidade refere-se a cuidado, tutela, proteção, guarda e criação de política de acesso.

A responsabilidade ou responsabilidade jurídica está presente nos seguintes dicionários e glossários:

- responsabilidade pelo cuidado: MAT – inglês, verbete *custody*;
- responsabilidade de tutela: MAT – espanhol, italiano e português;
- responsabilidade jurídica de proteção e guarda: Camargo e Bellotto; Dibrate;
- responsabilidade jurídica: Ivone Alves et al.;

Os termos referentes à responsabilidade e à responsabilidade jurídica, presentes na maioria das definições, são um elemento central na definição de custódia, no sentido de que um custodiante (pessoa ou entidade) assume o encargo de cuidar, proteger, tutelar e guardar os documentos, e impedir que alguém possa comprometê-los, ou mesmo destruí-los ou adulterá-los. A responsabilidade jurídica ou legal significa que o exercício da custódia é regulamentado pela legislação e outros atos normativos. A responsabilidade, de acordo com Silva (2013, p. 1.223), “revela o dever jurídico, em que se coloca a pessoa, seja em virtude de contrato, seja em face de fato ou omissão, lhe seja imputado, para satisfazer a prestação convencionalizada ou para suportar as sanções legais que lhe são impostas”.

Assim, a responsabilidade procede da convenção e da norma ou regra jurídica, em que a obrigação é exigida ou o dever se impõe.

Silva (2013, p. 1.223) conclui que a responsabilidade tanto pode ser a obrigação, o dever e o cumprimento de alguma coisa: “E daí por que responsabilidade, exprimindo etimologicamente a qualidade de ser responsável, a condição de responder, pode ser empregado em todo pensamento ou ideia, onde se queira determinar a obrigação, o encargo, o dever, a imposição de ser feita ou cumprida alguma coisa”.

A responsabilidade pelo cuidado, apresentada pelo MAT em inglês para o verbete *custody* (custódia), tem o sentido de responsabilidade por cuidar do material que está sob a guarda de um custodiante.

Com relação ao termo “proteção legal”, o *Diccionario*, de López Yepes, ainda que não mencione explicitamente a responsabilidade, também concorda com as definições acima de que esta deve ser regulada pelos dispositivos jurídicos ou legais.

O MAT, em todas as versões consultadas para o termo “custódia” (inglês, espanhol, italiano e português), explicitou que a responsabilidade de cuidado ou tutela é baseada na posse física, o que significa que o material precisa estar fisicamente sob a guarda do custodiante.

Um segundo grupo apresenta a custódia como proteção, cuidado, controle, posse, guarda física, e como não explicita o termo responsabilidade por ou responsabilidade jurídica, optou-se por formar um grupo separado:

- controle: *Glossary* – verbetes custódia e custódia física;
- cuidado: *Glossary* – verbetes custódia e custódia física;
- guarda física: Ivone Alves et al.;
- posse: *Glossary* – verbete custódia física;
- proteção: López Yepes.

Os termos “proteção” e “cuidado”, apresentados acima, têm o sentido de resguardo contra danos e de manutenção incólume e segura. Os termos, referentes à posse e à guarda física ou à guarda simplesmente, estão presentes em quase todos os dicionários consultados. Os únicos que não incluíram esses termos nas suas definições foram o *Diccionario*, de López Yepes e o *Glossary*, e este último remete para o termo “custódia física” com o significado de posse. Assim, a maioria dos dicionários considera que a posse física ou guarda física são elementos essenciais ao conceito de custódia.

O terceiro grupo considera que custódia “não implica título legal de propriedade” dos documentos custodiados, aspecto presente em todos os dicionários e glossários, exceto no *Diccionario*, de López Yepes e no verbete “custódia legal”, do MAT em inglês.

Para compreendermos o componente “não implica título legal de propriedade”, verificou-se, no *Vocabulário jurídico* (De Plácido e Silva, 2013, p. 1.118) o significado de propriedade, a qual “como instituição jurídica é compreendida como o próprio direito exclusivo ou poder absoluto e exclusivo que, em caráter permanente, se tem sobre a coisa que nos pertence”.

O direito de propriedade no sentido absoluto e exclusivo foi explicitado por Silva (2013, p. 1.118) na passagem seguinte:

[...] os direitos de ser usada a coisa, conforme os desejos da pessoa a quem pertence (*jus utendi* ou direito de uso); o de fruir e gozar a coisa (*jus fruendi*), tirando dela todas as utilidades (proveitos, benefícios e frutos), que dela possam ser produzidas, e o de dispor dela, transformando-a, consumindo-a, alienando-a (*jus abutendi*), segundo as necessidades ou a vontade demonstrada.

Silva (2013, p. 1.118) destaca que o poder exclusivo e absoluto não é arbitrário e infinito e está limitado pela concorrência de outro direito igual ou superior. Assim, o direito de propriedade, no sentido de dispor da coisa livremente, fruindo-a a seu bel prazer ou alienando-a quando quiser, é restringido por direitos alheios ou pelo próprio interesse coletivo.

No âmbito dos Arquivos, o termo propriedade deve ser relativizado, pois o Arquivo não pode usar, usufruir e dispor dos documentos de forma incondicional ou irrestrita. Ainda que os documentos sejam apresentados, exibidos e consultados para e por um público, o que implica utilizar e extrair um benefício a partir do seu uso, esses benefícios são para o público e não para o próprio Arquivo.

Um aspecto importante diz respeito à utilização do termo “custódia”, o qual normalmente se refere ao seu exercício por um Arquivo público, atuando sobre documentos públicos e que estes são considerados patrimônio público. Silva (2013, p. 1.019) define patrimônio público como o “conjunto de bens que pertencem ao domínio do Estado e que se institui para atender a seus próprios objetivos ou para servir à produção de utilidades indispensáveis às necessidades coletivas”.

Assim, esse patrimônio, representado pelos documentos públicos, pertence ao domínio do Estado e não ao do Arquivo, que age no sentido de proteger esse patrimônio, mas não no intuito de usufruir ou de dispor dele livremente. Além disso, a expressão “não implica título legal de propriedade”, para a definição de custódia, significa que o exercício da proteção pode atingir os documentos considerados sob ameaça ou que preventivamente precisam ser protegidos de qualquer dano.

O terceiro grupo considera que a custódia “não inclui o direito de controle de acesso”, expressão que foi detectada nas versões em inglês e italiano, do MAT e no *Diccionario*, de López Yepes. Essa expressão significa que essa proteção não tem como consequência o direito de impedir o acesso aos documentos, que deve ser regulado por outros dispositivos.

Por último, o *Glossary* é o único que se refere à finalidade da custódia, isto é, que o cuidado e o controle são para segurança e preservação, reforçando a ideia de proteção e salvaguarda.

Com relação ao termo “custódia legal” — que aparece no *Glossary* e também no MAT em inglês, com a mesma definição: “A propriedade e a responsabilidade por criar política de acesso aos materiais, independentemente de sua localização física” — merece uma breve análise.

Esse termo também aparece no dicionário jurídico americano *Black's law dictionary*, o qual define custódia legal (*legal custody*) como “material documental ou documentos arquivísticos sob o controle legal, propriedade, com acesso a possuir ou a responsabilidade por” (Black, 1990).

Assim, a custódia legal, no âmbito norte-americano, significa explicitamente propriedade e é dirigida especificamente para os documentos arquivísticos e não para qualquer coisa ou pessoa que esteja sob custódia.

A legislação arquivística americana também prevê o termo “custódia legal”. O *Code of Federal Regulations* - CFR (U.S. Government Publishing Office), quando define o significado dos “arquivos nacionais” dos Estados Unidos, explica que os documentos originários das agências, selecionados como tendo valor suficiente para a preservação contínua, passam para a custódia legal do arquivista (diretor do National Archives), significando que esse custodiante detém legalmente a posse desses documentos:

National Archives of the United States é o conjunto de todos os documentos selecionados pelo arquivista dos Estados Unidos, em virtude de terem suficiente valor histórico ou outro para tornar necessária sua preservação contínua pelo governo federal e que foram transferidos para a *custódia legal* do arquivista dos Estados Unidos (U.S. Government Publishing Office). (tradução e grifos nossos).

Esta situação apresentada pela legislação norte-americana significa que há uma divisão no conceito de custódia: a custódia física, que significa guarda e posse, e a custódia legal, exercida pelo arquivista, como responsável pela instituição arquivística, o qual detém a propriedade sobre os documentos custodiados. No entanto, a maioria dos dicionários, oriundos de outros países e tradições jurídicas, considerou que a custódia não implica título de propriedade e a visão americana criou dois termos com significados diferentes. Na situação da organização produtora, esta detém a posse, custódia física, e no caso do Arquivo Nacional, este detém a propriedade, e, portanto, a custódia legal sobre os documentos ali preservados e acessíveis.

A diferença entre custódia física e custódia legal reside na posse e na propriedade respectivamente, e está articulada com a diferença entre os *records* e os *archives*. Na visão americana, somente os *records*, que têm suficiente valor histórico ou cultural, merecem se tornar *archives* e ingressarem na instituição arquivística. Um dos expoentes dessa visão é Schellenberg que esclarece sua definição de arquivo: “Os documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, *merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa* e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente” (Schellenberg, 2006, p. 41).

Na visão schellenberguiana, que também foi assumida pela legislação e amplamente pela arquivística norte-americana, os documentos arquivísticos (*records*), ao serem considerados de valor, mudam de categoria e passam a integrar o National Archives, entendido como um grande conjunto de documentos que foram selecionados para preservação permanente na instituição arquivística.

Assim, as unidades produtoras, as agências, produzem *records*, os quais são mantidos e posteriormente avaliados. Se selecionados para preservação, mudam de status e passam a ser *archives*.

Essa visão, que designa os documentos dos produtores como *records* e aqueles que são custodiados pela instituição arquivística como *archives*, irá determinar a divisão entre a posse e a propriedade, e a necessidade de explicitação por meio de um termo novo, a custódia legal.

A responsabilidade por criar uma política de acesso, presente no MAT em inglês e no *Glossary*, é a única aceção que não define custódia como guarda ou cuidado ou mesmo proteção. No contexto americano, como vimos nas definições do *Glossary*, do *Black's law dictionary* e da legislação, isto significa que a missão e finalidade da instituição arquivística têm como objetivo preservar e dar acesso aos materiais custodiados.

A divisão entre custódia física e legal está entre a posse temporária e a propriedade, que é definitiva. Essa propriedade tem uma finalidade específica: estabelecer uma política de acesso para todo o material custodiado, mesmo que este esteja fora do seu edifício, como é o caso dos Arquivos Afiliados² ao National Archives and Records Administration (Nara).

2 Os Arquivos Afiliados, semelhantes às sociedades históricas e aos arquivos estaduais, como a Oklahoma His-

Essas considerações sobre a particularidade do contexto americano não impedem que examinemos os elementos comuns existentes nos significados de “custódia”.

Assim, é possível verificar a existência de elementos comuns a todas essas definições, ainda que apresentem variantes. Esse núcleo comum se refere aos termos “responsabilidade”, “guarda”, “tutela”, “cuidado”, “posse”, “controle”, “proteção”, e ao fato de que a custódia não implica título legal de propriedade.

Os termos “tutela”, “cuidado” e “proteção” apresentam significados análogos ao sentido de resguardo, abrigo e atenção. O termo “controle” significa o domínio. Já o termo “posse” significa deter e reter alguma coisa e, no âmbito dos Arquivos, significa que o custodiante detém os arquivos, ainda que possa não ter o título legal de propriedade.

No Brasil, essa posse física é chamada de “guarda” pelos dicionários brasileiros de terminologia arquivística, como vimos no termo “responsabilidade jurídica de proteção e guarda”, e é possível também ser detectada no dicionário de Ivone Alves et al. (1993), de Portugal, que define custódia como guarda física.

O NÚCLEO COMUM DO TERMO “CUSTÓDIA”

A partir da análise do termo “custódia”, nos dicionários e glossários jurídicos e arquivísticos, e da constatação da existência de um núcleo comum entre as diferentes definições, é possível considerar três elementos essenciais presentes nas definições sobre custódia.

O primeiro elemento é a guarda, ou seja, a custódia significa que existe um lugar para preservar os arquivos e documentos. A guarda abrange a posse, ou seja, os documentos estão retidos e preservados pelo custodiante; em uma palavra, arquivados. Com relação à propriedade legal, o exercício da custódia não é impedido por razões de propriedade, ainda que o material custodiado não seja de propriedade do custodiante, exceto na definição proposta pelo *Glossary*.

O segundo elemento é a proteção, ou seja, os arquivos são um tipo de material que precisa ser cuidado e estar em segurança, em virtude da sua fragilidade e vulnerabilidade. A proteção envolve a responsabilidade legal da instituição (produtora ou preservadora), que tem a custódia dos documentos, pela segurança e preservação dos documentos que não podem ser alterados, subtraídos e danificados.

O terceiro elemento é o aspecto relacional entre o material custodiado e o custodiante, o que nos leva a enfatizar que a custódia é uma relação entre os documentos e as pessoas ou instituições que os preservam.

Dessa forma, em todas as definições encontradas nos dicionários e glossários arquivísticos sobre custódia, fica implícito que os documentos precisam de proteção porque são

torical Society e o New Mexico State Records Center and Archives, estabelecem um acordo formal com o Nara, pelo qual os documentos mantidos por essas entidades passam a integrar o acervo da instituição arquivística. National Archives and Records Administration. Affiliated Archives. Disponível em: <<http://www.archives.gov/locations/affiliated-archives.html#tex-lib>>. Acesso em: 4 jul. 2014.

frágeis tanto do ponto de vista físico como intelectual, sujeitos a vários tipos de perigos à sua durabilidade e manutenção enquanto documentos arquivísticos, e que sua perda, adulteração, falsificação ou mesmo desorganização pode impossibilitar a sua utilização como testemunho das ações. Essa proteção tem por finalidade manter preservado e íntegro o material custodiado.

Nos dicionários de terminologia arquivística, não há diferença entre a custódia exercida no âmbito da organização produtora e na organização arquivística, exceto para o termo “custódia legal” no *Glossary* e no MAT em inglês, os quais apresentam a diferença entre custódia física como posse, custódia legal, com o significado de propriedade e responsabilidade para criar uma política de acesso pela instituição arquivística.

A custódia como proteção e guarda tem como consequência a ideia de que o custodiante deve ser responsável pela proteção física e intelectual, mantendo as características dos documentos, sua autenticidade e os inter-relacionamentos entre esses, assegurando a estabilidade e a segurança dos documentos custodiados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo inicial delimitar o sentido de custódia tanto para a preservação e acesso de documentos convencionais como digitais, já que esta foi conceituada criticamente pelos pós-custodialistas como guarda física exercida por uma instituição arquivística central. A pesquisa demonstrou que o sentido primário, revelado pela origem latina do termo, é guarda, proteção e conservação. Além disso, as definições dos dicionários jurídicos apresentaram também significados consensuais e análogos a esses sentidos primários, bem como indicaram a existência de uma relação entre o material custodiado e o custodiante, juntamente com explicitação de que custódia não implica necessariamente propriedade, ainda que, no mundo anglo-saxão, exista uma distinção entre a custódia física e a custódia legal.

A investigação nos possibilitou apresentar algumas considerações gerais sobre a custódia.

A primeira diz respeito à vinculação estreita entre o conceito de custódia e o conceito de arquivo. Na medida em que a custódia significa proteção responsável pelos documentos, este significado deve estar associado às definições do termo “arquivo”, pois a preservação dos documentos precisa de um lugar e de um agente responsável como forma de assegurar a continuidade, a autenticidade e o acesso aos arquivos e documentos, independentemente dos documentos serem convencionais ou digitais.

A segunda consideração diz respeito ao sentido que é atribuído pelas organizações produtoras e pela instituição arquivística. O sentido de custódia para as pessoas e organizações produtoras significa que os documentos devem ser guardados e arquivados para ação e referência, e, portanto, a preservação é um requisito para a existência do documento arquivístico, na medida em que estar arquivado é a condição de possibilidade de manter o vínculo arquivístico, entendido como os inter-relacionamentos entre os documentos.

O sentido de custódia para as entidades de preservação significa que, ao receberem os documentos de diferentes organizações produtoras, a instituição assume a custódia des-

ses documentos e, portanto, a responsabilidade de manter as características originais dos documentos, como a autenticidade e o vínculo arquivístico, a fim de garantir o acesso e a disponibilidade dos documentos sob sua guarda. A preservação e o acesso passam a ser a finalidade dos documentos custodiados.

Assim, a custódia pode ser entendida por dois pontos de vista diferentes: dos produtores e das instituições arquivísticas. Para o primeiro, a custódia tem o sentido de reter os documentos para ação ou referência. Para as instituições arquivísticas, a custódia tem o sentido de preservar para os seus usuários.

Enquanto que, na perspectiva do produtor, o documento é mantido, de forma que o vínculo entre os documentos seja estabelecido, e este possa se tornar um documento arquivístico e sua retenção ser condição para a existência do documento enquanto documento arquivístico, na perspectiva do preservador, a preservação é uma finalidade da instituição a fim de disponibilizar o material custodiado.

Durante a pesquisa, identificamos ainda a existência de diferenças jurídicas importantes quanto à definição de custódia. Nos Estados Unidos, o conceito de custódia, para os arquivos, foi considerado sob dois aspectos: custódia física e custódia legal. O primeiro diz respeito à guarda física e proteção, e o segundo se refere à propriedade e à política de acesso. Essa noção de custódia como propriedade não existe no nosso direito nem no de vários países, pois os dicionários arquivísticos e os jurídicos não designam uma custódia específica para os arquivos, como é apresentado na legislação e no dicionário jurídico norte-americanos. O termo “custódia” serve tanto para os arquivos como para outros objetos e mesmo para pessoas. A ideia de que custódia legal é propriedade e custódia física é posse acabou criando uma situação singular para os arquivos americanos. Os produtores detêm a custódia física, mas a custódia legal, a propriedade, só pode ser exercida pela instituição arquivística e apenas em relação àqueles documentos que foram selecionados para a preservação permanente e destinados à instituição arquivística. Isto significa que a divisão entre *records* e *archives* não é somente uma opção intelectual, mas ganhou forma legal, na divisão entre custódia física, no caso dos *records*, e custódia legal, para os *archives*.

Por último, devemos ressaltar que a custódia de documentos convencionais e digitais por si só não garante que a preservação será realizada, que as condições de guarda serão adequadas e que os documentos permanecerão autênticos e não sofrerão nenhuma intervenção, que altere suas características essenciais. A custódia é um requisito jurídico e arquivístico, que demanda ações e medidas que assegurem a preservação e o acesso em sentido abrangente.

Referências bibliográficas

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*.

ALVES, Ivone et al. *Dicionário de terminologia arquivística*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993.

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p. Publicações técnicas, n. 51.

BLACK, Henry Campbell. *Black's law dictionary*. 6. ed. St. Paul, Minn.: West Publishing Co., 1990. Disponível em: <<https://archive.org/stream/BlacksLaw6th/Blacks%20Law%206th#page/n396/mode/1up>>. Acesso em: 10 maio 2015.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTO, Heloísa Liberalli (coord.). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Centro de Memória da Educação Feusp/Fapesp, 2010. Versão bolso.

COOK, Terry. Archival science and postmodernism. *Archival Science*, v. 1, p. 3-24, 2001.

_____. Electronic records, paper minds: the revolution in information management and archives in the post-custodial and post-modernist era. *Archives & Social Studies: a journal of interdisciplinary research*, Cartagena (Espanha), v. 1, n. 0, p. 399-443, mar. 2007.

CUNNINGHAM, Adrian. Postcustodialism. In: DURANTI, Luciana; FRANKS, Patricia (ed.). *Encyclopedia of archival science*. Lanham (Maryland): Rowman & Littlefield, 2015. p. 274-278.

DICIONÁRIO da língua brasileira Caldas Aulete. Lexikon editora digital, 2008, versão online. Disponível em: <<http://aulete.com.br>> Acesso em: 10 ago. 2015.

DURANTI, Luciana. Rumo a uma teoria arquivística de preservação digital: as descobertas conceituais do projeto InterPARES. Tradução de Jerusa Gonçalves de Araújo. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2005.

_____. Archives as a place. *Archives & Social Studies: a journal of interdisciplinary research*, Cartagena (Espanha), v. 1, n. 0, p. 445-466, mar. 2007.

DURANTI, Luciana; EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather. *The preservation of integrity of electronic records*. Vancouver (Canadá): School of Library, Archive and Information Studies, University of British Columbia, 2007. Disponível em: <www.interpares.org/UBCProject/index.htm>. Acesso em: 27 jun. 2015.

FARIA, Ernesto (org.). *Dicionário escolar latino-português*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Campanha Nacional de Material de Ensino, 1962.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES (ICA). *Multilingual archival terminology*. 2013. Disponível em: <<http://icarchives.webbber.co.uk/14716/methodology/lauching-the-project.html>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

LÓPEZ YEPES, José. *Diccionario enciclopédico de ciencias de la documentación*. Madrid: Síntesis, 2004.

NATIONAL ARCHIVES AND RECORDS ADMINISTRATION. *Affiliated Archives*. Disponível em: <<http://www.archives.gov/locations/affiliated-archives.html#tex-lib>>. Acesso em: 4 jul. 2014.

PEARCE-MOSES, Richard. *A glossary of archival and records terminology*. Chicago: The Society of American Archivists, 2005. Disponível em: <http://www.archivists.org/glossary/index.asp>. Acesso em: 12 jul. 2015.

SHELLENBERG, Theodore R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 6. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. 380 p.

SILVA, De Plácido e. *Vocabulário jurídico*. 30. ed. Atualização de Nagib Slaibi Filho e Priscila Pereira Vasques Gomes. Rio de Janeiro: Forense, 2013. 1.502 p.

SILVA, Margareth da. *O arquivo e o lugar: a custódia arquivística como responsabilidade pela proteção aos arquivos*. 2015. 232 p. Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

THOMASSEN, Theo. The development of archival science and its European dimension. In: SEMINAR FOR ANNA CHRISTINA ULFSPARRE, 1999, Estocolmo, Suécia. National Archives, Estocolmo, February 1999. Disponível em: <<http://daz.hr/zad/arhol/the-development-of-archival-science-and-its-european-dimension/>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

_____. Turning archival thinking upside down: archival theory and the use of databases. In: ENCONTRO DE BASE DE DADOS SOBRE INFORMAÇÕES ARQUIVÍSTICAS, 2., 2007, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2007. p. 10-21.

UNITED STATES. U. S. Government Publishing Office. *Electronic Code of Federal Regulations*. Title 36, chapter XII, subchapter B, part 1.220 – Federal Records; General, §1.220.18. Disponível em: <http://www.ecfr.gov/cgi-bin/text-idx?SID=60c8e70a10f4f7fd27fb8e2bba096190&node=36:3.0.10.2.10&rgn=div5#se36.3.1220_118>. Acesso em: 10 jul. 2015.

Recebido em 15/11/2015

Aprovado em 16/6/2016

GESTÃO E PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS

REVISITANDO ALGUNS DOS CONCEITOS QUE AS PRECEDEM

MANAGEMENT AND PRESERVATION OF DIGITAL RECORDS

REVISITING SOME CONCEPTS THAT PRECEDE THEM

CLAUDIA LACOMBE | Supervisora da equipe de gestão de documentos digitais no Arquivo Nacional, graduada em História e mestre em Informática. Presidente da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos. Pesquisadora do Projeto InterPARES Trust, coordenou o TEAM Brasil no InterPARES 3.

ROSELY CURI RONDINELLI | Arquivista da Fundação Casa de Rui Babosa, doutora em Ciência da Informação. Membro da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos e coordenadora da equipe de tradução do glossário multilíngue do Projeto InterPARES Trust.

RESUMO

Este artigo aborda o processo de revisão de alguns conceitos básicos da arquivologia e da diplomática a partir da reassociação dessas duas áreas do conhecimento, estimulada pela disseminação da tecnologia digital no mundo do trabalho e nos espaços domésticos. Assim, alguns conceitos são analisados e reinterpretados à luz de uma abordagem interdisciplinar envolvendo arquivologia, diplomática e tecnologia digital.

Palavras-chave: documento arquivístico digital; documento arquivístico original; imparcialidade; autenticidade.

ABSTRACT

This article discusses the process of revisiting some basic concepts of archival science and diplomacy from the re-association of these two areas of knowledge stimulated by the spread of digital technology in the workplace and domestic spaces. Thus, some concepts are analyzed and reinterpreted in the light of an interdisciplinary approach involving archival science, diplomacy and digital technology.

Keywords: digital record; original record; impartiality; authenticity.

RESUMEN

Este artículo analiza el proceso de revisión de algunos conceptos básicos de la archivística y de la diplomática desde la re-asociación de estas dos áreas estimulada por la propagación de la tecnología digital en el trabajo y en los espacios domésticos. Algunos conceptos son analizados y reinterpretados con un enfoque interdisciplinario que involucra la archivística, la diplomática y la tecnología digital.

Palabras clave: documento de archivo digital; documento de archivo original; imparcialidad; autenticidad.

Desde a segunda metade dos anos de 1980, quando a tecnologia digital começou seu processo de disseminação na sociedade moderna, até os dias de hoje, a gestão e a preservação de documentos arquivísticos digitais evoluíram do impacto inicial entre os próprios arquivistas e o mundo do trabalho para o reconhecimento da importância da sua implementação em instituições públicas e privadas em geral. É fato que essa implementação carece ainda de isonomia, principalmente, em relação aos países em desenvolvimento. Entretanto, a percepção da necessidade de adoção de procedimentos arquivísticos para a produção e manutenção, a curto, médio e longo prazo, de documentos arquivísticos digitais confiáveis e autênticos é algo incontestável. Nesse processo de conscientização, há que registrar o importante papel da comunidade acadêmica arquivística, nacional e internacional, com seus importantes projetos de pesquisa, estudos de caso e eventos sobre as implicações da tecnologia digital no pensar e fazer arquivísticos.

Na verdade, as iniciativas acadêmicas ora mencionadas significaram um verdadeiro processo de revisitação da teoria, metodologia e práticas preconizadas pela arquivologia até então. Nesse processo, a interdisciplinaridade com áreas do conhecimento como a diplomática, o direito e mesmo a filologia emergiu de um certo esquecimento, sobretudo em comparação à história, para um reavivamento bastante profícuo.

Vejamos o caso de alguns conceitos cuja revisitação os ilumina de tal maneira que ao mesmo tempo em que demonstra sua perfeita adequação ao ambiente digital, leva a uma aplicação segura dos mesmos nesse ambiente.

DOCUMENTO, INFORMAÇÃO, DADO, DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO, DOCUMENTO DIGITAL E DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO DIGITAL

Começamos pelo conceito do próprio objeto da arquivologia, o documento arquivístico, cujos alicerces, num primeiro momento, pareciam bastante abalados pela tecnologia computacional. Afinal, um dos primeiros impactos dessa nova realidade tecnológica foi a separação do que até então parecia inseparável, ou seja, documento e suporte. Junte-se a isso a maneira aleatória com que os profissionais da então chamada “informática” passaram a se referir à cadeia semântica de bits, chamando-a ora de dado, ora de informação, ora de arquivo. Era preciso sair da perplexidade. E assim fizeram os estudiosos da arquivologia, empenhando-se em mostrar a diferença entre documento, informação, dado, documento arquivístico, documento digital e, finalmente, na ponta dessa hierarquia conceitual, o documento arquivístico digital. Apresentemos cada um deles.

Em relação ao termo “documento”, este é entendido por Vicente Cortes Alonso (1989, p. 57) como “testemunho da atividade do homem, fixado em um suporte perdurável”.

De acordo com Meadow e Yuan (1997, p. 701) “informação” é um “conjunto de símbolos com significado para o receptor”.

O termo “dado” é visto por MacGuerry (1984, p. 19) como “matéria prima a partir da qual se pode estruturar informações [...] ou qualquer conjunto de símbolos a partir do qual outros símbolos podem ser produzidos”. Observa-se nessa definição a ideia de dado como fragmen-

tos que precisam ser reunidos em algo mais complexo e estruturado, ou seja, a informação.

Para o conceito de "documento arquivístico" recorremos à Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos – CTDE (2014), do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), que define essa entidade como sendo o "documento produzido (elaborado ou recebido), no curso de uma atividade prática, como instrumento ou resultado de tal atividade, e retido para ação ou referência".

A partir das definições, ora apresentadas, podemos inferir que documento é uma informação registrada num suporte que, quando produzido no decorrer das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, se constitui em documento arquivístico, e as menores partes desse documento (data, local, remetente, destinatário etc) são identificadas como dados.

Dessas inferências, chegamos aos conceitos de documento digital e documento arquivístico digital.

Segundo a CTDE (2014), documento digital é a "informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional". A mesma Câmara define documento arquivístico digital como o "documento digital reconhecido e tratado como um documento arquivístico".

A maneira hierárquica como os conceitos são aqui apresentados, demonstra como cada um traz dentro de si a semente do outro, num advir harmônico, sem rupturas, que só confirma a solidez dos princípios teóricos da arquivologia em meio à realidade digital.

Resta, porém, considerar a questão do suporte. Sempre visto como um elemento importante para a análise diplomática dos documentos, em especial os medievais, devido à sua condição indissociável dos mesmos, o documento digital rompe essa realidade na medida em que

[...] (1) suporte e mensagem já não estão mais inextricavelmente unidos; (2) o que está escrito ou afixado no suporte não é o documento em si (palavras ou imagens), mas uma cadeia de bits; (2) a escolha de um suporte pelo produtor ou mantenedor do documento é sempre arbitrária e não carrega nenhum significado em particular (MacNeil et al., 2005, p. 27).

E qual seria a implicação disso no conceito de documento ou de documento arquivístico? Nenhuma. Simplesmente a diplomática reconhece a especificidade do documento gerado em ambiente computacional e muda a condição de elemento intrínseco do documento, própria do suporte papel, passando a inseri-lo no contexto tecnológico dos documentos digitais, mais especificamente como *hardware*.

DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO ORIGINAL

Ao contrário do que dizem os profissionais da tecnologia digital sobre a perda de sentido do conceito de documento original no contexto dessa tecnologia, o referido conceito não só mantém sua importância no mundo dos bits como ainda assume maior complexidade. Na verdade, trata-se de mais um caso em que a parceria de sempre entre arquivologia e diplomática aponta equívocos e esclarece definitivamente a questão.

Segundo MacNeil (2000, p. 103), com base na diplomática, um documento original “é o primeiro documento completo e efetivo”. Em outras palavras, para ser original um documento tem que ser, ao mesmo tempo, o primeiro, estar completo e efetivar a ação para a qual foi produzido. Assim, não basta ser o primeiro, mas estar pronto e efetivar a ação à qual se refere.

Levemos agora o conceito apresentado para o contexto digital ou, mais precisamente, para um contexto híbrido.¹ Consideremos como exemplo um relatório anual de atividades de uma determinada instituição, digitado em *Word* ou em qualquer outro processador de texto, impresso e entregue à autoridade administrativa competente. Qual deles seria o original, o digital ou o impresso? Com base no conceito apresentado anteriormente, identificamos que o original é o relatório impresso por ser o primeiro, por estar completo e por ter cumprido a função para a qual foi produzido, ou seja, relatar a quem de direito as atividades realizadas num determinado ano. Quanto ao relatório digitado, este se configura como uma minuta passível de descarte sumário.

Tomemos agora outro exemplo, desta vez envolvendo uma mensagem de correio eletrônico (*e-mail*). Suponhamos que o diretor de uma instituição envie um *e-mail* ao coordenador de um determinado projeto, convidando-o para uma reunião. A secretária do coordenador imprime o *e-mail* e o insere no processo ou dossiê, relativo ao projeto. Qual deles é o original, o que se encontra na caixa de entrada do computador do coordenador ou o impresso? Mais uma vez, o conceito de documento original, cunhado pela diplomática, vem em nosso socorro, ajudando-nos a identificar a mensagem de correio eletrônico digital como original e a impressa como cópia. Isto porque é a mensagem que, uma vez enviada, efetiva a ação para a qual foi produzida, convidar o destinatário para a reunião. Logo, é esta mensagem digital que se caracteriza como primeira, completa e efetiva, cabendo à impressa o status de cópia. Ocorre que, diferentemente do primeiro exemplo, neste, ambos os documentos, isto é, original e cópia, deverão ser mantidos, uma vez que a cópia passou a integrar o processo ou dossiê sobre o projeto.

Há que esclarecer ainda que, em ambos os casos, original e cópia se configuram como documentos válidos, ou seja, o relatório impresso qualificado como original é tão legítimo quanto o *e-mail* impresso qualificado como cópia, mais precisamente cópia com valor de original para fins do processo ou dossiê.

O DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO COMO PROVA E A CARACTERÍSTICA DA IMPARCIALIDADE

Passemos agora a outro tema que, embora tenha estado sempre presente no âmbito dos documentos arquivísticos não digitais, ganha maior repercussão com a chegada da tecnologia computacional. Trata-se do uso do termo “prova”, ou “evidência”, para qualificar os documentos arquivísticos. Diz-se que esses documentos se constituem em prova/evidência

¹ Ambiente constituído por documentos digitais e não digitais ao mesmo tempo.

de ação. Na verdade, o termo “prova” é o que vem sendo adotado entre os profissionais de arquivo no Brasil, sendo “evidência”, característico da literatura arquivística de língua inglesa.

Mas por que os termos em questão ganharam mais ênfase na comunidade arquivística a partir do advento dos documentos digitais?

No entender de Brothman (2002), essa ênfase ocorreu devido à necessidade que os arquivistas sentiram de melhor situar a si mesmos e a arquivologia em meio à realidade digital. No entendimento do autor, diante da multiplicação de informações facilitada pela tecnologia computacional, era preciso demonstrar, de maneira mais incisiva, que o objeto da arquivologia era o documento como prova das ações humanas e não simplesmente informações de todo tipo.

Ocorre que, no Brasil, tanto no passado como no presente, prevalece uma não percepção de que o uso do termo “prova” pressupõe uma noção clara de suas desigualdades semânticas em relação ao vernáculo e à área jurídica. Vejamos, pois, essa diferença com base na associação da filologia e do direito com a arquivologia.

Em relação ao vernáculo, o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (Houaiss, 2001, p. 2.320), define “prova” como: “aquilo que demonstra que uma afirmação ou fato são verdadeiros; [...]; manifestação, sinal [...]”.

Já segundo o *Vocabulário jurídico* (Silva, 2009, p. 1.120), o termo “prova” significa

[...] a demonstração que se faz, pelos meios legais, da existência ou veracidade de um fato material ou de um ato jurídico, em virtude da qual se conclui pela existência do fato ou do ato demonstrado. A prova consiste, pois, na demonstração da existência ou da veracidade daquilo que se alega como fundamento do direito que se defende ou que se contesta.

Observamos que ambos os autores das obras citadas entendem o termo “prova” como demonstração da verdade, a diferença estando no fato de que, na concepção jurídica, essa demonstração pressupõe a existência de uma questão judicial, ou seja, de um litígio que precisa ser esclarecido com base em dispositivos legais. Se assim é, considerar o documento arquivístico como prova sem nenhuma explicação sobre o sentido desse termo no âmbito arquivístico, equivale a dizer que existe uma intenção de produzir provas já no momento em que esse documento é gerado, intenção essa que fere profundamente a essência da entidade arquivística, entendida como registro natural e imparcial das ações humanas. Afinal, como argumenta Duranti (2002), se um documento é produzido com a intenção de ser prova, essa prova já está comprometida e o documento prejudicado no seu potencial uso como tal. Trata-se das características de naturalidade e imparcialidade do documento arquivístico sobre as quais falaremos mais adiante.

Mas que sentido arquivístico para o termo “prova” seria esse? Vejamos o que nos diz Jennifer Meehan, autora canadense estudiosa do assunto.

Primeiramente, há que elucidar que, embora as reflexões da autora se deem no âmbito do direito comum, predominante em países de língua inglesa, e não no direito civil, carac-

terístico de países de origem latina, e em que pese as diferenças entre os termos prova e evidência nessas duas tradições jurídicas, entendemos que a abordagem de Meehan não compromete sua análise do termo evidência em relação ao termo prova adotado no Brasil.

Segundo Meehan (2006, p. 137), com base em juristas americanos com uma visão mais expandida do termo evidência, este não significa nada em si mesmo, ao contrário, “está sempre apontando para alguma coisa além” que poderá ou não provar um fato “ou adquirir conhecimento sobre um evento passado”.

Observe-se a afinidade dessa ideia com o significado do termo prova apresentado anteriormente pelo léxico da nossa língua, quando acrescenta a esse termo o sentido de “manifestação, sinal”. O documento seria então um sinal que apontaria para algo fora dele, isto é, para o evento que o originou. Trata-se da apresentação da noção de evidência como relação entre proposições, isto é, “uma proposição a ser provada e uma proposição que prova” (Meehan, 2006, p. 137).

O ponto central do pensamento de Meehan (2006, p. 139) é que evidência não é inerente ao documento arquivístico ou, nas palavras da autora, “um conceito arquivístico de evidência assume que evidência é uma relação que pode ser associada com um documento arquivístico, mas não é, e não pode estar contida num documento arquivístico”.

Assim, no entender da autora, o documento de arquivo tem um potencial de relação com um evento ocorrido, o que equivale a dizer que o documento não contém evidência, apenas aponta para eventos que vão além dele. Nesse contexto, “o processo de se chegar a uma compreensão dos eventos aos quais o documento se refere, é uma questão de inferência”, isto é, “sempre uma contingência apenas, nunca uma certeza” (Meehan, 2006, p. 140).

Por essas palavras, percebemos a sua insistência em salientar a questão da relatividade e da inferência no âmbito da sua discussão do documento arquivístico como evidência, ou, como se diz no Brasil, como prova. No entender da autora (2006, p. 140), evidência é uma “relação entre documento arquivístico e evento”, evento esse que poderá ou não ser compreendido a partir de inferências tiradas dessa relação. Trata-se, pois, de reconhecer a relação visceral entre documento e ações humanas, verdadeira simbiose tão bem retratada por Levy (2014) ao declarar: “Eu vim a entender documentos comparando-os com seres humanos. Documentos são substitutos de pessoas. São pedaços do mundo material (pedra, barro, madeira, papel e agora silicone) que nós criamos para falar por nós”.

Ver os documentos como verdadeiros substitutos ou representantes das pessoas é identificá-los com elas e sua maneira de “ser no mundo” (Heidegger apud Safranski, 2005). Se assim é, podemos inferir que não incorremos em nenhum equívoco quando afirmarmos que o documento arquivístico é prova do agir humano, apenas precisamos reconhecer a necessidade de se explicar o contexto em que se ocorre essa afirmação. Para tanto, há que deixar claro que, por tal assertação, estamos a dizer que o documento arquivístico aponta para o evento que registra, estabelecendo com ele uma relação de inferências.

Consideremos agora a questão da naturalidade e da imparcialidade, apontadas por estudiosos da arquivologia como Jenkinson, Duchein, Heredia, Duranti, Eastwood e outros, como duas importantes características do documento arquivístico.

Em relação à naturalidade, esta é entendida como a maneira natural e espontânea como os documentos arquivísticos são produzidos por pessoas físicas ou jurídicas no decorrer de suas atividades. Duchein (1989, p. 14 apud Rodríguez Bravo, 2002, p. 141) insere essa característica no seu próprio conceito de arquivos quando diz que estes são documentos “produzidos natural e *inevitavelmente* (grifo nosso) pela própria atividade de uma administração, de um ente, de uma empresa, de uma família ou inclusive de uma pessoa”.

Como decorrência desse aspecto, tem-se a imparcialidade a qual, no entendimento de Jenkinson (1922), se refere a uma veracidade inerente ao documento arquivístico pelo fato deste ser produzido no curso normal das atividades e não com vistas a influir em julgamentos futuros. Duranti (1994) nos ajuda a entender melhor a questão quando esclarece que dizer que o documento arquivístico é imparcial não significa que quem o produz é isento de ideias pré-concebidas, mas sim que as razões e as circunstâncias da sua criação garantem que o mesmo não foi produzido sob o temor do “olhar público”. Assim, o documento arquivístico se constitui numa “[...] *promessa de fidelidade* (grifo nosso) aos fatos e ações que manifesta e para cuja realização contribui” (Duranti, 1994, p. 2).

Na mesma linha de Jenkinson e de Duranti, Eastwood também apresenta a imparcialidade como uma das características importantes do documento de arquivo. Tal como esses dois autores, Eastwood (2010) considera que, em comparação com textos históricos conscientemente elaborados como crônicas e memórias, os arquivos nascem naturalmente como registros espontâneos dos fazimentos da sociedade humana. Nesse sentido, o autor identifica os documentos arquivísticos como um produto social, ou seja, como entidades que revelam e testemunham os feitos da sociedade devidamente representada por pessoas físicas e jurídicas.

Em que pese sua adesão à característica de imparcialidade do documento arquivístico, Eastwood (2010, p. 9-10) reconhece que a mesma tem sido veementemente criticada por muitos arquivistas que não a reconhecem como uma questão que mereça ser levada em conta.

Também no Brasil, a imparcialidade documental tem sido bastante rejeitada por muitos profissionais da área arquivística que a consideram uma visão ingênua sobre o que vem a ser um documento arquivístico, o qual jamais estaria livre de segundas intenções. No entanto, é interessante observar que os que pensam assim não veem nenhuma contradição com o fato de considerar o documento arquivístico como prova de ação. Mas, como o ente que prova algo pode ter sido produzido de maneira parcial? Ou ainda, por que instituições criadas em regimes de exceção, visando à defesa da segurança nacional, por exemplo, produziriam documentos contra si mesmos?

Não seriam estes, então, argumentos consistentes em favor da produção “inevitável”, como nos diz Duchein, dos documentos arquivísticos? Não estaria aí a ideia do documento como sinal natural e imparcial de algo?

Finalizemos, pois, com a proposta de Meehan de entendimento do documento arquivístico como prova no sentido de um ente que aponta para o fato ao qual se refere, estabelecendo com este uma relação a partir da qual “inferiremos” coisas passíveis de novas conclusões por nós mesmos e por outros.

O CONCEITO DE AUTENTICIDADE E O DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO DIGITAL

A autenticidade é outra característica importante para que o documento arquivístico seja considerado prova de uma atividade. Entretanto, tal como no caso da imparcialidade, a autenticidade também é vista como um conceito controverso, desta vez entre arquivistas e os profissionais da tecnologia digital. Tratemos, pois, a questão primeiramente do ponto de vista arquivístico, apresentando seu conceito, bem como as boas práticas preconizadas pela arquivologia para a manutenção de documentos arquivísticos digitais autênticos pelo tempo necessário.

Segundo a CTDE (2014), autenticidade é a “credibilidade de um documento enquanto documento, isto é, a qualidade de um documento ser o que diz ser e que está livre de adulteração ou qualquer outro tipo de corrupção”.

De acordo com as “Diretrizes para presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais”, aprovadas pela resolução n. 37 do Conselho Nacional de Arquivos, de 19 de dezembro de 2012, a autenticidade dos documentos arquivísticos envolve três aspectos diferentes: legal, diplomático e histórico. O texto da Resolução descreve esses três aspectos da seguinte maneira:

Documentos legalmente autênticos são aqueles que dão testemunhos sobre si mesmos em virtude da intervenção, durante ou após sua produção, de uma autoridade pública representativa, garantindo sua genuinidade.

Documentos diplomaticamente autênticos são aqueles que foram escritos de acordo com a prática do tempo e lugar indicados no texto e assinados pela pessoa (ou pessoas) competente para produzi-los.

Documentos historicamente autênticos são aqueles que atestam eventos que de fato aconteceram ou informações verdadeiras” (Conselho Nacional de Arquivos, 2012, p. 3).

O aspecto legal diz respeito à autenticação do documento por uma autoridade competente. O aspecto histórico da “autenticidade” se aproxima do conceito diplomático de “confiabilidade”, que diz respeito à veracidade do conteúdo do documento e está relacionado ao momento da produção documental. Já o aspecto diplomático diz respeito à manutenção do documento conforme foi produzido, sem que tenha ocorrido nenhuma alteração, lícita ou ilícita. Os três aspectos são independentes, de tal modo que um documento pode ser considerado autêntico de acordo com um e não autêntico conforme o outro. Por exemplo, o conteúdo do documento pode ser falso, apesar de assinado (autenticado) por quem de direito e mantido ao longo do tempo exatamente como foi produzido.

No que tange ao potencial de prova do documento arquivístico, a autenticidade do ponto de vista legal, diplomático e histórico é fundamental. Ocorre que, no contexto digital, essa

característica está especialmente ameaçada em relação ao aspecto diplomático, devido à facilidade com que esses documentos podem ser alterados sem deixar rastros.

Um dos grandes desafios para o arquivista, na era digital, é manter o documento autêntico ao longo do tempo, ou seja, garantir que o documento, que está no arquivo, seja exatamente aquele que foi produzido.

Mas afinal, como o arquivista pode verificar se um documento arquivístico digital é autêntico e o que deve fazer para mantê-lo assim pelo tempo necessário? Encontramos um caminho para responder a essa pergunta a partir dos resultados do Projeto InterPARES² 1 e 2, que estudou profundamente a questão e apresentou um modelo de presunção de autenticidade, bem como recomendações para sua manutenção ao longo do tempo.

De acordo com o Projeto InterPARES, a autenticidade dos documentos arquivísticos digitais encontra-se especialmente em condição de vulnerabilidade quando estes documentos estão fora do controle de um sistema informatizado, como por exemplo, quando documentos são transmitidos para pessoas ou outros sistemas, quando a tecnologia em uso é atualizada ou substituída (migração) ou ainda quando os documentos mudam de custódia (Duranti et al., 2008). Assim, é fundamental a adoção de técnicas de autenticação que declarem que os documentos digitais produzidos e mantidos são autênticos, a fim de evitar que sejam rejeitados ou repudiados como provas de ações. Nesse sentido, foram apresentadas pelo Projeto duas maneiras de se proceder à autenticação de um documento digital: dependente de tecnologia ou independente de tecnologia. Cada uma delas tem seu momento e uso adequados.

Uma autenticação independente de tecnologia é uma presunção de autenticidade que é feita com base na análise da forma e do conteúdo dos documentos e do ambiente em que foram produzidos e mantidos. Outro elemento importante dessa autenticação é a confirmação da existência de uma cadeia de custódia ininterrupta dos documentos, desde o momento da sua produção até a transferência para o Arquivo responsável pela sua preservação. Uma quebra nessa cadeia de custódia pode significar a perda de controle sobre os documentos e, conseqüentemente, torná-los vulneráveis à adulteração.

A análise da forma e do conteúdo dos documentos pode ser apoiada na metodologia de análise diplomática³ de documentos digitais apresentada pelo Projeto InterPARES.

Já a avaliação do ambiente de produção e manutenção dos documentos compreende procedimentos de controle dessa produção e manutenção, o sistema informatizado e a própria

2 Projeto de pesquisa acadêmica internacional sobre preservação de documentos arquivísticos digitais autênticos, coordenado pela professora Luciana Duranti e desenvolvido em três fases (1999-2001, 2002-2006, 2007-2012) na Universidade de British Columbia, Canadá. Mais informações na página da Web <www.interpares.org>.

3 A análise diplomática estuda a estrutura formal do documento, com o objetivo de avaliar a confiabilidade e a autenticidade do documento. É tradicionalmente empregada em documentos em papel. O Projeto InterPARES propôs uma metodologia para aplicar esta análise aos documentos digitais. Mais informações em: Template for Diplomatic Analysis, disponível em: <http://www.interpares.org/display_file.cfm?doc=ip3_template_for_diplomatic_analysis.pdf>.

entidade produtora/custodiadora dos documentos. As “Diretrizes para presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais” elencam os elementos a serem analisados:

Os procedimentos de controle compreendem quem produz, mantém/usa e preserva os documentos arquivísticos digitais e como essas ações são realizadas. Assim, é preciso que se definam direitos de acesso, espaços de trabalho (produção, recebimento, alteração, classificação, registro de metadados, arquivamento e desatinação), conjunto de metadados e procedimentos de preservação.

O sistema informatizado tem que ser confiável. Para tanto deve incluir trilhas de auditoria, controle de acesso de usuários, métodos robustos para garantir a integridade dos documentos (como *checksum* ou *hash*), meios de armazenamento estáveis e medidas de segurança para controlar o acesso indevido à infraestrutura tecnológica (computadores, rede e dispositivos de armazenamento).

A entidade produtora e/ou custodiadora dos documentos arquivísticos digitais tem que possuir reputação idônea, demonstrar capacidade e conhecimento específico para gerenciar os documentos e, conseqüentemente, inspirar a confiança dos usuários (Conselho Nacional de Arquivos, 2012, p. 4).

Passemos agora à opção de autenticação dependente de tecnologia apresentada pelo InterPares. Trata-se de um "mecanismo tecnológico" que declara a autenticidade de um documento em um dado momento, como acontece com o uso da certificação digital e assinatura digital.

Os profissionais da tecnologia digital, diferentemente dos arquivistas, apontam esta como a maneira mais segura para se autenticar um documento digital. No entanto, cabe chamar a atenção para o fato de que seu uso pode não funcionar no longo prazo, porque essa autenticação toma por base a verificação da cadeia de *bits* original do documento. Acontece que, na eventual realização de uma conversão de formato para garantir o acesso no longo prazo (um procedimento de preservação digital muito utilizado), a nova cadeia de *bits* resultante da conversão não terá mais a assinatura original associada a ela. Apesar da cadeia de *bits* original continuar associada à assinatura digital, depois de um período prolongado, não será mais possível ter acesso ao seu conteúdo e somente a nova cadeia de *bits* resultante da conversão poderá ser lida. Dessa forma, a assinatura digital perde sua função, pois não basta que o documento seja confiável e autêntico, é preciso assegurar que ele possa ser lido e compreendido pelas gerações futuras. Por tudo isso, infere-se que a assinatura digital não fornece as garantias de autenticidade necessárias no arquivamento de documentos digitais por longo prazo.

Por outro lado, um bom uso da assinatura digital acontece na transmissão de documentos digitais entre sistemas e aplicativos de maneira a conferir confiabilidade à transação. Uma vez que, no momento da transferência, o documento não está mais sob os controles do sistema que o enviou, a assinatura digital garante ao sistema destinatário que o documento recebido esteja íntegro.

Por esses motivos, as Diretrizes do Conarq recomendam a adoção de autenticação independente de tecnologia para o arquivamento de documentos arquivísticos digitais. Somen-

te em algumas situações, em especial no momento da transmissão de documentos, se deve fazer uso de autenticação dependente de tecnologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conceitos ora contemplados, à exceção dos que se referem ao documento digital e ao documento arquivístico digital especificamente, são próprios da teoria arquivística e compõem os estatutos epistemológicos da Área independentemente da tecnologia computacional. Foi justamente a solidez desses estatutos que veio à tona quando essa tecnologia saiu do ambiente militar e se disseminou pelo mundo do trabalho e pelos espaços domésticos. No caso dos dois conceitos acima referidos, esses só puderam ser cunhados porque os conceitos de documento e de documento arquivístico já se encontravam consolidados. Se assim é, o que a tecnologia digital trouxe de novo para a arquivologia? Trouxe um processo de revisitação do seu corpo teórico-metodológico e de suas práticas bastante vigoroso. Afinal, o objeto da arquivologia, qual seja o documento arquivístico, passa a se apresentar de uma forma totalmente diferente do que se conhecia até então. Os signos alfabético, numérico, pictográfico, antes diretamente registrados no suporte papel, passam a ser representados por *bits*, inscritos em suportes magnéticos e óticos que precisam ser decodificados por meio de programas computacionais e manifestados em tela para que se tornem compreensíveis aos olhos humanos. Os novos suportes trazem uma peculiaridade: já não mantêm uma relação inextricável com o documento. Ao contrário, são perfeitamente separáveis. Assim, torna-se possível transportar os documentos em mídias soltas como CD, DVD e *pendrive*, e, ao mesmo tempo, mantê-los na máquina de origem.

A pergunta então era: a arquivologia "dará conta" dos "novos documentos"? Foi então que se iniciou o processo de revisitação ao qual nos referimos e que tem seu ápice na reassociação, também surpreendente, da arquivologia com a diplomática e destas com a tecnologia digital. Por essa associação, demonstrou-se que a mesma metodologia de análise documental, preconizada pela diplomática para os documentos medievais, se aplicava perfeitamente aos "novos documentos", permitindo a identificação da entidade arquivística em meio aos inúmeros objetos digitais, sua decomposição nos seus elementos constitutivos, bem como a avaliação do seu grau de autenticidade. Não, não era verdade que princípios arquivísticos tão sólidos como proveniência, respeito aos fundos e ordem original, bem como os conceitos aqui revisitados, haviam sucumbido aos imperativos tecnológicos. Muito ao contrário. Ao "olhar para dentro de si mesma" e ter revisto seu arsenal epistemológico, a partir da tecnologia digital, a arquivologia deu um grande passo adiante, fortalecendo-se enormemente enquanto área do conhecimento. Nesse sentido, Couture (2015, p. 148) nos ensina que é fundamental visitar os princípios básicos da nossa área "a fim de refiná-los, enriquecê-los e melhorá-los." O mesmo autor ainda nos alerta para o fato de que "reexaminar não é rejeitar, visitar não é demolir. Em suma, é preciso distinguir evolução de revolução". Foi justamente essa distinção que MacNeil (2000) fez, há 16 anos, quando inferiu que, quanto à arquivologia, as mudanças trazidas pela tecnologia digital eram incrementais e não radicais.

Resulta-se, pois, que já sabemos, como afirmou Banat-Berger (apud Couture, 2015, p. 150), que “os princípios fundamentais da arquivística resistem bem à era digital”. Sigamos, então, nosso processo de revisitação desses princípios. Façamos dele um instrumento de reafirmação e, ao mesmo tempo, de reinvenção constantes da teoria e prática arquivísticas frente a uma tecnologia que não se cansa de se reinventar.

Referências bibliográficas

BROTHMAN, Brien. Afterglow: conceptions of record and evidence in archival discourse. *Archival Science*, Netherland, v. 2, p. 311-342, 2002.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Conarq). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE). *Glossário* (versão 6.0). Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.conarq.gov.br/images/ctde/Glossario/2014ctdeglossario_v6_public.pdf>. Acesso em: abr. 2016.

_____. Resolução n. 37. Diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/legislacao/resolucoes-do-conarq/279-resolucao-n-37,-de-19-de-dezembro-de-2012.html>>. Acesso em: abr. 2016.

CORTES ALONSO, Vicenta. *Manual de archivos municipales* Madrid: Anabad, 1989. 159 p.

COUTURE, Carol. Arquivística, os arquivistas e os arquivos no Canadá. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 147-161, jul./dez. 2015.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como prova de ação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994.

_____. et al. *Preservation of the integrity of electronic records*. Dordrecht: Kluwer Academic, 2002. 172 p.

_____. et al. Appendix 19: a framework of principles for the development of policies, strategies and standards for the long-term preservation of digital records. [electronic version]. In: DURANTI, Luciana; PRESTON, Randy (ed.). *Internacional research on permanent authentic records in electronic systems – (InterPARES 2): experiential, interactive and dynamic records*. Padova, Italia: Associazione Nazionale Archivistica Italiana, 2008. Disponível em: <http://www.interpares.org/ip2/display_file.cfm?doc=ip2_book_appendix_19.pdf>. Acesso em: abr. 2016.

EASTWOOD, Terry. A contested realm: the nature of archives in the orientation of archives science. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (ed.). *Currents of archival thinking*. California: ABC-CLIO, 2010. p. 3-21.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JENKINSON, Hilary. *A manual of archive administration*. Oxford: Oxford University Press, 1922. 243 p.

LEVY, David. *Where's Waldo?* Reflections on copies and authenticity in a digital environment. Council on Library and Information Resources. 2014. Disponível em: <<http://www.clir.org/pubs/reports/pub92/levy.html>>. Acesso em: abr. 2016.

MCGARRY, K. J. *Da documentação à informação: um conceito em evolução*. Lisboa: Editorial Pre- sença, 1984.

MACNEIL, Heather. *Trusting records: legal, historical and diplomatic perspectives*. Dordrech: Kluwer Academic, 2000. 163 p.

MACNEIL, Heather et al. Part one: establishing and maintaining trust in electronic records: authenticity task force report. In: DURANTI, Luciana (ed.). *Internacional Research on Permanent Authentic Records n Electronic Systems – InterPARES (1): The long-term preservation of the authentic electronic records: findings of the InterPARES Project*. Itália: Archilab, 2005. p. 20-63.

MEADOW, Charles; YUAN, Weijing. Measuring the impact of information: defining the concepts. *Information processing & management*, (S.I.), v. 33, n. 6, p. 697-714, 1997.

MEEHAN, Jennifer. Towards an archival concept of evidence. *Archivaria*, Canadá, n. 61, p. 127-146, 2006.

RODRÍGUEZ BRAVO, Blanca. *El documento: entre la tradición y la renovación*. Gijón: Ediciones Trea, 2002. 281 p.

SAFRANSKI, Rüdiger. *Heidegger, um mestre na Alemanha entre o bem e o mal*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

SILVA, De Plácido e. *Vocabulário jurídico*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 2009. 1.492 p.

Recebido em 18/5/2016

Aprovado em 5/7/2016

ACERVOS DOCUMENTAIS *ON-LINE*, PRÁTICAS DE MEMÓRIA E EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS

ON-LINE ARCHIVAL HOLDINGS, MEMORY PRACTICES AND EDUCATIONAL EXPERIENCES

ADRIANA CARVALHO KOYAMA | Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisadora do Grupo de Pesquisas e Estudos em Educação Continuada (Gepec), Departamento de Práticas Culturais, Faculdade de Educação, Unicamp.

RESUMO

O artigo reflete sobre os Arquivos *on-line* pela perspectiva do ensino de história, da educação patrimonial e da educação das sensibilidades. Explora desafios das experiências de educação em arquivos *on-line*, imaginando algumas de suas possibilidades futuras.

Palavras-chave: arquivos; práticas de memória; ensino de história; educação das sensibilidades.

ABSTRACT

The paper reflects upon the on-line Archives from history teaching, heritage education and education of sensibilities perspectives. It explores some challenges of educational experiences in on-line archives, imagining some of their future possibilities.

Keywords: archives; memory practices; history teaching; education of sensibilities.

RESUMEN

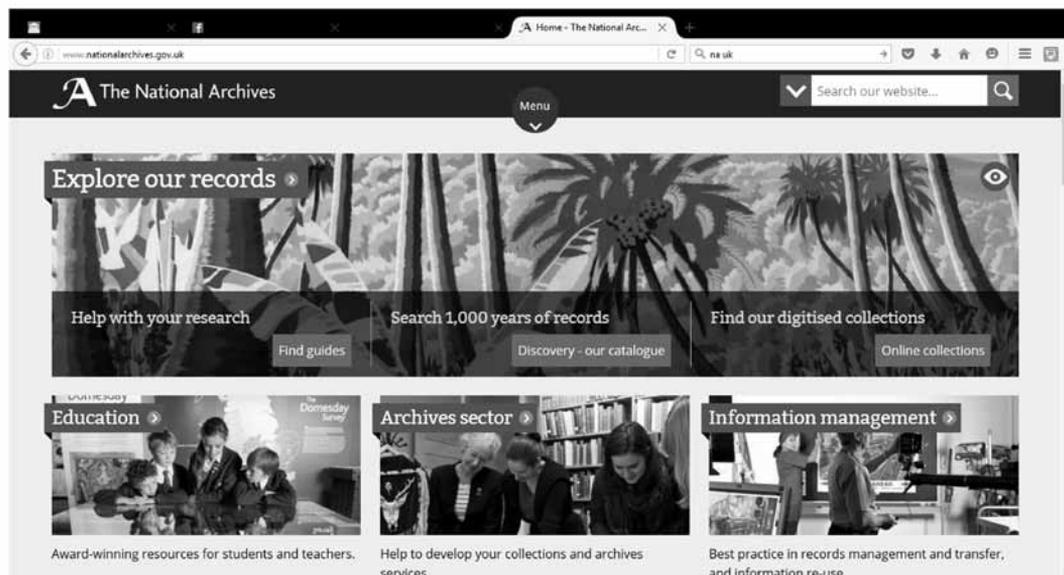
El artículo reflexiona sobre los Archivos en línea, por las perspectivas por la enseñanza de la historia, de la educación para el patrimonio y de la educación de la sensibilidad. Explora los desafíos de las experiencias de educación en los archivos en línea, imaginando algunas de sus posibilidades futuras.

Palabras clave: archivos; prácticas de memoria; enseñanza de historia; educación de las sensibilidades.

Os Arquivos e centros de documentação, no Brasil e internacionalmente, têm dedicado recursos financeiros e esforços significativos, nos últimos anos, para a digitalização e publicação *on-line* de seus acervos documentais. Esse movimento encontra alguns de seus mais importantes grupos de usuários nas comunidades de ensino e aprendizagem, tanto do ensino fundamental e médio como do universitário, e mesmo de jovens pesquisadores. Essa centralidade do espaço que as ações educativas vêm ganhando nas publicações *on-line* de instituições de custódia documental está expressa, inclusive, na visualidade dos *sites* de alguns grandes Arquivos da Europa e das Américas, que têm destacado, em suas páginas principais, seções produzidas especialmente para professores e estudantes (Koyama, 2015).

Combinam-se, na valorização contemporânea das ações educativas virtuais dos Arquivos, dois grandes movimentos: os Arquivos, impulsionados pelas culturas da memória (Meneses, 1999; Huyssen, 2000; Nora, 2003), buscam criar experiências de educação que valorizem o patrimônio documental. Articulado a esse impulso, encontra-se um movimento ligado a políticas públicas de ensino de história e a propostas relativas à produção de conhecimento histórico-educacional, que vem aproximando escolas e instituições arquivísticas, em atividades de leitura de documentos no ensino de história. A expansão das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs), em suas expressões na educação e nas mídias de instituições de memória, potencializa essa dupla valorização, criando grandes expectativas sociais em relação à digitalização e ao acesso aos documentos de Arquivo, tanto para a educação como para a fruição intelectual e sensível.

FIGURA 1. HOME PAGE DO NATIONAL ARCHIVES (UK)



A centralidade que as ações educativas vêm ganhando nas interfaces digitais dos Arquivos expressa-se em seu destaque visual crescente nos *sites* de Arquivos.

Em relação às experiências de ensino de história com a utilização de documentos, sua ampliação é visível desde a década de 1980, no Brasil no exterior. Mais recentemente, ao migrarem para o universo virtual, essas experiências vêm ganhando novas possibilidades: se nos materiais didáticos a seleção de documentos é sempre pequena, limitada pelo espaço da impressão; no universo virtual, o espaço tende ao infinito, e o desafio, para o usuário, passa a ser mapear, recortar e avaliar o que está publicado, exigindo uma aprendizagem sobre as características dos acervos arquivísticos. Para o utilizador que conhece como são concebidos os instrumentos de pesquisa arquivística, esse universo se revela. Na navegação pelos documentos de Arquivos *on-line*, a aprendizagem pode ser substancialmente ampliada pelo contato com esses conjuntos documentais únicos, inseridos em seu contexto de produção e guarda.

No bojo da expansão das culturas da memória, temos hoje veiculadas imagens de grandes conjuntos documentais em *sites* de Arquivos brasileiros. Os documentos criados por meio de tecnologias de reprodução, midiáticos, como fotografias, revistas, jornais, músicas, filmes e peças feitas para a TV têm atraído, especialmente, a atenção dos leitores-navegadores, que reproduzem, comentam e até fazem “remixagem” desses registros nas redes sociais. As memórias midiáticas alcançam grande público e constituem-se como solo de lembranças comuns, embora com diferentes significados.

Encontram-se hoje séries inteiras de periódicos e coleções fotográficas digitalizadas em *sites* de Arquivos e centros de documentação, públicos e privados. Nesse movimento de ampliação de seus espaços virtuais, os Arquivos têm feito, de forma recorrente, recortes de seu acervo para publicação. No entanto, ao navegar em seus *sites*, nem sempre está claro, para os leitores-internautas, que ali constam seleções de documentos e não todo o acervo, ou seja, sempre há uma escolha e um recorte, a partir de um conjunto maior de fundos ou coleções, feitos pelo Arquivo para expor *on-line*.

Quando os documentos são colocados *on-line*, os mecanismos de busca internos fazem novos recortes a partir de palavras-chave, de metadados ligados a cada documento digitalizado. Essa seleção e seu tratamento, com a inserção de descritores, são decisivos para a experiência possibilitada na interação com o usuário. O recorte do acervo disponibilizado e a inserção de mecanismos de busca eficientes e de descritores nos Arquivos eletrônicos fazem emergir, pelo motor de busca do *site*, os documentos relativos a um ou outro tema, em meio às centenas, muitas vezes milhares, de imagens digitalizadas e publicadas. Compreender quais documentos podem ser encontrados e a forma como são organizados nas instituições arquivísticas pode ser um empecilho ou um impulso à pesquisa, para pesquisadores e estudantes.

Arquivos trabalham com princípios de arranjo de sua documentação que são largamente desconhecidos, inclusive entre os profissionais com nível alto de escolarização e professores universitários. Saber sobre um item documental, se este pertence a um fundo arquivístico ou a uma coleção, conhecer a história de seu produtor, os caminhos que percorreu para chegar à atual instituição de custódia, como se relaciona a outros documentos do mesmo conjunto documental, e, talvez, com outros conjuntos do mesmo acervo, todas essas considerações

mudam significativamente as possibilidades de leitura desses conjuntos documentais. Nas instituições de arquivos e centros de documentação, ao lado de documentos arquivísticos, constituídos por fundos de pessoas ou entidades, alinham-se coleções, que reúnem documentos de diferentes espécies e suportes, impressos e manuscritos, iconográficos e textuais, livros e periódicos, inclusive. As coleções não são constituídas pela mesma forma de produção que os conjuntos de documentos arquivísticos, pois enquanto os fundos são caracterizados por sua elaboração ser derivada naturalmente das atividades de seu criador; nas coleções, as peças são reunidas por um gesto de vontade, artificialmente, em torno de um objeto de interesse ou estudo. Os *sites* das instituições arquivísticas e centros de documentação podem colaborar para que essas características se tornem mais conhecidas, cuidando para que as escolhas técnicas relativas à navegação em seus acervos levem em consideração essas relações internas dos conjuntos documentais.

Nas atividades educativas *on-line* dos Arquivos, a dificuldade de compreensão dos acervos documentais se mantém, e talvez até mesmo se amplie: no ensino de história, os materiais educacionais que propõem leituras documentais trazem, de forma prevalecente, documentos como peças únicas, selecionados de forma isolada e publicadas junto a textos que fazem leituras prévias sobre seus significados. Raramente, essas atividades exploram as relações entre documentos da mesma série ou pela perspectiva de suas conexões com o fundo de que faz parte, e com seu(s) produtor(es), situados no tempo e no espaço.

Nesse cenário de práticas, dois desafios se colocam de imediato, para quem estuda essas ações educativas virtuais, bem como para quem formula essas ações. Do ponto de vista da educação patrimonial, é preciso encontrar formas de aproximar os usuários dos conhecimentos sobre a pesquisa em acervos arquivísticos, para que possam navegar nos *sites* de Arquivos, entre seus conjuntos documentais; compreender e utilizar seus instrumentos de pesquisa. Da perspectiva do ensino de história, o desafio é criar experiências educacionais que possam estimular leituras plurais e inventivas de seus registros, explorando-os em suas especificidades, e ampliando os diálogos com o universo escolar, com o ensino universitário e, mais amplamente, com a educação em suas configurações não formais e informais, imersas nas práticas culturais.

PESQUISADORES E ACERVOS

A necessidade de ampliarmos a compreensão de professores e pesquisadores sobre as especificidades dos conjuntos documentais em Arquivos vem se colocando no centro das minhas interrogações, a partir de práticas de oficinas e cursos sobre arquivo e educação, oferecidos para estudantes e professores do ensino básico, universitário e de pós-graduação. Antes disso, já em minha experiência como arquivista, observava que a busca dos usuários por documentos de arquivo era guiada, de forma predominante, por estudos já feitos a partir dos mesmos recortes de acervos, por publicações e exposições de documentos ou pela orientação do arquivista da sala de consulta. Essas práticas levam a renovadas leituras dos mesmos conjuntos documentais, deixando predominantemente aos arquivistas o recorte inicial das pesquisas.

Amiúde, os arquivos compõem-se de divisões diferentes para documentos manuscritos, cartográficos, iconográficos, bibliográficos. Isso significa que o mesmo fundo, sendo formado por documentos manuscritos, livros, fotografias, dossiês compostos de plantas e relatórios escritos, será dividido entre esses vários setores, cada qual com seu depósito, e, em alguns casos, sem instrumentos de pesquisa que possam reintegrar suas partes. Essas mesmas divisões são, no mais das vezes, reproduzidas e atualizadas nos *sites* do Arquivo e em seus instrumentos de pesquisa eletrônicos, acrescidas dos problemas trazidos pelas novas mídias. Elizabeth Yakel, professora da School of Information, da Universidade de Michigan (USA), descreveu, em 2004, o dilema em que nos encontramos no que se refere aos *sites* de Arquivos:

Twenty years ago all use of archives and manuscripts was mediated by reference personnel. This is not true today. Ruller (1997) outlined a world where researchers visit archives virtually, identify interesting holdings, search databases and download information seamlessly at any hour.

This scenario is a reality for some records in some archives and manuscript repositories. Researchers can do research remotely without ever encountering the physical archives or an archivist. This opportunity of extending services across time and space is a real win for archives. What we do not know is how many other people find a site, search around, and then leave frustrated, perplexed by the archival jargon, lost in the architecture of the site, and stymied by the endless links through various surrogates (Yakel, 2004, p. 61).

A autora conclui com uma avaliação desse cenário e com a indicação da necessidade de repensarmos a ação educativa dos Arquivos, contemplando a formação de pesquisadores para o uso dos arquivos, físicos e virtuais, em sua gama crescente e plural de usuários:

Increasing the availability of archives and manuscripts on the web has increased the use of these materials, particularly digitized documents in educational settings. However, at the same time this has exposed weaknesses in the ability of researchers ability to utilize these materials effectively. Archivists are responding to this in a variety of ways, including e-mail reference and on-line educational modules. However, archivists need to do more. Rethinking the paradigm for archival user education toward defining core knowledge and skill sets that would comprise information literacy for primary sources would help all archives to serve an increasingly diverse audience (Yakel, 2004, p. 63).

Podemos nos interrogar sobre as dificuldades criadas para a crítica documental pelo desconhecimento, por parte do pesquisador, das várias seleções (propositais ou casuais) de que o acervo foi alvo em sua história arquivística. Ademais, os pesquisadores têm acesso a estes pela mediação do arquivista, o que envolve mais um processo de seleção e de recorte (Parrela, 2012, p. 42). Tal desconhecimento é a condição em que se encontram muitos his-

toridores, geógrafos, jornalistas, educadores, cientistas sociais, administradores e outros profissionais que procuram os Arquivos. Esse cenário ultrapassa as fronteiras brasileiras, conforme sugere Yakel, e como podemos perceber navegando nos sites de Arquivos além-fronteiras.



FIGURA 2. INSTRUMENTO DE PESQUISA DO ARQUIVO NACIONAL

Um dos desafios da mediação, feita pelos sites entre os arquivos e seus usuários, é a de aproximá-los dos conhecimentos necessários à pesquisa em acervos arquivísticos para que possam compreender e utilizar seus instrumentos de pesquisa.

ACERVOS MONUMENTAIS

Para continuarmos a refletir sobre as relações entre os arquivos e a educação, podemos nos interrogar sobre a produção e circulação de narrativas históricas consagradas a partir de acervos arquivísticos. Em São Paulo, estudos sobre as trocas entre a Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo (Apesp) e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) têm trazido contribuições para ampliarmos nossas interrogações sobre o papel do Arquivo no cenário em que se criou a educação pública, no final do Império e nas primeiras décadas da República. O Apesp foi valorizado, nas últimas décadas do século XIX, por suas possibilidades de dar suporte à pesquisa e construção de uma memória paulista, bandeirante. Percebido como guardião da tradição e da história de São Paulo, foi dirigido por homens letrados cuja missão era fazer justiça ao passado paulista, trazendo à luz seu papel heroico na construção da nação. Todos eles pertenceram ao IHGSP. Segundo Martins (2013, p. 235), ao mesmo tempo em que uma seleção de “documentos interessantes” recebia grande inves-

timento e divulgação, o Arquivo avaliou como inúteis e mandou incinerar “ofícios, relações, mapas e atas referentes à escravidão em vários municípios” e “contas das despesas feitas com as epidemias de 1892 e 1893”. Desse modo, retirados de seu contexto de produção, monumentalizados, transcritos de forma pouco rigorosa e colocados em circulação por meio de impressos, periódicos, livros, expostos em museus e repartições públicas, esses documentos “interessantes” ilustraram a produção da narrativa bandeirante.

Professores de história e autores de materiais educacionais, não raro eles mesmos membros do IHGSP, participaram da construção de narrativas históricas tributárias dessa matriz, às vezes, incluindo em seu caudal a história de suas cidades. A produção dessas narrativas pode ser observada em pequenos textos de almanaques e disseminada em livros e jornais, assinada por bacharéis, professores e homens letrados, espetacularizada nas exposições museográficas, dentre as quais, a mostra do Museu do Ipiranga é a expressão mais perfeita (Galzerani, 1998; Brefe, 2003).

Refletindo sobre esse cenário, podemos nos interrogar sobre como instituições de arquivos, museus, bibliotecas, junto com outros espaços de circulação de representações sociais sobre o passado, colaboraram para a afirmação de uma dada prática cultural de leitura de documentos de arquivo, na qual um documento (ou mesmo um fragmento de documento) é tomado como ilustração de uma narrativa histórica, narrativa esta que o circunda, substituindo e apagando seu contexto de produção e reduzindo suas possibilidades de leituras alternativas. Permite-nos, ainda, perguntarmo-nos se a relação monumentalizada com os acervos, que, tendencialmente, predomina ainda hoje na ação educativa em Arquivos, pode ser flagrada como forma de educação das sensibilidades, insidiosamente presente em diferentes práticas culturais, vividas ao longo de nossa história escolar, em nossas experiências nas visitas a museus, na leitura de jornais, na forma como os documentos são publicados e em sua “contextualização” nos livros didáticos, em nossas experiências como espectadores de documentários midiáticos, que tomam “documentos” como prova da veracidade das mais diversas narrativas.

A partir dessa percepção ampliada de educação, não somente como prática escolar, mas como educação das sensibilidades, produzida nas práticas culturais, podemos abordar as interfaces midiáticas construídas por Arquivos na atualidade como dispositivos que estimulam a conformação de determinadas sensibilidades, em especial no que se refere às experiências relativas ao tempo, às memórias sociais e à produção de conhecimento histórico educacional.

Arquivos são espaços fechados a seus usuários, que têm acesso aos documentos pela mediação de um profissional, ou, agora, pela forma como seu acervo é apresentado em seus *sites*. Assim, os *sites* de instituições arquivísticas podem estar se tornando o principal espaço informal de educação, que media as concepções que muitos dos seus usuários vão criar sobre o que sejam acervos arquivísticos. Nosso olhar pode se voltar para estes *sites*, flagrando-os como mediadores das imagens de arquivo, de documento, de memória e de produção de conhecimento, que nos são oferecidas pelos arquivos *on-line*. Tais concepções podem ser percebidas, ainda, nas representações históricas que estes *sites* produzem e colocam em circulação.

As propostas de ensino de história em *sites* de Arquivos vêm ampliando as experiências educativas com leituras de documentos de arquivo, e, ao fazê-lo, incorporam práticas de edu-

FIGURA 3. PÁGINA DO NATIONAL ARCHIVES AND RECORDS ADMINISTRATION (NARA)



Em que medida os *sites* de arquivos atualizam práticas de leitura nas quais os documentos de arquivo são tomados como ilustração de uma narrativa histórica, que os circunda, substituindo e apagando seu contexto de produção arquivística?

ção informais, produzidas em experiências de outras mídias da modernidade. Muitas destas instituições têm produzido narrativas midiáticas sobre o passado, usando documentos como parte de sua construção. Isso é particularmente claro nas seções educativas, nas quais encontramos belas sequências de documentos, entremeados a textos e produções audiovisuais, com efeitos narrativos. Nelas, flagramos práticas das culturas escolares, das narrativas midiáticas, do ensino de história e da produção social de memórias na relação com acervos arquivísticos.

As conexões entre instituições arquivísticas, museus e o ensino de história iniciam-se, na Europa e nos Estados Unidos, com a publicação de seleções de documentos como materiais educacionais, imbricada nas propostas de educação popular das últimas décadas do século XIX. Essas conexões são bastante ampliadas a partir da década de 1980, no Brasil e internacionalmente, no movimento de renovação do ensino de história, que propôs, decididamente, a leitura de documentos como parte das metodologias de ensino e produção de conhecimentos histórico-educacionais. Ampliando esse movimento, as propostas curriculares dos anos 1990 indicam os documentos como parte dos artefatos fundamentais de ensino de história, o que contribui fortemente para a aproximação entre escolas e arquivos.

Existe uma expectativa difusa, nas reflexões dos autores que se debruçam sobre esse tema, de que as experiências de ensino de história em Arquivos *on-line* produzam possibilidades de invenção de novos espaços educativos, ao recriar, com as tecnologias eletrônicas, as experiências de educação com leituras de documentos de arquivo. Mas percebemos, também, propostas de educação que atualizam velhas práticas, revistas pelas possibilidades criadas pelas máquinas de tratamento da informação, de reprodução eletrônica de textos e imagens, de sua publicação e circulação em rede. A montagem e construção de significados, em representações sobre o passado, elaboradas a partir de seleções de documentos, são uma característica que os *sites* compartilham com outras mídias. Muitas das publicações

em arquivos *on-line* atualizam práticas historicamente construídas, como as centenárias exposições de documentos/monumentos, que se apresentam digitalizados nos *sites*, em suas roupagens virtuais, solitários em suas vitrines ou inseridos em percursos discursivos espetaculares, (re)construindo representações do passado, como as de tantos museus históricos (Brefe, 2003; Knauss, 2003). Outras, ainda, remetem aos livros didáticos, organizando-se em linhas do tempo e dividindo-se em períodos históricos canonizados pelo ensino escolar.

FIGURA 4. PUBLICAÇÃO DO NATIONAL ARCHIVES AND RECORDS ADMINISTRATION (NARA)

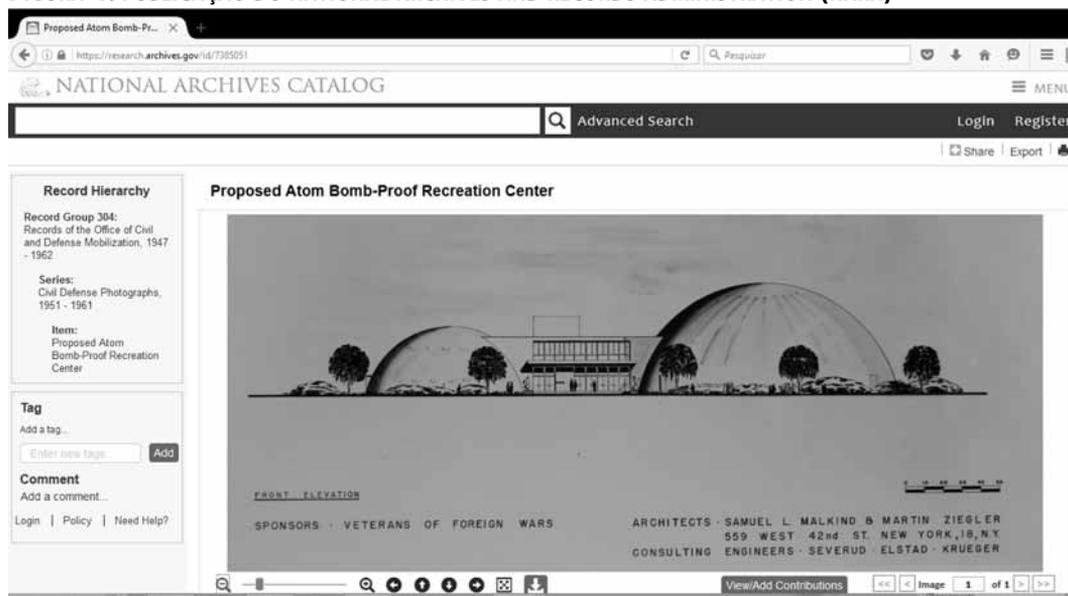


Imagem expressiva de alguns dos desafios que se colocam aos Arquivos em sua interface midiática. Esse item documental parece ter perdido informações fundamentais de seu contexto de produção, tais como, data de criação e dossiê original de onde foi, presumivelmente, retirado.

Outro risco potencial é o de nos “sentirmos em casa”, no passado revisitado, com a visualização de centenas, às vezes milhares, de imagens de documentos, transcritos e assépticos, ao alcance de nossos olhos, em um contato que tende a trazer para o presente essa experiência (Huysen, 2000). Compreendo, como apontam Burke (Briggs; Burke, 2004) e Tardif (2005), entre outros, que ao investigarmos as TDICs, é importante termos em conta que à técnica corresponde uma economia, uma política e uma estética. Nesse sentido, a inserção dos arquivos no universo virtual é um fenômeno que pode ser interrogado em suas relações com os movimentos da modernidade tardia. Se as experiências já estabelecidas e os dilemas já apontados sobre as relações entre escolas e instituições de arquivos estão se recolocando, atualizados, nas ações educativas *on-line*, a eles se somam os dilemas próprios da espetacularização social, da mercantilização das relações e das produções culturais, da fragmentação e da ampliação do presente, em detrimento de outras formas de relação temporal, parte da nossa condição de radicalização da modernidade. Esse é um dos desafios a serem

enfrentados, do ponto de vista das potencialidades da pesquisa histórico-educacional *online*. Compreendê-lo pode apontar abordagens que estimulem experiências significativas de encontro com os registros do passado, nos desloquem de nosso presente e nos levem ao encontro de outras temporalidades.

Na contemporaneidade, vivemos uma ampliação do tempo presente, em detrimento da valoração das dimensões temporais e subjetivas, plurais, e dos ritmos também diferenciados de temporalidade. A essa percepção, presente na experiência vivida, articula-se uma visão instrumental de tempo histórico, etapista, progressista, linear (Galzerani, 2005). Como destaca Giddens (1991), a historicidade radical, como apropriação sistemática do passado para ajudar a modelar o futuro, recebeu um ímpeto fundamental na modernidade, com a matematização do espaço e do tempo, a partir de um sistema de datação padronizado, agora universalmente reconhecido, que possibilita a apropriação de um passado unitário, que tende a se tornar um passado mundial; tendencialmente, nesse movimento, tempo e espaço são recombinações para formar uma estrutura histórico-mundial de ação e experiência. Simultaneamente, as relações sociais vêm sendo deslocadas de contextos locais de interação e reestruturadas através de extensões indefinidas de tempo-espaço. À medida que os Arquivos se colocam na rede mundial, vemos multiplicarem-se em suas seções educativas as linhas do tempo e prevalecerem imagens que reafirmam essa representação instrumental do tempo, tendencialmente unitária, eurocêntrica, expressão de uma dada racionalidade técnica ainda presente na academia.

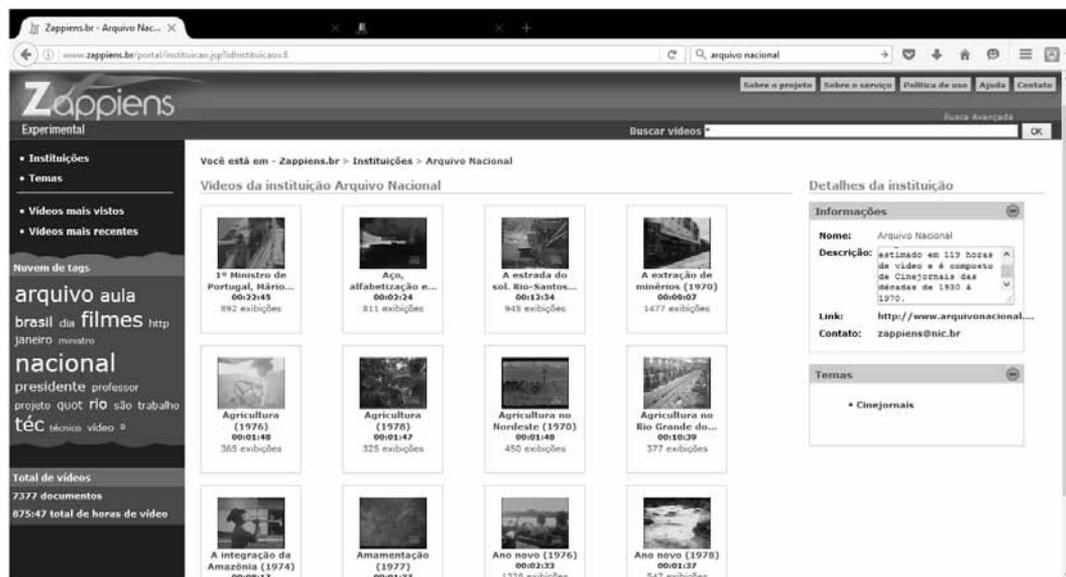
Tal tendência instrumental apresenta-se, ainda, nas concepções de construção de conhecimento e de educação, convergindo com as práticas escolares de produção de exercícios didáticos, que são hoje hegemônicas nas leituras de documentos no ensino de história e nas ações educativas das instituições arquivísticas. Têm como base a formulação de percursos pré-definidos de atividades escolares que, partindo de um contexto narrativo (“histórico”) já construído, pretendem levar o estudante, através de questões e leituras de documentos, a viver uma “experiência de pesquisa”. Ocorre que, com um pequeno grupo de documentos pré-selecionados, descolados de seus contextos de produção, a experiência é mais de leitura e reconhecimento do que de pesquisa. Sobre esse dilema, Hugh Taylor escreveu, já na década de 1970, que:

Clearly, for a 30-pupil class, some guidance will be necessary. The argument against imitating the historian entirely is that he, in fact, spends a great deal of time searching for his references. However, the danger lies mainly in structuring a series of documents to reach only one conclusion, the one which the teacher or compiler feels is the most convenient. There is now a strong trend for the duplication of whole bundles and series of records from which can be drawn all kinds of conclusions so that the exercise of examining these records, bringing to bear qualities of judgment and analysis, and drawing together the information into a coherent statement is of the greatest value (Taylor, 1972, p. 328).

Em contraposição à sequência didática, Taylor propõe o trabalho com séries documentais (e não com documentos avulsos) na produção de conhecimentos histórico-educacio-

nais, direção em que convergem trabalhos recentes sobre ensino de história e documentos arquivísticos (Caimi, 2008; Calzada I Olivella, 2007; Mattozzi, 2001; Romanelli, 2002; Reverté-Vidal, 2007).

FIGURA 5. SÉRIE CINEJORNAIS, PUBLICADA PELO ARQUIVO NACIONAL NO PORTAL ZAPPIENS



A publicação digital de séries documentais convida-nos a produzir novas questões e novas narrativas sobre o passado, em diálogo com seus registros documentais, ampliando, dessa forma, as possibilidades educativas de tais registros.

A autoridade, aura que acompanha o original, cria seu valor de culto: está presente na exposição de documentos-monumentos nos Arquivos, quando “os tesouros” do acervo são iluminados. A aura da autoridade retorna, ainda, nas formas de reprodutibilidade técnica do patrimônio documental, como ilustração e prova de representações histórico-canônicas, tanto nos *sites* de Arquivo, quanto nas demais mídias da indústria cultural. Na leitura de documentos arquivísticos, com frequência, o documento é monumentalizado ao ser exposto e lido com um olhar que, com respeito distanciado, busca nele a positividade do fato histórico, em toda a sua objetividade. Da exposição em instituições arquivísticas e museus aos livros didáticos, e destes para nossos hábitos de leitura e de produção de conhecimento histórico-educacional, essa relação com os documentos monumentalizados faz parte de nossa educação sensível tanto quanto da cultura escolar.

Carregando essas referências, as imagens sobre o passado construídas nos *sites* de Arquivo dialogam, ainda, com outras formas discursivas da indústria cultural: as narrativas literárias e históricas que se entrecruzam nos romances, no cinema, na TV, nos jornais, circulando pelas mídias da modernidade. Inserem-se nas transformações de percepção

do tempo e das relações dos homens com suas memórias, em processos subjetivos, nos quais memória voluntária e involuntária vêm se entrelaçando às mídias (HUYSSSEN, 2000). Imagens assim produzidas, visuais e literárias, vêm fazendo parte da formação de nossas sensibilidades, por meio das interações entre os sujeitos sociais e os meios de comunicação, que são cada vez mais ubíquos, inseridos nos espaços sociais e de trabalhos urbanos e em nossa intimidade. Primeiro nas salas, depois, também, nos quartos: rádio, televisão, *Internet* e, contemporaneamente, com a chamada convergência de mídias, em todos os lugares, todo o tempo.

OUTRAS PALAVRAS

Na ampliação das culturas da memória e de suas inquietações, o papel dos Arquivos vem sendo questionado no interior da comunidade arquivística. Essa polêmica tem implicações na maneira como são imaginadas, por arquivistas e Arquivos, suas relações com a memória, a forma como são pensados os acervos arquivísticos digitais, bem como as atividades educativas. Uma competente introdução a essas controvérsias candentes, com seus temas e principais obras de referência, pode ser encontrada em Anne Gilliland (2010). Nesse texto, a autora aborda a emergência de investigações que refletem sobre a instituição arquivística a partir da experiência dos sujeitos sociais, perspectiva da qual nos aproximamos no decorrer desse trabalho:

From a professional perspective, archivists are asking how their users make sense of the history, experiences, and knowledge that are captured in archival holdings and their accompanying metadata. Are they confused, overwhelmed, challenged, empowered? What emotions do users experience when working with archival materials? Excitement, curiosity, sadness, trauma? What happens when the archives go on-line? How do their users feel about using digital versions of primary materials, and in sites such as their homes, offices and classrooms rather than in the archives themselves? How can archives anticipate and address these kinds of affects? (Gilliland, 2010, p. 339).

As questões colocadas por Gilliland nos levam ao nosso próximo e último tópico. Walter Benjamin nos convida a produzir novos sentidos, novas narrativas sobre o passado, em diálogo com seus registros, heterogêneos, legados inadvertidamente abandonados. Os Arquivos estão repletos desses abandonos, plenos de potencialidade para estimularem essas experiências.

Uma diferença entre monumento e documento. O monumento é algo produzido para ficar, faz parte da memória oficial celebrativa; o documento é aquilo que permaneceu malgrado ele mesmo. O historiador faz a história como a criança, que brinca a partir dos objetos abandonados ou jogados pelos adultos como inúteis, a partir do "lixo da história". O fragmento é, aqui, o inassimilado, o heterogêneo, algo cujo sentido é nômade

e a isso o historiador vai procurar dar sentido. Não há utopia de um sentido único das coisas [como prega a lógica cartesiana], a história não está fechada, o historiador reabre o passado para contá-lo de outra maneira. Isso não significa que o faça arbitrariamente, mas em sua relação com o presente. Voltar ao passado só faz sentido se ao mesmo tempo o presente iluminar o passado e sua pós-história. É essa a crítica ao historicismo e ao positivismo do fato (Matos, 1990, p. 305).

Nesse pequeno fragmento de texto, Olgária Matos expressa uma das inspirações das experiências de ensino de história com documentos criados nos anos 80, que convidavam à produção de conhecimentos históricos-educacionais singulares, afirmando a concepção do aluno e do professor como produtores de conhecimentos históricos (Galzerani, 2008, p. 223).

As tensões nas relações entre ensino de história e Arquivos, se nos colocam desafios, também abrem brechas de criação de novas possibilidades de relação com o tempo, em diálogo com as nossas memórias, experiências e saberes, docentes e discentes, na escola, na cidade, na academia e nas instituições de arquivos. Poderemos experienciar os *sites* das instituições de arquivos como labirintos benjaminianos, que nos estimulam em nossas viagens de produção de conhecimentos histórico-educacionais, em busca de uma "outra" relação com o nosso tempo? Nas palavras de Nora (2003, p. 47), na atualidade,

O arquivo é a interface, o lugar de encontro e de conflito das duas formas de nossa memória contemporânea: a memória vivida e a memória documental, a memória direta e a memória indireta, imediata e mediada, a memória do testemunho e a da história científica, a memória viva e a memória reconstituída, memória quente e memória fria.

Centro das investigações sobre as relações entre Arquivos e memórias sociais e envolvidos nessas disputas de memória, encontramos, sobretudo, os chamados acervos sensíveis, objeto de muitas pesquisas e inquietações. Essas pesquisas nos interessam, principalmente nos diálogos que abrem sobre como as escolhas das instituições arquivísticas e centros de memória, relativas à produção e circulação de seu acervo, expressam sua posição em relação às tensões e conflitos sócio-culturais; e no estudo de experiências que buscam formas de posicionar-se frente a essas tensões e conflitos, da perspectiva de uma educação eticamente comprometida com o fortalecimento dos sujeitos sociais e da reafirmação de suas memórias e narrativas.

A memória, concebida como entrecruzamento de saberes e sensibilidades, de presente e passado, e de diferentes visões de mundo, não só do sujeito que rememora, mas de outros, com os quais conviveu e convive, e de diferentes lugares, permite ampliarmos a noção de racionalidade, em suas dimensões conscientes e inconscientes, voluntárias e involuntárias, bem como a noção de sujeito, tanto sob o ponto de vista pessoal, como coletivo. A partir de tais reflexões, percebemos a potencialidade de ampliarmos as experiências significativas de aprendizagem em Arquivos, em suas dimensões temporais e espaciais, na relação com memórias plurais e com possibilidades de reinvenção de práticas de ensino, a partir, sobretudo, de uma perspectiva racional sensível (Galzerani, 2008).

Para tal, considerando as potencialidades da comunicação *on-line*, podemos ampliar as práticas de interação digital entre Arquivos e seus usuários, vistos como sujeitos da experiência, tomando o acervo como base e estímulo para experiências criativas de interação entre comunidades e arquivos digitais, cujas dinâmicas colaborem para o fortalecimento dos sujeitos das comunidades escolares, para a produção de conhecimento e a inclusão, tanto social como digital.

O desenvolvimento de formas colaborativas de práticas digitais pode envolver ativamente estudantes, professores e suas comunidades na criação de narrativas e representações de memória significativas, se centrarmos nosso olhar sobre os usuários dos Arquivos como sujeitos da experiência, cujas memórias se entrecruzam aos acervos arquivísticos de formas singulares e, sobretudo, de maneira a fortalecer tais sujeitos, buscando possibilidades tecnológicas que facilitem e estimulem essas experiências.

Referências bibliográficas

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. História nacional em São Paulo: o Museu Paulista em 1922. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 10-11, n. 1, 2003.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CAIMI, Flavia Eloisa. Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar? *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 129-150, dez. 2008.

CALZADA I OLIVELLA, Maria. *Les fonts primàries a l'ensenyament: la relació entre el món escolar i l'arxiu*. 2007. Tese (doutorado), Universidade de Barcelona, Espanha, 2007.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. *A produção de saberes históricos escolares: o lugar das memórias. O historiador e seu tempo*. São Paulo: Unesp, 2008.

_____. Políticas públicas e ensino de história. In: ARIAS NETO, José Miguel (org.). *Dez anos de pesquisa em ensino de história*. Londrina: AtritoArt, 2005, v. 1. p. 157-162.

_____. *O almanaque, a locomotiva da cidade moderna: Campinas, décadas de 1870 e 1880*. 1998. Tese (doutorado), IFCH/Unicamp, Campinas, 1998.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

GILLILAND, Anne. Afterword: in and out of the archives. *Archival Science*, (S.l.) v. 10, n. 3, p. 333-343, 2010.

HUYSEN, Andréas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KNAUSS, Paulo. *História de coleção e história de exposição*. História representada: o dilema dos museus. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003, v. 1, p. 127-134.

- KOYAMA, Adriana Carvalho. *Arquivos online: ação educativa no universo virtual*. 1. ed. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP), 2015. v. 1.
- MARTINS, Marcelo Quintanilha. Maços, latas e softwares: o Arquivo Público do Estado de São Paulo e suas reconfigurações. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 231-242, 2013.
- MATOS, Olgária. Desejo de evidência, desejo de vidência: Walter Benjamin. In: NOVAES, Aduino (org.). *Desejo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 283-305.
- MATTOZZI, Ivo. *Archivi simulati e didattica della ricerca storica: per un sistema formativo integrato tra archivi e scuole*. Archivi locali e insegnamenti storici. Modena: Archivio Storico Comune di Modena, 2001. p. 11-23.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Unesp; Fapesp, 1999. p. 11-29.
- NORA, Pierre. Missions et enjeux des archives dans les sociétés contemporaines. *Comma*, International Journal on Archives, Paris, International Council of Archives, p. 47-49, 2003.
- PARRELA, Ivana. *Patrimônio documental e escrita de uma história da pátria regional: Arquivo Público Mineiro 1895-1937*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Fapemig; 2012.
- REVERTÉ-VIDAL, Maria Pilar. Patrimônio documental como recurso didático. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 16, n. 31, p. 119-137, maio/ago. 2007.
- ROMANELLI, Francesca Cavazzana. Archivi, didattica e nuove tecnologie. Apresentação no Workshop LA DIDATTICA DELLA STORIA. ARCHIVI, RETI, STRUMENTI DIGITALI: ESPERIENZE IN CORSO. Firenze, Itália, 2002.
- TARDIF, Maurice. Communication Technology and Pedagogical Power. *Essays in Education*, Los Angeles, v. 14, 2005. Disponível em: <<http://www.usca.edu/essays/vol142005/tardif.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2012.
- TAYLOR, Hugh A. Clío in the Raw: Archival Materials and the Teaching of History. *The American Archivist*, Chicago, n. 35, p. 317-330, jul./out. 1972.
- YAKEL, Elizabeth. Information Literacy For Primary Sources: Creating A New Paradigm For Archival Researcher Education. *OCLC Systems & Services*, (S.I.), v. 20, n. 2, p. 61-64, 2004.

Recebido em 31/5/2016
Aprovado em 29/7/2016

DIGITALIZAÇÃO DE JORNAIS
UMA REFLEXÃO SOBRE DESAFIOS E MELHORES PRÁTICAS
NEWSPAPERS DIGITIZATION
A REFLECTION ON CHALLENGES AND BEST PRACTICES

BRUNO LEAL PASTOR DE CARVALHO | Doutor em História Social pelo PPGHIS/UFRJ; mestre em Memória Social pelo PPGMS/Unirio; professor substituto de Teoria e Filosofia da História do Departamento de História da UFF; professor-tutor do curso EAD de História da Unirio

RESUMO

O avanço das mídias digitais tem permitido a digitalização de jornais e sua disponibilização na internet, desafiando as instituições a repensarem seus acervos. A prática historiográfica também tem sido provocada a estabelecer novas reflexões interdisciplinares. Este artigo tem o objetivo de pensar criticamente a prática de digitalização de jornais, procurando destacar desafios, limites, análise de projetos e melhores práticas no campo.

Palavras-chave: digitalização; jornais; fontes históricas; fontes digitais.

ABSTRACT

The advance of digital media has allowed the digitization of newspapers, available on the internet, challenging the institutions to rethink their historical collections. The historiographical practice has also been led to establish new deep interdisciplinary reflections. This article intends to examine the newspaper digitization practice, seeking to highlight challenges, limits, to analyze projects and to review best practices in this field.

Keywords: digitization; newspaper; historical sources; digital sources.

RESUMEN

El avance de los medios digitales ha permitido la digitalización de periódicos y su disposición en internet, desafiante las instituciones a replantear sus colecciones. La práctica historiográfica también ha sido provocada al fin de establecer nuevas reflexiones interdisciplinares. Este artículo tiene como objetivo pensar críticamente la práctica de digitalización de periódicos, tratando de poner de relieve los desafíos, los límites, el análisis de los proyectos y las mejores prácticas en el campo.

Palabras clave: digitalización; periódicos; fuentes históricas; fuentes digitales.

INTRODUÇÃO

Manuel Castells tem explicado o mundo contemporâneo a partir de uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação (Castells, 2007, p. 39). Essa revolução, aponta o autor, tem sido responsável por modelar em ritmo acelerado a base material da sociedade e engloba, atualmente, não só a internet, mas também os dispositivos móveis de comunicação, as redes sociais e todo tipo de mídia digital. Este artigo discute uma faceta desta transformação: a crescente digitalização de jornais. O trabalho está dividido em quatro partes. Na primeira, apresento brevemente o fenômeno da digitalização. Na segunda, explico porque é importante digitalizar. Na terceira, exploro alguns projetos e práticas com os quais podemos aprender. Na quarta e última, debruço-me sobre um caso específico – o *Jornal do Brasil* – que nos permite compreender como dois processos de digitalização podem ter resultados completamente diferentes. A fim de evitar perda de sentido, optei por reproduzir neste artigo alguns termos técnicos em inglês, uma vez que não existe uma tabela de equivalência para o português. Essa reflexão, por fim, embora traga a perspectiva de um historiador, diz respeito a outros profissionais que também lidam diretamente com a história.

A DIGITALIZAÇÃO DE JORNAIS

Poucas fontes históricas permitem tantas possibilidades de investigação para o historiador quanto o jornal. Estou me referindo a duas dimensões elementares que esse meio de comunicação comporta. Primeiro, a sua dimensão discursiva, isto é, a sua habilidade para ordenar o mundo, estabelecer fatos, produzir consenso e emprestar sentido à experiência histórica. Depois, mas não menos importante, a sua capacidade para registrar os mais distintos fenômenos culturais, políticos, econômicos, sociais e até mesmo naturais. Segundo Wilhelm Bauer, “o jornal é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de ideias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas” (Bauer, 1970, p. 85).¹ Não fortuitamente, os jornais – e a imprensa em geral – estão cada vez mais presentes nas pesquisas historiográficas. Segundo levantamento de Ana Paula Goulart, “do total de trabalhos que abarcam o século XX apresentados, em 1995, no Encontro Nacional de Pós-Graduandos em História, cerca de 70% utilizavam meios de comunicação (sobretudo jornais) como fonte histórica” (Ribeiro, 1999, p. 1).

Nos últimos anos, a importância dos jornais para os estudos acadêmicos se tornou ainda maior graças à digitalização de um grande número de títulos, dos jornais pequenos e locais aos grandes e de circulação internacional, dos não correntes àqueles que ainda encontram-se nas ruas. A partir dos anos 2000, os historiadores se viram diante de um universo quase

1 Importante sublinhar, no entanto, que os jornais não são meros depositários do real ou geradores de um discurso neutro. O discurso jornalístico está interessado na elaboração simbólica deste real.

inesgotável de reportagens, notícias, editoriais, cartas de leitores, anúncios, notas, colunas sociais e crônicas. Ao mesmo tempo, bibliotecas, museus, arquivos e universidades se viram deparados com a necessidade de estabelecer critérios para o tratamento desse material. Para se ter uma ideia da transformação em curso, o microfilme, que era até então o suporte mais recente em termos de preservação de documentos escritos, surgiu ainda no século XIX (Pinheiro; Moura, 2015).

O *The New York Times*, um dos jornais mais influentes do mundo, digitalizou todo o seu acervo histórico (1851 até o presente) recentemente. Segundo seus cálculos, mais de 13 milhões de artigos estão disponíveis na Internet.² Os britânicos *The Guardian* e *The Observer*, controlados pelo mesmo grupo, somaram esforços e fizeram o mesmo. Seu conteúdo vai do final do século XVIII aos primeiros anos da década de 2000.³ No Brasil, os principais jornais seguiram a mesma linha: *O Globo*,⁴ *O Estado de S.Paulo*⁵ e *Folha de S.Paulo*⁶ digitalizaram todo o seu acervo histórico. Para além dos veículos de maior poder financeiro, muitos dos “pequenos” também foram digitalizados por projetos coletivos. Um deles é o *Newspaper Archive*, iniciativa americana que possui mais de dois bilhões de artigos, agregando jornais de 23 países, publicados de 1607 aos dias atuais.⁷ Podemos mencionar ainda o *Periodika*,⁸ da Letônia, a Biblioteca Digital Hispânica,⁹ da Espanha, e a Hemeroteca Digital,¹⁰ no Brasil.

POR QUE DIGITALIZAR?

Há muitas razões para digitalizar acervos históricos. Três me parecem fundamentais. Em primeiro lugar, a digitalização ajuda a democratizar o acesso ao conhecimento. Durante muito tempo, arquivos, museus e bibliotecas foram os fiéis e exclusivos depositários dos documentos. Seu acesso era limitado: era preciso ir pessoalmente a esses espaços físicos – geralmente localizados em grandes capitais – para consultar aquilo que é patrimônio público. E mesmo quando se tinha acesso a essas instituições, era preciso contar com a disponibilidade do documento, que podia já estar sendo consultado por outro usuário ou ausente para higienização ou restauro, por exemplo. A lógica da Internet tem ajudado a subverter esta lógica. Uma vez digitalizado e disponibilizado na Web, o acervo dessas instituições se torna de fato público. Os ganhos que derivam daí dizem respeito não só ao historiador, mas a toda a sociedade. É o caso de documentos que o trabalhador deve recuperar para obter

2 Conferir: <<http://www.nytimes.com/ref/membercenter/nytarchive.html>>.

3 Conferir: <<https://www.theguardian.com/info/2012/jul/25/digital-archive-notice>>.

4 Conferir: <<http://acervo.oglobo.globo.com>>.

5 Conferir: <<http://acervo.estadao.com.br>>.

6 Conferir: <<http://acervo.folha.uol.com.br>>.

7 Conferir: <<http://newspaperarchive.com>>.

8 Conferir: <<http://periodika.lv>>.

9 Conferir: <<http://www.bne.es/es/Catalogos/HemerotecaDigital>>.

10 Conferir: <<http://memoria.bn.br>>.

benefícios sociais ou do indivíduo que no passado foi perseguido por uma ditadura e agora precisa reunir evidências a fim de ser indenizado pelo Estado. O exercício da cidadania e a garantia da Justiça são, desta maneira, questões influenciadas pela digitalização de acervos ou pelo acesso ágil e facilitado a documentos e informações públicas.

Em segundo lugar, temos a questão da preservação. Qualquer documento corre o risco do desaparecimento. O desgaste começa com o próprio manuseio do original por parte do pesquisador, mesmo que sejam adotados rigorosos procedimentos de consulta. A exposição à luz, à umidade e à própria manipulação do pesquisador são fatores que comprometem a integridade do documento. Além disso, não devemos nos esquecer dos casos de roubos, incêndios, alagamentos, depredação e mau acondicionamento, que podem levar à deterioração irreversível ou à destruição completa. Mofo, fungos ou bactérias, danosos não só aos documentos, mas aos que os manipulam, também devem ser considerados ameaças. Com as cópias digitais, sobretudo em tempos de redes sociais *on-line*, o desaparecimento de uma fonte histórica torna-se bastante improvável. O caso do Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, ilustra muito bem os potenciais da digitalização. Em dezembro de 2015, o Museu foi completamente destruído por um incêndio que, além de fazer uma vítima fatal, um bombeiro que trabalhava no local, queimou completamente o seu patrimônio material. A tragédia para seu acervo histórico, no entanto, foi minimizada, pois boa parte estava preservada em servidores e discos rígidos guardados em outros lugares.¹¹

Em terceiro lugar, a gestão da informação. Este é, talvez, o aspecto que mais tenha revolucionado a prática historiográfica. Uma vez que os documentos são transpostos para o meio digital, toda a informação contida neles pode ser indexada. Podemos definir indexação como “um arranjo sistemático de entradas desenhado para permitir que usuários localizem informações em um documento” (Harrison; Wyman, 2006, p. 37).

A indexação é uma prática antiga, preexistente ao digital, sendo tradicionalmente feita por bibliotecários, museólogos e arquivistas, haja vista que todo acervo precisa ser catalogado e sistematizado. Com o advento do digital, a indexação passou a ser realizada, também, por sofisticados *softwares* capazes de ler uma grande massa de informações e torná-los “encontráveis” de forma muito mais rápida. A indexação está no cerne dos buscadores de informação. Com o auxílio de softwares de indexação, o historiador ganha tempo. Isso se torna evidente quando pensamos, por exemplo, na pesquisa em jornais e revistas. Há alguns anos, os pesquisadores precisavam dedicar semanas e meses a procura de determinado termo ou acontecimento. Graças à indexação, isso pode ser feito em segundos. Quando inserimos uma palavra-chave em um campo de busca e “damos *enter*”, acionamos uma complexa cadeia de cálculos que vai percorrer todo o documento e nos oferecer resultados bastante confiáveis. Dispondo de mais tempo, o pesquisador pode se dedicar

11 Conferir esta informação em “Museu da Língua Portuguesa tem ‘backup’ do conteúdo, diz curadora”, no G1, em 21 de dezembro de 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/12/museu-da-lingua-portuguesa-tem-arquivo-de-todo-conteudo-diz-curadora.html>. Acesso: 10 mar 2016.

mais a leituras, a análises, à própria escrita e à ampliação do escopo da pesquisa. Em 1994, já ciente do poder do meio digital, Barbara Quinte sublinhou: “The ocean flows of on-line information are all streaming together, and the access tools are becoming absolutely critical. If you don’t index it, it doesn’t exist. It’s out there but you can’t find it, so it might as well not be there”¹² (Zafran, 1998, p. 30).

DIGITALIZAÇÃO DE JORNAIS: MELHORES PRÁTICAS E PROJETOS DE SUCESSO

Sendo a digitalização de jornais uma realidade muito recente, as instituições encarregadas de salvaguardar e difundir a memória ainda estão amadurecendo aquilo que podemos chamar de “melhores práticas”. É um processo que leva tempo, pois exige investimento financeiro, demanda profissionais de um novo tipo e *feedback* dos usuários. Porém, o acúmulo de importantes experiências, nos últimos anos, já tem nos permitido trabalhar com alguns parâmetros e direções no campo da digitalização de jornais. Nesse sentido, vale a pena refletir sobre o caso norte-americano.

Quando os primeiros jornais começaram a ser digitalizados nos Estados Unidos, entre o final da década de 1990 e meados da década seguinte, não faltavam opções tecnológicas no mercado. Algumas eram de ótima qualidade, enquanto outras apresentavam resultados bem pouco satisfatórios. Em comum, praticamente todas pertenciam às empresas que as comercializavam, isto é, não podiam ser transferidas integralmente para o comprador. Após alguns anos, esse tipo de parceria se revelou danosa. Os jornais digitalizados eram atrelados a sistemas de marca registrada. Isso significava gastos constantes para as empresas contratantes do serviço. Bibliotecas, arquivos, museus e universidades viram-se presas a um modelo dispendioso e pouco flexível. Eram ainda impedidas de migrar para outros formatos e, em alguns casos, chegavam, até mesmo, a perder o controle sobre os seus próprios conteúdos (University of California, 2011, p. 1).

Em 2005, esse panorama mudou. O National Endowment for the Humanities (NEH) e a Library of Congress (LC) criaram o *National Digital Newspaper Program* (NDNP), que tinha duas metas: (1) criar uma plataforma digital que reunisse jornais de todos os estados americanos publicados no período 1836-1922 e (2) criar um portfólio de melhores práticas para a digitalização de jornais. (UC, 2011, p.1). As duas metas foram alcançadas. A primeira, por meio da criação do *Chronicling America*, um diretório *on-line* de jornais americanos publicados no período mencionado (1836-1922). Atualmente, este diretório supera dez milhões de páginas digitalizadas. Já a segunda meta foi alcançada através de diversas publicações com a rubrica de Technical Guidelines & Specifications, que estabeleceram etapas básicas a serem seguidas por projetos de digitalização: (I) *inventorying*;

12 Em livre tradução: “Os fluxos do oceano de informações *on-line* estão todos fluindo juntos e as ferramentas de acesso estão se tornando absolutamente críticas. O que não é indexado, não existe. Se está por aí, mas não se pode encontrar; então pode muito bem não estar em lugar algum”.

(II) *organizing*; (III) *Format Management*; (IV) *Metadata Packaging*; (V) *Checksum Management*; (VI) *Packaging* (Skinner & Shultz, 2014, p.11). Quanto ao escaneamento em si, o NDNP estipula::

Digital reproductions should be made from a preservation copy of microfilm, a clean second-generation duplicate silver negative; Technical scanning requirements: maximum resolution possible between 300-400 dpi, relative to physical dimensions of the original material; 8-bit grayscale – TIFF 6.0 uncompressed; Two-up film should be split so that there is one page image per file; De-skew images that contain text blocks exhibiting skew of greater than 3 degrees (Greater skew leads to less accurate OCR); Crop to include visible edge of page, retaining up to ¼ inch beyond edge; Optional: Capture microfilm target frames. These image files will be identified in the reel metadata but will not be used for display. Capture additional scanning resolution targets, i.e., 35mm Grayscale Preservation Microfilm Target, (2 images per reel–target as specified by LC) at the start of each session, to monitor scan quality. These scan target images should be delivered with microfilm target images and page images and identified in reel metadata (Library of Congress, 2011, p. 5-6).

Para falar mais sobre os critérios desenvolvidos pela NDNP nada melhor do que examinar os projetos de digitalização que se apoiam neles. É o caso do *The Center for Bibliographical Studies and Research* (CBSR), da Universidade da Califórnia, que lançou o *California Newspaper Collection* (CDNC), em 2006. Hoje, o projeto possui mais de 450 mil páginas de jornais digitalizadas daquele estado americano. O CDNC segue várias orientações técnicas e metodológicas inspiradas nos manuais da NDNP: avaliar a qualidade e quantidade do conteúdo disponível, determinar quais títulos são mais valiosos (tendo em vista a limitação dos fundos disponíveis), privilegiar jornais publicados antes de 1923 (por conta dos direitos autorais), procurar escanear jornais microfilmados em detrimento do material impresso (a digitalização a partir de microfilmes é mais eficiente e barata), produzir cópias de segurança, produzir inventários, metadados e assegurar que sejam usados formatos digitais compatíveis (University of California, 2011, p. 2-5).

Outro projeto bastante influenciado pelo NDNP é o *Utah Digital Newspapers* (UDN), fruto de uma parceria firmada entre a University of Utah, a Brigham Young University e a Utah State University com o intuito de digitalizar e disponibilizar na Internet, gratuitamente, jornais históricos do estado de Utah. O projeto foi lançado ainda em 2002, mas só ganhou impulso com o apoio financeiro e técnico da NDNP. Em 2007, a UDN já tinha mais de 570 mil páginas de jornais digitalizadas em seus servidores. De 60 visitas por dia em 2003, o *site* do projeto pulou para 830 em 2006. A iniciativa ganhou diversos prêmios, tais como o *Award of Merit*, da American Association for State and Local History, e o *John Award*, da Utah Press Association (Herbert; Estlund, 2007). Entre as diretrizes da NDNP utilizadas pelo UDN estão: a utilização de mapas para apontar a origem geográfica dos jornais reunidos na base de dados; a indexação de todo o conteúdo; a colaboração dos

usuários; a utilização dos microfimes para a digitalização; a formação de uma equipe interdisciplinar; a indicação do contexto histórico, entre outras, conforme podemos ler a seguir:

The entire collection is full-text searchable through a search box on the home page. [...] One of the best and most popular ways to browse for regional news is our county map. [...] Using the advanced search feature, users may limit searches to a particular group of titles and specific fields. [...] The more practical and technical considerations are availability, quality, and format of the source materials. From our own experience, we determined that the image quality scanned from original paper sources was superior to those from microfilm. [...] When microfilm is used, the master microfilm reels must be located and copied, because patron copies being used for research are often too scratched and worn. [...] Once we locate good source materials, the UDN advisory board reviews the titles. Our board is an extremely knowledgeable group of local historians, librarians, writers, and industry representatives. [...] The board also provides additional historical context which cannot be found in a normal catalog record. [...] We also consider user requests, once we add a portion of a county paper, local demand surges for more content from that county to be added either from a rival paper or the current title online. [...] Each page goes through an article "zoning" process where human beings identify and classify them as news, an advertisement, or birth, death, or marriage announcement. An automated process performs Optical Character Recognition (OCR) against each article and creates a file of the article text. After generating the "raw" text, another automated process filters it through English dictionaries, a Utah place-names dictionary, and an extensive surnames list. The OCR-generated text is not 100 percent accurate. (It averages 70 percent, according to our own survey.) Still, it provides keyword access to the content that is impossible with microfilm. Two people separately transcribe the masthead and article headlines and subheadings. This insures that headings and subheadings are nearly 100 percent accurate (Herbert; Estlund, 2007, p. 338-340).

É importante notar que nos Estados Unidos, diferente do que ocorre em outros países, como o Brasil, muitos projetos de digitalização de jornais são empreendimentos quase exclusivos de bibliotecas universitárias. As universidades – sejam públicas ou privadas – contam com diversos financiamentos, inclusive do governo federal, que lhes permitem digitalizar dezenas de jornais locais. Para isso, contam com equipamentos, laboratórios, servidores e profissionais capacitados. Esses projetos servem não apenas aos pesquisadores e estudantes da universidade, mas à sociedade de uma forma geral, uma vez que o material é disponibilizado gratuitamente na internet. O modelo é aplicado com sucesso graças ao sistema de *endowment* de muitas universidades. O *endowment* "consiste na criação de um patrimônio perpétuo que gera recursos contínuos para a conservação, expansão e promoção de uma

determinada atividade, por meio da utilização dos rendimentos desse patrimônio”.¹³ O fundo é formado por doações feitas por organizações e antigos alunos, e pode ser usado de forma desburocratizada para diversos fins: construção de alojamentos para estudantes, criação de institutos, montagem de laboratórios ou financiamento de projetos de digitalização.

Bastante consolidadas, as referências do NDNP extrapolaram as fronteiras norte-americanas. Em 2009, elas foram adotadas, por exemplo, no processo de digitalização de vários jornais árabes, a maioria publicada na virada do século XIX para o XX, depositados na Biblioteca da Mesquita Al-Aqsa, na Jerusalém oriental, e cujo acesso, até aquele momento, era restrito basicamente às autoridades palestinas municipais. O projeto tinha o objetivo de preservar a rara coleção e expandir o seu acesso. Foram selecionados 24 títulos, entre revistas e jornais. Tendo em vista os manuais do NDNP, realizou-se: escaneamento em alta resolução (300 dpi), arquivos de baixa compressão, uso de formatos não proprietários e uso do *Optical Character Recognition* (OCR) para converter as imagens escaneadas em texto. O projeto obteve êxito, mas não deixou de encontrar desafios, que são parte integrante da experiência de digitalização:

The project faced a number of challenges due to external factors as well as those directly related to undertaking a large digitization project of historical newspapers. The quality of the original papers, including different text characters, irregular fonts, text density, torn or smudged pages, and a variety in layout posed many challenges during the image capture process. The project team also realized that the digitization process for long-term preservation is very challenging and time-consuming, taking much longer to scan and create digital master files than originally expected. In addition, the project faced a shortage of trained staff and significant budget shortfalls because of the global economic downturn (Matusiak; Harb, 2009, p. 9).

No Brasil, o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) tem publicado importantes documentos de referência, como a *Carta para preservação do patrimônio arquivístico digital* (2005),¹⁴ *Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes* (2010),¹⁵ *Diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais* (2012)¹⁶ e *Diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis* (2015).¹⁷ Porém, o debate sobre digitalização tem sido marginal no meio acadêmico brasileiro. Podemos conjecturar uma série de motivos para explicar esse cenário. Os departamentos de história, biblioteconomia, ciência da informação e arquivologia dialogam muito pouco. Há pouca si-

13 Conferir: <<http://edireitogv.com.br/o-endowment/como-funciona>>.

14 Conferir: <conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/Carta_preservacao.pdf>.

15 Conferir: <conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/Recomendacoes_digitalizacao_completa.pdf>.

16 Conferir: <conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/conarq_presuncao_autenticidade_completa.pdf>.

17 Conferir: <conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/diretrizes_rdc_arq.pdf>.

nergia entre os professores e estudantes desses cursos, assim como é enxuto o número de publicações e conferências feitas conjuntamente. Também vamos notar que, no Brasil, os grandes projetos de digitalização, com exceção da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, são conduzidos pelos próprios veículos de comunicação. Soma-se a isso, ainda, os custos altos da digitalização e as dificuldades relativas à negociação dos direitos autorais.

A despeito do diminuto debate, o país acumula algumas experiências importantes. A seguir, vamos discutir uma delas: a digitalização do *Jornal do Brasil*, um dos mais importantes veículos da história da imprensa brasileira. Fundado em 1891, no Rio de Janeiro, por Rodolfo Dantas, o *Jornal do Brasil* destaca-se por sua longevidade (1891-2010, impresso; 2010 até o presente, *on-line*), por seu peso político e pela reformulação estética e editorial que influenciou a imprensa ao longo das décadas de 1950 e 1960 (Ribeiro, 2007). O acervo histórico do *Jornal do Brasil* foi contemplado com dois projetos de digitalização. Seus resultados, no entanto, foram bastante diferentes.

O JORNAL DO BRASIL: DUAS DIGITALIZAÇÕES, DOIS RESULTADOS DISTINTOS

O anúncio da primeira digitalização do *Jornal do Brasil* (JB) foi feito em 2010 e a iniciativa coube ao *Google News Archive*, uma ferramenta criada havia dois anos pelo Google. Na ocasião de seu lançamento, a companhia norte-americana anunciou da seguinte maneira o seu novo empreendimento: “nós estimamos que há bilhões de páginas ao redor do mundo contendo cada história já contada. É nosso objetivo ajudar os leitores a encontrar todas elas, do menor jornal semanal local ao maior jornal diário nacional”.¹⁸ Embora ambiciosa, a iniciativa tinha um modelo bastante simples: o Google entrava com a tecnologia e os jornais autorizavam a digitalização de suas edições antigas. Para o Google, as vantagens eram enormes: o *site* atrairia mais acessos, a empresa acumularia ainda mais dados sobre os seus usuários e dominaria mais um segmento de buscas na *Web*. Para os jornais, a parceria chegava no tempo apropriado: justamente quando os editores testemunhavam suas vendas avulsas e de assinaturas caírem, a digitalização do acervo poderia divulgar a marcar e atrair novos leitores.

O projeto realizado pelo *Google News Archive*, no entanto, teve várias limitações. Em primeiro lugar, o acervo do JB não foi digitalizado na íntegra. Não há edições no período de 1891-1929, exceto pelo solitário exemplar de 31 de dezembro de 1910. Entre a década de 1930 e 1990, a maioria das edições foi digitalizada, mas há falhas abundantes em diversos anos. De 2000 a 2010, não se encontra disponível para consulta qualquer edição do jornal. Em segundo lugar – o que soa bastante surpreendente para uma empresa que revolucionou a busca na Internet –, o *Google News Archive* não fez a indexação do conteúdo ou esta não foi oferecida ao usuário. Em outras palavras, não é possível fazer buscas por palavras-chave.

18 Official Google Blog: *Bringing history on-line, one newspaper at a time*. 8 out. 2008. Disponível em: <<https://googleblog.blogspot.com.br/2008/09/bringing-history-online-one-newspaper.html>>. Acesso: 26 maio 2016.

Dessa forma, resta ao pesquisador explorar o jornal à moda antiga, página por página, o que anula a maior vantagem do material digitalizado.

O *Google News Archives* também não oferece ao usuário qualquer informação sobre os jornais digitalizados. Não sabemos nada sobre os fundadores do JB ou sobre sua trajetória. Não há tutoriais, informações de contato ou botões para serem acionados em caso de descoberta de erros no acervo. A interface, no entanto, é intuitiva. O usuário pode selecionar cinco tipos de organização das edições: dia, semana, mês, ano e década. Uma vez escolhida a opção, o sistema exibe na tela uma composição de miniaturas. Estas, por sua vez, quando clicadas, levam o leitor para “dentro” da edição. As páginas podem ser passadas, uma a uma, como um carrossel. E tanto a ferramenta de ampliação quanto a qualidade da digitalização podem ser consideradas satisfatórias. Ainda assim podemos observar problemas consideráveis: a página do *Google News Archive* mistura inglês e português; na década de 1890, verifica-se erro no processo de digitalização dos rolos do jornal: há apenas duas edições e elas são de 1996; na barra de navegação, quando o usuário folheia o jornal, não é indicado o ano, a edição ou o caderno do jornal. Finalmente, a numeração das folhas apontada no monitor nem sempre coincide com a paginação do veículo.

O Google nunca revelou detalhes sobre a equipe responsável pelo *Google News Archive* ou os trâmites por trás do seu processo de digitalização de jornais. Podemos inferir, no entanto, que o seu programa não levou em consideração alguns dos cuidados básicos que vimos nas páginas anteriores deste artigo: indexação, cobertura completa do acervo, contexto histórico do veículo digitalizado, participação dos usuários no processo de correção de erros, entre outros. Desse modo, o acervo histórico de um dos jornais mais importantes da imprensa brasileira foi levado à Internet de forma precária, oferecendo poucas vantagens para os pesquisadores e o grande público. Não surpreende, portanto, que o projeto *Google News Archive* tenha sido interrompido em nível global, em 2011, embora os jornais que já tinham sido digitalizados não tenham sido retirados do ar. Segundo o que um porta-voz do Google informou na época: “os internautas podem continuar pesquisando os jornais que já estão disponíveis, mas nós não planejamos acrescentar novas ferramentas e funcionalidades ao *Google News Archives*, nem aceitar novos microfimes ou arquivos digitais para processamento”.¹⁹

Um ano depois da descontinuidade do *Google News Archive*, a Biblioteca Nacional (BN) anunciou uma nova digitalização do JB. Dessa vez, o material foi adicionado à Hemeroteca Digital, maior projeto digital daquela instituição. O JB passou a compor um banco de dados que ultrapassa atualmente 600 títulos brasileiros e estrangeiros digitalizados. São jornais e revistas que vão desde o século XVIII, como o raríssimo *Folheto de Lisboa*, passando por clássicos do século XIX, como *O Jornal das Senhoras* e *O Paiz*, chegando a jornais contempo-

¹⁹ O Globo, Google desiste do projeto de digitalização..., 20 jun. 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/tecnologia/google-desiste-do-projeto-de-digitalizacao-dos-arquivos-de-jornais-2767399>>. Acesso em: 29 fev. 2016.

râneos ao *Jornal do Brasil*, caso do *Correio da Manhã* e do *Diário de Notícias*. A Hemeroteca Digital tem a chancela do Ministério da Cultura e é reconhecida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Sua construção contou com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), que possibilitou a compra de equipamentos e o pagamento de servidores, empresas parceiras e pessoal.

A Hemeroteca Digital, apesar de lançada em 2011, é desdobramento de um projeto mais antigo da BN, lançado em 2006, de inserção da Instituição no mundo digital: a Biblioteca Digital.²⁰ De acordo com Angela Bittencourt, atual coordenadora da Biblioteca Digital, pouco depois que a Hemeroteca Digital foi lançada, o empresário Nelson Tanure, atual proprietário do JB, entrou em contato com a Biblioteca Nacional a fim de negociar uma nova digitalização do acervo de seu jornal. Tanure estava insatisfeito com o trabalho realizado pelo Google e acreditava que a Hemeroteca Digital poderia fazer melhor. “Quando o projeto surgiu”, diz Bittencourt, “nós nem pensávamos na inclusão do *Jornal do Brasil*. A ideia inicial do projeto era a digitalização e a disponibilização da nossa coleção de jornais que já estavam em domínio público. O JB não estava”.²¹

A segunda digitalização do *Jornal do Brasil* levou mais ou menos seis meses para ser concluída. A captura das imagens foi feita a partir dos microfimes da própria Biblioteca Nacional, conforme recomendado pela NPND. Bittencourt lembra que era digitalizada uma média de 20 mil fotogramas por dia. Devido ao grande volume de páginas, a Biblioteca Nacional terceirizou parte do trabalho. Os microfimes – que não podiam deixar o prédio da Instituição – eram digitalizados, usando-se *scanners* próprios, mas manipulados pela equipe de uma empresa de tecnologia que já era parceira da Biblioteca Nacional na Hemeroteca Digital, a DocPro, com sede no Rio de Janeiro. Depois de realizado este processo, o material seguia, em vários HDs, para a sede da DocPro, onde os arquivos eram indexados, cortados, montados e revisados. Uma vez concluída esta etapa, o material estava pronto para ser disponibilizado na Internet. Atualmente, a Hemeroteca Digital, vale dizer, usa os seus próprios servidores para armazenar todo o conteúdo de sua base.²²

Embora as duas versões digitalizadas do JB coexistam hoje na Internet, as diferenças entre seus resultados são enormes, com ampla vantagem para o trabalho brasileiro. Em primeiro lugar, a Biblioteca Nacional digitalizou todas as edições deste jornal carioca. Não há falhas e nem lacunas, a não ser aquelas originais da fonte, do próprio *Jornal do Brasil*. Em segundo lugar, a Hemeroteca Digital é uma plataforma muito mais intuitiva, detalhada e organizada que o *Google News Archive*. Tudo é explicado ao visitante. O projeto da Biblioteca Digital, por exemplo, possui nove subguias: apresentação, políticas de digitalização, missão, histórico, laboratório de digitalização, estatísticas da BN Digital, normas e padrões, parcerias e “quero colaborar”. No *site*, também há informações sobre o JB e sua história. Quanto ao material

20 Conferir: <<https://bndigital.bn.br/>>.

21 Entrevista de Angela Bittencourt ao autor, em 24 de fevereiro de 2016.

22 Idem.

digitalizado, ele apresenta ótima resolução e carrega em alguns poucos segundos, dependendo da conexão e da extensão da pesquisa. Quando comparamos o *Google News Archive* e a Hemeroteca Digital, o primeiro leva vantagem em apenas dois critérios: a visualização do jornal em sistema de carrossel (que permite ter uma melhor noção de cada edição) e a velocidade de carregamento das páginas, que é ligeiramente mais rápida.

Porém, o grande diferencial entre os dois projetos diz respeito à indexação do conteúdo. No *Google News Archive*, como vimos, a indexação não foi realizada. Na Hemeroteca Digital, todos os jornais são indexados. De acordo com os engenheiros Ernesto Breitinger e José Lavaquial, dois dos cinco sócios da DocPro, responsável pela indexação de todo o acervo da Hemeroteca Digital, a digitalização é a parte menos importante do trabalho que desenvolvem: o foco está na disponibilização da informação.²³

Na versão da BN, a busca pode ser feita por períodos (divididos em décadas) e/ou por palavra-chave. Também é possível acessar datas específicas e a pesquisa pode englobar mais de um jornal ao mesmo tempo. Em questão de segundos, a procura é realizada pelo sistema e oferecida ao usuário.

Quanto à indexação da Hemeroteca Digital, utiliza-se uma tecnologia exclusiva de Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR) da DocPro, cuja maior virtude está na “aprendizagem”. Em um jornal do século XIX, por exemplo, a palavra *locus* pode ter sido escrita como *lovus*. Para que o programa de indexação identifique a palavra como *locus*, a equipe da DocPro pode produzir uma regra de equivalência. É como funcionam os atuais processadores de texto de nossos computadores: quando digitamos uma palavra que não consta no seu dicionário, o *software* a sublinha. Nós, então, podemos adicionar essa palavra e esta será reconhecida da próxima vez que for utilizada. No entanto, no caso da digitalização do acervo, essa depuração é feita pelos engenheiros da empresa e a participação dos usuários talvez seja um ponto a ser considerado. Afinal, a maior virtude também é o maior desafio: uma pesquisa em jornais mais antigos ou com erros na reprodução na Hemeroteca ainda pode apresentar mais erros na detecção de palavras via OCR.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando nos referimos à digitalização de jornais, não existe uma fórmula única a ser seguida. Cada caso pode apresentar particularidades de acordo com as características do jornal em questão: o formato físico, a ausência de microfilmes, a língua, o financiamento que o seu depositário possui para a digitalização, a tecnologia empregada etc. Tudo isso faz diferença. No entanto, uma vez que já acumulamos 20 anos de experiência em digitalização de jornais, podemos já estabelecer diretrizes e recomendações básicas que podem ser aplicadas, mesmo sob adaptação, a qualquer projeto no campo. A NDNP estabeleceu várias diretrizes importantes neste sentido. Não há dúvidas, por exemplo, quanto à necessidade

²³ Entrevista de José Lavaquial ao autor, 25 de fevereiro de 2016.

de uma equipe interdisciplinar, à indexação do conteúdo, à contextualização histórica do jornal, à flexibilidade da tecnologia utilizada ou à participação dos usuários, fundamentais na qualificação do material digitalizado. Quando alguns desses parâmetros não são seguidos, ou pelo menos não em sua totalidade, existirão projetos com falhas sensíveis, caso da digitalização do JB pelo *Google News Archive*.

Deve-se destacar que a transformação provocada pelas novas mídias, conforme sublinhou Manuel Castells no início deste artigo, não representa para o ofício do historiador apenas mudanças no suporte da fonte. A digitalização de jornais vem inaugurar uma nova maneira de fazer e compreender a pesquisa histórica. Em primeiro lugar, a “pesquisa digital” – como podemos chamar a pesquisa em meios digitais e com objetos digitais – demanda entendimento da linguagem tecnológica e de aspectos técnicos ligados ao campo da comunicação. Como vimos, o historiador precisa saber o que é e como funciona um mecanismo de indexação. Ele precisa estar apto ainda a avaliar diferentes projetos de digitalização, os seus limites e suas possibilidades, sempre tendo em vista que estes projetos podem produzir resultados muito diferentes, mesmo quando são desenvolvidos a partir de um mesmo acervo – e que estes resultados podem impactar diretamente em sua pesquisa.

Em segundo lugar, mas igualmente importante, o historiador precisa desenvolver novas capacidades e competências para pesquisar no universo digital, já que este possui lógica própria. É possível, por exemplo, extrair resultados mais ou menos precisos, dependendo da maneira como se usa um campo de busca por palavra-chave. Dentro de um arquivo digital, também precisamos reconhecer as interconexões entre documentos, estabelecer roteiros de investigação, saber salvar imagens, converter formatos, reconhecer falhas, transpor barreiras técnicas e manipular programas de computadores para sistematizar descobertas. A pesquisa digital não suplanta a “pesquisa tradicional”, isto é, aquela feita nos arquivos convencionais, mediante a experiência tátil do documento, mas ocorre em paralelo a esta, o que deve nos parecer natural, uma vez que nosso mundo agora também é digital.

Referências bibliográficas

BAUER, Wilhelm et al. *A imprensa como fonte histórica*. São Paulo: Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA-USP, 1970.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

HARRISON, Larry; WYMAN, Pilar. Frequently Asked Questions About Indexing. In: ZAFRAN, Enid L. (ed.). *Starting an indexing business*. S.l.: Information Today Inc., 1998.

HERBERT, John; ESTLUND, Karen. Creating Citizen Historians. *Western Historical Quarterly*, Logan, v. 39, n. 3, p. 333-341, 2008.

LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS, 2009, Milão. *Conference paper...*, E-prints in Library and Information Science, 2009.

LIBRARY OF CONGRESS (EUA). *The National Digital Newspaper Program (NDNP) Technical Guidelines for Applicants*. Washington, 2011. Disponível em: <http://www.loc.gov/ndnp/guidelines/archive/NDNP_201113TechNotes.pdf>. Acesso em: 30 maio 2016.

MATUSIAK, Krystyna; HARB, Qasem Abu. Digitizing the Historical Periodical Collection at the Al-Aqsa Mosque Library in East Jerusalem. In: IFLA WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS, 2009, Milão. *Conference paper...*(S.I.), E-prints in Library and Information Science, 2009.

PINHEIRO, Alejandro de Campos; MOURA, Paloma de Leles de. A microfilmagem. *Múltiplos Olhares em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, 2015, ISSN 2237-6658.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Mídia e história: ambiguidades e paradoxos. *Eco* – Publicação da Pós-Graduação da Escola de Comunicação da UFRJ, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 5-10, 1999.

_____. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

SKINNER, Katherine; SCHULTZ, Matt. *Guidelines for Digital Newspaper Preservation Readiness*. Atlanta: Educopia Institute, 2014. Disponível em: <http://digital.library.unt.edu/ark:/67531/m2/tadc282586/m2/1/high_res_d/Guidelines_for_Digital_Newspaper_Preservation_Readiness.pdf>. Acesso em: 30 maio 2016.

UNIVERSITY OF CALIFORNIA. Center for Bibliographical Studies and Research. *A Guide and Best Practices for Institutions around the Golden State*. Los Angeles, 2011. Digitizing California's Newspapers Collection. Disponível em: <<http://cdnc.ucr.edu>>. Acesso em: 30 maio 2016.

ZAFRAN, Enid L. (ed.). *Starting an indexing business*. S.I.: Information Today Inc., 1998.

Recebido em 1/6/2016

Aprovado em 9/8/2016

PASSADO ELETRÔNICO: NOTAS SOBRE HISTÓRIA DIGITAL

ELETRONIC PAST: NOTES ABOUT DIGITAL HISTORY

DILTON CÂNDIDO SANTOS MAYNARD | Professor do Departamento de História e do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Sergipe. Professor do Programa de Pós-graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RESUMO

O historiador precisa ser um *expert* em computadores para explorar a Internet? Neste texto, argumentamos que, para utilizar as novas tecnologias da comunicação e informação na pesquisa ou no ensino da história, não é preciso ser um maestro de computadores, um autômato insensível aos acontecimentos. As facilidades criadas pelos recursos eletrônicos e os obstáculos que surgiram são observados no artigo.

Palavras-chave: Internet; história; novas tecnologias.

ABSTRACT

The historian needs to be an expert in computers? In this paper we will defend the idea that to use new information and communication technologies in History issues, the historian does not need to be a master of computers, the most traditional steps in the methodological approach of History remains important. But the new skills from new media are very important too.

Keywords: Internet; history; new media.

RESUMEN

El historiador debe ser un experto en computadoras para navegar por Internet? En este texto defenderemos la idea de que para involucrar las nuevas tecnologías de comunicación y información en la investigación histórica o la enseñanza de Historia, el historiador no necesita actuar como una especie de maestro de computadoras. Ese artículo considera que las antiguas bases metodológicas siguen siendo importantes, pero llegan nuevas contribuciones.

Palabras clave: Internet; historia; nuevas tecnologías.

O historiador precisa mesmo ser um *expert* em computadores para explorar a Internet? Neste texto, apresentamos algumas observações sobre “este falso dilema”, sugerindo uma concepção do historiador como uma figura mais próxima do Ogro, o temido ser de lendas infantis, personagem da cultura europeia, imortalizado n’O *pequeno polegar*, de Charles Perrault, e nas ilustrações de Gustave Doré (1832-1883), distanciando-a tanto da imagem de um *hacker* ou *nerd*, profundo conhecedor dos segredos das novas tecnologias, quanto do *geek*, que, nos últimos anos, apareceu como o típico usuário das novas tecnologias. Defenderemos a ideia de que para aventurar-se pela História do Tempo Presente, o pesquisador não necessita ser uma espécie de maestro de computadores, um autômato insensível aos seus dias e aos acontecimentos.

De início, no entanto, precisamos reconhecer que o nosso convívio com as tecnologias digitais e com a Internet é relativamente recente. É certo, temos muito a aprender com elas. Como já nos foi lembrado, se toda história humana fosse condensada em 24 horas, as mídias tal qual nós conhecemos hoje teriam aparecido nos dois minutos antes da meia-noite (Cohen, 2011). Mas desde que começaram a se popularizar entre os acadêmicos, estas não deixaram de seduzir e provocar o surgimento de “neoluditas” ou “technocéticos”, por um lado, e “ciberentusiastas”, de outro. Os primeiros denunciam a todo custo os riscos apocalípticos dos computadores e da Internet. Na verdade, os “neoluditas” já nos acompanham há certo tempo. Que dizer dos críticos do cinema, do rádio e do ensino à distância, por exemplo? Para eles, estas novas tecnologias da comunicação, cada uma em seus primeiros dias de uso, seriam um engodo, uma fraude, uma ferramenta de potencial limitado principalmente quando concebida para fins educacionais.

Marc Ferro mencionou as referências ao cinematógrafo como passatempo de iletrados, *media* dos idiotas (Ferro, 1992). Evgeny Morozov, por sua vez, aponta as muitas críticas recebidas pelo telégrafo por sua aparente capacidade de divulgar assuntos banais no século XIX. No entanto, para alguns, este invento seria capaz até mesmo de acabar com as guerras. Com um aparelho que podia fazer qualquer mensagem correr o mundo e alcançar os pontos mais extremos da Terra à velocidade inimaginável possibilitada pela eletricidade, não havia razão para a descrença na paz, na capacidade de produzir consensos ou nos avanços diplomáticos. A ideia era a de que o diálogo entre os homens ganharia, com o telégrafo, um poderoso aliado. O novo invento apresentava potencial para aproximar o mundo (Morozov, 2010). Apesar disto tudo, o influxo da popularização dos computadores sobre os historiadores parece ter sido ainda maior.

Talvez o melhor exemplo do segundo grupo – aquele dos otimistas – seja a previsão feita por Emmanuel Le Roy Ladurie num artigo publicado no *Le Nouvel Observateur*, em 8 de maio de 1968. Nele, o autor afirmava: “O historiador do futuro será programador ou não será” (2011).¹ Apesar do cuidado em restringir a sua observação ao campo da história quantitativa,

1 O texto foi publicado originalmente em 8 de maio de 1968. Depois, foi escrita uma nova versão no livro *Le Territorien de l'historien* (Gallimard, 1973).

Ladurie esboça certa tecnofilia que parece ter tomado os trabalhadores de Clio por um tempo. O quanto isto alterou nosso modo de pensar? Provavelmente, seja ainda muito cedo para que tenhamos uma resposta. Porém, evitar o debate não nos parece a estratégia acertada. Propomos o contrário: vamos a ele. Ensaaiemos reflexões sobre o ofício do historiador diante das novas mídias, em dias de Internet.

Deste modo, quais as ressonâncias das novas tecnologias na prática histórica? Esta pergunta põe em relevo a necessidade de aprofundarmos a discussão sobre o fazer história na era digital. Ela encontra mais força ainda no fato de que os nossos alunos, em sua maioria, são agora do tipo *digital born* (nativos digitais): devotados ao repetitivo exercício de responder, sempre rapidamente, a dezenas de mensagens de textos e *e-mails* durante as aulas, atualizando redes sociais, encontrando informações sobre eventos, mas também sobre a vida privadas dos seus professores na Internet (Prensky, 2012). Os estudantes, jovens em sua maioria, dispensam muito tempo “cutucando”, curtindo, postando, comentando e principalmente compartilhando. Mesmo assim, o ciberespaço ainda é um país estrangeiro para parte significativa dos historiadores que, em lugar de nativos, são antes imigrantes digitais e, por mais que se esforcem para dominar a linguagem, sempre falarão com certo sotaque.

É, pois, um distanciamento inquietante. Um silêncio sem sentido. A era digital tem afetado todos aqueles que praticam e estudam a história profissionalmente. Todavia, o mais correto seria considerar que historiadores não necessitam aprender novas tecnologias ou dominar os intrincados códigos de computadores; eles não precisam se tornar cientistas de computadores. Os historiadores não precisam obrigatoriamente ser *hackers* ou *geeks*. Talvez, resida aí um primeiro erro, como explica Toni Weller, parte considerável do problema reside nesta ênfase em discussões técnicas, distantes dos debates sobre as habilidades realmente imprescindíveis ao historiador (Weller, 2013). Tãmanha exigência, tãmanha distorção, acabou antes por afastar os historiadores em lugar de aproximá-los de aliados como os computadores, as novas mídias e a Internet. Tentemos entender como este quadro se desenhou.

Resultante de um processo iniciado ainda ao final da década de 1950, a Internet se tornou comercial por volta de setembro de 1993 (março de 1994 para outros). Portanto, já experimentamos duas décadas de convivência. De lá para cá, a Rede deixou de ser um reducto de *nerds* e militares e foi colonizada pela gente comum, por não especialistas (Briggs; Burke, 2013). As palavras de Mark Zuckerberg, um dos fundadores do Facebook, afirmando que “um esquilo morrendo na porta da tua casa pode ser mais importante para os seus interesses agora do que pessoas morrendo na África” (Parisier, 2011) dão a dimensão da banalidade e do olhar para o presente contínuo que esta rede adotou. Tudo está na Internet agora ou, ao menos, é esta a nossa impressão. Certa vez, Norbert Elias nos lembrou que “o aparecimento mais ou menos súbito de palavras e línguas quase sempre indica mudanças na vida do próprio povo, sobretudo quando os novos conceitos estão destinados a se tornarem fundamentais e de longa duração como esses” (1994). Ora, a Internet gerou verbos próprios (*google me*, *twitt me*, *mail me*, por exemplo), criou as suas próprias palavras, suas próprias doenças (Medalia, 2013), rearranjou a esfera pública, as relações pessoais, a economia e até mesmo a política.

Historiadores como Carlo Ginzburg, Roger Chartier, Peter Burke e Robert Darnton abordaram as influências da Internet. Para Ginzburg (2014), a Internet, mais especificamente o Google, é um poderoso instrumento de pesquisa histórica e, ao mesmo tempo, um poderoso instrumento de cancelamento da história. Enquanto para Roger Chartier (2004), os expedientes clássicos do ofício parecem inalterados, Darnton (2005) chama a atenção para possíveis riscos de uma privatização da Internet. Este último, inclusive, como diretor da biblioteca da Harvard University, bateu-se contra o Google e seu projeto de digitalização das obras com *copyright* daquela instituição, propondo algo mais democrático e gratuito. Mas os trabalhos destes pesquisadores não constituem estudos exaustivos, e pesquisas de fôlego ainda são pouco conhecidas em língua portuguesa. As reflexões de autores como Ginzburg e Burke são principalmente impressões que não se pretendem como coordenadas para a pesquisa. Apesar disto, o desafio do estudo dos usos da Internet, entre historiadores, continua relegado a conversas, aos cafés, a breves artigos, como também nos lembrou Toni Weller (2013). O quadro tem sido transformado numa velocidade bem abaixo do esperado. Todos concordamos que algo precisa ser feito, mas de fato sabemos o quê?

Se nos voltarmos à paisagem nacional, a imagem não é lá muito diferente. Nossas vulgatas mais conhecidas têm evitado abordagens aprofundadas sobre o tema. Pouco se avançou. Se tomarmos alguns dos mais conhecidos manuais, quase nada encontraremos sobre computadores, novas tecnologias da informação ou a Internet. É verdade que, em *Os métodos da História*, obra basilar de Ciro Flamarion Cardoso, escrita em parceria com Héctor Pérez Brignoli (1983), percebe-se certo encantamento pelos computadores como colaboradores das pesquisas históricas. Mas obras concebidas décadas depois, a exemplo dos dois volumes dos *Domínios da História*, também organizados pelo mesmo Cardoso, em parceria com Ronaldo Vainfas (2012), pouco espaço dedicaram ao mundo digital. Se, no primeiro livro, de 1997, podemos explicar a defasagem, no texto de Lucas Figueiredo (1997), pela experiência recente, haja vista que a Internet ainda engatinhava entre os pesquisadores brasileiros (o próprio autor nos avisa disto no capítulo que escreveu), o mesmo não se pode dizer do volume dois, lançado após 15 anos do primeiro. Lamentavelmente, o único capítulo dedicado ao assunto, assinado por Célia Tavares, que reflete sobre a informática e sua relação com a produção e divulgação do conhecimento histórico, limita-se a menções de autores que abordaram a *Web* de modo ocasional, deixando de lado investigações mais recentes, articuladas e densas.

Ao que parece, experimentamos um curioso paradoxo. A constatação ocorre porque, embora a maioria dos historiadores utilize cotidianamente a Internet e seus recursos em suas pesquisas – *e-mails*, listas de discussão, *sites* oficiais, sistemas de editoração eletrônica, divulgação por meio de redes sociais e até mesmo a maior associação brasileira de professores e pesquisadores de história (Anpuh) disponha de um *site* (www.anpuh.org) para apontar seleções, lançamentos e eventos, os docentes não costumam se envolver com reflexões sobre recursos digitais. Conseqüentemente, estudantes não são instigados a pensarem sobre o digital, não são motivados a aplicar as metodologias tradicionais da história ao seu cotidiano digital e a experiências *on-line*.

No entanto, é sempre conveniente lembrar que a mudança é uma marca da história enquanto campo do conhecimento. Ela precisa ser pensada como uma prática social (Prost, 2009). É algo construído, mediatizado, comunicado e que responde a determinados anseios no tempo e no espaço. Indubitavelmente a história – se concebida como um campo de saber, com regras próprias para a sua produção – mudou no tempo. Mas a chegada de novas mídias, da Internet e o olhar apurado para o tempo presente não retiram de nós a preocupação típica do historiador. Marc Bloch nos lembra que:

Mesmo permanecendo pacificamente fiel a seu glorioso nome helênico, nossa história não será absolutamente, por isso, aquela que escreveu Hecateu de Mileto; assim como a física de Lord Kelvin ou de Longevin não é a de Aristóteles (Bloch, 2001).

É, portanto, história o que fazemos e nela deve residir a nossa preocupação. É deste lugar que emitimos o nosso discurso. É da história que elaboraremos as nossas questões. A inclusão de novas mídias não deve exercer, no caso da História do Tempo Presente, o papel de fiel da balança, embora seja inegável o seu influxo sobre o campo (Nora, 1976).

O observatório mais rico para pensarmos o tempo presente é sempre aquele instalado nas produções culturais de cada época. É isto que nos lembra a poesia de Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), que se empolga na ânsia de entender o tempo vivido: “O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes, a vida presente”. Conforme nos ensina Bloch, “o erudito que não tem o gosto de olhar a seu redor nem os homens, nem as coisas, nem os acontecimentos, merecerá talvez, como dizia Pirenne, o título de um útil anti-quário. E agirá sensatamente renunciando ao de historiador” (2001). E qualquer um que olhe ao seu redor, verá um mundo cada vez mais digital, cada vez imerso em cliques e alavancado pela velocidade, estruturado entre *bites* e profundamente dependente das trilhas eletrônicas da Internet (Lévy, 1999).

Por falar em mudanças, um dos primeiros aspectos a serem considerados, no caso da *Web*, provavelmente é o tipo de prática que ela implica e potencialmente amplifica. A cultura de compartilhamento e participação baseia as normas deste novo ambiente desde os seus primeiros dias, como nos mostraram Manuel Castells (2003) em sua *Galáxia da Internet* e Richard Barbrook (2009), em *Futuros imaginários*. Neste sentido, é importante considerar quais as ressonâncias desta cultura para os historiadores. Vejamos algumas delas.

Uma primeira constatação encontra-se no potencial democratizador que a Rede possui. Para aqueles que pesquisam e ensinam a história, certamente esta é uma tendência a ser considerada. Um exemplo pode ser observado no Arquivo Nacional britânico, por meio de iniciativas como a digitalização e disponibilização de diários (The national archives, [2014])²,

2 Conforme William Spencer, pesquisador ligado ao Arquivo Nacional britânico, “disponibilizar as páginas dos diários da Primeira Guerra Mundial *online* permite que pessoas de todo o mundo descubram as atividades diárias, histórias e batalhas de cada grupo”. O acesso a tais registros, explica Spencer, certamente conduzirá a novas descobertas e perspectivas” (Estado de São Paulo, 2014).

escritos por soldados que participaram da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Onde está a diferença? É possível identificar alguma mudança substancial? O que distinguiu grupos, como aquele do *The invisible college* (Shirky, 2011), surgido no século XVII, dos alquimistas, foi provavelmente a cultura de compartilhamento. Ambas usavam as mesmas ferramentas e tinham acesso ao mesmo tipo de formação. Mas enquanto os alquimistas envolviam seus procedimentos e descobertas em uma névoa de segredos, em chaves e mais chaves de leitura, os participantes do *invisible college* trocavam informações, compartilhavam seus resultados e inquietações. Os resultados deste segundo grupo reforçam a ideia de que precisamos considerar que a ciência é feita através de operações solidárias, em trabalhos coletivos em rede, em cooperação. É assim que ela dá saltos.

Olhando por esta ótica, a preservação e a privatização dos arquivos merecem estudos cuidadosos, mas parece-nos que, no segundo caso, ficou mais difícil monopolizar registros, mas não impossível. Isto implica em uma quebra de centro, em um poderoso deslocamento de forças nas Academias. E possivelmente esta modificação encontre-se relacionada a novas dinâmicas culturais. Se considerarmos as dimensões continentais de um país, como o Brasil, por exemplo, esta mudança possui um efeito democratizador sem precedentes.

Indubitavelmente, a mudança de uma cultura de escassez para uma cultura de abundância é uma marca destes tempos digitais. Em lugar de relíquias, temos uma riqueza atordoante de fontes. O caso Wikileaks, pelo embate de forças envolvidas nele, é possivelmente o exemplo mais representativo desta mudança: 251 mil documentos roubados em um CD (Maynard, 2011), numa operação que antes dos tempos digitais não poderia ser suscitada sem considerar o uso de alguns caminhos. E tal metamorfose faz emergir uma pergunta fundamental: quem é o responsável por preservar o registro histórico na era digital? Afinal de contas, digitalização e preservação não são baratas. E, ao mesmo tempo, o presente eletrônico, conforme advertiu Ginzburg, pode apagar o passado (2010). O quadro pode ficar ainda mais angustiante se considerarmos que, além disto tudo, também precisamos atentar para o fato de que muito do que hoje está sendo feito simplesmente será perdido para sempre. De um modo ou de outro, os historiadores enfrentarão desafios na era digital. A seguir, alguns deles são sumariamente colocados.

Um primeiro desafio diz respeito à preservação de material digitalizado. Há décadas diferentes, documentos têm sido digitalizados sob o argumento central de que a preservação deles é necessária. Iniciativas resultantes de importantes missões de estudos, intercâmbios acadêmicos e dispendiosos projetos de pesquisa ofereceram como produtos principais rolos e rolos de microfílm, CDs e, mais recentemente, DVDs com uma infinidade de registros, alocados em prestigiosos lugares de memória do mundo. A questão mais preocupante não é como navegar nesta maré de dados, mas como se dará a preservação daquilo que suporta tais documentos, que os exhibe, que os faz visíveis para o pesquisador. Ou seja, além de preservar, precisamos refletir e planejar o acesso, o uso destes registros.

Mas se os problemas são grandes com o material convertido para o formato digital, não são menores para aqueles que já nascem assim. Como arquivar *blogs*, reportagens ou vídeos

produzidos na Internet? A quem caberá tal função? O debate sobre a conservação também precisa levar em conta as exigências da preservação de material nascido digital.

Outro importante desafio está na migração para novos formatos diante da rápida obsolescência de *hardwares* e *softwares*. Devido à dinâmica em suas transformações, registros digitais necessitarão de ferramentas que possibilitem o acesso às informações neles contidas, embora os suportes para leituras muito provavelmente já tenham se tornado obsoletos. Deste modo, como ler as mensagens deixadas nos velhos disquetes de 5,25 polegadas? Ou como fazer um *site* criado em 1998, idealizado para ser o mais interativo do seu tempo, comportar-se dentro do que era esperado naquele ano? Como aproximar o pesquisador da experiência de usar uma página eletrônica em versão 1.0 da *Web*? Como emular o passado cibernético?

Finalmente, a tarefa de ensinar através da Rede talvez seja o desafio mais admirável e inquietante. Se é certo que a rede mundial de computadores apresenta um inegável potencial democratizador, ela também poderá limitar, ludibriar e colaborar para o esquecimento do passado. Podemos tomar o exemplo usado por Carlo Ginzburg e o da jovem russa chamada por ele de "Diana". Quando a moça passou a sofrer ataques epiléticos, usou o Google para encontrar uma resposta e viu-se como uma *benandanti* (Ginzburg, 2001), tal qual aqueles mencionados em obras do historiador italiano: "Em poucos minutos e graças ao Google, Diana transitou por 15 séculos e diversos territórios" (Ginzburg, 2010). É justamente esta imensa capacidade de dissolver o passado, fragilizar o presente, que exige atenção quanto ao ensino da história em tempos de Internet.

Tais desafios certamente exigem dos historiadores muita destreza. Ao mesmo tempo, nos colocam algumas tendências. Uma delas está no fato de que historiadores do futuro que desejem utilizar documentos nascidos digitais, terão que desenvolver novas formas de pesquisa e mesmo novas habilidades (Weller, 2013). A consulta a sítios fora de funcionamento, a jogos eletrônicos que já não possuirão facilmente os seus consoles originais, a *blogs* e redes sociais que caíram em desuso (pensemos na relação dos brasileiros com o Orkut, por exemplo), somente será viabilizada pela utilização de suportes que talvez não sejam popularizados justamente por lidarem com registros que não mais interessarão. Precisamos lembrar que certos programas foram e são criados para serem lidos em versões específicas de máquinas, como jogos para consoles do tipo *Playstation 2*, *Atari 2600* ou *X-Box*, por exemplo. Ou CD-Roms interativos produzidos para serem lidos em plataformas que trabalhavam com os limites da tecnologia dos anos 1990 em termos de som, imagem e velocidade.

Desta forma, arquivos gerados em computadores com *Windows 98* tendem a não ser lidos por aqueles produzidos em 1995, por ambientes MS-DOS e assim por diante. Como se pode perceber, as dificuldades para aqueles que trabalham com registros que foram guardados em disquetes, em fitas cassetes e, em certos casos, em CDs já são grandes. O que ocorrerá quando as máquinas leitoras se tornarem ainda mais raras? Experimentamos, por outro lado, por meio de redes como o *Facebook*, a musealização da vida cotidiana, como afirmou Andreas Huyssen (2014). E tal metamorfose traz consigo uma pergunta fundamental: quem é o responsável por preservar o registro histórico na era digital?

Outra percepção a ser adotada é a de que, embora a preservação não seja possível quando tratamos da experiência original, podemos e devemos explorar aquelas implicações que de fato fazem a diferença (Weller, 2013). A ideia de que não se pode pesquisar a Internet, por não se poder dar conta dela integralmente, é ingênua, remetendo a um positivismo rasteiro. Ora, o historiador lida com registros do passado, com evidências de um tempo que não é mais o seu. A própria existência deste ofício resulta da incapacidade de retermos tudo, da impossibilidade de imobilizarmos o passado. Cientes desta dinâmica, não temos como criticar a ausência de uma capacidade infinita da Internet ou das novas mídias de tudo guardar. Não podemos preservar as tropas de Napoleão, mas nem por isto se deixa de estudar Waterloo, tampouco se aponta o fim de pesquisas sobre a Amazônia, porque parte significativa dos seus historiadores sequer percorreu 5% daquele território. Em diversos lugares, parte da história do rádio tem sido feita sem registros sonoros disponíveis simplesmente porque eles não existem. Em que medida tais casos se diferenciam dos problemas enfrentados pela Internet?

Por outro lado, a existência de falsificações também não pode servir como argumento para que os trabalhos em torno da *Web* sejam desaconselhados. Basta uma rápida consulta aos manuais e relembremos que os problemas em torno dos falsos documentos ocupam os historiadores há tempos. Confrontar registros, verificar a sua autenticidade, é parte do nosso ofício. Como utilizá-los agora para imobilizar possíveis pesquisas? Assim sendo, como Weller reforça, diante de desafios e problemas, é mais proveitoso que consideremos a necessidade de domínio de habilidades básicas (Weller, 2013).

As ferramentas digitais têm alterado a produção e a disseminação do conhecimento. O seu uso adequado implica a compreensão, mas não necessariamente o profundo entendimento das mesmas. Não precisamos mais dominar enormes fórmulas para operar computadores. E isto é algo muito bom. Contudo, além desta importante constatação, é pertinente atentarmos para pontos centrais da arquitetura das novas tecnologias, em especial a Internet, considerando as suas potencialidades e os riscos em que elas podem implicar.

Evidentemente, muitas das promessas em torno do universo digital não se cumpriram. Graças a isto, o Apocalipse sugerido por William Gibson em seu clássico *Neuromancer* (2008) não se realizou. E para o espanto de alguns, os professores não desapareceram. A história não teve fim. Ao contrário, acontecimentos, como o 11 de setembro de 2001, a crise econômica de 2008, as eleições de governantes de esquerda na América do Sul, a Primavera Árabe são exemplos de como uma forte demanda social se formou em torno não apenas da pesquisa histórica, mas do seu ensino. E, em meio a isto, a necessidade de pensar como celulares, *tablets*, computadores, *e-mails* e tuítes influenciaram em tais processos históricos, o que empurrou os historiadores contra a parede.

Em meio a tudo isto, conforme Daniel Cohen e Roy Rosenzweig, a história sofreu importantes transformações. As tais novas tecnologias, com participação destacada da Internet, obrigaram os historiadores – ainda que a contragosto – a considerarem as implicações destas inovações nas formas de pesquisar, escrever, difundir e ensinar acerca do passado (2006). Mas historiadores – e aqui entramos no delicado terreno que envolve a profissionalização

– ainda podem ser definidos de maneira ampla. Sob esta “rubrica”, podem ser encontrados diletantes, jornalistas, professores da educação básica, memorialistas, cineastas, literatos, acadêmicos das mais diversas áreas (2006). Sendo assim, uma pergunta adequada seria: de que modos os tempos digitais influenciam o ofício do historiador?

Acompanhamos aqui os professores Daniel Cohen e Roy Rosenzweig que delimitam sete qualidades na produção da história em tempos digitais. São elas: capacidade, acessibilidade, flexibilidade, diversidade, manipulabilidade, interatividade e hipertextualidade. Entre tais traços, é possível identificar mudanças de ordem “aditivas” ou quantitativas e mudanças de ordem qualitativas ou “expressivas”. Vejamos, ainda que sinteticamente, cada uma delas.

Uma primeira qualidade, apontada por Cohen e Rosenzweig, é a capacidade. Em tempos de novas mídias, os historiadores se veem diante da possibilidade de trabalhar com muitos dados em pouco espaço e, em grande maioria, a baixo custo (2006). Com as novas tecnologias, os arquivos tiveram as possibilidades de armazenamento ampliadas. Evidentemente, a mera condição de estocar registros não constitui um arquivo, mas é inegável o horizonte que tanto suportes físicos quanto virtuais abriram para a conservação de dados das mais diferentes naturezas, isto é, de uma diversidade antes impensável: áudios, vídeos, infográficos, imagens digitalizadas, animações, jogos eletrônicos etc. As mídias digitais podem condensar uma quantidade sem precedentes de dados. Em contrapartida, como se produz uma história se toda a evidência possível estiver disponível ao historiador?

A questão acima abre espaço para o debate sobre a acessibilidade, pois de nada adianta guardar material se ele não estiver disponibilizado. Cohen e Rosenzweig observam que a obtenção de um público mais amplo é uma das preocupações frequentes entre os historiadores. E esta pretensão ganha com a Internet e as novas tecnologias da informação, importantes auxiliares para concretizar-se. Por outro lado, o acesso instantâneo a fontes primárias e secundárias, bem como a habilidade para muito rapidamente produzir conexões, provocam mudanças significativas na forma de pesquisar e de escrever a história (2006). Consequentemente, a Internet permite aos historiadores falar a um público mais vasto, mais disperso, sem que os custos para isto sejam ampliados. Importantes iniciativas têm possibilitado a democratização de acervos.³

Outra característica que novas mídias e principalmente a Internet permitiram aos registros foi a de flexibilidade – o passado pode se tornar mais rico quando o registro assume diferentes formas. A flexibilidade conferida aos registros digitais é marcante na Internet possibilita que um mesmo dado seja rearranjado, servindo a comparações, contrastes, complementações (Cohen, 2006). E assim ela transforma a experiência de consumir e as circunstâncias para a produção da história. Por exemplo: a Internet não apenas se tornou mais

3 Exemplo pode ser conferido em projetos como o *Open The Archives* (Brown University Library, 2013), desenvolvido através de uma parceria entre a Brown University e a Universidade Estadual de Maringá. O projeto foi lançado com dois mil documentos digitalizados, produzidos de 1963 a 1977. Tais documentos são materiais do Departamento de Estado dos EUA. O site disponibiliza digitalizações com endereços disponíveis nas páginas da Universidade Estadual de Londrina e da Brown University.

aberta para novos leitores, também se abriu para novos narradores de história. Resultante disto, o número de autores de páginas dedicadas à história tende hoje a ser muito superior ao número de autores de livros de história. Tais autores, é preciso que se lembre, formam um público diversificado (e assim a hierarquia é quebrada). As críticas e as reclamações são grandes por parte dos historiadores profissionais, por aqueles assentados em respeitadas instituições de pesquisa, diante da constatação de que parte considerável dos *best-sellers* escritos sobre temas históricos não é obra de membros da corporação. Sendo assim, o que podemos aprender com tais mudanças quantitativas? Nós podemos alcançar mais pessoas, obter e produzir mais material histórico para as salas de aulas, oferecer aos estudantes mais acesso a documentos antes enclausurados, ouvir diferentes perspectivas.

Porém, tais transformações, se afetam o aspecto quantitativo, também atingem substancialmente a qualidade dos registros. Podem ser pensadas a partir do conceito de manipulabilidade, entendido aqui como a possibilidade de engendrar dados pelo uso de ferramentas eletrônicas, conduzindo a descobertas que antes não estavam evidentes. *Softwares* podem permitir a ampliação e a distorção de imagens. Para o estudo de documentos, por exemplo, a possibilidade de aplicar o *zoom* ao registro, recortar a parte que imediatamente interessa, girá-la, criar a partir dela uma galeria, compará-la, melhorar a sua resolução são processos proveitosos no andamento de qualquer pesquisa. Porém, esta capacidade de manipular a fonte pode promover experimentos de diferentes fins e tipos.⁴

A relação com o público ganha na preocupação com a interatividade um destaque importante. Afinal de contas, ela estabelece diferentes e múltiplas formas de diálogo histórico. Temos aí uma imensa possibilidade de transformação da prática histórica, de ampliar as formas de levantamento de fontes, de troca de informação, de redução nos custos das pesquisas e na ampliação no compartilhamento de trabalhos. A Rede trouxe consigo um leitor que se encontra em posição diferenciada. Se o texto chega ao ciberespaço, este novo público pode corrigir, colaborar com o envio de dados, divulgar e até corrigir a pesquisa.

Por fim, temos a hipertextualidade, uma espécie de princípio constitucional da *Web*, que exige refletir sobre um paradigma antes pautado nas ideias de centro, hierarquia e linearidade. Entram em cena multilinearidade, nós, *links*, redes de trabalho. Embora permaneça ainda claro que a história em sua narrativa para ser comunicada precisa ter uma estrutura que mantenha o circuito começo, meio e fim, a forma clássica e linear de exposição tende a se modificar em ambientes digitais. Esta nova forma, que certamente atordoará a muitos, permite ao leitor acompanhar a produção do conhecimento histórico: ler as fontes que foram utilizadas, talvez ouvir a música que se menciona, assistir ao vídeo que foi criticado e, deste modo, realizar ele mesmo a crítica ao trabalho lido. Tudo isto sem que a estrutura básica da arquitetura argumentativa seja perdida. E também sem uma inflação nos custos.

4 Ver, por exemplo, a campanha publicitária do jornal sul-africano *The Cape Times* (2013). Uma série de registros fotográficos clássicos, como o beijo de Times Square, foram transformados em *selfies*. A chamada era "You can't get any closer to the news" ou "Você não pode ficar mais perto da notícia" (Kiefaber, 2013).

O que é o hipertexto, senão a pretensão de oferecer a experiência da leitura do registro em três dimensões?

Apesar da paisagem de avanços e vantagens, é preciso salientar que os empecilhos também não são poucos. Por isto, gostaria de tocar em apenas alguns dos estorvos no horizonte da pesquisa e do ensino da história quando vestígios eletrônicos são o assunto.

O primeiro deles diz respeito a algo que tira o sono de qualquer historiador: a qualidade do registro. Neste novo universo, os tradicionais repositórios de informação irão manter o seu *status*? Como avaliar as fronteiras da qualidade histórica e da autenticidade na *Web*? Uma coisa a se considerar é que a discussão em torno da qualidade, autenticidade e autoridade pré-dada a Internet. Consequentemente, nossos debates sobre fontes históricas, sobre heurística e sobre os procedimentos de crítica não podem ser postos de lado. Porém, eles precisam, em certos casos, ser atualizados. Concordamos com Weller no argumento de que se a mídia digital abalou a confiança e autoridade de certos registros, já que agora tudo pode ser manipulado e postado na Internet. Cabe a nós como historiadores restabelecer os procedimentos de legitimação, discernimento e autoridade. Afinal de contas, os historiadores já fizeram isto outras vezes, quando enfrentaram os desafios provocados pelos filmes, por exemplo (1992).

Outro problema é a durabilidade, já que os tempos digitais abrem generosamente as portas ao sonho de tudo preservar. No entanto, a preservação e o arquivamento de material histórico são problemas que nos impelem a pensar o que deve ser preservado e quem deve preservar. Experiências como as do *Internet Archive* (www.archive.org) revelam o esforço por permitir pesquisas em versões “antigas” de sítios eletrônicos. No nascente século XXI, uma questão fundamental gira em torno dos custos de manutenção e da responsabilidade por arquivar e organizar estes registros.

O debate acima colocado se mostra estratégico, haja vista que os historiadores já enfrentam o problema da inacessibilidade. E tal dificuldade se dá por diferentes razões, sendo possível destacar duas delas: a) há um problema de letramento digital. Nem todos dominam os procedimentos básicos para a navegação em alguns ambientes ou mesmo o uso de um computador; b) os custos do acesso à Internet. Todavia, ambas as variáveis tendem a cair. No caso do acesso, a expansão de experiências de Internet livre em praças, escolas, bibliotecas, universidades e outros locais de pesquisa certamente colaborará para que os usos dos ambientes digitais sejam ampliados. No que se refere ao domínio das novas tecnologias da capacidade de navegação, as contínuas atualizações que máquinas e programas experimentaram nos últimos anos e a preocupação com a criação de diferentes recursos de acessibilidade – comandos por voz, telas em contraste, ampliação de fontes etc. – sinalizam os ganhos no sentido de transformar usuários originalmente analógicos em legítimos imigrantes digitais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante deste cenário desafiador, vale lembrar que, no final das contas, o ganho considerável diante da capacidade de reunir diferentes tipos de registros merece celebração, não desespero e temor, pois, como observaram Jean Boutier e Dominique Julia, “não pode ha-

ver História senão erudita; a coleta metódica dos dados repousa sobre o recurso, frequente ainda que variável, segundo as épocas e os lugares” (1998). Evidentemente, é importante salientar que, embora seja possível falar em uma história digital, as perguntas que tradicionalmente surgem para o historiador permanecem as mesmas: quem, o que, quando, onde e por quê? formam o grupo de questionamentos que continuam a nos inquietar, a movimentar nossas investigações. Ou seja, as antigas bases metodológicas permanecem importantes, mas novos aportes chegarão. No caso da História do Tempo Presente e dos registros digitais, o segredo é entender que eles são complementares, mas não excludentes.

As ferramentas digitais têm alterado a produção e a disseminação do conhecimento. Entretanto, é preciso ter consciência de que o uso adequado de tais recursos implica a compreensão, mas não necessariamente o domínio das mesmas. Temos aí problemas importantes, complexos. Quem regulará a ideia de autoria ou autenticidade? O acervo disponibilizado *on-line* será livre ou, ao contrário, ficará à mercê de megacorporações?

Enfrentamos indubitavelmente o desafio de lidar com “novas percepções do tempo e do espaço nas sociedades midiáticas contemporâneas” (Huyssen, 2014). Consequentemente, fazer história digital é estabelecer uma nova estrutura através da tecnologia para as pessoas experimentarem, lerem e compreenderem um argumento sobre um problema histórico. E para colocar o passado *on-line*, devemos lembrar do conselho de Marc Bloch. No fim das contas, “são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça” (Bloch, 2001).

Por fim, se for possível fazer um diagnóstico das ressonâncias das novas tecnologias na pesquisa e no ensino da história, poderíamos dizer: 1) tais tecnologias, reforçamos, já não são assim tão novas; 2) a partir da emergência de suportes digitais, temos problemas de hierarquia, de autoria, de acesso, de arquivamento e preservação que precisam ser enfrentados; 3) o historiador do presente envolve-se com uma tarefa em que quanto mais se compreende, mais se tem a necessidade de procurar. Como um lago que nunca se enche... Portanto, o historiador deve se aproximar da Internet e dos tempos digitais dominando as habilidades básicas do seu ofício, sem necessariamente ter que ser um programador. Precisa enfrentar estes desafios, não deve deixá-los aos colegas de outras áreas. Ele não precisa ser um *hacker*, um *expert* em informática. Mais vale permanecer inspirado pelo ogro e buscar carne humana. Afinal de contas, é disto que trata a história, qualquer história, digital ou analógica, que mereça assim ser chamada.

Referências bibliográficas

BARBROOK, Richard. *Futuros imaginários: das máquinas pensantes à aldeia global*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2009.

BLOCH, Marc. A História, os homens e o tempo. In: BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 51-68.

- BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (org.). *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.
- BROCKMAN, John (org.). *Is the Internet changing the way you think?* New York: Harper Perennial, 2011.
- BROWN LIBRARY. *Opening the archives project*. Brown University Library, 2013. Disponível em: library.brown.edu/openingthearchives/?lang=PT. Acesso em:
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- _____. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- CARR, Nicholas. The bookless library. In: BROCKMAN, John. *Is the Internet changing the way you think?* New York: Harper Perennial, 2011. p. 1-3.
- CHARTIER, Roger. A história na era digital. In: ANTUNES, Cristina; CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 60-61.
- COHEN, Daniel J., ROSENZWEIG, Roy. *Digital history: a guide to gathering, preserving, and presenting the past on the web*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006.
- DARNTON, Robert. As notícias em Paris: uma pioneira sociedade da informação. In: DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. Trad. José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 40-89.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. 1.
- FERRO, Marc. *Cinema e história*. Trad. Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FIGUEIREDO, Luciano R. História e informática: o uso do computador. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 419-440.
- GIBSON, William. *Neuromancer*. 4. ed. São Paulo: Aleph, 2008.
- GINZBURG, Carlo. *História na era do Google*. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Disponível em: <<http://www.inf.ufsc.br/~jbosco/InternetPort.html>>. Acesso em: 4 set. 2014.
- HUYSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente*. Rio de Janeiro: Contraponto; Museu de Arte do Rio, 2014.
- Kiefaber, David. *Famous photos reimagined as selfies in newspaper's wonderful print ads*. Adweek: Nova York, 13 nov. 2013.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy. O historiador e o computador. In: NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério Forastieri da. *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011. p. 207-210, v. 1.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- MAYNARD, Dilton. *Escritos sobre história e Internet*. Aracajú: Fapitec; Rio de Janeiro: Luminárias, 2011.
- MEDALIA, Hilla; ShLAM, Shosh. *Web Junkie*. Dogwoof Pictures: Israel/EUA, 2013. 79 min.
- MOROZOV, Evgeny. *The net desilusion: the dark side of Internet freedom*. New York: Public Affairs, 2010.
- NEGROPONTE, Nicholas. *A vida digital*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 179-193.

O Estado de São Paulo. *Arquivo britânico coloca na Internet cerca de 2 mil relatos de soldados da 1ª guerra*. São Paulo, 14 de jan de 2014, Caderno de cultura. Disponível em: <http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,arquivo-britanico-coloca-na-Internet-cerca-de-2-mil-relatos-de-soldados-da-1-guerra,1118456>. Acesso em:

OTMAN, Gabriel. *Dicionário da cibercultura*. Trad. Carlos Aboim de Brito. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

PARISIER, Eli. *The filter bubble: what the Internet is hiding from you*. New York: Penguin Press, 2011.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

PRENSKY, Max. *Aprendizagem baseada em jogos digitais*. São Paulo: Senac, 2012.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre história*. Trad. Guilherme João de Freitas Texeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

ROSENZWEIG, Roy. Scarcity or abundance? Preserving the past. In: ROSENZWEIG, Roy. *Clio wired: the future on the past in the digital age*. New York: Columbia University Press, 2011. p. 3-27.

_____. *Wizards, bureaucrats, warriors & hackers: writing the history of the Internet*. Disponível em: <<http://chnm.gmu.edu/resources/essays/d/25>>. Acesso em: 15 mar. 2006.

SHIRKY, Clay. The invisible college. In: BROCKMAN, John (org.). *Is the Internet changing the way you think? The net's impact on our minds and future*. New York: HarperCollins, 2011. p. 4-7.

THE NATIONAL ARCHIVES (Inglaterra). *Great war soldier's record*. Surrey, [2014]. Disponível em: <http://www.nationalarchives.gov.uk/education/resources/great-war-soldiers-record/>. Acesso em:

WELLER, Toni (org.). *History in the digital age*. New York: Routledge, 2013.

Recebido em 4/7/2016

Aprovado em 8/8/2016

CADEIA DE CUSTÓDIA PARA DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS

CHAIN OF CUSTODY FOR DIGITAL RECORDS

DANIEL FLORES | Doutor em Documentação pela Universidade de Salamanca, Espanha.

BRENDA COUTO DE BRITO ROCCO | Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação Ibict/UFRJ

HENRIQUE MACHADO DOS SANTOS | Mestrando em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria (USFM)

RESUMO

Este estudo resgata a abordagem da cadeia de custódia para documentos arquivísticos analógicos e propõe sua reformulação com o objetivo de contemplar documentos arquivísticos armazenados em ambientes digitais. Para isso, discute-se a importância da manutenção de uma linha de custódia ininterrupta na implementação de sistemas informatizados para gestão, preservação e acesso aos documentos arquivísticos.

Palavras-chave: custódia confiável; documentos arquivísticos digitais; Sigad; RDC-Arq.

ABSTRACT

This study rescues the approach of chain custody to analogic records and proposes a reformulation in order to contemplate records stored in digital environments. For this, we discuss the importance of maintaining an unbroken custody line in the implementation of computerized systems for management, preservation and access to records.

Keywords: reliable custody; digital records; Sigad; RDC-Arq.

RESUMEN

Este estudio rescata el enfoque de la cadena de custodia para documentos de archivo analógicos y propone una formulación, a fin de contemplar documentos de archivo almacenados en entornos digitales. Para ello, se discute la importancia de mantener una línea ininterrumpida de custodia en la implementación de sistemas informáticos de gestión, preservación y acceso para los documentos de archivo.

Palabras clave: custodia fiable; documentos de archivo digitales; Sigad; RDC-Arq.

INTRODUÇÃO

As denominadas tecnologias da informação e comunicação (TICs) introduziram diferentes formas de produção, tramitação e armazenamento de informação, trazendo consigo o que Dollar (1994) denominou como imperativos tecnológicos, os quais impõem novos desafios à sociedade contemporânea. Entre esses desafios, observa-se a questão da acurácia e da autenticidade dos documentos em meio digital. Embora os mecanismos de registro tenham evoluído em nível de hardware, software e suporte, ainda há incertezas quanto à integridade e à identidade dos documentos que são produzidos e armazenados em meio digital, acarretando a necessidade de um referencial de uma linha ininterrupta digital entre todos os ambientes interoperáveis dos documentos arquivísticos, desde a gênese até sua preservação e acesso.

A produção e o registro de informações exclusivamente em documentos digitais aumentaram consideravelmente, apresentando novos e grandes desafios para diversas áreas do conhecimento no que se refere ao tratamento desses documentos. Dentre essas áreas, encontra-se a arquivística, que tem se preocupado com o documento arquivístico, incluindo os digitais.

No entanto, os mecanismos para manutenção e presunção da autenticidade não têm acompanhado o ritmo dessa evolução. Este contraponto realça as vulnerabilidades dos documentos arquivísticos digitais, que podem ser facilmente adulterados sem deixar vestígios aparentes, evidenciando a complexidade e a especificidade destes registros. Tais aspectos irão impactar diretamente na credibilidade de tais documentos enquanto provas de uma ação, fontes de pesquisa e bases de conhecimento.

A complexidade dos documentos arquivísticos digitais, segundo Flores (2016, p. 5), ocorre desde “o seu sistema de gestão, o Sigad, que trata da captura, armazenamento, indexação e recuperação de todos os componentes digitais do documento arquivístico como uma unidade complexa, até os sistemas de preservação e acesso”, sendo ainda ressaltado que “um documento arquivístico digital pode ser constituído por vários componentes digitais, como, por exemplo, um relatório acompanhado de planilhas, fotografias ou plantas, armazenados em diversos arquivos digitais. Além disso, há de se considerar a relação orgânica dos documentos arquivísticos”.

Já no tocante à especificidade, o documento digital apresenta características que podem comprometer sua autenticidade, uma vez que é suscetível à degradação física dos seus suportes, à obsolescência tecnológica de hardware, software e de formatos, e a intervenções não autorizadas, que podem ocasionar adulteração e destruição. Somente com procedimentos de gestão arquivística, é possível assegurar a autenticidade dos documentos arquivísticos digitais.

Para que um documento arquivístico seja considerado íntegro, é necessário que seja inalterado e completo. Tal integridade relaciona-se diretamente aos ambientes de produção e preservação do documento, ou seja, aos seus ambientes custodiadores, denotando, assim, que, quando falamos de documentos digitais, de ambientes digitais, estamos também falando de ambientes custodiadores, de uma linha ininterrupta digital.

Dessa forma, faz-se necessária uma reflexão sobre a custódia confiável e ininterrupta para documentos arquivísticos digitais, enfatizando aspectos como a relação entre os sistemas de gestão documental e preservação em longo prazo, com garantia de acesso. Para isso, realiza-se um levantamento bibliográfico de materiais previamente publicados, que partem de uma revisão, incorporando, basicamente, referenciais das áreas da arquivologia e da ciência da informação (Gil, 2010; Luna, 1997).

Escrito com o propósito de discutir o quanto é relevante a manutenção de uma linha de custódia que seja confiável e ininterrupta, este artigo divide-se em quatro seções. Na primeira, contextualiza-se a cadeia de custódia documental. Na seção seguinte, são discutidas questões como a gestão de documentos digitais. Na terceira seção, trata-se da preservação em repositórios e sua conformidade com o modelo *Open Archival Information System* (Oais). Por fim, na última seção, esquematizam-se os aspectos a serem considerados em uma cadeia de custódia confiável para documentos arquivísticos armazenados em ambiente digital.

CADEIA DE CUSTÓDIA DOCUMENTAL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

A cadeia de custódia documental pode ser entendida como o ambiente no qual perpassa o ciclo de vida dos documentos. Em outras palavras, ela define quem é o responsável por aplicar os princípios e as funções arquivísticas à documentação.

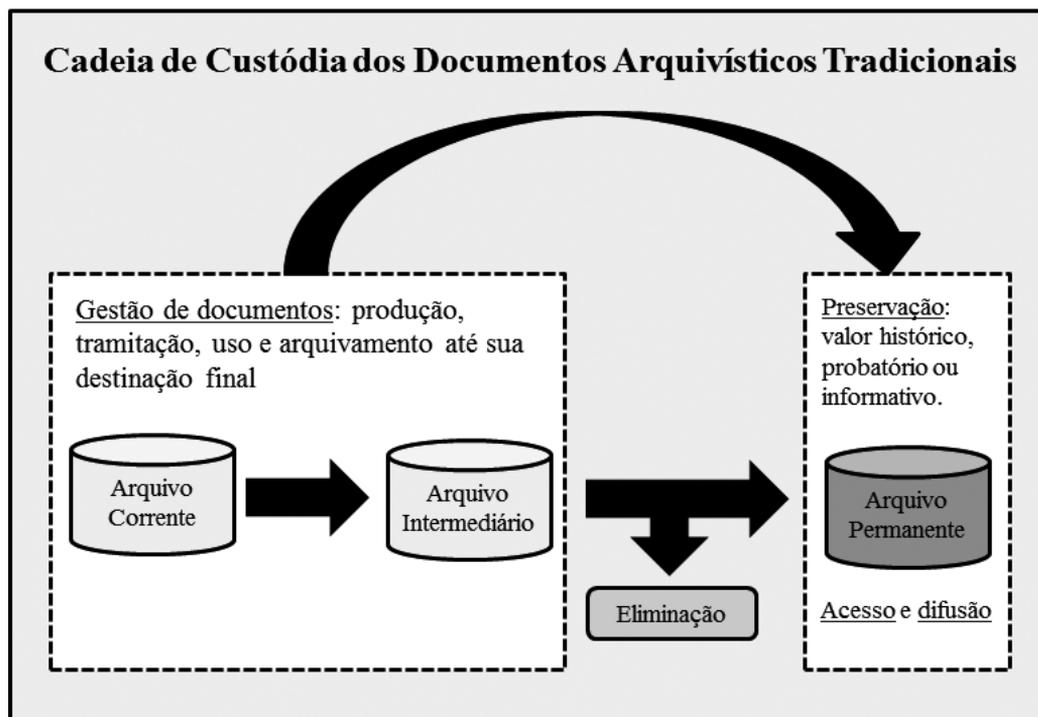
A custódia confiável de documentos arquivísticos tradicionais é mantida através de uma linha ininterrupta, a qual compreende as três idades do arquivo: fases corrente, intermediária e permanente. Dessa forma, a confiabilidade ocorre por intermédio da própria instituição, que faz a própria produção, gestão, preservação e provê acesso aos seus documentos.

A figura 1 esquematiza a abordagem de Jenkinson (1922) e apresenta uma adaptação atual. Observa-se que no âmbito mais amplo está a instituição arquivística, a qual compreende o ciclo de vida dos documentos na ótica da teoria das três idades, comportando, logicamente, as funções arquivísticas.

Nesse esquema, a gestão e a preservação estão unidas pela função de avaliação de documentos, que será a responsável por otimizar a administração. Assim, os documentos que não possuem mais valor primário são avaliados e, por consequência, recolhem-se os documentos de valor secundário e eliminam-se os demais. Ressalta-se que todo esse processo vem a ser executado por uma instituição arquivística que mantém uma linha de custódia ininterrupta e, assim, garante a confiabilidade dos materiais custodiados.

A abordagem clássica da cadeia de custódia, na arquivística, então preconizada por Jenkinson (1922), pode ser considerada suficiente para a preservação de documentos em suportes tradicionais. Todavia, considerando a questão da interoperabilidade dos documentos arquivísticos em ambientes digitais, é necessário ir além dessa abordagem. Quando Jenkinson (1922) aborda a cadeia de custódia, ele está se referindo à autenticidade dos documentos arquivísticos a partir da não interrupção desta cadeia, dos arquivos como um todo e não somente de um documento individualmente, do produtor até o preservador, no caso a instituição arquivística, o Arquivo Nacional, por exemplo.

FIGURA 1. CADEIA DE CUSTÓDIA DOS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS TRADICIONAIS



Fonte: elaborado pelos autores com base em Jenkinson, 1922

No caso desses documentos, os que forem considerados de guarda permanente, após o fim das fases corrente e intermediária, necessitam ser exportados para um ambiente confiável e idôneo. Além disso, é preciso manter a cadeia de custódia ininterrupta, mesmo que haja mudança de custodiadores. Nesse ponto, observa-se que essas possíveis mudanças não devem representar uma ruptura, pois os documentos de caráter permanente seriam apenas transferidos para outro custodiador, o qual terá a responsabilidade legal de preservar a documentação.

Tanto a gestão quanto a preservação de documentos devem ser realizadas por meio de sistemas que considerem a manutenção de requisitos arquivísticos, para que seja possível verificar sua presunção de autenticidade. Outro aspecto a ser destacado é a necessidade de que o recolhimento dos documentos de valor secundário seja realizado por instituições arquivísticas. Paralelamente, há a necessidade de um acompanhamento que garanta a manutenção de uma linha ininterrupta entre as três idades documentais e considere a possível mudança da custódia documental.

GESTÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS

O advento e a proliferação da produção, tramitação e armazenamento de documentos digitais suscitaram a premência de sistemas que fizessem a gestão de tais documentos, o que culminou nos programas de gerenciamento eletrônico de documentos (doravante GED). Tais sistemas não têm em si a perspectiva arquivística. Logo, não visam gerenciar o ciclo de vida dos documentos, sua temporalidade, destinação e relação orgânica. Por outro lado, os documentos arquivísticos em ambiente digitais requerem os mesmos tratamentos e procedimentos que os documentos não digitais e, portanto, o sistema responsável por seu tratamento deve ter como principal foco a gestão arquivística.

A prática da gestão eletrônica de documentos denota a ausência de procedimentos arquivísticos, o que é justificado pela não conformidade do GED com o e-ARQ Brasil:¹ modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos.² Instrumento do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), esse modelo consiste em uma especificação de requisitos para organizações, sistemas e para os próprios documentos que são custodiados. O referido modelo tem por finalidade garantir que a gestão arquivística ocorra nos sistemas, garantindo, portanto, o acesso pelo tempo que se fizer necessário, bem como a confiabilidade e autenticidade desses documentos. Sem esses devidos requisitos, não é possível considerar que um sistema faça a gestão arquivística dos documentos, pois coloca em dúvida as características e a própria razão de ser deles.

O conjunto de requisitos propostos no e-ARQ Brasil³ fornece a base para a implementação de um sistema informatizado de gestão arquivística de documentos (doravante Sigad), comportando, assim, os requisitos para desenvolver um ambiente confiável para a gestão de documentos arquivísticos. Dessa forma, as fases corrente e intermediária serão contempladas pelo Sigad e, após o cumprimento dos prazos estabelecidos, este deverá exportar os documentos de valor permanente para um repositório arquivístico digital confiável (RDC-Arq).

Observa-se que o recolhimento desses documentos deverá ser realizado por meio de uma custódia confiável, a qual disponha de mecanismos que garantam a autenticidade (identidade + integridade) na transferência de documentos do Sigad para o repositório. Nesse sentido, o repositório digital deverá ser concebido como o ambiente autêntico para a

-
- 1 O e-ARQ Brasil foi inspirado em outros modelos de requisitos. A saber: *Design criteria standard for electronic records management software applications: DOD 5015.2-STD, 2002*; MoReq – modelo de requisitos para a gestão de arquivos eletrônicos, 2002; *Requirements for electronic records management systems: functional requirements*, United Kingdom, 2002.
 - 2 O modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos – e-ARQ Brasil tem sua adoção recomendada pelas resoluções n. 25, de 27 de abril de 2007 e n. 32, de 17 de maio de 2010, do Conselho Nacional de Arquivos. Ele especifica todas as atividades e operações técnicas da gestão arquivística de documentos, desde a produção, tramitação, utilização e arquivamento até a sua destinação final, aplicadas em um ambiente digital.
 - 3 Cabe ressaltar que no Brasil existe outro modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos, que é implementado no âmbito do Judiciário, denominado MOREQ JUS. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/modelo_de_requisitos.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2016.

preservação de documentos digitais em longo prazo e, por isso, é fundamental manter bons níveis de interoperabilidade com o Sigad.

A interoperabilidade entre o Sigad e o RDC-Arq deve ser feita de forma automatizada, de modo que não existam manipulações não autorizadas, e não se permitam inserções ou importações de documentos ou de pacotes de documentos que não estejam contemplados pela cadeia de custódia digital, que documenta todas as atividades, rotinas, recepções, conversões, normalizações etc., em metadados que ficam encapsulados nos pacotes de interoperabilidade de documentos. É importante destacar que esta interoperabilidade consiste basicamente em um empacotamento de acordo com os padrões da área e da adoção dos metadados, também de acordo com os padrões da área.

OS REPOSITÓRIOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS CONFIÁVEIS (RDC-ARQ)

Após o término do valor primário dos documentos arquivísticos, surge a necessidade de proceder à avaliação dos conjuntos documentais, a fim de verificar a presença de valores secundários. Tais aspectos devem ser observados enquanto os documentos ainda se encontram no SIGAD. Assim, com a avaliação, procede-se à eliminação, seguindo os devidos procedimentos e legislação, dos que não possuem mais valor primário. Posteriormente, os documentos dotados de valor secundário serão recolhidos ao arquivo permanente, que será entendido como repositório arquivístico digital confiável (RDC-Arq).

Conforme o Conarq (2015), um repositório arquivístico digital confiável (RDC-Arq) deve gerenciar documentos e metadados seguindo princípios e práticas da arquivística no que tange à gestão documental, descrição multinível e preservação. O RDC-Arq será responsável por proteger características do documento arquivístico, como a autenticidade e a organicidade, possibilitando o acesso em longo prazo destes documentos. Além disso, é preciso estar em conformidade com a ISO 16.363:2012, que trata de um conjunto de critérios para mensurar a confiabilidade do repositório digital.

Quando abordamos a característica confiável do repositório arquivístico digital, estamos falando que estes repositórios precisam ser auditados e certificados, e, nesse cenário, a resolução n. 43 do Conarq deixa clara a sua posição quanto à adoção da ISO 16.363:2012. Isso denota que a autenticidade dos documentos arquivísticos recebe mais uma camada para reforçar a cadeia de custódia digital, ou seja, da abordagem de Jenkinson (1922), da custódia focada do produtor à instituição arquivística, agora temos, além dos ambientes Sigad e RDC-Arq e da instituição arquivística, a instituição certificadora que vai garantir que a autenticidade se manteve de acordo com os requisitos estabelecidos, indo então além da instituição arquivística e reforçando esta linha ininterrupta digital.

Há cenários distintos para se implementar o RDC-Arq (Conarq, 2015). Dentre eles podem se destacar: o ciclo de vida completo, no qual haverá um RDC-Arq para as fases corrente e intermediária e outro para a fase permanente. Esse cenário poderá envolver a mudança da cadeia de custódia para o RDC-Arq da fase permanente; as idades corrente e intermediária, associadas a um Sigad. Dessa maneira, o repositório irá auxiliar na preservação de docu-

mentos que ficam por longos períodos em fase corrente/intermediária. Isso se justifica pelos acelerados ciclos de obsolescência tecnológica. Logo, haverá uma preocupação com a preservação dos documentos arquivísticos digitais; a idade permanente, para que assim os documentos arquivísticos digitais sejam preservados permanentemente. Portanto, o RDC-Arq irá atuar na manutenção da autenticidade e da relação orgânica, além de auxiliar no arranjo e na descrição, visando ao acesso.

A implementação do RDC-Arq irá depender do cenário em questão. Mas fica expressa a necessidade de um repositório com tais características para os documentos de valor permanente e a possibilidade de se implementar outro para os documentos de valor corrente e intermediário, havendo a possibilidade de se reunir os documentos das três idades em um único RDC-Arq, porém permanecendo independentes, já que o de documentos de valor corrente e intermediário quem o interopera é o Sigad, enquanto que o de valor permanente será a instituição arquivística, pois o Sigad somente interopera para o recolhimento, além da curadoria digital, auditoria e certificação. O principal a salientar, nesse caso, é que sem um RDC-Arq devidamente implementado, o documento arquivístico mais uma vez terá sua autenticidade posta em dúvida.

O MODELO OAIS E A PRESERVAÇÃO DE LONGO PRAZO

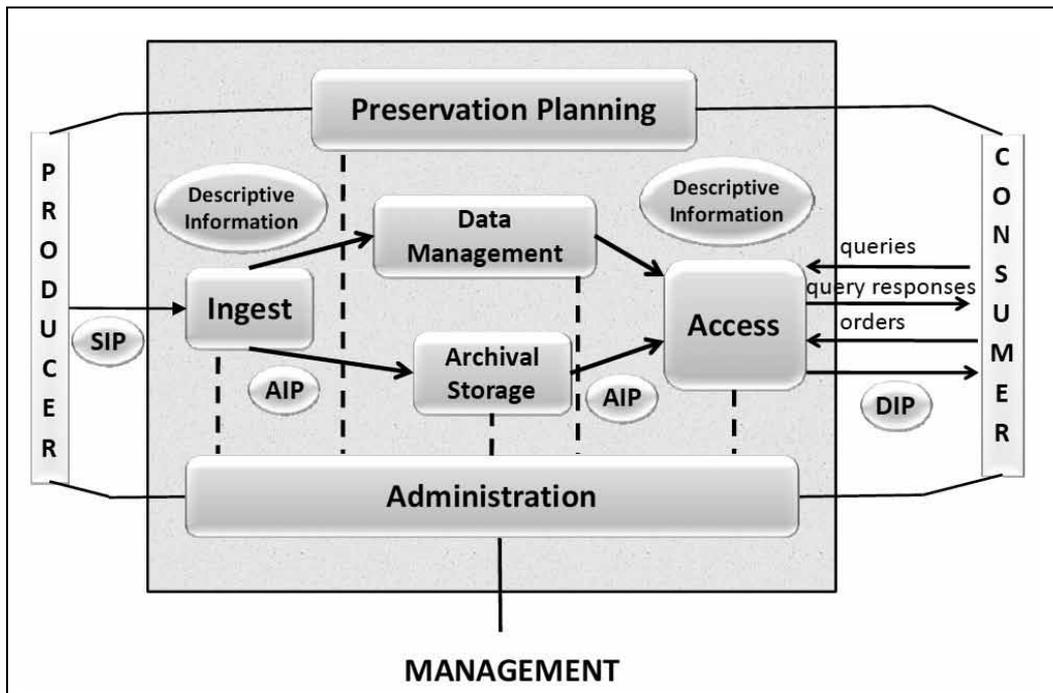
Além da implementação de estratégias, observa-se que as atividades de preservação digital em longo prazo também estão relacionadas à implementação de um repositório digital. Adicionalmente, durante o desenvolvimento de um repositório digital é fundamental que se considerem os requisitos abordados no modelo de referência Open Archival Information System (Oais).⁴

O modelo Oais especifica um conjunto de requisitos para um repositório digital que tenha a responsabilidade de preservar documentos digitais e garantir o acesso em longo prazo para uma comunidade específica de usuários. Logo, considera-se que os documentos a serem armazenados no Oais devem ser preservados em longo prazo, independente da longevidade desse modelo (CCSDS, 2012). O esquema conceitual do modelo Oais é apresentado na figura 2.

No modelo Oais, observam-se três agentes: produtor (*producer*), administrador (*management*) e consumidor (*consumer*). O produtor realiza a submissão de um pacote de informação, o qual contém documentos e informações de descrição relacionada (SIP), que é enviado para a entidade de ingestão ou submissão (*ingest*). Após aceitar o pacote SIP na etapa da ingestão, bem como inserir a informação de descrição (*descriptive info*), o SIP transforma-se em um pacote de informação para armazenamento (AIP), e aqui temos o pacote de armazenamento dos documentos de valor permanente.

4 No Brasil, o modelo Oais está traduzido sob a forma da ABNT NBR 15.472:2007 – sistemas espaciais de dados e informações – modelo de referência para um sistema aberto de arquivamento de informação (SAAI).

FIGURA 2. MODELO OAIS



Fonte: CCSDS, 2012.

Em seguida, o pacote AIP tem seus metadados extraídos e armazenados na entidade gestão de metadados (*data management*). Desse modo, os objetos digitais presentes no pacote AIP são armazenados na entidade repositório de arquivos (*archival storage*), para que as estratégias de preservação digital definidas na entidade do plano de preservação (*preservation planning*) sejam implementadas.

Após o AIP ser armazenado nas entidades de gestão de metadados e repositório de arquivos, é possível gerar o pacote de informação de disseminação (DIP). O pacote DIP possui características voltadas para facilitar o acesso, que é o objetivo final do modelo Oais. Assim, o DIP não se concentra diretamente nas atividades de preservação como o SIP e o AIP. Em outras palavras, o pacote DIP trabalha com formatos de arquivo “mais leves”, os quais são voltados para o acesso à comunidade-alvo, inclusive os metadados que estarão presentes no DIP serão diferentes dos metadados constantes do AIP. No entanto, salienta-se que estes formatos são definidos na entidade do plano de preservação e, por isso, é preciso identificar os melhores formatos a fim de facilitar o acesso aos usuários da informação.

Os documentos digitais são disponibilizados através da entidade de acesso (*access*). Dessa maneira, os consumidores podem realizar consultas (*queries*) que retornam resultados imediatos (*queries responses*). Além disso, é possível fazer solicitações (*orders*) que são enviadas para análise do administrador (*administrator*), para que, posteriormente, o acesso ao material seja liberado ou, em caso negativo, seja informado o motivo da negação.

Registre-se que o modelo Oais, mais especificamente, a entidade de acesso (*access*), tende a contribuir com a Lei de Acesso à Informação (LAI). Essa lei consiste em proporcionar o acesso aos documentos e informações relacionadas ao indivíduo e parte do pressuposto de que o acesso é entendido como uma regra geral enquanto o sigilo é uma exceção, utilizado em caso previamente justificado mediante a definição do nível de sigilo (Brasil, 2011).

Em síntese, a entidade de acesso é responsável por retornar os resultados que integram o pacote DIP. Isso compreende os materiais digitais preservados na entidade repositório de arquivos (*archival storage*) e os seus respectivos metadados armazenados na entidade (*data management*). Verifica-se que ambos são entregues ao consumidor, tendo em vista os formatos de arquivo definidos na entidade plano de preservação (*preservation planning*), para facilitar o acesso por parte do público consumidor.

Há de se ressaltar que todos os processamentos realizados no interior do repositório são gerenciados pela entidade de administração (*administration*). Essa entidade possui controle de alto nível sobre todo o modelo Oais, tendo a permissão para definir, por exemplo, os padrões de metadados, as estratégias e os formatos de arquivo para preservação e acesso.

A entidade de acesso, aqui apresentada como plataforma de acesso, segundo o modelo Oais, é externa à entidade de administração. Esse fator é importante demais à questão de segurança da informação registrada nos pacotes AIP que estarão armazenados exclusivamente na entidade de administração, em uma zona controlada, restringida, enquanto que a entidade de acesso poderá estar em uma zona desmilitarizada (cenários de uso de DMZ)⁵.

CUSTÓDIA CONFIÁVEL PARA DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS

Manter uma cadeia de custódia para documentos arquivísticos produzidos no ambiente digital é uma tarefa muito complexa se comparada à realidade dos documentos tradicionais. A abordagem de Jenkinson (1922) é suficiente para os documentos tradicionais. Entretanto, no caso dos documentos digitais, é preciso lançar mão de novas teorias para preencher as lacunas teóricas e as incertezas que a própria evolução do documento arquivístico criou. Mas, ainda é com base em Jenkinson que se amplia esta teoria para o meio digital.

Em meio digital há diversas transformações, tanto de ordem teórica quanto prática. Dentre essas, pode-se destacar a guarda dos documentos digitais que possuirá uma responsabilidade compartilhada entre a instituição arquivística e a equipe de tecnologia da informação. Nesse ponto, observa-se a necessidade de se utilizar os referenciais tradicionais (Jenkinson, 1922) e, paralelamente, combiná-los com os requisitos previstos no e-ARQ Brasil e no modelo Oais. Há ainda de se considerar uma aproximação com as tecnologias da informação, mantendo uma relação interdisciplinar, visto que é fundamental que os sistemas informatizados de gestão, preservação e acesso contemplem os requisitos arquivísticos previamente definidos.

5 DMZ Zona Desmilitarizada, um cenário de uso computacional para segurança da informação.

Tendo em vista a realidade dos documentos arquivísticos digitais, ressalta-se a necessidade de que a manutenção da cadeia de custódia seja realizada por meio de “ambientes autênticos”, os quais seriam o Sigad e o RDC-Arq. É preciso que esses ambientes comportem todo o ciclo de vida dos documentos arquivísticos, assim Sigad (nas fases corrente e intermediária) e RDC-Arq (na fase permanente) devem contemplar os requisitos do e-ARQ e do Oais, respectivamente. Nesse sentido, observa-se, que após o término das fases corrente e intermediária, poderá haver alteração na cadeia de custódia. Mas, é realçado que essa alteração não consista em uma interrupção. O que acontece é a transferência dos documentos de valor permanente que estão no Sigad para o RDC-Arq, para que assim seja garantida a sua preservação e acesso em longo prazo. Logicamente, poderá ocorrer a mudança do custodiador, tendo, então, uma instituição responsável pelo Sigad e outra pelo RDC-Arq, a fim de que se contemple o ciclo documental, o que não é uma condição *sine qua non*.

Ao tratar-se da cadeia ininterrupta de custódia, que até então era o referencial utilizado para os documentos em suporte analógico, devemos agora ampliar este conceito, contemplando documentos em ambiente digital. Pois, se antes a cadeia de custódia se dava do produtor ao custodiador, sem nenhuma interrupção, sendo o seu objeto o documento analógico, em papel, o qual tinha elementos e características que evidenciavam adulterações, agora ao ampliar-se este conceito de Jenkinson, devemos perceber que o documento não é mais o analógico e palpável, o qual o produtor repassa ao custodiador para a sua guarda, mas, sim, o digital, produzido e repassado ao custodiador através de ambientes digitais que apresentam complexidade e especificidade. Ou seja, um documento produzido em um ambiente digital (Sigad) e, após avaliação, é repassado deste ambiente para o ambiente permanente, que é um repositório digital, um RDC-Arq. Assim, não sofrendo rupturas na cadeia de custódia, o controle teve que ser mais efetivo, com mais controles e registros, documentações, metadados e uma garantia de inalterabilidade ao se considerar que o documento arquivístico digital é uma cadeia de bits cheia de vulnerabilidades.

O arquivo permanente digital pode ser na própria instituição produtora de documentos, logo não há mais a necessidade de ser a instituição de Arquivo, como ocorria com os documentos analógicos. Dessa forma, o RDC-Arq tem como requisito, em si mesmo, garantir a autenticidade dos documentos, e para isto, utiliza-se de artifícios como a tramitação digital, a interoperabilidade, e de um controle com trilhas de auditoria, as quais irão documentar qualquer alteração realizada. Observa-se que o RDC-Arq manterá a autenticidade dos pacotes AIP, e este ambiente será tido como uma “zona militarizada” onde não haverá possibilidade de acesso, e alteração dos documentos, para nenhuma pessoa externa ao ambiente de administração Oais.

A construção de uma cadeia de custódia ininterrupta digital requer que o documento esteja inserido no Sigad desde a produção até o seu recolhimento no arquivo permanente, o RDC-Arq, sem que haja alterações, não autorizadas ou não documentadas, em seu conteúdo. Nesse contexto, o incremento na abordagem de Jenkinson é que o produtor passa ao custodiador os documentos digitais por meio de uma interoperabilidade composta por empacotamento e metadados específicos, com plataformas próprias, do Sigad ao RDC-Arq. Os personagens são

os mesmos, produtor e custodiador, mas a forma que autentica tal linha ininterrupta é mais complexa, envolvendo inclusive agentes externos, a entidade certificadora, de auditoria, em consonância à ISO 16.363:2012. Tais requisitos irão conferir um status aos ambientes digitais, avaliando sua conformidade com modelos pré-definidos em cada região ou país, observando, assim, a efetividade da linha de custódia entre o Sigad e o RDC-Arq.

A manutenção então desta linha ininterrupta digital, desta cadeia de custódia digital, para os documentos arquivísticos, neste ambiente, pressupõe que as ferramentas digitais e os ambientes de gestão, de preservação e de acesso contemplem os requisitos, as normas, os padrões de metadados. Além disso, é preciso implementar trilhas de auditoria desde sua produção em um Sigad, incorporando metadados, até o seu recolhimento no repositório, no arquivo permanente, o que vem demonstrar que o referido documento não sofreu nenhuma adulteração e manteve a sua presunção de autenticidade, inclusive sendo auditado e certificado por instituição idônea externa.

Todo e qualquer documento digital ao ser depositado em um repositório digital, mantém a autenticidade, mesmo que sofra alterações de formato para sua preservação. Tais alterações são identificadas e, dessa forma, o repositório comprova que determinado documento ainda é autêntico através das informações registradas em metadados Premis – sigla para *Preservation Metadata: implementation strategies*; ou mesmo em outros padrões de metadados que podem ser implementados.

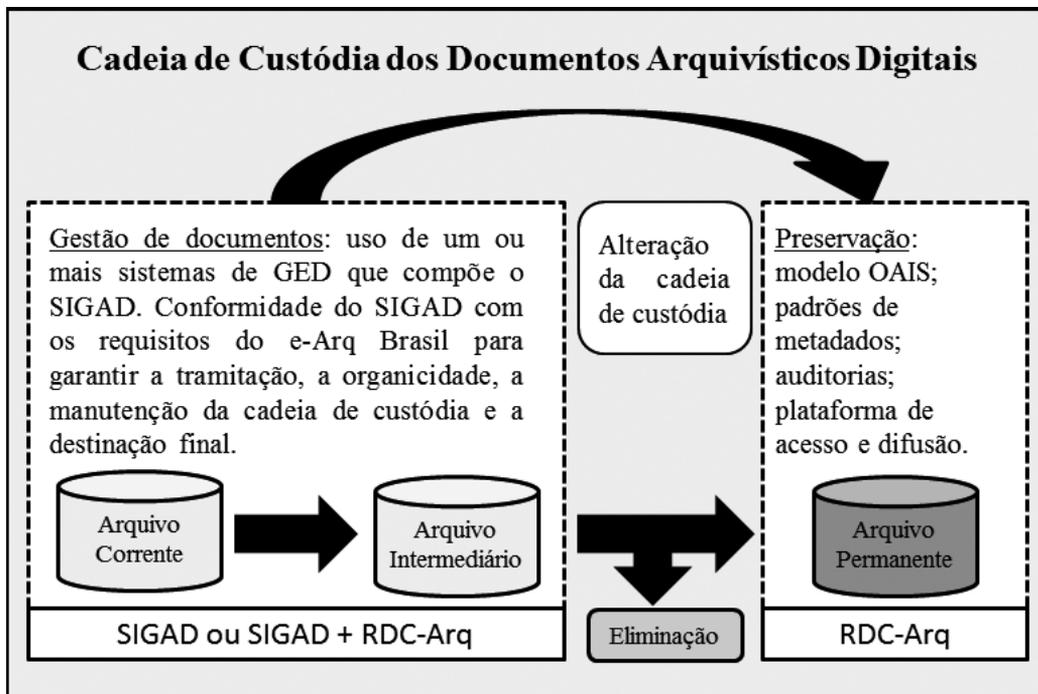
Assim, pode-se dar o acesso a um documento em uma plataforma de acesso, como, por exemplo, o ICA-AtoM (AtoM) ou outro que desempenhe a mesma função, mas jamais através do repositório digital. O repositório digital não deve permitir o acesso direto em seu ambiente de administração, e é isso que mantêm a sua autenticidade, pois o documento está em uma “zona militarizada” onde não se dá nenhum tipo de acesso ao documento, senão ao ambiente de administração Oais. Em síntese, o repositório digital limita-se à função de preservar e garantir a autenticidade dos documentos em longo prazo, restringindo-se ao acesso externo. Dessa forma, membros externos ao ambiente de administração do Oais só poderão ter acesso aos documentos através da plataforma de acesso, condição que reforça a segurança deste ambiente.

A abordagem da cadeia ininterrupta de custódia aplicada ao ambiente convencional parece ser confundida com a cadeia de custódia da preservação, quando é aplicada ao meio digital. Tal fato se justifica, pois a preservação é realizada ao se trabalhar com ferramentas de tecnologia da informação, no entanto a preservação está contida dentro da cadeia de custódia ininterrupta digital. Dessa forma, o próprio sistema participará desta cadeia, visto que o documento digital será produzido e entregue ao preservador, tornando-se o novo custodiador, o qual dispõe da ferramenta de preservação: o RDC-Arq, que fará as alterações necessárias para efetuar a preservação e garantir o acesso em longo prazo.

A figura 3 ilustra as relações entre Sigad e e-ARQ, e RDC-Arq e Oais. Observa-se que o Sigad deverá contemplar princípios arquivísticos como a organicidade, além de possibilitar, por exemplo, a criação, a classificação, a tramitação e a avaliação documental. Já o RDC-Arq terá a função de preservar e garantir o acesso fidedigno em longo prazo. Para isso, a

conformidade com o modelo Oais é fundamental, da mesma forma a definição de padrões de metadados para a preservação e a realização de auditorias periódicas que comprovem a confiabilidade do ambiente de custódia.

FIGURA 3. CADEIA DE CUSTÓDIA DOS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS



Fonte: elaborado pelos autores.

O modelo Oais proporciona uma série de recursos relativos à estrutura de metadados utilizados em sistemas de informação. Salienta-se que esses metadados podem registrar procedimentos técnicos de preservação e, portanto, especificar permissões de acesso para garantir a autenticidade dos materiais digitais. Os metadados ainda podem registrar as possíveis alterações na cadeia de custódia de um objeto digital, como também identificá-lo de forma única, tanto interna, quanto externamente, o que possibilita relacioná-lo ao arquivo a que pertence. Tais fatos apontam que a criação e o desenvolvimento de metadados de preservação consistem em componentes essenciais à maioria das estratégias de preservação digital (Thomaz; Soares, 2004).

Observa-se que é no ambiente de preservação (RDC-Arq) que serão realizadas as “intervenções” humanas sobre os documentos digitais. Dessa forma, o tratamento intelectual consistirá na implementação de estratégias de preservação digital, as quais são fundamentais para que se tenha uma perspectiva de acesso no futuro.

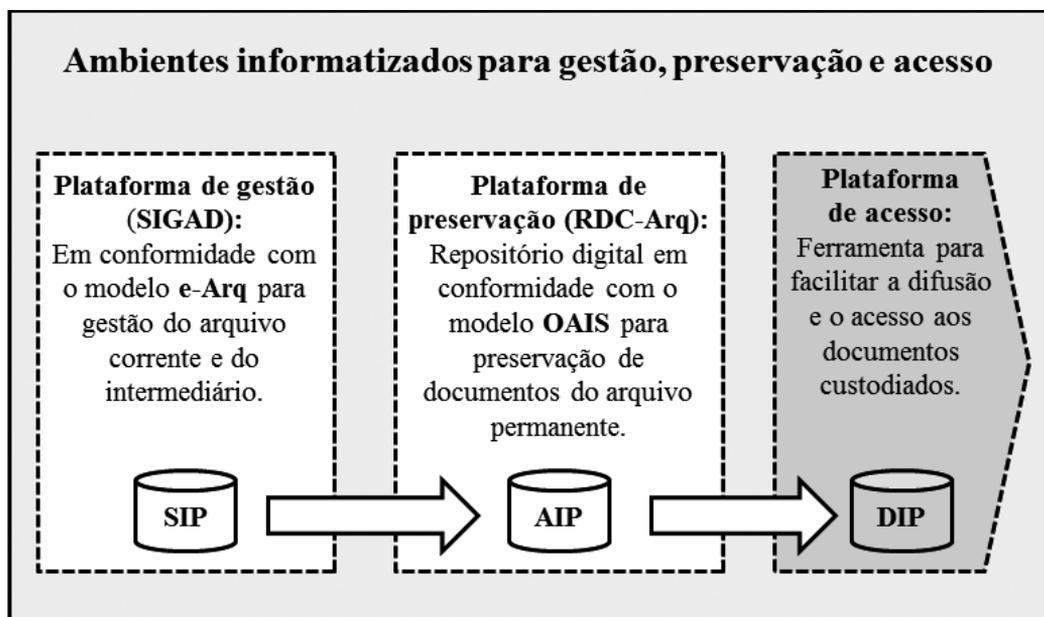
Diversos estudos recomendam a implementação de estratégias como a migração, o refreshamento, a emulação e o encapsulamento. Embora não haja uma estratégia que resolva

todos os problemas de obsolescência tecnológica, tornou-se necessário aos acervos tomar conhecimento e manter um conjunto de estratégias a serem implementadas conforme a necessidade (Ferreira, 2006; Grácio; Fadel, 2010; Hedstrom, 2001; Márdero Arellano, 2004; Rothenberg, 1999; Santos, 2005; Saramago, 2002; Thibodeau, 2002).

Além de realizar a manutenção da integridade e da autenticidade, os RDC-Arq's devem contemplar atividades de arranjo, descrição, acesso e difusão dos documentos custodiados. Considerando que esses registros são de caráter permanente, não se deverá permitir atividades típicas das fases corrente e intermediária, no caso, a avaliação.

De maneira geral, a cadeia de custódia digital consiste em uma linha ininterrupta capaz de gerenciar o ciclo de vida dos documentos arquivísticos em suas respectivas idades. Nessa linha, ressalta-se a necessidade de plataformas interoperáveis, para que assim os documentos de valor permanente contidos no Sigad (pacote SIP) sejam recolhidos ao RDC-Arq e armazenados (pacote AIP), a fim de que posteriormente possam ser difundidos e acessados (pacote DIP). Tal questão é esquematizada na figura 4.

FIGURA 4. AMBIENTES INFORMATIZADOS PARA GESTÃO, PRESERVAÇÃO E ACESSO



Fonte: elaborado pelos autores.

Assim, é reforçada a vital importância de garantir bons níveis de interoperabilidade entre o Sigad e o RDC-Arq, sendo, para isso, preciso considerar os requisitos propostos nos modelos e-ARQ e Oais, respectivamente. Logo, observa-se que a questão da interoperabilidade se estende desde as plataformas de gestão e preservação até a plataforma de acesso, comportando, desse modo, todo o ciclo de vida dos documentos arquivísticos, que é regido por uma linha de custódia ininterrupta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No atual contexto prático-teórico, no qual se inserem os documentos arquivísticos digitais, existe a necessidade de se considerar a manutenção de uma cadeia de custódia digital, que será tida como uma linha ininterrupta para se gerenciar os documentos arquivísticos ao longo do seu ciclo de vida. Ao se analisar a proposta de Jenkinson, ressalta-se que seu foco está na instituição arquivística. No entanto, as complexidades e as especificidades adicionadas pelos documentos arquivísticos digitais tornam necessário que o foco esteja nos ambientes informatizados nos quais se faz a custódia desses documentos, assim como na auditoria e na certificação destes ambientes. Dessa forma, será preciso manter uma linha de custódia digital documental entre o Sigad e o RDC-Arq, considerando que qualquer ruptura irá corromper a presunção de autenticidade.

É fundamental destacar que esta linha ininterrupta da cadeia de custódia digital é composta por três ambientes ou plataformas interoperáveis, a saber, o ambiente de gestão de documentos (Sigad), o ambiente de preservação (RDC-Arq) e o ambiente de acesso, descrição arquivística e difusão (plataforma de acesso). Embora a resolução n. 43 do Conarq preconize que o RDC-Arq seja composto pelo repositório arquivístico digital confiável e pela plataforma de acesso, é preciso destacar que o modelo Oais faz uma diferenciação, mantendo os ambientes de preservação e acesso separados, conforme pode ser observado em suas entidades. Dessa forma, o repositório arquivístico está na entidade de administração do Oais, uma entidade fechada, já a plataforma de acesso está em um ambiente externo, o do consumidor. Segundo a terminologia Oais, a plataforma de acesso é o ambiente para realizar a descrição arquivística, a difusão e o acesso, enquanto que a entidade do produtor Oais corresponde ao Sigad ou ao sistema de negócio interoperado com o Sigad.

Registre-se que é preciso manter níveis de interoperabilidade entre os sistemas informatizados: Sigad, RDC-Arq e plataforma de acesso. Dessa forma, as atividades realizadas sobre os documentos custodiados não serão perdidas, visto que há necessidade de manter informações na forma de metadados, as quais são essenciais para se mensurar a sua autenticidade. Logo, o mesmo documento que se encontra no Sigad, e que posteriormente é transferido ao RDC-Arq, precisa manter seus metadados, que são fundamentais para identificar a sua organicidade e conhecer o seu “histórico” de alterações.

Os padrões de metadados podem identificar um documento e seus componentes digitais de forma única em um sistema informatizado, bem como fornecer referência ao seu código de classificação. Portanto, os metadados são capazes de registrar o histórico de migrações de formato e versão, assim como os emuladores que foram utilizados para se acessar um documento e seus respectivos componentes digitais. Além disso, os metadados são essenciais para se realizar o encapsulamento do documento junto com seus componentes. Dessa forma, a interoperabilidade entre sistemas torna-se um componente-chave para uma custódia confiável, evitando a perda de informação referente à manutenção da integridade e da autenticidade dos documentos.

Outro ponto a ser destacado é a questão da auditoria dos sistemas informatizados, pois isso irá impactar, diretamente, na mensuração da confiabilidade. Tanto os sistemas de gestão quanto os de preservação precisam ser auditados e certificados para que assim seja verificada a sua conformidade com os padrões pré-estabelecidos, a fim de se assegurar a fidedignidade dos documentos arquivísticos. Observa-se que as auditorias periódicas sucedidas de certificação, que demonstrem a conformidade com os requisitos, irão adicionar confiabilidade aos sistemas informatizados.

Por fim, este estudo demonstra que a manutenção da cadeia de custódia documental é uma prática fundamental para se manter os documentos arquivísticos digitais em um ambiente confiável. A conformidade com padrões pré-estabelecidos e a auditoria periódica dos sistemas informatizados fornecem subsídios para se desenvolver um ambiente autêntico em todo o ciclo de vida dos documentos, então, concluindo-se que ademais da investigação permanente da temática, os documentos arquivísticos digitais necessitam de uma cadeia de custódia digital arquivística desde a sua gênese, desde o seu ambiente de gestão de documentos, o Sigad, até seu recolhimento ao RDC-Arq, inclusive mantendo a autenticação referenciada nas plataformas de acesso e garantindo a descrição, a navegação multinível e a difusão arquivística.

Referências bibliográficas

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Conarq). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. *Cenários de uso de RDC-Arq em conjunto com o Sigad*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctde/Orientacoes/OrientacaoC3%A7%C3%A3o_t%C3%A9cnica_RDCArq2015_pub.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2016.

_____. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. *e-ARQ Brasil: modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/earq/conarq_earqbrasil_model_requisitos_2009.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2014.

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 14 maio 2016.

CONSULTATIVE COMMITTEE FOR SPACE DATA SYSTEM (CCSDS). *Reference model for an Open Archival Information System (Oais)*. Washington: Magenta Book, jun. 2012. Disponível em: <<http://public.ccsds.org/publications/archive/650x0m2.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2015.

DOLLAR, C. Tecnologias da informação digitalizada e pesquisa acadêmica nas ciências sociais e humanas: o papel crucial da arquivologia. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 65-80, jul. 1994. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1977>>. Acesso em: 26 maio 2016.

FERREIRA, M. *Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e atuais consensos*. Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5820/1/livro.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2016.

FLORES, D. *Cadeia de custódia digital de documentos arquivísticos: do Sigad ao RDC-Arq*. Brasília, DF: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), 2016, 122 slides, color, padrão

slides Google Drive/Docs 4x3. Material elaborado para a palestra no Iphan, 28 abr. 2016. Disponível em: <<http://documentosdigitais.blogspot.com>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRÁCIO, J. C. A.; FADEL, B. Estratégias de preservação digital. In: VALENTIM, M. (org.). *Gestão, mediação e uso da informação*. São Paulo: Unesp; Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 1 dez. 2014.

HEDSTROM, M. *Digital preservation: problems and prospects*. USA: University of Michigan, 2001. Disponível em: <http://www.dl.slis.tsukuba.ac.jp/DLjournal/No_20/1-hedstrom/1-hedstrom.html>. Acesso em: 10 jan. 2.

JENKINSON, H. *A manual of archive administration including the problems of war archives and archive making*. Oxford: Clarendon Press, 1922.

LUNA, S. V. de. *Planejamento de pesquisa: uma introdução*. São Paulo: Educ, 1997.

MÁRDERO ARELLANO, M. A. Preservação de documentos digitais. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 2, p. 15-27, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/305>>. Acesso em: 25 jul. 2014.

ROTHENBERG, J. *Ensuring the longevity of digital information*. Santa Monica: [s.n.], 1999. Disponível em: <http://www.realtechsupport.org/UB/Aml/texts/Rothenberg_LongevityDigitalInformation_1999.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2016.

SANTOS, V. B. dos. *Gestão de documentos eletrônicos: uma visão arquivística*. 2. ed. rev. aum. Brasília: Abarq, 2005.

SARAMAGO, M. de L. Preservação digital a longo prazo: boas práticas e estratégias. *Cadernos BAD*, Lisboa, n. 2, p. 54-68, 2002. Disponível em: <<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/866>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

THIBODEAU, K. Overview of technological approaches to digital preservation and challenges in coming years: the state of digital preservation: an international perspective. In: CLIR AND LIBRARY OF CONGRESS, 2002, Washington. *Anais eletrônicos...* Washington: Council on Library and Information Resources, 2002. Disponível em: <<http://www.clir.org/pubs/reports/pub107/thibodeau.html>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

THOMAZ, K. P.; SOARES, A. J. A preservação digital e o modelo de referência Open Archival Information System (Oais). *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/fev04/F_I_art.htm>. Acesso em: 12 mar. 2015.

Recebido em 30/5/2016

Aprovado em 20/7/2016

APRENDER A LER ENTRE BITS
AUTENTICIDADE EM ARQUIVOS PESSOAIS DIGITAIS
LEARN TO READ BETWEEN BITS
AUTHENTICITY IN PERSONAL DIGITAL ARCHIVES

JORGE PHELPE LIRA DE ABREU | Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

RESUMO

Este trabalho busca problematizar a presunção e a manutenção da autenticidade em arquivos pessoais digitais, o lugar dos arquivos pessoais na teoria arquivística, os impactos das tecnologias de informação na teoria e nas práticas arquivísticas, reconhecendo-se a importância de uma abordagem contextual para apreensão do caráter orgânico dos arquivos pessoais.

Palavras-chave: arquivo pessoal digital; análise diplomática; autenticidade; preservação digital.

ABSTRACT

This work seeks to question the assumption and maintenance of authenticity in personal digital archives, the place of personal archives in archival theory, the impact of information technology in theory and in archival practices, recognizing the importance of a contextual approach to character seizure organic personal archives.

Keywords: personal digital archives; diplomatic analysis; authenticity; digital preservation.

RESUMEN

El trabajo busca cuestionar la suposición y el mantenimiento de la autenticidad en archivos digitales personales, el lugar de los archivos personales en la teoría archivística, el impacto de la informática en la teoría y en las prácticas de archivo, reconociéndose la importancia de un enfoque contextual para la comprensión del carácter orgánico de los archivos personales.

Palabras clave: archivo digital personal; análisis diplomático; autenticidad; la preservación digital.

INTRODUÇÃO

Na tela do computador encontra-se um documento elaborado no processador de texto Word, redigido em fonte *Garamond*, tamanho 16, na cor preta. Em seus 20.480 bytes, que equivalem à metade de uma folha, temos sua função revelada no título, localizado no que, segundo a diplomática, podemos considerar seu "protocolo inicial":¹ carta final.

Uma carta configura-se como um instrumento de comunicação utilizado com objetivos particulares para exprimir a vontade ou opinião do signatário (Camargo; Goulart, 2007, p. 186). Portanto, logo abaixo, os olhos se deparam com o *inscriptio*, a parte que indica a quem o documento se destina: papai, mamãe, Bruno e Dulce.

Chega-se ao texto e, embora não tenha por objetivo comunicar um ato administrativo ou jurídico, identificam-se os elementos que compõem um documento, objeto de estudo da diplomática: preâmbulo ou justificativa do ato ("Vcs sabem muito bem que a minha vida não foi fácil. Sofreram muito. Sofremos junto. Sofremos nós. Eu gostei da vida e valeu à pena. Muito obrigado por terem me ensinado tudo. Amo muito vcs todos. Tomara que exista eternidade. Nos meus livros. Na minha música. Nas minhas telas. Tomara que exista outra vida. Esta foi pequena pra mim - sic"); exposição ("Está chegando a hora do programa terminar. Mickey Mouse vai partir. Logo nos veremos de novo - sic") e dispositivo ou a parte em que o signatário determina o que deseja ("Nunca deixem que tenham pena de mim. Lutei. Luto sempre. Desculpem-me o mau humor. É que tudo cansa kkkkk - sic").

Por fim, acerca-se do escatocolo ou "protocolo final": saudação final (Beijo do filho, do irmão e principalmente do tio que ama a todos. Beijo em todos e cuidem-se bem); subscrição (Rodrigo) e datação, composta de data tópica (Rio) e de data cronológica (7 de maio de 2009).

Trata-se de um dos últimos documentos produzidos pelo escritor, jornalista, músico e artista plástico Rodrigo de Souza Leão (1965-2009) cujo arquivo, 98% produzido em meio digital, ingressou no Arquivo-Museu de Literatura Brasileira (AMLB) da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), em novembro de 2012.

Fosse um documento produzido numa atividade institucionalizada sob métodos regulados ou ainda estivesse em suporte papel em que fosse possível reconhecer a letra da pessoa que o assinou, sua capacidade de evidenciar o que diz ser, a autenticidade, não seria passível de questionamento. Entretanto, entre os 121 disquetes, 18 CDs, quatro DVDs e um *pen drive* doados ao AMLB pelo poeta Ramon Mello, curador da obra de Rodrigo e representante da família, constam 11 itens documentais com o mesmo conteúdo de sua "carta final". Diante desse cenário viabilizado pelo desenvolvimento tecnológico, torna-se necessário ponderar acerca da confiabilidade² dos documentos arquivísticos, seu caráter e natureza.

1 Elementos de análise baseados em Bellotto (2002) e Tognoli (2014).

2 Entende-se por confiabilidade a "credibilidade de um documento arquivístico enquanto uma afirmação do fato. Existe quando um documento arquivístico pode sustentar o fato ao qual se refere, e é estabelecida pelo

Assim, sem ter por objetivo discutir a *causa mortis* de Rodrigo, o presente trabalho busca problematizar, a partir do documento brevemente apresentado, a identificação e preservação das características arquivísticas em arquivos pessoais na contemporaneidade, especialmente da autenticidade diante do caráter vulnerável dos documentos produzidos em ambiente digital. Trata-se, portanto, de um estudo exploratório em que o instrumental oferecido pela diplomática contemporânea emerge como recurso metodológico.

ARQUIVOS PESSOAIS E ARQUIVOLOGIA CONTEMPORÂNEA

Parece pouco provável, na contemporaneidade, que um indivíduo não tenha sua existência social balizada por alguns documentos. Existir, independentemente de formação ou carreira, desdobra-se em inúmeras atividades das quais os documentos constituem evidência. Até mesmo aqueles informais e sem caráter oficial são capazes de evidenciar interesses pessoais, relações familiares, culturais e de sociabilidade. Assim, além do valor instrumental para seu produtor, os arquivos produzidos por pessoas constituem-se como fontes dotadas de importância social.

Nesse sentido, Oliveira (2012, p. 33) define os arquivos pessoais como “conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e função social”. Os arquivos pessoais, portanto, são contemplados pelo conceito de arquivo consagrado na arquivologia, o qual apresenta uma matriz que independe da natureza da entidade produtora dos conjuntos documentais. Produzido no âmbito público ou privado, por uma pessoa física ou jurídica, o que caracteriza um arquivo é o seu vínculo com o produtor e com as atividades que lhe deram origem.

No entanto, conforme expõe Yeo (2008, p. 124), os arquivos produzidos por pessoas teriam passado um tanto ao largo do processo de constituição da teoria arquivística, a qual consideramos o corpo de “conhecimento sobre a natureza dos arquivos a fim de definir uma estrutura intelectual para seus métodos e práticas” (Eastwood, 2013, p. 24).

As pessoas, apesar de poderem contemplar em seus arquivos documentos de caráter oficial, como declarações e certidões, não possuem, necessariamente, compromisso formal na produção de documentos, o que reveste esses conjuntos com uma aura de singularidade. Essa ausência de convenção dificulta a apreensão dos arquivos produzidos por pessoas como entidades capazes de representar “funções, processos, incidentes, eventos e atividades” (Yeo, 2007 apud Camargo, 2009, p. 28).

Desse quadro, aflora a separação histórica, apontada por Cook (1998, p. 130), entre os papéis pessoais de indivíduos particulares, recolhidos às bibliotecas, universidades, museus e institutos de pesquisa e os documentos oficiais, recolhidos aos arquivos nacionais, estaduais e municipais. Assim, os arquivos pessoais nem sempre puderam se sustentar pelas razões

exame da completeza, da forma do documento e do grau de controle exercido no processo de sua produção” (Conarq, 2014, p. 13).

que lhes deram origem, visto que abordagens que infringem o princípio da proveniência e a relação orgânica existente entre os documentos comprometem a qualidade mais cara aos arquivos, sua capacidade de evidenciar os atos.

A teoria arquivística descansa muitas vezes na premissa de que os documentos são criados e mantidos em um contexto institucional. Esse quadro resultou na adoção de procedimentos diferentes dos adotados nos arquivos oriundos de organizações e dificultou “o reconhecimento dos atributos que permitiriam vê-los como conjuntos orgânicos e autênticos, marcadamente representativos das atividades que lhes deram origem” (Camargo, 2009, p. 28).

Yeo (2008, p. 124) sugere alguns fatores para o cenário delineado: a força dos arquivos públicos, a importância adquirida pela gestão de documentos, o foco das instituições em encontrar soluções para os documentos digitais, a disposição de arquivistas para deixar os arquivos pessoais a cargo de outras categorias profissionais e a predominância dos arquivos institucionais nas discussões metodológicas.

Contudo, Thomassen (2012, p. 17-18) acredita que a contemporaneidade se identifica pela difusão das fronteiras entre o público e o privado, entre o institucional e o pessoal, posto que as tecnologias de informação individualizam a produção de documentos e potencializam a autodocumentação. O autor acredita no deslocamento de uma abordagem centrada no Estado para uma abordagem centrada nas pessoas e nesse sentido o foco se deslocaria dos arquivos públicos para o arquivamento privado.

Desse modo, ao justificar seus argumentos acerca dos arquivos pessoais e arquivos institucionais para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno, Cook (1998) alertaria que vislumbrava o tipo de futuro que os arquivistas logo enfrentariam em todas as partes do mundo com a chegada dos arquivos eletrônicos. Visto que, “interdisciplinares por excelência” (Bellotto, 2014, p. 108), os arquivos pessoais passam a conjugar na arquivologia contemporânea seus múltiplos sentidos e gêneses de produção com o hibridismo tecnológico.

Jardim (1992, p. 253) nos chama a atenção ao afirmar que “os profissionais da informação terão que reavaliar as teorias e os princípios sob os quais as instituições de documentação têm operado”, pois “torna-se cada vez mais difícil, com a quebra das fronteiras que estabelecem tipologias documentais, definir exatamente o que é um documento, onde começa e termina” (Jardim, 1992, p. 254). Entretanto, Duranti (1994, p. 50) sugere a utilização da arquivologia como o físico opera a câmara de neblina: através do choque entre componentes desconhecidos pode-se alcançar a substância do que é ou parece ser novidade.

Embora os computadores tenham saído do domínio exclusivamente militar para compor os cenários das organizações públicas e privadas num processo desencadeado no final da Segunda Guerra Mundial, é somente com a criação dos computadores pessoais na década de 1980 que os arquivos pessoais digitais passam a figurar no horizonte da arquivologia, mas popularizando-se apenas na década de 1990 com os avanços tecnológicos que alteram os mecanismos de registro e comunicação da informação.

A produção documental de Rodrigo de Souza Leão se insere no bojo dos avanços mencionados. Os registros até então em meios convencionais se alteram essencialmente e assu-

mem novas características. Produzidos em ambientes eletrônicos, são registrados em suportes magnéticos e ópticos, em formato digital (Conarq, 2011). Se por um lado a formação de arquivos em ambiente digital apresenta uma série de vantagens no custo, produção, transmissão e acesso, por outro lado, implica documentos altamente sensíveis e manipuláveis, além de sujeitos à rápida obsolescência tecnológica e à fragilidade do suporte, posto que um documento arquivístico digital, segundo Duranti e Preston (2008 apud Rondinelli, 2013, p. 235), consiste numa "unidade indivisível de informação constituída por uma mensagem fixada num suporte (registrada), com uma sintática estável, 'produzido e/ou recebido por uma pessoa física ou jurídica, no decorrer das suas atividades, 'codificado em dígitos binários e interpretável por um sistema computacional', em suporte magnético, óptico ou outro".

Nessas circunstâncias, impõe-se a reflexão acerca de dois pressupostos essenciais na preservação da confiabilidade dos arquivos: que os documentos de arquivo legitimam ações e transações e que a veracidade dos documentos está diretamente relacionada ao modo como foi produzido e preservado (Duranti, 1994, p. 51). Essas hipóteses relacionam-se às características dos documentos de arquivo e à sua inteireza, cuja preservação é atribuição do arquivista. São elas, expostas por Jenkinson e revisitadas por Duranti: imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade.

Sem pretender esgotar e problematizar cada uma das características do documento de arquivo, ressalta-se que a imparcialidade aqui é entendida como "a promessa de fidelidade aos fatos e ações que manifestam" (Duranti, 1994, p. 51); a autenticidade como a "credibilidade de um documento enquanto documento, isto é, a qualidade de um documento ser o que diz ser e que está livre de adulteração ou qualquer outro tipo de corrupção" (Conarq, 2014, p. 8); a naturalidade relaciona-se com a forma como os documentos são criados a partir de uma necessidade e se acumulam no curso das atividades; o inter-relacionamento diz respeito às relações que os documentos estabelecem entre si no curso das transações, e, por fim, a unicidade deriva da posição única que cada documento de arquivo ocupa no conjunto documental.

A crítica às características de imparcialidade e naturalidade têm sido recorrentes, especialmente no âmbito dos arquivos pessoais, visto que segundo alguns autores essas características dão lugar ao atributo da intencionalidade. Tal atributo seria mais adequado para apreender os arquivos produzidos por pessoas, uma vez que esses conjuntos documentais são "submetidos não às injunções dos procedimentos administrativos, mas aos desígnios do indivíduo" (Heymann, 2009, p.50). Contudo, os autores parecem concordar a partir da perspectiva de que as características de imparcialidade e naturalidade não significam

que os leitores dos documentos devam crer que eles reproduzem os fatos e atos dos quais são parte e parcela: o contexto mais amplo da atividade geradora de documentos e o ambiente cultural no qual seus intérpretes vivem são fatores essenciais para a compreensão da verdade que pode ser extraída dos documentos" (Duranti, 1994, p. 51).

Diante da realidade digital, a autenticidade é a característica mais custosa para a arquivologia e sua imprecisão tem o potencial de comprometer todas as outras. Portanto, a

diplomática desponta como um referencial para o estudo dos arquivos, posto que “cuida da gênese, dos elementos de forma e do status de transmissão (minuta, original e cópia) do documento; e a arquivologia trata de contextualizá-lo, classificá-lo, temporalizá-lo, descrevê-lo e preservá-lo” (Rondinelli, 2013, p. 140).

AUTENTICIDADE EM ARQUIVOS PESSOAIS DIGITAIS

A discussão da autenticidade emerge com mais intensidade nos arquivos de natureza digital, uma vez que documentos produzidos no computador são mais suscetíveis a alterações, legais ou ilegais, e a supressões voluntárias ou involuntárias, especialmente em ambientes não controlados como o terreno dos arquivos pessoais. Destaca-se ainda a necessidade de migração a fim de manter a capacidade dos objetos digitais serem acessados diante das mudanças tecnológicas, procedimento que sempre implica perdas que precisam ser registradas, ao mesmo tempo que os atributos diplomáticos precisam ser preservados. Para tanto, os metadados se constituem em componentes do documento arquivístico digital e em recurso para sua análise, como veremos adiante. São eles “dados estruturados que descrevem e permitem encontrar, gerenciar, compreender e/ou preservar documentos arquivísticos ao longo do tempo” (Conarq, 2014, p. 26) e surgem da necessidade imposta pelo uso das tecnologias da informação³ de registrar outras informações, além das descritivas, para garantir sua compreensão e acessibilidade ao longo do tempo.

Além da análise de metadados, existem recursos conceituais que são capazes de permitir a presunção de autenticidade de arquivos pessoais, como o conceito de “linha idônea de custodiantes responsáveis”, de Jenkinson (1966), pelo qual, aplicado a qualquer suporte, a custódia exercida pelo produtor dos documentos ou seu(s) legítimo(s) sucessor(es) assegura que esses documentos são os mesmos desde o início, não sofreram nenhuma adulteração e, portanto, apresentam alto grau de presunção de autenticidade. Nesse caso, a autenticidade estaria relacionada ao “continuum da criação, manutenção e custódia” (Duranti, 1994, p. 51).

A organização e a descrição arquivística configuram-se também como recursos que apóiam a presunção de autenticidade dos documentos. Enquanto perpetuam “os relacionamentos dos documentos de um fundo, conforme explicitado no histórico administrativo, custodial e tecnológico, bem como no âmbito e conteúdo das séries e subséries e na representação hierárquica do arranjo” (Arquivo Nacional, 2012, p. 4), funcionam como um atestado coletivo de autenticidade (Duranti; MacNeil, 1996, p. 57).

A presunção de autenticidade está atrelada a dois requisitos: identidade, qual seja o grupo de atributos que caracterizam o documento de arquivo como único (data, autor etc.), e integridade, que se refere à capacidade de um documento de arquivo se manter sem alterações ou corrupções de forma e conteúdo (Duranti; Preston, 2008).

3 Por tecnologias da informação entende-se o “conjunto convergente de tecnologias em microeletrônica, computação (software e hardware), telecomunicações/rádiodifusão e optoeletrônica” (Castells, 1999, p. 49).

No que tange à identidade, a problematização da autoria é bastante importante no âmbito dos arquivos pessoais digitais, uma vez que os arquivos produzidos fora de um ordenamento jurídico são permeados pela falta de um mínimo de controle e seus produtores podem incorrer em condutas que prejudicam a inferência sobre o autor dos documentos, como, por exemplo, no caso de Rodrigo de Souza Leão, em que o computador era compartilhado por outros membros da família sem que tivessem o cuidado de alterar o *login* a cada mudança de usuário.

Nesse sentido, Duranti (1989, p. 17) expõe que existem três dimensões independentes da autenticidade: legal, diplomática e histórica. Documentos legalmente autênticos são aqueles que testemunham em sua própria causa a partir de uma autoridade pública que sustenta sua genuinidade. Os documentos diplomaticamente autênticos são aqueles que foram elaborados de acordo com a prática do tempo e do local indicado no texto e assinados pela pessoa competente a criá-los. Por fim, os historicamente autênticos são aqueles que atestam eventos e informações verdadeiras.

UM DOCUMENTO, MÚLTIPLOS CONTEXTOS

Logo de saída, entre os 11 documentos sob o título de “carta final” no arquivo de Rodrigo de Souza Leão, identifica-se que na verdade tratam-se de quatro documentos diferentes: “CARTA FINAL_RSL”, “CartaFinal”, “Carta Final 2” e “CARTA FINAL”. Os sete documentos restantes configuram-se como reproduções, com o mesmo conteúdo e os mesmos metadados das quatro cartas que apresentam alguma diferença, posto que o titular, segundo suas próprias palavras, tinha “mania de backup”.⁴ “Mania” essa herdada pelos responsáveis pela custódia do arquivo até seu ingresso no AMLB, uma vez que, como se revelará abaixo, o hábito de reprodução dos documentos foi praticado pelos sucessores da custódia.

Desse modo, dentre os quatro documentos, pergunta-se: qual deles se configuraria como a carta final original de Rodrigo de Souza Leão, ou seja, aquela entendida como a primeira, completa e efetiva? (MacNeil, 2000)

Considerando a linha idônea de custodiadores responsáveis, a presunção de autenticidade do arquivo de Rodrigo era alta, entretanto, dado o cenário, analisar aqueles itens documentais consistia em tarefa importante e urgente. As respostas estavam por trás do texto, nos metadados, que por sua vez ofereceram recursos para apreender os diversos contextos de (re)produção daqueles documentos.

Rodrigo de Souza Leão faleceu em 2 de julho de 2009. Estabeleceu-se, portanto, que o metadado mais importante a ser analisado seria a data de criação do documento, já que os documentos produzidos após a data de sua morte não poderiam ter sua autenticidade pre-

4 “Sempre tive mania de backup. Nunca fiz nada que não tivesse uma cópia de segurança em papel e outra eletrônica. Tudo por paranoia de perder tudo que tenho dentro do computador. É que sou um escritor e guardo todo o meu tesouro – que são meus escritos – dentro dessa máquina pouco confiável” (Leão, 2003, p. 1).

sumida do ponto de vista diplomático e histórico. Com esse critério, chegou-se a conclusão de que os documentos “CARTA FINAL_RSL”, “CartaFinal”, “Carta Final 2” não foram produzidos por Rodrigo e sim reproduzidos por terceiros.

O primeiro documento, “CARTA FINAL_RSL”, data sua criação de 18 de maio de 2011 quando o arquivo já se encontrava em posse de Ramon Mello. Embora o conteúdo do documento seja idêntico ao dos outros, esse documento não pode ter sua autenticidade presumida e revela uma tentativa de organização do arquivo por parte de Ramon, que gerou um novo documento com título padronizado com a especificação RSL ao final das nomeações dos arquivos digitais.

O documento “CartaFinal” data do dia da morte de Rodrigo. Considerando que o titular encontrava-se internado e não tinha acesso ao computador de sua casa, os metadados permitem inferir que se trata de uma reprodução feita por algum familiar. Além disso, o documento não se encontra completo, pois falta a subscrição e a datação. Encontram-se comprometidos, portanto, dois requisitos importantes para a presunção de autenticidade, a identidade e integridade.

O terceiro documento, “Carta Final 2”, também data do dia da morte de Rodrigo. Todavia, não consta a datação, bem como apresenta marcas no texto que indicam que esse documento fora enviado por correio eletrônico. Ao final do documento, foram copiados com o texto botões típicos de gerenciadores de e-mail, tais como os botões apagar, responder, responder a todos, encaminhar e *spam*. Sendo assim, não se trata de um documento cuja autenticidade pode ser presumida.

Por fim, o documento “CARTA FINAL” apresenta em seus metadados a data de criação de 7 de maio de 2009 que se encontra de acordo com a datação do documento, sem anacronismos. Infere-se, assim, que esse seja o primeiro documento completo e efetivo, aquele que cumpre a função de comunicar a vontade do signatário aos seus familiares. Trata-se de um documento que a autenticidade, em suas dimensões diplomática e histórica, tem alto grau de presunção. A “carta final” elaborada por Rodrigo, dois meses antes de sua morte, conta apenas com uma versão. Os metadados de suas reproduções evidenciam diversos contextos e revelam a descoberta e divulgação da carta pela família, bem como sua cadeia de custódia até a doação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As aparentes armadilhas dispostas pelo ambiente digital não são mais do que um convite ao reconhecimento da natureza dos arquivos que extrapola sua realidade física. A entrada das tecnologias de informação, no âmbito doméstico, impõe à teoria arquivística o lançamento de alguma luminosidade sobre os arquivos pessoais, uma vez que, sem seus recursos a identificação e a preservação dos documentos pessoais digitais, tornam-se pouco viável. Nesse aspecto, é cada vez mais importante conhecer seus princípios e conceitos e o que caracteriza um documento de arquivo.

A análise da “carta final” de Rodrigo de Souza Leão permite inferir que nos documentos arquivísticos digitais o contexto pode ser vislumbrado por trás do texto, nos metadados, qual seja sua documentação complementar. O ambiente digital não possibilita a existência de documentos idênticos a partir de contextos diferentes, conforme sugere Duranti (1994, p. 60).

Para qualquer análise ou processamento parece fundamental partir de uma abordagem contextual, na qual o arquivo pessoal é encarado como um organismo com partes inter-relacionadas e pelo qual as funções e atividades do titular são reconhecidas. Sem a nitidez do contexto, não há garantia de autenticidade, e sem essa característica, a existência enquanto documento de arquivo está comprometida.

Referências bibliográficas

ARQUIVO NACIONAL. *AN digital*: política de preservação digital. 1. versão. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. Disponível em: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/and_politica_preservacao_digital_v1.pdf>.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002.

_____. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional. Debate com Terry Cook. In: _____. *Arquivos, estudos e reflexões*. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 107-114.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n. 2, p. 26-39, 2009.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Conselho Nacional de Arquivos (Conarq). *e-ARQ Brasil: modelos e requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

_____. *Glossário documentos arquivísticos digitais*. 6. versão. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-149, 1998.

DURANTI, Luciana. Diplomatics: new uses for an old science, *Archivaria*, Ottawa, n. 28, p. 7-27, 1989.

_____. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 50-64, 1994.

DURANTI, Luciana; MACNEIL, Heather. The protection of the integrity of electronic records: an overview of the UBC-MAS research project. *Archivaria*, Ottawa, n. 42, p. 46-67, 1996.

DURANTI, Luciana; PRESTON, Randy. *International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems (InterPARES) 2: experiential, interactive and dynamic records*. Padova: Associazione Nazionale Archivistica Italiana, 2008.

- EASTWOOD, Terry. O que é teoria arquivística e por que ela é importante? *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 15-27, 2013.
- HEYMANN, Luciana Quillet. O indivíduo fora do lugar. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n. 2, p. 40-57, 2009.
- JARDIM, José Maria. As novas tecnologias da informação e o futuro dos arquivos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 251-260, 1992.
- JENKINSON, Hilary. *A manual of archive administration*. A reissue of the second edition. London: Percy Lund; Humphries & Co. Ltd., 1966.
- LEÃO, Rodrigo de Souza. *Backup*. Rio de Janeiro, 2003. Crônica não publicada.
- MACNEIL, Heather. *Trusting records: legal, historical and diplomatic perspectives*. Dordrech: Kluwer Academic, 2000.
- OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.
- RONDINELLI, Rosely Curi. *O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisitação conceitual necessária*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- THOMASSEN, Theo. Arquivistas e o desejo privado de ser ou não documentado. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 15-32, 2012.
- TOGNOLI, Natália Bolfarini. *A construção teórica da diplomática: em busca da sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.
- YEO, Geoffrey. Concepts of record (2): prototypes and boundary objects. *The American Archivist*, [s.l.], v. 71, p. 118-143, 2008.

Recebido em 20/5/2016

Aprovado em 1/7/2016

OS REPOSITÓRIOS DSPACE E ARCHIVEMATICA PARA DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS

THE DIGITAL REPOSITORIES DSPACE AND ARCHIVEMATICA FOR DIGITAL RECORDS

SÉRGIO RENATO LAMPERT | Arquivista do Centro Universitário Franciscano e Mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria.

RESUMO

A crescente produção de documentos digitais suscitou nos profissionais da informação incertezas sobre como manter o acesso por longo prazo a estes documentos. Diante de diversas iniciativas existentes, o estudo apresenta uma análise com aspectos dos *softwares DSpace* e *Archivematica*, voltados para definição da ferramenta mais adequada de repositório digital para preservação e acesso de documentos arquivísticos digitais.

Palavras-chave: repositório digital; DSpace; Archivematica; documento arquivístico digital.

ABSTRACT

The growing production of digital documents has raised among information professionals uncertainties on how to maintain access for the long term to these documents. Faced of several existing initiatives, this study presents an analysis with aspects of the *DSpace* and *Archivematica* softwares aimed at defining the most appropriate tool of digital repository for preservation and access of the digital records.

Keywords: digital repository; DSpace; Archivematica; digital records.

RESUMEN

La creciente producción de documentos digitales ha provocado entre los profesionales de la información incertidumbres sobre la forma de mantener el acceso a largo plazo a estos documentos. Frente a varias iniciativas existentes, el estudio presenta un análisis de los aspectos de *DSpace* y *Archivematica* software destinados a definir la herramienta de repositório digital más adecuada para la preservación y el acceso de los documentos de archivo digitales.

Palabras clave: repositorio digital; DSpace; Archivematica; documento de archivo digital.

INTRODUÇÃO

Os documentos de arquivo visam registrar as ações ou atividades desenvolvidas por instituições ou pessoas, sendo preservados e armazenados para que produzam efeitos legais, de comprovação administrativa, jurídica ou fiscal. Também são mantidos para fins históricos e de pesquisa, ao mostrar o que se fazia no passado para as futuras gerações. Logo, considerando o aumento gradual da produção e registro dos documentos de arquivo em meio digital, este recurso informacional relevante pode ser perdido, já que os documentos digitais possuem fragilidades no que tange a sua preservação e armazenamento a médio e longo prazo, tais como: obsolescência tecnológica, de *hardware* e *software*; fragilidade dos suportes; facilidade de serem corrompidos, impossibilidade de acesso e vulnerabilidade à intervenção humana.

Neste sentido, as iniciativas de preservação digital despontam como um recurso para amenizar perdas e manter o acesso aos documentos digitais por grandes períodos. Para Rodrigues (2003, p. 56), o “principal objetivo da preservação de longo prazo é assegurar a longevidade e a manutenção da integridade intelectual dos recursos digitais”. Sob este prisma, além destas, o repositório digital destaca-se como solução para depósito de objetos digitais, à medida que possibilita armazenar, preservar e dar acesso aos mesmos. Corroborando com este entendimento, a Commission on Preservation and Access (CPA) e a Research Libraries Group (RLG) salientam que os sistemas de repositórios digitais se tornarão rapidamente os responsáveis pelo acesso de longo prazo à herança social, econômica, cultural e intelectual mundial em formato digital (CPA/RLG, 1996 apud Sayão, 2011).

Diante do desafio em manter os documentos digitais acessíveis por longo prazo, foram desenvolvidas diversos instrumentos de repositório digital com este fim, das quais, algumas são voltadas para preservação da informação digital científica, tecnológica, cultural e outras, mais recentemente, direcionadas para a preservação de documentos de arquivo. Dessa forma, este estudo apresenta duas ferramentas identificadas como sistemas de repositório digital – *DSpace* e *Archivematica*. A primeira caracteriza-se como uma solução usualmente voltada para a preservação da produção científica e cultural-institucional, e a segunda para a preservação de documentos digitais.

Logo, busca-se investigar os *softwares* apontados acima, apresentando uma análise comparativa das características e funcionalidades, a fim de dar subsídios para escolha da solução mais adequada para preservação e acesso a documentos arquivísticos digitais. Para tanto, o estudo envolve princípios e conceitos da arquivística e preservação digital, bem como apresenta os conceitos, normas e padrões de referência utilizados no desenvolvimento dos *softwares*.

A PRESERVAÇÃO DIGITAL

Os documentos digitais, ao contrário das informações registradas em suporte de papel, são instáveis e vulneráveis. Desse modo, ao considerar o crescimento da produção de documentos digitais, a preservação digital surge como um valioso recurso para garantir o acesso

a dados produzidos em meio digital. Para Ferreira (2006, p. 20), esta consiste no “conjunto de atividades ou processos responsáveis por garantir o acesso continuado a longo prazo à informação e restante patrimônio cultural existente em formatos digitais”.

Rocha e Rondinelli (2006, p. 33), no que diz respeito à preservação, destacam que o “documento digital traz uma contradição: para ser preservado, precisa ser reproduzido”. As autoras complementam que o binômio obsolescência tecnológica/fragilidade do suporte exige intervenções, como migrações, emulações, refrescamento, de maneira a garantir o acesso à informação gerada em meio digital.

Em contrapartida, a *Carta para Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital* (Conarq, 2004) afirma que o desafio da preservação dos documentos arquivísticos digitais está na garantia do acesso contínuo a seus conteúdos e funcionalidades, por meio de recursos tecnológicos disponíveis na época em que ocorrer a sua utilização. Nessa direção, compreende-se que a preservação digital não diz respeito apenas à obsolescência tecnológica, corresponde também ao desenvolvimento de um ambiente que assegure a preservação da documentação de caráter permanente (repositório digital) e a definição das estratégias de preservação utilizadas.

OS REPOSITÓRIOS DIGITAIS: TEMÁTICO, INSTITUCIONAL E ARQUIVÍSTICO

Caracterizados como um local para armazenar documentos de maneira segura, para o presente e, principalmente para o futuro, os repositórios visam mantê-los acessíveis por longo prazo. Sob esta perspectiva, Viana et al (2005, p. 3) entendem repositório digital como “uma forma de armazenamento de objetos digitais que tem a capacidade de manter e gerenciar material por longos períodos de tempo e prover o acesso apropriado, pelo uso de padrões”. Lynch (apud Café et al, 2003), por sua vez, define repositório digital como um “conjunto de serviços oferecidos por uma instituição aos membros de sua comunidade para a gestão e disseminação da sua produção técnico-científica em meio digital”.

Conforme indicado anteriormente, existe uma gama de soluções para repositório digital, que diferem-se uma da outra de acordo com as suas características. Neste sentido, Márdero Arellano (2010) destaca que o tipo de repositório digital é determinado pela aplicação e os objetivos ao qual se destina, além da ferramenta tecnológica que será adotada. Costa e Leite (2006) salientam que estes podem ser classificados como institucionais ou temáticos.

Um repositório temático, para Café et al (2003, p. 3), se constitui “em um conjunto de trabalhos de pesquisa de uma determinada área do conhecimento, disponibilizados na Internet”. Estes utilizam tecnologias abertas e seguem a filosofia da Iniciativa dos Arquivos Abertos (OAI), promovendo a maior acessibilidade à produção dos pesquisadores e à discussão entre seus pares. Márdero Arellano (2010) entende que os repositórios temáticos estão voltados para comunidades científicas específicas, ou seja, tratam, portanto, da produção intelectual de áreas do conhecimento em particular.

Já o repositório institucional é a reunião de todos os repositórios temáticos hospedados em uma organização. Para Lynch (apud Café et al, 2003, p. 5), este é caracterizado como “um

conjunto de serviços que uma universidade oferece aos membros da sua comunidade, para a gestão e disseminação de materiais digitais, criados pela instituição e pelos seus membros”.

Entende-se, a partir disso, que os repositórios digitais eram voltados, em um primeiro momento, para disseminação e preservação da produção científica e intelectual (artigos, teses, dissertações etc.), sendo amplamente utilizados para as bibliotecas digitais. Contudo, estes passaram a ser usados também para fins de arquivo, principalmente para os documentos arquivísticos digitais de valor secundário e de guarda permanente.

Sob este viés, o termo repositório digital incorporou outras funcionalidades, sendo identificado como Repositório Arquivístico Digital. Este, por sua vez, é compreendido como um repositório digital que “armazena e gerencia documentos arquivísticos, seja nas fases corrente e intermediária, seja na fase permanente” (Conarq, 2014, p. 31). Para Rocha (2015), o repositório deve estar em conformidade com as práticas e as normas de arquivo, no que tange à implementação de metadados e a gestão documental.

O DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO DIGITAL

Tido como um “documento digital reconhecido e tratado como um documento arquivístico” (Conarq, 2014, p. 18), o documento arquivístico digital remete aos conceitos de documento arquivístico e documento digital. Logo, tem-se que documento arquivístico é o “documento elaborado ou recebido no curso de uma atividade prática como instrumento ou resultado de tal atividade, e retido para ação ou referência” (Projeto InterPARES 3, 2015).

Em contrapartida, o documento digital é compreendido como “a informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional” (Conarq, 2014, p. 19).

Sobre o documento arquivístico digital, salienta-se que este é formado por qualidades e características que visam garantir autenticidade, integridade e confiabilidade dos dados registrados por meio dos documentos. Sob este prisma, destacam-se como qualidades do documento arquivístico digital a organicidade, unicidade, confiabilidade, autenticidade e acessibilidade (Conarq, 2011). Já no que diz respeito às características do documento arquivístico digital, estas, conforme a visão da diplomática, disciplina que estuda a autenticidade e confiabilidade dos documentos, são: “forma fixa, conteúdo estável, relação orgânica, contexto identificável, ação e o envolvimento de cinco pessoas (autor, redator, destinatário, originador e produtor)” (Rondinelli, 2011, p. 227).

DEFINIÇÃO DOS SOFTWARES DE REPOSITÓRIO DIGITAL

Diante da diversidade de soluções existentes, buscou-se realizar consultas e pesquisas na *Web*, a fim de identificar *softwares* de referência utilizados como repositório digital, enquanto ambiente que possibilita garantir acessibilidade ao longo do tempo, bem como preservar os documentos. Como resultado, obteve-se cinco soluções, a saber:

- *Fedora*: *software open source* que fornece um repositório de livre acesso por meio de ampla infraestrutura para o armazenamento, gestão e disseminação de objetos digitais, incluindo o relacionamento entre eles (Sayão; Marcondes, 2009);
- *EPrints*: *software open source*, compreendido como uma das mais usadas plataformas para repositórios institucionais. É classificado como o modo mais fácil e rápido de criar repositórios de acesso livre para base de dados científica (Sayão; Marcondes, 2009).
- *DSpace*: *software open source* que fornece um repositório com funções de captura, distribuição e preservação da produção intelectual e científica, dando visibilidade e garantindo acessibilidade no decorrer do tempo (Sayão; Marcondes, 2009).
- *Archivematica*: *software open source* que fornece um sistema de preservação digital para processamento e armazenamento de objetos digitais a longo prazo, fundamentado em estratégias de preservação digital e baseado no modelo OAIS;
- *RODA*: *software open source* que disponibiliza um sistema de repositório digital criado para recolher, armazenar, preservar e dar acesso continuado ao patrimônio arquivístico digital a longo prazo. Foi concebido com base no modelo de referência OAIS.

Diante das características elencadas e dos materiais consultados, bem como da percepção do pesquisador no decorrer do levantamento dos *softwares* para repositório digital, pode-se identificar que as ferramentas *Fedora*, *EPrints* e *DSpace* são utilizadas predominantemente para disseminação do conteúdo digital, produzido para pesquisa (produção intelectual e acadêmica). (Lewis, 2011; tradução nossa) destaca que a maioria destas instalações poderia ser classificada como repositório institucional, pois geralmente é fornecida por um instituto de pesquisa, universidade ou departamento para uso de seus pesquisadores. No entanto, também podem ser consideradas repositórios temáticos, como por exemplo, na implementação de repositórios para banco de teses e dissertações.

Essas três soluções foram construídas dentro da filosofia da Iniciativa de Arquivos Abertos (OAI) e do Movimento de Acesso Aberto à Informação Científica (*Open Access*), os quais incentivam a publicação na *Web*, totalmente gerenciada pelo pesquisador (autoarquivamento); utilizam tecnologia aberta; e podem ser acessados por diversos provedores de serviços, disponíveis em nível nacional e internacional (Café et al, 2003). Em outras palavras, conforme Costa e Leite (2006), os repositórios permitem reunir, preservar, dar acesso e disseminar boa parte do conhecimento da instituição, aumentando a visibilidade da sua produção científica.

Em contrapartida, as ferramentas *Archivematica* e *RODA* destacam-se por serem soluções voltadas, principalmente, para preservação de documentos arquivísticos. Neste sentido, estes *softwares* podem ser classificados como soluções voltadas para construção de repositórios arquivísticos digitais. Cabe destacar que este tipo de repositório digital consiste em um ambiente que armazena documentos arquivísticos, seja nas fases corrente e intermediária ou permanente.

Diante do número de soluções encontradas, optou-se por selecionar um instrumento classificado como repositório institucional/temático – *DSpace*, e outra classificada como repositó-

rio arquivístico digital – *Archivematica*. Para definição do *DSpace*, levou-se em conta o fato deste ter sido customizado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), bem como por ser amplamente utilizado por repositórios institucionais de referência. Já a escolha do *Archivematica*, deu-se em virtude deste ser um repositório digital voltado para a preservação de documentos arquivísticos e por ser um sistema indicado pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA), apoiado e desenvolvido pelo Programa Memória do Mundo da Unesco.

DSPACE

Para validação da ferramenta no tocante ao armazenamento, acesso e preservação de documentos arquivísticos digitais, os testes no *software* foram realizados na versão 1.8.1, via interface *Web eXtend Mark Language User Interface (XMLUI)*, no servidor de aplicações *Tomcat* e banco de dados *PostgreSQL*.

Shintaku e Meirelles (2010) destacam que a estrutura informacional do *DSpace*, pelo qual o acervo é disponibilizado, é hierárquica, composta por comunidades, coleções e itens. E o depósito de um documento, conforme os autores, respeita um fluxo de submissão pré-estabelecido, que consiste nas etapas de catalogação, avaliação e revisão dos metadados.

Na primeira etapa do fluxo, identificada como catalogação, são preenchidos os campos do formulário de entrada, caracterizados como metadados descritores. Ainda, na primeira etapa, é inserido o objeto digital a ser armazenado e preservado, bem como deve ser aceita a licença de distribuição do conteúdo. Ao final desta etapa, é apresentado um resumo com os dados preenchidos ao longo dos passos que a compõem. Na avaliação, fase seguinte, o objeto digital inserido pode ser aceito ou rejeitado, conforme a sua pertinência em relação ao conjunto documental armazenado no repositório digital. Para tanto, pode-se levar em conta os pressupostos de um plano de preservação digital, assim como na temporalidade dos documentos. Ao final do fluxo de submissão, a última etapa consiste na revisão dos metadados informados durante o processo de catalogação.

Após submissão do objeto digital no *DSpace*, que, no âmbito desta análise, está delimitado ao exame do documento arquivístico digital, o objetivo é analisar as funcionalidades disponíveis na ferramenta para pesquisa. Logo, tem-se que a consulta é realizada através dos metadados, de acordo com o padrão *Dublin Core*, definidos no fluxo de submissão. Destaca-se que o padrão, composto por 15 elementos, é identificado como um “conjunto de elementos de metadados planejado para facilitar a descrição de recursos eletrônicos” (Souza et al, 2000, p. 93).

Além da opção de pesquisa ou consulta através dos metadados, o *DSpace* apresenta um recurso para recuperação de conteúdo. Com isso, todas as palavras do documento podem ser pontos de recuperação para o objeto digital depositado. Entretanto, cabe destacar que esta funcionalidade não realiza a indexação das palavras, sendo apenas um recurso complementar, voltado para ampliar a quantidade de documentos recuperados, corroborando com o ideal de oferecer acesso. Portanto, mesmo que esta característica do *software* proporcione uma recuperação da informação para além dos metadados, ela é frágil, se comparada à pesquisa por termos ou palavras indexadas.

Sobre o armazenamento, o *DSpace* segue a estrutura hierárquica de comunidades, coleções e itens, sendo que os objetos digitais, ao serem submetidos, são estruturados desta forma. O acesso aos documentos digitais, por meio da pesquisa, segue a mesma estrutura. Já sobre a preservação dos documentos digitais, esta segue aspectos do modelo de referência OAIS, que, conforme Rodrigues (2003), é uma infraestrutura conceitual que descreve o ambiente, as interfaces externas, os componentes funcionais e os objetos de informação, associados a um sistema responsável pela preservação de longo prazo de materiais digitais.

De acordo com Márdero Arellano (2008), a preservação digital acontece nos níveis de preservação dos *bits*, onde o arquivo permanece igual com o passar do tempo, assim como na preservação funcional, na qual o arquivo muda conforme os meses e/ou anos passam, mas ainda continua a ser usado da mesma forma em que era originalmente. O autor salienta que a “influência do OAIS no *design* da arquitetura do *DSpace* faz dele um exemplo de repositório com funcionalidades de arquivamento digital” (Márdero Arellano, 2008, p. 140).

Após compreender os recursos da ferramenta para armazenamento, acesso e preservação, conclui-se que a estrutura do *software* é similar ao processo de editoração de um periódico científico. A respeito de suas características, Shintaku e Meirelles (2010) evidenciam que o *DSpace* gerencia e preserva objetos digitais, fornecendo facilidades de recuperação. Além disso, possui propriedades relativas à preservação e divulgação de objetos digitais, podendo adequar-se a várias finalidades. Entretanto, considerando o exposto e as prerrogativas do estudo, entende-se que o *DSpace* não contempla, em sua totalidade, o propósito de um repositório digital voltado para documentos arquivísticos. Apesar deste entendimento, ressalta-se que o *software* pode ser customizado, a fim de atender aos preceitos arquivísticos.

ARCHIVEMATICA

Para análise da ferramenta, esta foi instalada por meio do *software* de emulação/ virtualização *VirtualBox*. A versão 0.9 beta do *Archivematica* foi implantada como máquina virtual no Sistema Operacional *Linux*, distribuição *XUbuntu*.

O *Archivematica* tem como objetivo armazenar a documentação em formato digital, de acordo com os padrões exigidos em relação à preservação digital, sob a ótica arquivística, visando torná-la acessível a longo prazo (Van Garderen et al, 2012, tradução nossa). Destaca-se que foi desenvolvido sob perspectiva da preservação digital, ao implementar as estratégias de emulação, que reproduz uma estrutura de *hardware* e/ ou *software* numa outra máquina; migração, que visa a transferência de objetos digitais de uma geração de tecnologia para outra subsequente; e, ainda, a normalização. Sobre esta última, compreendida como a estratégia de preservação que o norteia, Thibodeau (apud Ferreira, 2006, p. 38) destaca que objetiva “simplificar o processo de preservação através da redução do número de formatos distintos que se encontram num repositório de objetos digitais”.

O *software* também é baseado no modelo de referência OAIS/SAAI e nos padrões de metadados *Metadata Encoding Transmission Protocol (METS)*, *Preservation Metadata: Imple-*

mentation Strategies (PREMIS) e *Dublin Core*. Dos modelos e padrão apresentados, ressalta-se que o METS, para Sayão (2010), é um esquema *eXtensible Markup Language* (XML) projetado como uma infraestrutura para codificar todos os tipos de metadados associados a um objeto digital e o PREMIS é “um conjunto de elementos de meta-informação capazes de dar suporte às atividades relacionadas com a preservação digital” (Ferreira, 2009, p. 40). Já sobre o OAIS, este é organizado em um modelo funcional, que implementa as atividades de admissão, armazenamento, gestão de dados, planejamento de preservação, administração e acesso (Sayão, 2010). O OAIS também conta com um modelo funcional, que permite a geração de pacotes de informação: Pacote de Informação de Submissão – *Submission Information Package* (SIP); Pacote de Informação de Arquivamento – *Archive Information Package* (AIP) e Pacote de Informação de Disseminação – *Dissemination Information Package* (DIP).

Para a inserção de um objeto digital no *Archivematica*, a ferramenta tem como primeira etapa um processo de transferência, que pode ser do tipo: padrão, zipado, *DSpace* e *mail-dir*. Cabe destacar que o tipo de transferência *DSpace* permite receber exportação de um repositório oriundo do *DSpace*. Compreende-se, a partir disto, que os desenvolvedores do *Archivematica* consideram o *DSpace* como uma solução consolidada e amplamente utilizada para dar acesso. Na prática, esta característica do *Archivematica* permite que os *softwares* trabalhem em conjunto, sendo este utilizado como um recurso para preservação de objetos digitais, deixando para o *DSpace* a função de dar acesso aos documentos digitais.

Ainda no que diz respeito ao processo de transmissão, é nesta etapa que podem ser atribuídos os metadados do objeto digital, baseados no padrão *Dublin Core*: título, produtor, assunto, descrição, editor, colaborador, data, tipo, formato, identificador, fonte, relação, idioma, cobertura e direitos. Depois de aprovar a transferência do objeto digital, o *Archivematica* implementa uma série de microsserviços em seus processos, tais como: atribuir um identificador único para o objeto digital; gerar um arquivo METS para registro e pesquisa nos diretórios; examinar os arquivos procurando por vírus e outros *malwares*; preservar os nomes dos arquivos nos metadados do PREMIS.

Após o processamento dos microsserviços, inicia-se um *workflow* de aprovação para admissão de um pacote SIP para transferência. Com isso, o fluxo passa para a etapa de admissão, onde também são executados microsserviços, dos quais ressaltam-se os que executam: a normalização para preservação e/ou acesso dos objetos digitais; a geração de um DIP contendo cópias de acesso aos objetos; a definição de *upload* do DIP para os *softwares* ICA-Atom, destinado para descrição arquivística ou CONTENTdm, voltado para coleções digitais; a criação, indexação e armazenamento de um AIP.

Concluído o processo de transferência, bem como a geração dos pacotes de informação, parte-se para a etapa de análise de como ocorrem o armazenamento, acesso e preservação de documentos arquivísticos digitais no programa. A preservação, no *Archivematica*, é implementada no decorrer dos microsserviços, com a geração de metadados de preservação e o tipo de normalização a ser realizada. Sobre a normalização, o *software* disponibiliza quatro opções, as quais permitem criar cópias de preservação dos objetos e/ou cópias de acesso para geração do DIP, bem como a opção de não normalizar. Destaca-se que a padronização,

no *Archivematica*, visa converter os objetos digitais de acordo com um planejamento de preservação segundo a sua finalidade, se para acesso ou preservação.

Sobre o armazenamento dos objetos digitais, este ocorre via geração e indexação do AIP no diretório “Armazenamento de Arquivos”. Uma vez indexado, é neste ambiente que pode-se pesquisar os documentos digitais, de acordo com o nome do arquivo ou ainda, conforme os metadados do pacote de informação. Salienta-se que a consulta dos metadados apresenta como resultado apenas os elementos descritores do pacote de informação, e não dos objetos digitais que o compõem, o que compromete o acesso via *software*. Entretanto, a solução apresenta um ambiente voltado para pesquisa e acesso através do processo de geração do pacote DIP, assim como posterior exportação e indexação nos *softwares* ICA-AtoM ou CONTENTdm.

Com base no exposto, entende-se que o *Archivematica* não tem essencialmente como foco o acesso, mesmo que propicie a geração do DIP. Compreende-se que o *software* fundamentalmente é voltado para preservação digital, ao implementar estratégias para tal, especialmente a normalização por meio do planejamento de preservação, bem como pelo fato de ter sido desenvolvido conforme as prerrogativas do modelo OAIS, e por utilizar os esquemas METS e PREMIS.

ANÁLISE COMPARATIVA DAS FERRAMENTAS

Percebeu-se ao longo da investigação que os *softwares* *DSpace* e *Archivematica* possuem semelhanças e diferenças no que tange ao armazenamento, ao acesso e à preservação de documentos digitais, as quais são destacadas a seguir.

Sobre os aspectos em comum, destaca-se que as ferramentas são *softwares open source* que utilizam plataforma *Web* voltados para preservação, operam o padrão *Dublin Core* para os metadados descritivos, podem ser customizados a fim de atender as especificidades de uma instituição, bem como aplicam o modelo OAIS no seu desenvolvimento e o XML para comunicação, o que permite interoperabilidade entre sistemas distintos.

Sobre o *DSpace*, conclui-se que é uma solução voltada para acesso, disseminação e comunicação científica e acadêmica, possuindo uma estrutura de metadados e de submissão de objetos digitais similar ao processo de editoração de um periódico científico. Neste sentido, compreende-se que o *DSpace* não contempla a preservação digital na sua totalidade, considerando todos os princípios propostos no OAIS, assim como o armazenamento de documentos arquivísticos digitais na sua essência, sendo melhor empregado para implementação de bibliotecas digitais e repositórios institucionais, com destaque para as funcionalidades de pesquisa.

Em contrapartida, conclui-se que o *Archivematica* foi desenvolvido para preservar, armazenar e dar acesso a objetos digitais, em conformidade com o esquema OAIS/SAAI. No entanto, seu destaque é a preservação digital, uma vez que ao comparar as ferramentas, percebe-se que o armazenamento de documentos digitais é equivalente nos *softwares* e o acesso via *DSpace* é melhor estruturado. Sobre o acesso, é relevante apontar que o *Archi-*

vemática o disponibiliza por meio da geração do DIP e exportação para outros *softwares*. Compreende-se, com isso, que o *Archivemática* não está disponível para ser acessado por usuários externos via *Web*. Acerca da preservação, este aplica uma série de micros serviços, como varredura de vírus, validação de formatos, captura de metadados compatíveis com PREMIS e METS, normalização de formatos para preservação, admissão de SIP, geração de DIP e armazenamento de AIP em total conformidade com o OAIS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da investigação foi analisar as características e funcionalidades dos *softwares* *DSpace* e *Archivemática*, a fim de levantar elementos que corroborem a escolha da solução mais adequada para preservação e acesso aos documentos arquivísticos digitais. Para tanto, o estudo possibilitou, em um primeiro momento, identificar cinco ferramentas de repositório digital, classificando-as em dois tipos: repositório institucional/temático e repositório arquivístico digital. Dos aplicativos identificados, buscou-se implementar os elencados acima, a fim de averiguar o seu desempenho.

Dos *softwares* de repositório utilizados, conclui-se que o *DSpace* é uma solução voltada predominantemente para dar acesso, em especial, a objetos digitais provenientes de produção e comunicação científica e acadêmica. Entende-se que a ferramenta não contempla a preservação digital e o armazenamento de documentos arquivísticos digitais, em sua totalidade. Já o *Archivemática* tem como principal característica a preservação digital, com base nas estratégias de emulação, migração e normalização e se destaca pela geração de pacotes de informação para admissão, acesso e arquivamento segundo o modelo OAIS.

Sob a perspectiva do estudo, entende-se que o *Archivemática* é mais completo que o *DSpace*, pois atende mais a aspectos da preservação digital e ainda permite o acesso, por transferência de arquivos do *DSpace* ou geração de um DIP para o ICA-AtoM ou CONTENTdm. Em contrapartida, o *DSpace* tem como foco principal o acesso, uma vez que foi idealizado segundo a filosofia da Iniciativa de Arquivos Abertos (OAI) e do Movimento de Acesso Aberto à Informação Científica (*Open Access*). Portanto, diante do exposto, compreende-se que o *Archivemática* destaca-se para preservar e que o *DSpace* evidencia-se por dar acesso.

Por fim, após análise das ferramentas, compreende-se que os *softwares* podem ser identificados como sistemas voltados para construção de repositórios digitais-referências para o armazenamento de documentos arquivísticos digitais. No entanto, o *DSpace*, se for implementado para preservação digital, além do acesso, necessitará de um mecanismo complementar para este fim. Do mesmo modo, o *Archivemática*, se for utilizado essencialmente para acesso, deverá ter um *software* em conjunto para tanto. Ainda salienta-se que as considerações, assim como os recursos e funcionalidades dos *softwares*, são pautados sob o ponto de vista do autor, considerando a problemática do estudo. Logo, tem-se que os resultados aqui apontados não visam reputar um ou outro, mas sim apresentar subsídios, qualidades e fragilidades de cada solução, a fim de auxiliar as instituições na tomada de decisão a respeito de qual *software* utilizar para preservação e acesso de documentos arquivísticos digitais.

Referências bibliográficas

- CAFÉ, Lígia et al. Repositório Institucionais: nova estratégia para publicação científica na Rede. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM), 26., 2003, Belo Horizonte. *Anais eletrônicos...* Belo Horizonte: PUC Minas, 2003. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_ENDOCOM_TRABALHO_cafe.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2015
- Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ (Brasil). *Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.
- _____. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. *Glossário*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. Disponível em: <http://www.documentoseletronicos.arquivonacional.gov.br/imagens/ctde/Glossario/2014ctdeglossario_v6_public.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2015.
- COSTA, Sely Maria de Souza.; LEITE, Fernando César Lima. Repositórios institucionais: potencial para maximizar o acesso e o impacto da pesquisa em universidades. In: CONFERÊNCIA IBEROAMERICANA DE PUBLICAÇÕES ELETRÔNICAS NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA, 1., 2006, Brasília. *Anais eletrônicos...* Brasília: Universidade de Brasília, 2006. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/10021/>>. Acesso em: 13 mar. 2015.
- FERREIRA, Miguel. *Introdução à preservação digital – conceitos estratégias e actuais consensos*. Guimarães, Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006.
- _____. *Preservação de longa duração de informação digital no contexto de um arquivo histórico*. 2009. Tese (Doutorado em Tecnologias e Sistemas de Informação), Universidade do Minho/Portugal.
- LEWIS, Stuart. Open repositories for scholarly communication: enhancing access to research In: *Itens Técnicos developerWorks*. [S.l.]: IBM, 2011. Disponível em: <<http://www.ibm.com/developerworks/opensource/library/os-ind-educstand3/os-ind-educstand3-pdf.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2015.
- MÁRDERO ARELLANO, Miguel Angel. *Critérios para preservação digital da informação científica*. 2008. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), Universidade de Brasília, Brasília.
- _____. Repositórios, Acesso Livre, Preservação Digital. *Encontros Bibli*, Florianópolis, v. 15, n. 29, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/13706>>. Acesso em: 25 jan. 2015.
- PROJETO INTERPARES 3. Base de dados de terminologia do InterPARES 3. *Documento arquivístico*. Team Brasil. 2015. Disponível em: <http://www.interpares.org/ip3/ip3_terminology_db.cfm?letter=d&term=101>. Acesso em: 10 set. 2015.
- ROCHA, Cláudia Lacombe. Repositórios para a preservação de documentos arquivísticos digitais. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 180-191, 2015. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/608/669>>. Acesso em: 07 nov. 2015.
- _____.; RONDINELLI, Rosely Curi. Gestão arquivística e preservação de documentos digitais no Brasil: estado da arte. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 33-40, 2006.
- RODRIGUES, Maria de Lurdes Tainha Saramago. *Preservação digital de longo prazo: estado da arte e boas práticas em repositórios digitais*. 2003. Dissertação (Mestrado em Estudos de Informação e Bibliotecas Digitais), Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa/Portugal.
- RONDINELLI, Rosely Curi. *O conceito de documento arquivístico digital frente à realidade digital: uma revisão necessária*. 2011. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SAYÃO, Luís Fernando. Uma outra face dos metadados: informações para a gestão da preservação digital. *Encontros Bibli*, Florianópolis, v. 15, n. 30, p. 1-31, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/12528/19527>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

_____. Repositórios Digitais Confiáveis: Conceitos, Tecnologias e Padrões. In: FÓRUM DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA: REPOSITÓRIOS CONFIÁVEIS DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS, 2011. *Tópico temático...* Campinas: Unicamp. Disponível em: <<http://www.foruns.unicamp.br/Arquivos%20Biblioteca%20Virtual/Palestras/11-08/Prof.%20Say%C3%A3o%20-%20Reposit%C3%A1veis-agosto-2011-unicamp.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2015.

_____; MARCONDES, Carlos Henrique. Software livres para repositórios institucionais: alguns subsídios para a seleção. In: Sayão et al (Org.). *Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação*. Salvador: EDUFBA, 2009.

SHINTAKU, Milton; MEIRELLES, Rodrigo. *Manual do DSPACE: administração de repositórios*. Salvador: EDUFBA, 2010.

SOUZA, Marcia Izabel Fugisawa; VENDRUSCULO, Laurimar Gonçalves; MELO, Geane Cristina. Metadados para descrição de recursos de informação eletrônica: utilização do padrão Dublin Core. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n. 1, p. 93-102, 2000. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/903/940>>. Acesso em: 10 set. 2015.

VAN GARDEREN, Peter et al. The Archivematica Project: meeting digital continuity's technical challenges. In: THE MEMORY OF THE WORLD IN THE DIGITAL AGE: digitization and preservation, 2012, Vancouver/Canadá. *Anais eletrônicos...* Vancouver: University of British Columbia (Canadá), 2012. Disponível em: <http://www.ciscra.org/docs/UNESCO_MOW2012_Proceedings_FINAL_ENG_Compressed.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2014

VIANA, Cassandra Lúcia de Maya et al. Repositórios institucionais em ciência e tecnologia: uma experiência de customização do DSpace. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECAS DIGITAIS, 3., 2005, São Paulo. *Anais eletrônicos...* São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/7168/1/viana358.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

Recebido em 31/5/2016
Aprovado em 6/9/2016

**O CICLO VITAL ANTE O DOCUMENTO DIGITAL:
O MODELO RECORDS CONTINUUM COMO RECURSO DE ELUCIDAÇÃO
THE LIFE CYCLE BEFORE THE DIGITAL RECORD:
THE RECORDS CONTINUUM MODEL AS AN ELUCIDATING RESOURCE**

CÁSSIO MURILO ALVES COSTA FILHO | Mestre em Ciência da Informação e Bacharel em Arquivologia pela Universidade de Brasília (UnB). Analista de Administração Pública do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF).

RESUMO

Analisa o surgimento e a consolidação do conceito de ciclo vital dos documentos na arquivologia, sua aplicação e limitações ante a gestão de documentos digitais, e propõe a utilização do modelo *records continuum* como instrumento de elucidação, sobretudo no que se refere aos seus múltiplos propósitos, seu caráter espaço-temporal e o uso do valor contínuo.

Palavras-chave: ciclo vital dos documentos; teoria das três idades; gestão de documentos; arquivologia.

ABSTRACT

It analyses the arisen and integration of records life cycle concept in Archival Science, its application and limitations before the management of electronic records and proposes the use of records continuum model as an instrument of clarification, especially in what refers to its many purposes, its space-time nature and the use of continuous value.

Keywords: records life cycle; three ages of archives; records management; archival science.

RESUMEN

Analisa el contexto de aparición y consolidación de lo concepto de ciclo vital de los documentos en archivología, su aplicación y limitaciones en la gestión de documentos electrónicos y propones la utilización de lo modelo *records continuum* como instrumento de elucidación, notadamente en lo que se refiere a sus múltiples propósitos, su carácter espacio-temporal y lo uso de lo valor continuo.

Palabras clave: ciclo vital de los documentos; teoría de las tres edades; gestión de los documentos de archivo; archivología.

INTRODUÇÃO

O conceito de ciclo vital dos documentos surgiu como solução para a administração do grande volume de documentos que passou a ser produzido no período pós-Segunda Guerra nos Estados Unidos da América. Couture e Rousseau (1998) consideram que este ciclo, tal como a noção de fundo ou princípio da proveniência, integra as bases em que assenta arquivologia contemporânea. No mesmo sentido, o espanhol Cruz Mundet (2011) compreende que a sua introdução fez criar um novo paradigma para a arquivologia contemporânea, de enorme influência em nossos dias.

Ainda que consistindo em um dos conceitos fundamentais da disciplina, conforme previamente apercebido, verificou-se o surgimento de questionamentos quanto à noção “estática” do documento, sobretudo em virtude do despontamento de novas perspectivas impelidas pelos documentos digitais. Após os anos 90 do século passado, novas formas de produção e uso da informação arquivística provocaram questões na área, conforme destacado por Jardim (2012). Tal contexto fez a arquivologia se voltar para os documentos digitais, o que exigiu novas soluções quanto ao seu tratamento.

Quanto à definição de ciclo vital dos documentos, este passa a receber críticas em relação à restrição imposta pela divisão em fases ou idades, ao grande enfoque nos documentos como entidades físicas e nas tarefas operacionais, aspectos que se tornam irrelevantes com a perspectiva dos documentos digitais (Cruz Mundet, 2011). Rousseau e Couture (1998) ressaltam que as etapas de traslado até a destinação final não são distintas, engessadas e sem ligação.

Com base no exposto, entendemos como necessária a compreensão de quais são as possíveis limitações do ciclo vital ante as diversas possibilidades de criação, uso, manutenção e disseminação de documentos digitais. Além disso, utilizaremos as perspectivas do modelo australiano *records continuum* como instrumento de elucidação de tais limitações.

SURGIMENTO, CONSOLIDAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DO CONCEITO DE CICLO VITAL DOS DOCUMENTOS

Constatamos, conforme Costa Filho (2016), uma série de controvérsias no que se refere ao surgimento do conceito e aos responsáveis por sua institucionalização e disseminação. Diversas análises – inclusive a nossa – apontam que o marco para a enunciação de um ciclo vital foi a apresentação do artigo *What records shall we preserve?* por Philip C. Brooks em uma reunião da Society of American Archivists na cidade de Washington, em abril de 1940. Em seguida, tem-se o artigo intitulado *Selection of records for preservation*, publicado no periódico *The American Archivist*, também em 1940. Nesses trabalhos, Brooks fez, pela primeira vez, a analogia do processo de gestão de documentos à vida de um “organismo biológico”.

O período pós-guerra foi de extrema importância para o desenvolvimento das ideias relacionadas ao conceito de ciclo vital dos documentos. Houve, nessa época, a criação do

primeiro *record center* nos Estados Unidos, fruto dos esforços de Emmet Leahy e Robert Bahmer. A relação entre a utilização de depósitos intermediários de arquivamento e o ciclo vital dos documentos está no estabelecimento de uma fase ou estágio em que os documentos são pouco utilizados por seus órgãos produtores e, devido a uma motivação econômica, já não necessitam ser mantidos próximos a estes para que aguardem sua destinação.

De fato, os eventos que mais propulsionaram a disseminação do conceito de ciclo vital dos documentos foram as duas comissões federais que tinham como objeto de análise a organização e a eficiência na gestão de documentos. A Commission on Organization of the Executive Branch of the Government, também conhecida como Comissão Hoover (Klumpenhouer, 1988), teve duas fases: a primeira, de 1947 a 1949; e a segunda, de 1953 a 1955.

No que concerne ao entendimento deste conceito, de ciclo vital dos documentos, a abordagem da teoria das três idades se faz primordial, tendo em vista a constante equivalência que é realizada entre as duas concepções. Em nossa pesquisa, constatamos que o primeiro teórico a fazer menção às “três idades”, no contexto da gestão de documentos arquivísticos, foi o francês Yves Pérotin, em 1961, no artigo intitulado *L'Administration et les "trois ages"*.¹ Quanto à influência da teoria das três idades na teoria e prática arquivística, podemos afirmar que essa é enorme. A sua popularidade é enfatizada por Rousseau e Couture (1998), quando afirmam que, nos locais onde os arquivos recebem um mínimo de atenção, geralmente isso é feito com base nas três idades documentais.

Com o objetivo de compreender se os conceitos são realmente equivalentes e sinônimos, como frequentemente são abordados, buscamos explorar estudos que explicitam as relações entre um e outro. Dentre estes, destacamos o entendimento de Rousseau e Couture (1998), que consideram as três idades períodos integrantes do ciclo de vida. Complementarmente, Santos (2011), ao analisar o ciclo vital dos documentos como uma importante contribuição à fundamentação teórica da arquivologia, ressalta que muitas vezes é possível observar na literatura a apresentação de uma relação de sinonímia entre o ciclo vital e a teoria das três idades. Corroborando o entendimento dos autores, adotamos o posicionamento de que as concepções, apesar de complementares, são distintas. A teoria das três idades consiste em uma interpretação da definição de ciclo vital, sobretudo no que concerne a uma tentativa de melhor aplicação prática.

O CICLO VITAL DOS DOCUMENTOS NO ÂMBITO DA ARQUIVOLOGIA

Com o intuito de situar a conceituação de ciclo vital dos documentos no âmbito da arquivologia, optamos pela utilização da proposta de Schmidt (2012), que tem embasamento nas compreensões e sistematizações dos mais relevantes teóricos da área. Schmidt (2012) define os períodos que integram a história da arquivologia: Arquivologia Clássica, Arquivologia Moderna e Arquivologia Contemporânea.

1 PEROTIN, Yves. *L'Administration et les "trois ages" des archives. Seine et Paris*, v. 20, 1961, p. 1-4.

Ater-nos-emos à fase denominada Arquivologia Moderna, cujo início ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, estendendo-se até o final da década de 1980, tendo como locais de maior distinção os Estados Unidos e a Austrália.

Nesse período, verifica-se, sobretudo nos Estados Unidos, o surgimento de abordagens que trazem à tona o *records management*, que redireciona o foco para a avaliação dos “documentos modernos”. Percebemos a emergência dos conceitos de *record group* e do ciclo vital dos documentos, a utilização de critérios para a estipulação de valores aos documentos e a consolidação do binômio *archives* e *records*, culminando, conseqüentemente, na secessão entre os profissionais *archivists* e *records managers*. Já na Austrália, destacam-se os trabalhos realizados por Ian Maclean no âmbito do Commonwealth Archives Office (CAO), em 1961, e pelo caráter contestador dos trabalhos de Peter J. Scott, articulador do *series system*.

Rousseau e Couture (1998) acham que a abordagem das três idades é um dos três princípios que integram o fundamento da disciplina arquivística, junto do princípio da territorialidade e o princípio do respeito aos fundos. Bellotto (1998) também considera o ciclo vital dos documentos como um dos princípios da arquivologia. Marques (2011) sobreleva a relevância da teoria das três idades, ao ressaltar o consenso teórico trazido para a área.

Nesse contexto, no que diz respeito a este ciclo, foi constatado por Costa Filho (2016) que: esse conceito, ou paradigma, perpassa um vultoso lapso temporal, perdurando resistente à ascensão de novos paradigmas, que, em alguns casos, atuam como um verdadeiro contraponto ao ciclo vital; e mesmo sob as tradições de vários países foi amplamente utilizado, difundido e interpretado, de modo a se condicionar especificamente a cada necessidade prática.

POSSÍVEIS LIMITAÇÕES DO CICLO VITAL DOS DOCUMENTOS ANTE A GESTÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS

Após serem amplamente utilizados ao longo de todo o período conhecido como Arquivologia Moderna e, não somente, integrando as bases da arquivologia tanto em seus aspectos teóricos quanto práticos até os dias de hoje, o conceito de ciclo vital dos documentos e a teoria das três idades passam a sofrer com incertezas e questionamentos no que se referem à sua integral aplicação às novas formas de produção, uso e disseminação de documentos, sobretudo no que tangem aos documentos digitais.

Importante observar que questionamentos quanto à validade do ciclo vital não surgiram durante a década de 1980, período marcado pelo início de grandes inovações tecnológicas, uma vez que verificamos um forte embate entre os *records managers* e os *archivists* desde os anos de 1940.

Fato novo, durante os decênios de 1970 e 1980, seria a análise quanto ao caráter fracionado e engessado do ciclo vital e da teoria das três idades que é reproduzido na gestão, em razão da limitação em fases ou idades e na específica definição dos procedimentos e operações vinculados a cada etapa. Aliado a isso, tem-se a tentativa de aplicação prática do conceito ao recente uso e tratamento dos documentos digitais, o que implica questionamen-

tos quanto à validade e às diversas proposições de soluções para os problemas advindos. Verificamos, nesse período, o surgimento de correntes compostas por teóricos de posições convergentes, sobretudo americanos, canadenses e australianos.

No Canadá, os primeiros estudos referentes ao impasse criado entre as abordagens focadas nos *records e archives* se iniciam da década de 1970. Luís Carlos Lopes (2009), um grande adepto das ideias dos teóricos do Canadá francês, afirma que os arquivistas de Québec ocupam lugar de realce nas discussões. Jean-Yves Rousseau e Carol Couture, ao analisarem o ciclo vital dos documentos, defendem uma “arquivística integrada”.

Além da abordagem integrada, destacam-se os trabalhos dos teóricos do Canadá inglês. Atherton (1985), ao analisar o novo contexto de produção e uso dos documentos digitais, reconhece que não é mais possível a separação em etapas devido à natureza e à volatilidade da informação registrada.

Dollar (1993) afirma que um dos efeitos da tecnologia da informação foi o redescobrimto da “área comum” de compartilhamento entre os *archivists* e o *records managers*. Tendo em vista essa separação profissional, Bearman (1996) considera que o ciclo vital dos documentos pode ser rejeitado, pois tem seu foco na custódia e nas operações técnicas e faz distinções desnecessárias entre *records e archives*. Bantin (1998) também entende a clara definição do que vai ser realizado e quem vai ser responsável durante cada fase, o que contribuiu para uma estrita demarcação profissional, sobretudo na América do Norte.

Conforme pesquisa de Costa Filho (2016), verificamos uma série de apontamentos quanto às possíveis limitações do ciclo vital dos documentos ante a gestão de documentos digitais na literatura arquivística internacional. De início, destacamos a consideração de Heredia Herrera (2013) sobre o tema, que se refere às três idades documentais, ao compreender que essas não coincidem com a vida dos documentos. A portuguesa Ribeiro (2002) entende que o ciclo vital não deve ser rompido. Para o canadense Dingwall (2010), que aborda as características dos documentos digitais, a forma e o conteúdo inerentemente maleáveis permitem que os procedimentos do ciclo vital – tais como criação, uso e manutenção – ocorram simultaneamente. O também canadense Couture (2015) direciona sua análise para a intervenção do arquivista, que, segundo sua compreensão, deve ocorrer no momento da produção documental. Caso não sejam registradas as decisões arquivísticas nos metadados, não mais conseguirá fazê-lo, devido à impossibilidade de recuperar uma realidade tão volátil.

Chell e Yousof (2000) destacam que o ciclo vital trata os documentos como objetos físicos e tem foco na sua custódia. Quando aplicado aos documentos digitais, o conceito torna-se inadequado, segundo autores, já que esses são intangíveis, dependentes de *hardware e software*, e podem se tornar obsoletos rapidamente. O canadense Caya (2004) corrobora essa posição, considerando que a fragilidade e a obsolescência dos suportes demandam intervenções regulares e planejadas, além da possibilidade de os *softwares* serem regular e frequentemente modificados e atualizados. Cruz Mundet (2011) notabiliza as principais críticas sofridas pelo ciclo vital: o fato de os documentos não morrerem; o rigor imposto pela divisão em três idades, que impede o retorno do documento para a fase inicial; e no foco demasiado

no documento como entidade física e nas tarefas operacionais, aspectos irrelevantes sob as perspectivas dos documentos digitais.

Tendo em vista os vários questionamentos e críticas sobre a validade do conceito de ciclo vital dos documentos apresentados, podemos sobrelevar as principais características que implicam em limitações ante a gestão de documentos digitais (Costa Filho, 2016). De acordo com o referencial utilizado, as principais limitações podem ser consideradas como:

- gestão fragmentada e linear pelo uso de estágios/fases/idades: a estrita delimitação das atividades dentro de cada fase limita a atuação do arquivista. Como exemplo prático, tal fato pode delimitar a possibilidade da utilização de metadados para a descrição de documentos, com o intuito de proporcionar acesso para fins de memória e *accountability*, ainda no uso administrativo do documento;
- foco na custódia física: constatamos que a volatilidade do documento arquivístico digital permite a utilização de outras formas de custódia, focadas na noção de documento como entidade lógica, em vez de física;
- procedimentos e operações baseados no tempo, diacronicamente: restringem as possibilidades de realização de atividades de gestão de modo simultâneo;
- estrita demarcação de responsabilidades: constatamos que o impacto da demarcação de responsabilidades foi maior no contexto dos países que possuem uma forte tradição de *records management*, como os Estados Unidos. A atuação de profissionais distintos – *records managers* e *archivists* – reforça o isolamento do uso administrativo e histórico dos documentos arquivísticos. Embora tenhamos, no Brasil, o mesmo profissional responsável por toda a gestão documental, vemos que o ciclo vital e a teoria das três idades são reproduzidos nas organizações, de modo que ocorra um distanciamento entre as atividades nos “arquivos correntes”, “arquivos intermediários” e “arquivos permanentes”;
- aplicação em organizações complexas: as novas formas de produção de documentos pelas organizações, muitas vezes interativa e colaborativa, e a dificuldade de aplicação das mesmas fases para as diferentes unidades organizacionais são fatores moderadores. Nesse aspecto, destacamos que a complexidade das organizações e sua consequente descentralização administrativa e territorial impactam na integração das atividades de gestão;
- valor primário ou secundário: os valores dos documentos são considerados de acordo com a fase ou idade em que estão associados, ou seja, embora se tenha a identificação de um documento de valor secundário em uso administrativo, o empreendimento de atividades típicas a esses documentos – como descrição e difusão – apenas ocorrerão após seu recolhimento para um arquivo permanente.

O MODELO RECORDS CONTINUUM

A abordagem assente no *continuum* surgiu na Austrália, na década de 1960, por intermédio dos esforços de Maclean, Scott e Penny, no âmbito do Commonwealth Archives Office (CAO (Costa Filho, 2016). Nos anos de 1990, verificamos o renascimento dessa abordagem, vigorosamente impulsionada, em parte, pelo advento da gestão de documentos digitais.

O modelo *records continuum* foi articulado pelo australiano Frank Upward e apresentado à comunidade arquivística por meio da publicação da série de artigos *Structuring the records continuum* em 1996 e 1997, no periódico *Archives and Manuscripts*. Nesses artigos, Upward apresenta as bases e fundamentos teóricos do modelo, que estão intimamente associados à Teoria da Estruturação e de distanciamento entre espaço e tempo do sociólogo Anthony Giddens e ao Pós-Custodialismo. Com base nas referidas ideias, Upward (1996) apresenta os princípios estruturais do *records continuum*:

- um conceito que é inclusivo quanto aos documentos de valor contínuo, que reforça seu uso para propósitos transacionais, comprobatórios e de memória, e que unifica abordagens para arquivamento/manutenção de documentos, se são mantidos por uma fração de segundo ou um milênio;
- um foco nos documentos como entidades lógicas, em vez de físicas, independentemente se estes estão contidos em papéis ou em formas eletrônicas;
- a institucionalização do papel da profissão de arquivista requer uma ênfase particular sobre a necessidade de integrar o *recordkeeping* aos processos e finalidades sociais e administrativos;
- a arquivologia é a base para a organização do conhecimento sobre o *recordkeeping*.

Upward (1996) apresenta as propriedades do *records continuum* por meio de uma representação constituída de eixos, coordenadas e dimensões (Figura 1). Os quatro eixos, que sintetizam grandes temas da arquivologia: identidade, evidência, transação e *recordkeeping*, apresentam coordenadas que se vinculam por meio de dimensões, representadas no modelo, mediante círculos concêntricos.

Apresentamos uma síntese de nosso entendimento quanto aos eixos e coordenadas do modelo *records continuum* por meio do quadro a seguir.

Figura 1 – Modelo Records Continuum



Fonte: Adaptado de Upward (1996).

Quadro 1 – Síntese do entendimento sobre os eixos e coordenadas do modelo *records continuum*

Eixos		Coordenadas	
Entidades	Definição	Elementos	Definição
Recordkeeping	Meios utilizados para o registro de informações	Documento	Representação de uma ação
	Sobre atividades humanas	Documento arquivístico	Documento orgânico que se liga a outros documentos e possui contexto de produção facilmente identificado
		Arquivo	Conjunto de documentos arquivísticos de uma instituição
		Arquivos	Documentos pertencentes a muitas instituições, seja pela transferência espacial ou temporal entre instituições

Eixos		Coordenadas	
Entidades	Definição	Elementos	Definição
Evidência	Vestígios de ações, evidências fornecidas por documentos e implicações exercidas na memória institucional e coletiva	Vestígio de ação	Os sistemas de <i>recordkeeping</i> controlam documentos como vestígios de uma ação
		Evidência	Os sistemas de <i>recordkeeping</i> agregam evidência aos documentos
		Memória institucional/ individual	Os sistemas de <i>recordkeeping</i> fornecem memória às instituições
		Memória coletiva	Os sistemas de <i>recordkeeping</i> fornecem memória coletiva
Transação	Registro de atividades desempenhadas para a condução de negócios	Ato	Subcategoria de atividade
		Atividades	Subcategoria de função. Meios para a condução de negócios. Criam relações entre os documentos
		Funções	Não especificado pelo autor
		Missão	Funções de uma instituição a partir de uma perspectiva social mais ampla
Identidade	Responsáveis pela produção e uso de documentos	Ator	Não especificado pelo autor
		Unidade	Unidade organizacional a qual o ator está associado. A unidade pode ser o próprio ator
		Organização	Entidade a qual a unidade organizacional está associada. A organização pode consistir em apenas um ator ou em uma unidade organizacional
		Instituição	Institucionalização da identidade dos demais elementos com amplo reconhecimento social

Fonte: Costa Filho (2016).

Em seguida, Upward (1996) apresenta o que denomina as dimensões do modelo, que correspondem à conexão das coordenadas presentes nos eixos. De acordo com Upward (1997), as dimensões são identificadas como: criação de documentos, captura de documentos, organização da memória pessoal e institucional, e pluralização da memória coletiva.

- Primeira dimensão – Criar: sistema de comunicação prévia para a criação de documentos no âmbito de sistemas eletrônicos (criar o vestígio);
- Segunda dimensão – Capturar: sistema de comunicação posterior, por exemplo, uma funcionalidade de registro tradicional que adiciona dados para a vinculação de documentos, os dissemina e os mantém com a inclusão de dados sobre a destinação (capturar vestígio como documento);
- Terceira dimensão – Organizar: sistema que envolve a construção, rememoração e disseminação da memória institucional (organizar o documento-como-memória);
- Quarta dimensão – Pluralizar: sistema de construção, rememoração e disseminação da memória coletiva – social, cultural e histórica –, incluindo informação sobre o tipo necessário para um sistema de informação arquivística (pluralizar a memória).

Quanto à elucidação das limitações impostas à gestão de documentos digitais pelo ciclo vital dos documentos, utilizaremos a análise de McKemmish (2001), o qual estabelece que a teoria australiana, baseada no *continuum*, passou a rejeitar, conscientemente, a visão de ciclo vital dos documentos que dominou a arquivologia norte-americana durante o século XX. Já Cook (2000), salienta que o *records continuum* consiste no modelo para arquivos mais inclusivo do mundo, visto que contempla evidência e memória no mesmo eixo, dois lados inquietos da “moeda arquivística”.

O estudo da chinesa Xiaomi An (2003) sobre o modelo *records continuum* está estritamente vinculado à sua comparação com o conceito de ciclo vital dos documentos. Para a autora, as vantagens do *records continuum* sobre o ciclo vital são ainda mais sobrelevadas no âmbito da gestão de documentos digitais. O fato de o *continuum* integrar a gestão de *records* e *archives* fornece uma abordagem capaz de conectar o passado ao presente e o presente ao futuro. Essa abordagem integrada pode facilitar a proveniência, garantir o *accountability*, constituir memória, construir identidade e fornecer uma importante fonte de informações valiosas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Asseveramos que os principais aspectos do conceito de ciclo vital diferem das possibilidades proporcionadas pelo documento arquivístico digital, ou seja, o fato de o ciclo vital apregoar a gestão ao longo de estágios ou fases distintas, com procedimentos e atividades específicos para cada fase e a execução desses, geralmente, por profissionais distintos, limita as vantagens do uso do documento digital. As numerosas possibilidades proporcionadas

pelos documentos digitais, sobretudo pelo seu caráter virtual, passaram a exigir uma gestão integrada, em que o conjunto de ações tomadas sobre os documentos não fossem limitadas a um único espaço ou tempo determinados. Cabe aqui ressaltarmos que debates acerca da defesa de uma integração entre as atividades da gestão de documentos – principalmente no que diz respeito aos documentos de caráter administrativo e histórico – não tiveram como fatores impulsionadores, exclusivamente, o aparecimento dos documentos digitais. Questões, advindas do distanciamento dos profissionais *records managers* e *archivists*, das dificuldades de aplicação estrita do conceito de *record group* e do aparecimento de leis de acesso à informação, podem ser aludidas como amostras.

Ao tratar das possíveis limitações impostas pelo conceito de ciclo vital, verificamos que há uma convergência de posições dos teóricos da área que sinalizam para a necessidade de uma readaptação. Mesmo os teóricos que defendem a aplicabilidade do ciclo vital dos documentos à gestão de documentos digitais, como Luciana Duranti e Heather MacNeil, sugerem uma alteração na quantidade de fases e uma maior integração entre estas. Grande parte dos estudos analisados entende que o ciclo vital se tornou inadequado para lidar com a realidade digital. As principais limitações estão relacionadas à estrita delimitação dos procedimentos e operações técnicas dentro de cada fase, o que ocasiona, conseqüentemente, um distanciamento entre os profissionais que atuam nas etapas. As possibilidades de os documentos digitais estarem em vários locais e tempos permitem que as fases ocorram simultaneamente, não exigindo um cumprimento sistemático e sucessivo.

Como forma de minimizar tais restrições, recorreremos ao modelo australiano *records continuum*. Verificamos que as perspectivas propiciadas pelo modelo vão muito além do que um simples contraponto ao ciclo vital, isto é, não se trata apenas de um modelo proposto com o intuito de substituí-lo. Isso significa que o *records continuum* não consiste apenas em um modelo teórico, e muito menos em uma metodologia para a implementação de um programa eficiente de gestão integrada de documentos. Conforme proposto por Frank Upward, o *continuum* consiste em uma *worldview*; utilizando-nos de tradução livre, podemos compreendê-lo como uma “visão de mundo” ou um ponto de vista mais amplo. Assim, constatamos que, dentre as diversas perspectivas proporcionadas pelo modelo, uma delas é a solução para os problemas ocasionados pelas limitações do ciclo vital ante a realidade digital.

O modelo teórico proposto por Frank Upward busca sintetizar essas perspectivas e representá-las graficamente por meio de um diagrama de círculos concêntricos interceptados por eixos. Por se tratar de um modelo espaço-temporal – diferente de um modelo linear e por seguinte diacrônico, como o ciclo vital dos documentos, os documentos estão em um constante processo de devir, isto é, podem atender a diferentes propósitos ao mesmo tempo. Acreditamos que essa característica seja a que mais distingue o *records continuum* dos outros modelos que propõem a integração das fases do ciclo vital, como a abordagem canadense conhecida como Arquivística Integrada.

Interpretar o *records continuum* de acordo com o que estamos condicionados, uma leitura linear, impossibilita o entendimento dessas múltiplas finalidades. A partir da leitura linear, subentendemos que os documentos percorrem as dimensões gradualmente: associação

com outros documentos, ganho crescente de evidência, participação no cumprimento da missão institucional e posicionamento cada vez mais amplo na estrutura organizacional.

Compreendemos a visão fornecida pelo *records continuum* como fundamental para a elucidação das limitações impostas pelo ciclo vital dos documentos. As possibilidades fornecidas pelos documentos arquivísticos digitais são incomensuráveis e quaisquer fatores restritivos, no nosso entendimento, não permitirão que seu usufruto seja integral. O caráter espaço-temporal do *continuum* rompe com a linearidade e o engessamento impostos pelas fases do ciclo vital. No Brasil, embora reconhecamos que a atuação do profissional arquivista acontece sobre todo o ciclo vital dos documentos, ao contrário do que ocorria ou ocorre em outros países, parece-nos que tal fato não garante uma gestão integrada, posto que o distanciamento entre espaços e tempos é avigorado pela separação em estágios subsiste.

Referências bibliográficas

AN, Xiaomi. An integrated approach to records management. *Information Management Journal*, Overland Park, v. 37, p. 24-30, jul.-ago. 2003.

ATHERTON, Jay. From life cycle to continuum: some thoughts on the records management-archives relationship. *Archivaria*, Ottawa, n. 18, p. 43-51, 1985.

BANTIN, Philip C. Strategies for managing electronic records: a new archival paradigm? An affirmation of our archival traditions? *Archival issues: Journal of the Midwest Archives Conference*, v. 23, n. 1, p. 17-34, 1998.

BEARMAN, David. Managing the record continuum. *Archives and Museum Informatics*, Silver Spring, v. 10, n. 2, p. 133-136, 1996.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. A especificidade da informação arquivística. *Contracampo*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 21-29, 1998.

CAYA, Marcel. La théorie des trois âges en archivistique. En avons-nous toujours besoin? 2004. Disponível em: <<http://elec.enc.sorbonne.fr/conferences/caya>>. Acesso em: 24 dez. 2015.

CHELL, Robet W.; YUSOF, Zawiyah M. The records life cycle: an inadequate concept for technology-generated records. *Information Development*, Nova York, v. 16, n. 3, set. 2000.

COOK, Terry. Beyond the screen: the records continuum and archival cultural heritage. Australian Society of Archivists Conference – Beyond the screen: capturing corporate and social memory. *Papers...* Melbourne, 2000. p. 8-21.

COSTA FILHO, Cássio Murilo Alves. *Possíveis limitações do ciclo vital dos documentos ante o Pós-Custodialismo: o modelo australiano records continuum como instrumento de elucidação*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, 2016.

COUTURE, Carol. Arquivologia, os arquivistas e os arquivos no Canadá. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 147-163, nov. 2015.

CRUZ MUNDET, José Ramon. Principios, términos y conceptos fundamentales. In: CRUZ MUNDET, José Ramon (org.). *Administración de documentos y archivos: textos fundamentales*. Madrid: Coordinadora de Asociaciones de Archiveros, 2011.

DINGWALL, Glenn. Life cycle and continuum: a view of recordkeeping models from the postwar era. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (ed.). *Currents of archival thinking*. Santa Barbara: Libraries Unlimited, ABC-Clio, 2010. p. 139-161.

DOLLAR, Charles M. Archivists and records managers in the information age. *Archivaria*, Ottawa, n. 36, p. 37-52, 1993.

HEREDIA HERRERA, Antonia. *Manual de archivística básica: gestión y sistemas*. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2013.

JARDIM, José Maria. A pesquisa em arquivologia: um cenário em construção. In: VALENTIM, Marta Lúcia Pomim (org.). *Estudos avançados em arquivologia*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 135-154.

KLUMPENHOUWER, Robert. *Concepts of value in the archival appraisal literature: an historical and critical analysis*. Thesis (Master of Archival Studies) – University of British Columbia, Vancouver, 1988.

LOPES, Luís Carlos. *A nova arquivística na modernização administrativa*. 2. ed. Brasília: Projeto Editorial, 2009.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. *Interlocuções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, 2011.

MCKEMMISH, Sue. Placing records continuum theory and practice. *Archives & Museum Informatics*, Toronto, v. 1, n. 4, p. 333-359, 2001.

RIBEIRO, Fernanda. Da rquivologia técnica a rquivologia científica: a mudança de paradigma. *Revista da Faculdade de Letras – Ciência e Técnicas do Patrimônio*, Porto, v. 1, I série, p. 97-110, 2002.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. (Nova Enciclopédia, 56).

SANTOS, Vanderlei Batista dos. *A teoria arquivística a partir de 1898: em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fundamentos*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, 2011.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. *Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, 2012.

UPWARD, Frank. Structuring the Records Continuum – part one: Postcustodial principles and properties. *Archives and Manuscripts*, Sydney, v. 24, n. 2, pt. 1, p. 268-285, 1996.

_____. Structuring the Records Continuum – part two: Structuration theory and record-keeping. *Archives and Manuscripts*, Sydney, v. 25, n. 1, pt. 2, p. 10-35, 1997.

Recebido em 5/5/2016
Aprovado em 13/9/2016

A GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS COMO APOIO À PUBLICAÇÃO DE DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS

THE RECORDS MANAGEMENT STANDS FOR OPEN UP GOVERNMENT DATA

CAROLINA DE OLIVEIRA | Arquivista na Autoridade Pública Olímpica (APO). Membro da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE), do Conselho Nacional de Arquivos. Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos pela UNIRIO/RJ. Graduada em Arquivologia pela UFSM/RS.

RESUMO

Neste artigo, reflete-se sobre qual seria a fonte dos dados governamentais, disponibilizados pelo governo brasileiro, para o reuso dos cidadãos. Com a premissa de que documentos arquivísticos também são fontes desses dados, compreendemos que a gestão arquivística de documentos apoia a publicação de dados governamentais abertos, visando dar transparência às ações da administração pública.

Palavras-chave: gestão arquivística de documentos; dados governamentais abertos; arquivologia.

ABSTRACT

The open data initiative has been used by government for transparency of government actions and for society's participation at government decisions. One of the sources of government data are the records produced by the government that have to be managed with the archival science principles. In this paper we have made a reflexion about records management standing for open up government data.

Keywords: records management; open government data; archival science.

RESUMEN

Los gobiernos están adoptando la iniciativa de los datos abiertos para la transparencia de sus acciones y para la participación de los ciudadanos. Los documentos de archivo son una de las fuentes de los datos abiertos. La reflexión para entender el apoyo de la gestión de los documentos de archivo para la publicación de los datos abiertos gubernamentales es necesaria.

Palabras clave: gestión de documentos; datos abiertos gubernamentales; arquivología.

INTRODUÇÃO

O acesso à informação pública tem sido exigido pelos cidadãos, visando ao monitoramento e à cobrança pelo cumprimento das ações governamentais estabelecidas, principalmente em períodos de campanhas eleitorais. Os governos – nas esferas municipal, estadual e federal –, por sua vez, utilizam-se de atos normativos e de recursos de tecnologias da informação e comunicação (TICs) para atender a essa demanda da sociedade.

No caso brasileiro, com relação aos atos normativos, tivemos a publicação da lei nº 12.527/2011 (a Lei de Acesso à Informação) e do decreto n. 7.724/2012, que a regulamenta, (re)assegurando o direito de acesso à informação pública, também previsto na Constituição de 1988 – a Constituição cidadã. Recentemente, foi instituída a “política de dados abertos do Poder Executivo federal” pelo decreto n. 8.777/2016.

Outra ação foi a adesão à Parceria para Governo Aberto (OGP, na sigla em inglês) que estabelece a elaboração de um plano de ação para Governo Aberto, com as atividades a serem desenvolvidas para estimular a transparência governamental e promover o combate à corrupção. No 1º plano de ação brasileiro, foi definida a elaboração do “Portal brasileiro de dados abertos”, no âmbito do governo federal, como centralizador dos dados governamentais publicados para reuso dos cidadãos.

Dessa forma, o governo brasileiro buscou cumprir, via transparência ativa, com a prerrogativa de que sigilo é a exceção para os documentos e informações públicos, aderindo ao movimento internacional de abertura dos governos de caráter democrático.

Com a premissa de que documentos arquivísticos, produzidos no âmbito das administrações públicas, também são uma das fontes de dados governamentais – outras fontes são bases de dados (BD) e *Application Programming Interface* (API), este artigo pretende contribuir para um entendimento sobre a relevância da gestão arquivística de documentos apoiar a publicação desses dados para reuso do cidadão, pois em seu arcabouço estão contemplados a política arquivística, o programa de gestão e preservação de documentos, a implantação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis (RDC-Arq). Com isso, a produção, o uso, a manutenção e a destinação de documentos arquivísticos são realizados num ambiente apropriado para assegurar que sejam autênticos, confiáveis, acessíveis – qualidades essenciais também para os dados governamentais abertos.

GOVERNO ABERTO E DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS

Nos países em que o regime democrático é exercido em sua forma plena ou parcial, os governos têm aderido à iniciativa de governo aberto (*open government*) com o objetivo de dar transparência às suas ações e obter a participação e a colaboração dos cidadãos para a definição de políticas públicas condizentes às necessidades de uma sociedade.

Antes de prosseguirmos com nossa reflexão, faz-se pertinente salientar que os ideais de governo eletrônico e governo aberto, ainda que minimamente, se diferenciam. No primeiro, prevalece o uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) para agilizar os proces-

tos de trabalho e para a transparência das ações governamentais; já no segundo, também através do uso das TICs, o que se pretende é ter o cidadão atuando na construção das ações e políticas de governos.

Em ambas as iniciativas, de governo eletrônico e de governo aberto, ao cidadão é oferecido um “lugar” para inserir-se nas discussões governamentais, a fim de apontar sua visão para as políticas públicas apropriadas ao seu dia a dia, à sua vida.

Em 21 de janeiro de 2009, por exemplo, Barack Obama, presidente dos Estados Unidos, publicou o *Memorandum for the Heads of Executive Departments and Agencies – Transparency and Open Government*. A diretiva desse *Memorandum* é que há um comprometimento da administração de Obama para com a abertura das ações governamentais: “[...] Nós trabalharemos juntos para assegurar a confiança pública e estabelecer um sistema de transparência, participação pública e colaboração. A abertura fortalecerá nossa democracia e promoverá eficiência e eficácia ao governo” (The White House, 2009, tradução nossa).

A decisão de líderes políticos eleitos em aderir à proposta de abertura de suas ações governamentais relaciona-se ao “movimento aberto”, o qual expande-se para acesso aberto, governo aberto, arquivo aberto, repositório aberto, dado aberto, dado governamental aberto, conhecimento aberto e outras iniciativas vindouras. Mas qual a compreensão de *aberto*?

Entendemos que a definição do termo *aberto* (*open*) adotado no contexto do “movimento aberto” não está delimitada. O que ocorre é uma transposição de ideias adotadas em diferentes segmentos, como aponta a *Open Definition*, parte integrante da Open Knowledge Foundation (OKF):

A Open Definition apresenta o significado de “aberto” com relação a conhecimento, promovendo um espaço em que qualquer pessoa pode participar, e a interoperabilidade é maximizada. [...] Esse significado, essencialmente, condiz com aquele adotado para software em Open Source Definition e é sinônimo de “livre” ou “libre” como em Definition of Free Cultural Works. A Open Definition inicialmente foi derivada da Open Source Definition que, por sua vez, derivou-se das Debian Free Software Guidelines (Open Definition, tradução nossa, grifos nossos).

Essas derivações apontadas pela OKF refletem o ideário de uma sociedade civil engajada em movimentos de cultura livre, cultura digital, Web 2.0, visando à construção do conhecimento com liberdade e de forma compartilhada. Assim, o que depreendemos é que qualquer obra intelectual publicada, principalmente em ambiente digital, não deveria conter restrições que pudessem cercear a ampliação do conhecimento nas diferentes áreas de interesse dos indivíduos de uma sociedade.

O engajamento de uma sociedade nas questões que lhe são de interesse tem sido facilitado com o uso das TICs e os governantes de países com caráter democrático não estão alheios a isso, posto que decidem pela iniciativa de governo aberto. No entanto, será que compreendem o que é um “governo aberto” ou seria uma adesão apenas por modismo?

A noção de governo aberto está baseada em três eixos essenciais: transparência, participação e colaboração. De acordo com Calderón e Lorenzo (2010),

um governo aberto é aquele que estabelece um constante diálogo com os cidadãos com a finalidade de ouvir o que eles têm a dizer e solicitam; que toma decisões com base nas necessidades e preferências deles; que facilita a colaboração dos cidadãos e dos funcionários no desenvolvimento dos serviços que presta; e que comunica tudo o que decide e faz de forma aberta e transparente (Calderón; Lorenzo, 2010, p. 11, tradução nossa).

A estratégia dos governos de se aproximarem dos cidadãos, de maneira a estimulá-los a colaborar nas decisões referentes às ações governamentais, representa uma tentativa de dizer “– Nós governamos em prol de nossa sociedade, com a sua própria colaboração”. Isso significaria o cidadão contribuir com sugestões, análises e críticas antes de uma ação governamental ser aprovada por um dos três poderes – Executivo, Legislativo Ou Judiciário. O Brasil, representado pelo Poder Executivo federal, ingressou nas temáticas “governo aberto” e “dados governamentais abertos” a partir de 2011. No entanto, desde o ano 2000 promove a transparência quanto aos gastos públicos.

A lei complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, “estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências” (Brasil, 2000). No capítulo IX, seção I, orienta quanto à transparência da gestão fiscal da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sendo compreendidos os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e o Ministério Público. De acordo com Vieira (2012, p. 137), essa lei complementar é “um dos grandes marcos” para o processo de transparência ativa e acesso à informação pública.

Nesse mote da transparência das ações governamentais e acesso à informação pública, o Poder Executivo federal tomou outras iniciativas, dentre elas, a disponibilização do “Portal da transparência”, destacado nacional e internacionalmente (Vieira, 2012, p. 146). Devido a isso, o Brasil foi convidado a copresidir – 2011-2012 – a iniciativa *Open Government Partnership* (OGP); em português, Parceria para Governo Aberto.

A OGP é uma iniciativa internacional, lançada em 2011, de adesão voluntária, que busca o compromisso dos governos quanto à transparência, ao combate à corrupção e à prestação de contas aos cidadãos. Para o seu comitê deliberativo, conta com a participação de representantes de governos e de organizações da sociedade civil. Os governos integrantes da Parceria devem estar de acordo com os princípios por ela definidos para obtenção do seu objetivo, que é

assegurar compromissos concretos dos governos para promover a transparência, dar poder aos cidadãos, combater a corrupção e adquirir novas tecnologias para fortalecer a governança. Com o espírito de colaboração múltipla, a OGP é supervisionada por um comitê gestor que inclui representantes de governos e de organizações da sociedade civil (*Open Government Partnership*, 2013, tradução nossa).

Um dos comprometimentos que os países-membros da Parceria assumem é a definição de um plano de ação de dois anos. O Brasil já elaborou dois planos e, para junho de 2016, previa-se a aprovação do terceiro plano de ação, conforme consta na página da Parceria para Governo Aberto, do governo federal (Brasil, governo federal, 2016). Em tais documentos, são elencadas as atividades a serem cumpridas pelo governo brasileiro a fim de atingir os objetivos preconizados pela OGP.

No primeiro plano de ação do Brasil, foi definido o desenvolvimento de um portal para a Internet com o objetivo de ser a principal referência para publicação e reuso dos dados governamentais de órgãos do Poder Executivo federal. Em 2011, foi lançado o Portal Brasileiro de Dados Abertos (<<http://dados.gov.br/>>).

A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), foi a responsável pelo desenvolvimento do Portal em conjunto com outros órgãos públicos, instituições não governamentais e representantes da sociedade civil. Trata-se de um modelo de atuação condizente com as propostas das iniciativas de governo aberto e de dados abertos.

Os governos dos Estados Unidos, Reino Unido, Canadá e Nova Zelândia, a fim de tornarem acessíveis as informações públicas, foram alguns dos primeiros países a adotarem dados abertos, fazendo com que a temática começasse a assumir destaque a partir de 2009 (Open Knowledge Foundation) e, desde então, vem afirmando-se nas agendas políticas de diferentes governos, inclusive o brasileiro. Porém, o que é dado aberto?

O ato de publicar um conjunto de dados para reuso de qualquer pessoa vai além do *upload* do arquivo digital na rede de Internet: há que se optar por uma licença (De Robbio, 2013) a fim de autorizar aquilo possível de ser feito com tal conjunto de dados. Conforme a OKF, as seguintes condições devem ser atendidas para que uma “obra” seja considerada aberta para sua distribuição: 1) adotar licença aberta, dispor de acesso total, usar formato aberto; 2) as licenças abertas *devem* satisfazer condições quanto à permissão de uso; redistribuição; modificação; separação de partes do todo; compilação, sem discriminação de pessoas ou grupos; propagação, uso para qualquer propósito e sem cobrança de taxas; 3) as licenças abertas *podem* ter condições aceitáveis quanto a: atribuições de direitos, integridade, compartilhamento sob a mesma licença, notificação sobre direitos autorais, modificação de fonte, proibição de restrição técnica e *non-aggression*.

Para dado aberto, a principal definição é difundida pela Open Knowledge Foundation (OKF), no manual *Open Data Handbook*: “dado que pode ser livremente usado, reutilizado e redistribuído por qualquer pessoa – sujeito apenas à atribuição de crédito àquele que publicou o dado e à condição de publicar também como dado aberto o resultado da combinação entre dados” (Open Knowledge Foundation, tradução nossa).

De acordo com Hall et al. (2012, p. 10, tradução nossa), o dado aberto é definido por critérios e, assim, um *dataset*¹ é um dado aberto se: “1. disponibilizado *on-line*; 2. publi-

1 No glossário da International Business Machine – IBM (2015), é definido como “uma coleção de dados, normal-

cado em formato aberto legível por máquina; e 3. a licença permite o reuso por outras pessoas”.

O Open Data Institute apresenta que um bom dado aberto (*good open data*)

- é possível de ser conectado de um ponto a outro, podendo facilmente ser compartilhado e referenciado.
- é acessível em um padrão, formato estruturado, podendo facilmente ser processado [por máquina].
- tem acessibilidade e consistência garantidas continuamente, então outras pessoas podem confiar nele.
- é rastreável, através de qualquer processamento, direto na fonte, então outros podem descobrir se ele é verdadeiro (Open Data Institute, 2013, Guides, tradução nossa).

Com enfoque em governança, transparência e *accountability*, os governos de diferentes países têm adotado iniciativas de dados governamentais abertos (*open government data*). De acordo com material de divulgação do World Wide Web Consortium (W3C), “dados abertos governamentais são a publicação e disseminação das informações do setor público na Web, compartilhadas *em formato bruto e aberto*, compreensíveis logicamente, de modo a permitir sua reutilização em aplicações digitais desenvolvidas pela sociedade” (World Wide Web Consortium, 2012, grifo nosso).

No ano de 2007, na cidade de Sebastopol, na Califórnia, Estados Unidos da América, um grupo internacional de ativistas para governo aberto elencou os oito princípios a serem adotados para dados governamentais abertos: completos, primários, atuais, acessíveis, compreensíveis por máquina, não discriminatórios, não proprietários e licenças livres (Public.Resource.Org, 2007).

A participação e a colaboração dos cidadãos para um governo aberto vêm do desejo de ter conhecimento e de atuar em toda e qualquer ação promovida por seus governantes, baseando-se na satisfação de que suas contribuições tributárias estão sendo bem empregadas. De outro lado, os governantes – em sua retórica – prezam pela participação social nas discussões e decisões governamentais e, por sua vez, utilizam-se de instrumentos com essa finalidade, tais como as consultas públicas realizadas de tempos em tempos pelos diferentes órgãos públicos e a publicação de conjuntos de dados governamentais.

Para nós, com relação à publicação de dados governamentais, existe a preocupação sobre como as fontes primárias desses dados têm sido gerenciadas, especialmente os documentos arquivísticos digitais.

mente na forma de linhas (registros) e colunas (campos) e contidos num arquivo ou tabela de banco de dados” (tradução nossa).

A GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS

Ao iniciarmos os estudos acerca dos dados governamentais abertos, um dos questionamentos levantados dizia respeito a qual seria a fonte desses dados. Verificamos, por meio de pesquisa bibliográfica, que as comumente utilizadas são bases de dados (BD) e Application Programming Interface (API).

Para uma coleção de dados relacionados, num ambiente computacional, é atribuído o termo “base de dados” ou “banco de dados”. Segundo Alves (2009), o BD é “um conjunto lógico e ordenado de dados que possuem algum significado, e não uma coleção aleatória sem um fim ou objetivo específico [e] é construído e povoado com dados que têm um determinado objetivo, com usuários e aplicações desenvolvidas para manipulá-los” (Alves, 2009, p. 22-23).

Para Takai, Italiano e Ferreira (2005, p. 15), uma base de dados representa uma parte do mundo real e “tem alguma fonte de dados, algum grau de interação com eventos do mundo real e uma audiência que está ativamente interessada no seu conteúdo”. Esse aspecto do mundo real e um público interessado no que contém uma BD condiz com seu uso pela iniciativa de dados abertos.

A outra fonte de dados adotada nas iniciativas de dados abertos é a *Application Programming Interface* (API) – em português, Interface de Programação de Aplicativos. Uma API “é o conjunto de padrões de programação que permite a construção de aplicativos” para que as diferentes funções de um sítio ou um sistema operacional, por exemplo, sejam interligadas e, assim, executadas de forma imperceptível pelo usuário (Ciriaco, 2009). Desse modo, as linhas de comando de um objeto digital estão contidas numa API.

Cabe destacarmos que uma base de dados ou uma API também podem ser reconhecidas como um documento arquivístico digital, a partir do resultado da análise diplomática desses objetos digitais que, se afirmativo, passam a ser objetos da gestão arquivística de documentos.

Temos presenciado que o uso de tecnologias para produção, uso, manutenção, preservação e acesso de documentos em ambiente digital estimulou revisitações sobre o campo teórico da arquivologia. Por exemplo, na gestão de documentos, passaram a ser implantados sistemas informatizados para o cumprimento de sua finalidade, aos quais

[...] é essencial a inclusão de requisitos de natureza arquivística desde o momento da concepção desses sistemas, tornando-se imprescindível o cuidadoso controle ao longo de todo o seu ciclo vital, de modo a garantir a autenticidade, a fidedignidade, a integridade e a acessibilidade (Indolfo, 2013, p. 54).

O conceito de gestão de documentos, nos anos de 1940, foi cunhado com uma “visão mais administrativa do que arquivística” em países de origem anglo-saxônica. Na mesma década, Philip C. Brooks² incrementa a tal conceito o ciclo de vida dos documentos que, então, passa a

2 Philip Coolidge Brooks (1906-1977) foi arquivista, gestor de documentos e professor, atuando no Arquivo Na-

ser difundido e aplicado nas práticas de tratamento dos documentos (Indolfo, 2013, p. 44-46).

Segundo a Unesco (apud Indolfo, 2013, p. 48), gestão de documentos é definida como a “área da administração geral com vistas a assegurar a economia e a eficácia das operações desde a criação, manutenção e utilização, até a destinação final dos documentos”.

A gestão de documentos tem por finalidade estudar os fluxos de trabalho para a criação de documentos; racionalizar a produção de documentos; otimizar o trabalho corporativo; definir a guarda permanente ou eliminação de documentos. Porém não há um posicionamento único dos especialistas sobre o início e o fim da gestão de documentos, nem sobre as funções que a integram, ocasionando diferentes abordagens acerca do tema (Heredia Herrera, 2007, p. 92).

Na mesma linha de raciocínio, Indolfo diz que

não se pode falar de gestão de documentos como um conceito único e de aplicação universal, uma vez que na sua elaboração e no seu desenvolvimento contribuíram diversos fatores, em que se destacam a tradição arquivística, e também a administrativa, e um contexto histórico e institucional. Não se pode falar, ainda, de um modelo de gestão de documentos, mas de diversidades que se produziram com as práticas em diferentes países (Indolfo, 2013, p. 46).

No Brasil, a lei n. 8.159, em seu art. 3º, define gestão de documentos como “o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando à sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente” (Brasil, 1991).

O conceito de gestão de documentos teve sua gênese a partir de uma visão administrativa e não arquivística. Essa visão ainda é mantida, principalmente, nas áreas de administração e informática quando da decisão pelo desenvolvimento de sistemas informatizados para gestão de documentos em ambiente digital; o que se tem em consideração por essas áreas é a economia de espaço físico (iniciativas “papel zero”) e a agilidade na busca e acesso à informação. Ressalte-se que desses sistemas informatizados poucos contemplam requisitos mínimos aplicáveis aos documentos arquivísticos.³

O documento arquivístico apresenta características que o diferencia de dado, informação e documento. Segundo Duranti (apud Rondinelli, 2013, p. 185) ele é “todo documento produzido por uma pessoa física ou jurídica no curso de uma atividade prática como instrumento e subproduto dessa atividade”.

Dentre as suas características de forma fixa, conteúdo estável, relação orgânica, contexto identificável, ação e cinco pessoas (autor, redator, destinatário, originador e produtor – essas

cional, na Society of American Archivists e na American University (Washington D. C.).

3 Os requisitos mínimos obrigatórios para um sistema de gestão arquivística de documentos (Sigad) são apresentados no *e-ARQ Brasil: modelo de requisitos para sistemas de gestão arquivística de documentos* (Conarq, 2009).

duas últimas especificamente do documento arquivístico digital), destacamos a relação orgânica e a participação numa ação como imprescindíveis ao documento arquivístico.

Se um bom dado aberto, conforme indica o Open Data Institute (2013), “tem acessibilidade e consistência garantidas continuamente, então outras pessoas podem *confiar* neles” e “é rastreável, através de qualquer processamento, direto na fonte, então outros podem descobrir se ele é *verdadeiro*”, assim compreendemos que a gestão arquivística de documentos apoia a publicação de dados governamentais abertos.

Nós chegamos a esse entendimento, porque, por meio da definição de uma política arquivística, de um programa de gestão e preservação de documentos e da implantação de um repositório arquivístico digital confiável (Conarq, 2015), têm-se conjuntos documentais autênticos, confiáveis, únicos e acessíveis.

CONCLUSÃO

Os arquivos sempre foram objeto de obscurantismo, de esconderijo, de desova. No passar dos séculos e com mudanças significativas do contexto político-social de diferentes nações, os arquivos (como conjuntos documentais) têm sido relevantes nas questões de acesso à informação, especialmente nas esferas governamentais.

O que depreendemos das retóricas dos órgãos de governo é que com a adesão a iniciativas do movimento aberto, como “governo aberto” e “dados governamentais abertos”, e o uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs), um país soluciona suas questões quanto à corrupção e eficiência na prestação de serviços aos seus cidadãos.

O Brasil está alinhado com as iniciativas internacionais e tem avançado para a abertura governamental à sua sociedade. Outro passo foi dado, em 11 de maio de 2016, com a publicação do decreto n. 8.777, que institui a “Política de dados abertos no Poder Executivo federal”. Mas nessa política, a respeito das fontes de dados abertos, não houve referência à gestão de documentos de acordo com os preceitos da arquivologia. Também não foram citados os arquivos correntes, a partir dos quais deveriam ser criados os *datasets* atualizados para o reuso dos dados governamentais pelo cidadão. Então, como estão sendo asseguradas as qualidades de um bom dado aberto?

O que observamos no cenário brasileiro é a adesão às iniciativas de “governo aberto” e de “dados governamentais abertos” de uma forma pragmática, sem a reflexão necessária dos conceitos e preceitos de cada iniciativa. Um exemplo é a expressão “dado governamental aberto” que, em nosso entendimento, é uma redundância, pois conforme a Lei de Acesso à Informação, documentos e informações (os quais contêm dados) de governo são públicos, logo, abertos aos cidadãos.

Consideramos, também, que, por não haver tal reflexão, a ênfase dessas iniciativas tem sido dada sob o referencial das tecnologias de informação e comunicação (TICs), e os dados governamentais são produzidos no âmbito das atividades desenvolvidas pelos órgãos públicos e estão contidos em base de dados, APIs ou documentos arquivísticos digitais (e também os não digitais). Recordamos que uma BD ou uma API podem ser

reconhecidas como documentos arquivísticos e, assim, ser objeto da gestão arquivística de documentos.

Neste artigo, não tivemos a pretensão de esgotar a temática e, sim, por meio de análise baseada em revisão de literatura, contribuir para o início de uma discussão, na qual os princípios da arquivologia também contribuem para que os pilares de um governo aberto, isto é, em que transparência, participação e colaboração correspondam às demandas de seu principal interessado: o cidadão brasileiro.

Referências bibliográficas

ALVES, William Pereira. *Banco de dados: teoria edesenvolvimento*. São Paulo: Editora Érica, 2009.

BRASIL. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 26 ago. 2016.

_____. Lei complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 25 set. 2014.

_____. Decreto n. 8.777, de 11 de maio de 2016. Institui a política de dados abertos do Poder Executivo federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8777.htm>. Acesso em: 28 maio 2016.

_____. (governo federal). *Confira a metodologia do 3º plano de ação*. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2016/confira-a-metodologia-do-3o-plano-de-acao>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

CALDERÓN, César; LORENZO, Sebastián (coord.). *Open Government: Gobierno Abierto*. Granada: Algón Editores; Ivaté: MMX, 2010. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/39496858/Open-Government-Gobierno-Abierto>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

CIRIACO, Douglas. *O que é API?* TecMundo – Grupo No Zebra Network Ltda., 2009. Disponível em: <<http://www.tecmundo.com.br/programacao/1807-o-que-e-api-.htm>>. Acesso em: 29 maio 2016.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Conarq). *Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos – e-Arq Brasil*. Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 2009. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/resultado-de-busca.html?q=modelo+de+requisitos+para+sistemas+de+gest%C3%A3o+arquiv%C3%ADstica+de+documentos&Search=>>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

_____. Resolução n. 43, de 4 de setembro de 2015. Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 2015. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/legislacao/resolucoes-do-conarq/335-resolucao-n-43,-de-04-de-setembro-de-2015>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

DE ROBBIO, Antonella. *Dati aperti nella Pubblica Amministrazione tra crescita e trasparenza*. DigItalia Web, 2013. Disponível em: <<http://digitalia.sbn.it/article/view/718>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

HALL, Wendy et al. *Open data and charities*. The Web Science Trust, 2012. Disponível em: <http://eprints.soton.ac.uk/341346/1/Open_Data_and_Charities.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2014.

HEREDIA HERRERA, Antonia. *¿Qué es un archivo?*. Gijón: Ediciones Trea, 2007. 136 p.

INDOLFO, Ana Celeste. *Dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos na Administração Pública Federal (2004-2012)*. 2013. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2013.

INTERNATIONAL BUSINESS MACHINE (IBM). *Terminology*, 2015. Disponível em: <<http://www-01.ibm.com/software/globalization/terminology/d.html>>. Acesso em: 23 jun. 2015., tradução nossa).

OPEN DATA INSTITUTE. *What makes data open?* London, 2013. Disponível em: <<http://theodi.org/guides/what-open-data>>. Acesso em: 6 dez. 2013.

OPEN DEFINITION 2.1. [2016]. Disponível em: <<http://opendefinition.org/od/>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

OPEN GOVERNMENT PARTNERSHIP. *What is open government partnership?* Disponível em: <<http://www.opengovpartnership.org>>. Acesso em: 29 nov. 2013.

OPEN KNOWLEDGE FOUNDATION (OKF). *Open data handbook – What is open data?* Disponível em: <<http://opendatahandbook.org/guide/en/what-is-open-data/>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

PUBLIC.RESOURCE.ORG. *8 Principles of Open Government*. Sebastopol, 2007. Disponível em: <https://public.resource.org/8_principles.html>. Acesso em: 27 ago. 2016.

RONDINELLI, Rosely Curi. *O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisitação conceitual necessária*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

TAKAI, Osvaldo Kotaro; ITALIANO, Isabel Cristina; FERREIRA, João Eduardo. *Introdução a banco de dados* (apostila). São Paulo: DCC-IME-USP, 2005. Disponível em: <<http://www.ime.usp.br/~jef/apostila.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2016.

THE WHITE HOUSE. Office of the Press Secretary. *Memorandum for the Heads of Executive Departments and Agencies: Transparency and Open Government*, 2009. Disponível em: <http://nsarchive.gwu.edu/news/20090121/2009_transparency_memo.pdf>. Acesso em: 31 maio 2015.

VIEIRA, Vânia Lúcia Ribeiro. Transparência e acesso à informação no âmbito do governo federal brasileiro. In: RESENDE, André (org.). *Governo brasileiro no futuro: sugestões e desafios para o Estado (2012-2022)*. São Paulo: Cubzac, 2012.

WORLD WIDE WEB CONSORTIUM – W3C. *Dados abertos governamentais*. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.w3c.br/divulgacao/pdf/dados-abertos-governamentais.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

Recebido em 29/5/2016

Aprovado em 8/9/2016

A GESTÃO PÚBLICA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL NA CIDADE DE OEIRAS PI ENTRE 2012 E 2014

PUBLIC MANAGEMENT OF HISTORICAL AND CULTURAL HERITAGE IN OEIRAS-PI CITY BETWEEN 2012 AND 2014

ANA CECÍLIA SARAIVA DE ALEXANDRIA | Graduada em bacharelado em Direito pelo Instituto Camillo Filho, em Teresina - PI. Especialização em direito público pela AVM - Faculdade Integrada

RESUMO

O presente artigo objetiva analisar como poder público e comunidade podem promover a manutenção do patrimônio histórico-cultural de Oeiras. Para isso, recorreu-se a fontes, como: pesquisas, leis, resoluções, julgados, entrevista. Buscou-se definir conceitos e leis ligados ao tema, verificando-se os mecanismos a serem utilizados na proteção patrimonial. Por fim, observaram-se medidas para se preservar os bens da cidade.

Palavras-chave: preservação; patrimônio; Oeiras-PI; gestão pública.

ABSTRACT

The article examines how the Government and the community promote the maintenance of historical and cultural heritage of Oeiras. For this, we use memorialists, laws, resolutions, judged interview. It sought to define concepts and laws related to the subject, checking the mechanisms to be used for asset protection. Finally, there are measures to preserve the assets of the city.

Keywords: conservation; heritage; Oeiras-PI; public management.

RESUMEN

El artículo examina cómo el Gobierno y la comunidad promueven el mantenimiento del patrimonio histórico y cultural de Oeiras. Por ello utilizamos memorialistas, leyes, resoluciones, juzgados, entrevista. Definimos los conceptos y leyes relacionadas con el tema, la comprobación de los mecanismos que se utilizarán para la protección de activos. Por último, observamos medidas para preservar el patrimonio de la ciudad.

Palabras clave: conservación; patrimonio; Oeiras-PI; gestión pública.

A cidade de Oeiras foi a primeira capital do Piauí, e é um importante polo cultural do estado. Devido a isso, a cidade possui grande diversidade e numerosos bens históricos que são um registro “vivo” da história piauiense.

A situação precária em que se encontram alguns desses bens e a falta de uma gestão pública adequada justifica o intuito deste estudo, colaborando com informações tanto para a cidade, como para a população brasileira como um todo, que precisa ser conscientizada e orientada sobre os benefícios da conservação e registro da história de seu povo.

Sentimos que uma população com identidade se desenvolve sobre os registros de memória que se perpetuam, seja ela por fatores forjados politicamente ou por fruto do sentimento da coletividade. Aproveitamos, também, a crescente revalorização da memória e com ela o “direito e o dever de memória reivindicados por inúmeros grupos sociais e políticos” (Seixas, 2004, p. 51) que sempre contribuem para essas permanências de identidade e fluxos de direitos.

O principal problema levantado é a indagação de como o poder público municipal, juntamente com a comunidade, pode promover a manutenção do patrimônio histórico-cultural da região. A partir desse problema, o principal objetivo do artigo será analisar e delimitar os meios de conservação do patrimônio que já foram e os que podem vir a ser empregados para garantir a preservação dos bens de Oeiras.

O patrimônio que será tratado no presente artigo abrange apenas os bens materiais, principalmente as casas, edificações, praças, igrejas, prédios públicos etc., que fazem parte do patrimônio material histórico do município. Essa análise e delimitação serão trabalhadas no decorrer do estudo por meio da definição de conceitos e leis ligados ao patrimônio histórico-cultural e da importância acerca da existência desse patrimônio, além da discussão do papel do poder público e da comunidade na preservação deste patrimônio, em um primeiro momento.

Em um segundo momento, os mecanismos legais e administrativos e as garantias constitucionais que podem ser utilizados pelos entes públicos e pelos cidadãos na busca pela proteção do patrimônio serão verificados.

Por último, serão observadas as medidas que devem ser aplicadas para melhor se garantir a manutenção dos aspectos históricos e culturais dos bens da cidade de Oeiras e as que já foram implementadas para essa manutenção (conservação) pelos órgãos competentes pela proteção do patrimônio. Serão também identificados os bens que já foram tombados na cidade e alguns exemplos de bens que já se perderam.

A metodologia empregada consistirá em pesquisa bibliográfica dos fundamentos do direito público que abrangem legalmente a proteção ao patrimônio cultural; a pesquisa de legislação específica e a observação das tramitações de pareceres e resoluções do Iphan e da Fundac piauienses, acerca do tombamento de bens culturais na cidade de Oeiras-PI; a leitura de produção historiográfica para organização do conhecimento histórico e para contextualização; a investigação sobre projetos de lei e propostas do poder Legislativo que resultaram na intenção de conservar os aspectos histórico-culturais do município, a realização de entrevistas por meio da metodologia de história oral para obtenção de informações sobre a

gestão e preservação do patrimônio do município pelos responsáveis e representantes de órgão públicos, entre outros.

CONSIDERAÇÕES SOBRE PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E SUA IMPORTÂNCIA

Ao se falar em patrimônio histórico, precisamos ter a consciência de que o mesmo faz parte de algo maior, e que está englobado pelo patrimônio cultural, que é sinônimo de meio ambiente cultural.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 conceitua o patrimônio cultural brasileiro em seu art. 216. Tal patrimônio compreende três elementos que o definem, e dentre eles está o patrimônio histórico-material. Carlos Lemos define de forma bem clara que este patrimônio histórico corresponde “às construções antigas e seus pertences representativos de gerações passadas [...]” (Lemos, 1981, p. 7). Sendo assim, representa a memória social, a identidade de uma comunidade, que pode se reconhecer a partir de seus bens, edificações e objetos que retratam a sua história.

Com o surgimento dessa consciência de preservação, nasce a indagação do que deve ser preservado. No entanto, essa questão torna-se um pouco delicada, posto que muitos desses bens foram modificados pelo ser humano no decorrer do tempo, na busca de uma adaptação ao meio social atual. Diante disso, torna-se quase impossível preservar um bem que já não tenha sido alterado pela sociedade. Isso não é algo ruim, pois, segundo Raglan Gondim, a cidade é mutante e mutável, não havendo como ela se congelar no tempo; ela sempre estará em constante mudança. O que se deve garantir é que essa mudança não prejudique a manutenção do patrimônio histórico local.¹

No município de Oeiras, existem vários bens históricos que foram anteriormente descaracterizados da sua aparência original, não sendo mais possível recuperar essa originalidade ou as características que o identificam como um bem de uma determinada época. O que resta fazer é tentar manter esse bem o mais conservado possível e com a aparência em que se encontra atualmente.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 possui vários artigos que tratam da proteção ao meio ambiente e ao patrimônio histórico-cultural, bem como do dever de preservá-los. Há muitas maneiras de atuação da comunidade no que diz respeito à preservação: a melhor atitude que se pode tomar é sempre fiscalizar e informar o poder público (inclusive o Ministério Público) de qualquer irregularidade verificada no processo de proteção ao patrimônio. Além disso, o cidadão pode propor abaixo-assinados e até interpor ação popular. Entretanto, para que a comunidade tenha esse tipo de iniciativa, faz-se necessária

1 Raglan Gondim é arquiteto da Superintendência do Iphan, no estado do Piauí, e concedeu entrevista a respeito do Iphan e sua atuação na preservação dos bens históricos de Oeiras.

uma verdadeira educação ambiental. Carlos Lemos comenta que existe uma “deseducação coletiva” quando se trata de proteção ao patrimônio cultural.

[...] a falta de esclarecimento popular sobre a importância da preservação de nosso Patrimônio, para não dizermos deseducação coletiva. Esse é um dado brasileiro e daí a formulação de mais uma regra: a preservação aqui entre nós depende fundamentalmente da elucidação popular, um caminho já percorrido por outros países [...] (1981, p. 84)

O princípio da informação, no direito ambiental, relaciona-se com essa questão da educação ambiental. A União e os estados devem incentivar a conscientização da população, sempre colocando à disposição as informações relativas ao meio ambiente.

Além do princípio da informação, existe o princípio da função socioambiental da propriedade. Conforme o art. 1.228, §1º do Código Civil de 2002, o dever de preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico está incluído na noção dessa função.

Diante do que já foi exposto, torna-se incontestável a importância da atuação da comunidade e do poder público. O art. 215 da Carta Magna determina a ação do governo na garantia do acesso à cultura, dispondo que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

Todos os entes, tanto federais como estaduais e municipais, têm um papel a cumprir nessa luta pela preservação cultural; mas é irrefutável que o desempenho local dos municípios, junto com os moradores, é a mais necessária dentre as ações do poder público, que está em contato direto com o patrimônio histórico da cidade e terá maior consciência do que é melhor para a salvaguarda de tal riqueza. O art. 30, IX, da nossa Constituição corrobora esse dever dos órgãos administrativos locais, definindo a sua competência para “promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual”.

A Secretaria de Cultura de Oeiras é o principal órgão municipal ligado a essa atividade de preservação, visto que não há uma instituição que trate somente de patrimônio histórico na cidade. A partir de projetos, parcerias e fiscalizações, a Secretaria pode promover grandes resultados nessa incumbência.

Ainda tratando sobre a atuação local, o Ministério Público também se inclui nessa participação, sendo imprescindível na missão da proteção em debate. Ele é o maior parceiro no incentivo da política de preservação do patrimônio, e possui todos os meios para impulsionar o envolvimento da comunidade, das escolas, dos órgãos públicos etc. Igualmente, o Ministério Público é o sujeito ativo da ação civil pública, uma das principais medidas processuais cabíveis na proteção do meio ambiente, conforme previsão constitucional (art. 129 da Constituição Federal).

Em âmbito federal, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é a autarquia dedicada à salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro.

O IPHAN tem uma árdua tarefa de preservar o patrimônio cultural brasileiro. Essa preservação é entendida no seu macro sentido [...] O IPHAN, desde a sua origem, possui também uma linha de atuação vinculada à educação. E o fomento seria o incentivo à pesquisa e à publicação dessa pesquisa. Assim como o acolhimento de pesquisadores, através de incentivos e convênios. (Gondim, 2014)

A missão do Iphan consiste em promover e ao mesmo tempo fiscalizar os entes públicos e a comunidade na preservação do patrimônio cultural, permitindo que os cidadãos fortaleçam os laços de identidade e memória social. Ele também possui uma função educativa, incentivando qualquer pessoa, física ou jurídica, a promover pesquisas e projetos que possam beneficiar a preservação cultural. Muitas vezes, possui dificuldades de gestão, pois a população, em boa parte, desconhece que a relação estabelecida com o Instituto pode ser muito proveitosa.

No estado do Piauí, a Fundação Cultural do Piauí (Fundac) também atua na proteção e preservação do patrimônio. Com o objetivo de desenvolver e divulgar a cultura no estado, age muitas vezes em conjunto com o Iphan e com os municípios.

MEDIDAS PROCESSUAIS E ADMINISTRATIVAS NA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL

No direito brasileiro, há várias formas de se proteger o meio ambiente cultural de forma concreta. Existem medidas processuais e administrativas que podem ser tomadas, tanto pelo cidadão como pelo poder público, a fim de garantir a preservação do patrimônio.

AÇÃO POPULAR

É um forte remédio constitucional e uma das maiores ferramentas da democracia, visa à defesa de interesse de natureza coletiva e não individual. A ação popular impõe ao poder público o dever de prestar contas; e tem o cidadão como sujeito ativo. Tais ações são regulamentadas pela lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965. O art. 5º, inciso LXXIII da Constituição Federal de 1988 determina:

Art. 5º. [...] LXXIII – qualquer cidadão é parte legítima para propor *ação popular que vise a anular ato lesivo* ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e *ao patrimônio histórico e cultural*, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência. (grifos nossos)

A ação popular tem natureza preventiva, pois visa evitar dano decorrente de ato irregular do poder público. O Ministério Público também tem participação importante nessa ação,

cumprindo-lhe examinar se estão presentes os pressupostos e as condições da ação e se a relação processual se instaurou validamente. Poderá manifestar-se contrariamente ao postulado, mas apenas ao final da ação [...]. Se o autor desistir da ação e o Ministério Público [...] entender conveniente, assumirá o polo ativo da demanda. (Rosa, 2010, p. 172)

Cumpre salientar que apenas o cidadão pode figurar como polo ativo nesta ação; nenhuma pessoa jurídica poderá fazer o mesmo.

A legitimação para figurar no polo ativo da ação popular ainda é demasiadamente restrita, visto que não autoriza o seu ajuizamento por pessoas jurídicas, o que é lamentável. [...] visto que os órgãos e entes ambientais da administração pública, bem como o Ministério Público, jamais possuirão uma estrutura suficiente para manter uma fiscalização eficiente sobre todas as atividades e empreendimentos empresariais. (Beltrão, 2008, p. 93-94)

Como dito anteriormente, a ação popular pode ser preventiva, mas também poderá ser de natureza repressiva; “será preventiva quando visar impedir a consumação de um ato lesivo ao patrimônio [...]. Será repressiva quando já há um dano causado ao patrimônio público” (Paulo; Alexandrino, 2010, p. 97).

Esse instrumento constitucional é gratuito. Apesar da previsão constitucional e legal dessa importante ação, surge a indagação de quão efetiva ela pode ser, se a população não tiver o devido acesso e conhecimento das leis. Como os cidadãos poderão interpor ação popular, se eles não tiverem consciência dos seus direitos e da legitimação para propô-la? Através dessa indagação, mais uma vez se confirma a necessidade e importância do acesso a uma educação ambiental e a uma educação de forma geral, em todos os aspectos e áreas de conhecimento.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

A ação civil pública é regida pela lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina em seu preâmbulo “a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico”.

Assim como a ação popular, é uma ação de natureza coletiva, pois visa proteger bens de interesse do povo. O sujeito ativo desta ação é o Ministério Público, bem como a Defensoria Pública; a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios; autarquias, empresas públicas, fundações ou sociedades de economia mista; e associações, conforme art. 5º da citada lei. As associações precisam cumprir os requisitos do inciso V do referido art. 5º, devendo estar constituída há pelo menos um ano nos termos da lei civil; e incluir, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. Embora a maioria das

proposituras seja realizada pelo Ministério, estes entes também são competentes e importantes na proteção do patrimônio histórico. Além disso, qualquer pessoa, física ou jurídica, de direito público ou privado, tem legitimidade passiva, podendo sofrer interposição de uma ação civil pública e ser condenada a responder por danos morais e patrimoniais causados ao meio ambiente cultural.

A pessoa que for responsabilizada por danos ao patrimônio, poderá ser condenada a pagar indenização ou a cumprir obrigação de fazer ou não fazer. Por exemplo, no caso de uma pessoa que pretende realizar ou realiza construção irregular em área tombada, ela poderá ser condenada a interromper a construção e pagar indenização no caso de um possível dano ao bem.

É importante salientar que os ministérios públicos da União, do Distrito Federal e dos estados podem atuar conjuntamente no polo ativo da ação, em situação de litisconsórcio facultativo (art. 5º, §5º, da lei nº 7.347/85).

Os entes competentes pela propositura da ação civil pública podem, antes de ingressar com a mesma, ou durante o seu curso, tentar interromper ou evitar ato ilícito ou irregular de pessoa física ou jurídica, através do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que constituirá título executivo extrajudicial. Por meio deste termo, a pessoa terá que passar a agir corretamente, a fim de não causar prejuízos ao patrimônio. Assim dispõe o art. 5º, §6º, da lei nº 7.347: “Art. 5º. [...] §6º Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial”.

Mesmo nas ações que não tiverem sido interpostas pelo Ministério Público, este tem o dever de atuar como fiscal da lei: “[...] porque atua em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127), deve comparecer em todas as ações coletivas que detenham tais características, seja como autor ou como fiscal da lei” (Rosa, 2010, p. 192).

TOMBAMENTO

Há numerosas medidas administrativas que podem ser tomadas na proteção e preservação do patrimônio cultural. O art. 216, em seu §1º, da Carta Magna, prevê tais medidas: “Art. 216. [...] §1º – O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”.

O tombamento “é a declaração editada pelo poder público acerca do valor histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, turístico, cultural ou científico de bem móvel ou imóvel com o fito de preservá-lo” (Rosa, 2010, p. 109). Ele tem o propósito de preservar a memória coletiva, tentando evitar que certos bens sejam deteriorados ou descaracterizados.

Os bens que podem ser tombados são os bens móveis ou imóveis, que tenham valor cultural ou valor natural (rios, serras, cachoeiras etc.). No caso de tombamento de bens culturais de valor histórico, os mesmos serão inscritos no Livro do Tombo Histórico que é um dos quatro Livros do Tombo, conforme art. 4º do decreto-lei nº 25/37.

Após a ocorrência do tombamento, os bens passam a sofrer certas restrições. Consultando o menu “Perguntas frequentes”, no site do Iphan, verifica-se que os bens móveis e imóveis tombados não poderão ser destruídos ou mutilados, nem reparados, pintados ou restaurados sem a prévia autorização deste órgão, e estão sujeitos à vigilância permanente do mesmo, que poderá inspecioná-los sempre que for julgado conveniente, não podendo os respectivos proprietários ou responsáveis criar obstáculos à inspeção.

Essa determinação está de acordo com o art. 17 do decreto-lei nº 25/37. Na cidade de Oeiras, os principais órgãos responsáveis por essa fiscalização são o Iphan e a Fundac, podendo contar também com a colaboração da Prefeitura e da Secretaria de Cultura Municipal.

É necessário deixar bem claro que, embora os bens tombados não possam ser destruídos ou descaracterizados, isso não significa dizer que os proprietários particulares dos mesmos não possam modificá-los, vendê-los ou alugá-los (art. 12, decreto-lei nº 25/37). Para isso, estes devem entrar em contato com o ente responsável pelo tomo para que ambos definam como se deve proceder e o que pode ou não ser feito com relação ao bem. Só porque um bem é tombado não significa dizer que ele é imodificável. O que não pode ser feito é mudá-los de forma aleatória, sem uma orientação adequada, realizada pelo Iphan ou demais entes responsáveis.

Percebe-se assim, que o tombamento não é uma medida que prejudique as pessoas que tenham posse dos bens. Pelo contrário, seu intuito é preservá-los, sem necessariamente impossibilitá-los de fazerem as modificações necessárias. No entanto, há uma mítica de que o tomo é algo prejudicial àqueles que possuem suas posses tombadas, “Todo tombamento é entendido como um gravame altamente prejudicial. Daí, também, o fato da maioria das preservações legais incidirem sobre bens de uso público [...], já que disso não resulta reclamação de ninguém [...]” (Lemos, 1981, p. 109).

Qualquer pessoa, física ou jurídica, pode solicitar o tombamento de bens aos órgãos competentes. Esse tombamento poderá ser voluntário ou obrigatório. O decreto-lei nº 25/37 trata tanto do processo de tombamento como de seus efeitos. Ao consultá-lo, podemos ter ciência de tudo o que deve ser e o que não deve ser feito com relação às propriedades tombadas.

A GESTÃO PÚBLICA DOS VESTÍGIOS PATRIMONIAIS NO MUNICÍPIO DE OEIRAS-PIAUI

A cidade de Oeiras, localizada no centro-sul do estado do Piauí, foi elevada à condição de monumento nacional, por meio da lei nº 7.745, de 30 de março de 1989.

Por ter sido a primeira capital piauiense, Oeiras possui um grande valor histórico e cultural. Com a declaração de monumento nacional, esse valor tornou-se legalmente reconhecido.

Antes disso, no final da primeira metade do século XX, a cidade deu início a uma série de pequenas transformações que a deixaram com os aspectos mais próximos aos da atualidade. A Era Vargas empreendeu um intenso movimento de modernização dos espaços urbanos nas principais cidades brasileiras, incentivando o desenvolvimento do rádio, a criação de hospitais e, no âmbito social, implementou modificações na educação, nos direitos trabalhistas, e aproveitou as parcerias políticas com intelectuais para reformulação de iniciativas

histórico-culturais como, por exemplo, a criação do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Sphan).

Essas preocupações com progresso eram típicas talvez, se assim pudermos apreender, do que Marshall Berman (2007) chamou de “sensibilidade moderna”. Essa sensibilidade moderna é resultado “de agitação e turbulência, aturdimento psíquico e embriaguez, expansão das possibilidades de experiência e destruição das barreiras morais e dos compromissos pessoais, autoexpansão e autodesordem” (Berman, p. 27).

É nesse período que o romancista oeirense José Expedito Rêgo narra um diálogo que representa a opinião da sociedade da época, uma oposição dualista de representação social sobre a noção do que entendiam como patrimônio histórico e sua utilidade. Comenta ele que o novo prefeito nomeado pelo recém-empossado interventor do estado² “estava demolindo o que sobrou da antiga Cadeia e Câmara Municipal, obra do visconde da Parnaíba, um século antes, para construir um conjunto de prédios novos, um cinema, um bar, um sobrado moderno” (Rêgo, 1995, p. 9). As opiniões se dividiam: havia aqueles que, embebedos pelo desejo de ver a cidade se modernizar, acreditavam na ideia de ver a prefeitura “aparelhar e explorar o cinema”; e os que, diante da preocupação com os elementos históricos e, portanto, identitários da cidade, discordavam disso por acharem que o “prédio velho da Cadeia deveria ser restaurado, é um monumento histórico” e que “poderia servir de museu” (Rêgo, 1995, p. 10).

A interlocução mostra exemplo das diferentes formas de se perceber o espaço pela sociedade desde os anos de 1940, quando começa a se desenvolver no Brasil essa noção de “dever de memória”. Para Pierre Nora (1998, p.18), “a passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir a sua identidade pela revitalização da sua própria história”. Assim, entendemos que, desde essa época, as opiniões da sociedade civil eram divididas entre a importância da preservação do patrimônio histórico da cidade e a modernização da mesma, resultantes da construção de novos prédios, no lugar dos antigos.

Em 26 de janeiro de 2012, o tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras foi realizado pelo Iphan. Anteriormente, apenas alguns bens isolados haviam sido tombados pela Instituição e pela Fundac. Esse tombamento foi um grande passo na preservação do patrimônio histórico-cultural da cidade, visto que protege um número variado de bens, e não apenas edificações isoladas que ficavam em contraste com casas e prédios mais modernos ao seu redor:

Em função de seu valor histórico da primeira capital do Piauí, entre 1939 e 1940, o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico tombou isoladamente três bens em Oeiras: a ponte Grande, o sobrado João Nepomuceno e a igreja Catedral Nossa Senhora da Vitória. Quando do tombamento em conjunto, em 2012, a proposta foi abranger uma área

2 Leônidas de Castro Melo (1897-1981) foi indicado interventor no Piauí por Getúlio Dorneles Vargas e governou o estado entre 1935 e 1945.

ampla do Centro Histórico que incluía alguns dos trechos mais antigos da cidade [...].
(Lima; Pinheiro, 2014, p. 4)

Com o conjunto histórico tombado, o que resta fazer é promover a fiscalização, manutenção e restauração do mesmo. Então, essa gestão deve ser constante e feita a cinco mãos: pelo governo federal, por meio do Iphan; pelo governo estadual, por intermédio da Fundac; pela Prefeitura Municipal de Oeiras com a Secretaria de Cultura; pelo Ministério Público, e pela população. A importância da comunidade deve ser retomada mais uma vez. As pessoas que possuem imóveis tombados sempre podem contar com as orientações do Iphan e dos outros órgãos competentes, e possuem, inclusive, a possibilidade de receber apoio financeiro para manter seus bens tombados. Há duas formas de se obter esse suporte. Uma delas é mediante o art. 19 do já citado decreto-lei nº 25:

Art. 19. O proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a necessidade das mencionadas obras [...].

A outra maneira é por uma linha de financiamento, proveniente, do governo federal, e que está sendo implementada em várias cidades. Tal linha corresponde ao financiamento de imóveis privados dentro de uma área tombada, e consiste na possibilidade de os donos dos mesmos receberem o valor de R\$ 50 mil reais, disponíveis para serem utilizados em pequenas reformas, ajustes no comércio que possuem na área tombada, consertos de instalações elétricas, pinturas e esquadrias etc. (Gondim, 2014).

É imprescindível que a população sempre siga as devidas orientações de preservação de seu patrimônio cultural. Mais algumas medidas a serem tomadas pela comunidade e pelo poder público são:

uma casa localizada dentro do Conjunto Histórico pode ser alterada; mas, mediante critérios de preservação e de restauração. Se um morador também quiser construir um imóvel em um terreno localizado dentro da paisagem tombada, ele também poderá construir mediante regras que assegurem a preservação desta paisagem e assegurem [sic] também essa nova construção. O que não se pode fazer é qualquer construção aleatória. Essa, sim, pode danificar a estrutura da paisagem tombada. (Gondim, 2014)

Dessa forma, qualquer alteração realizada em um centro histórico tombado deve estar compatível com a paisagem do local. O contexto histórico do conjunto deve ser salvaguardado e priorizado, não podendo ser modificado com as novas construções que vierem a ser realizadas. Observa-se que há certa liberdade no que diz respeito a possíveis reformas e construções na área tombada de Oeiras. No entanto, deve-se atentar nas restrições impostas a fim de que o ambiente histórico do local seja preservado, como, por exemplo, no que diz respeito às cores dos imóveis tombados.

Esses pequenos detalhes garantem a preservação do patrimônio. Se tais medidas houvessem sido tomadas antes, muitos bens de Oeiras, que se perderam no tempo ou que foram destruídos, poderiam ter sido mantidos. Esta é uma realidade que acontece em todo o Brasil. O país ainda deixa muito a desejar no que diz respeito ao cuidado e incentivo cultural.

Rogério Newton Sousa denuncia,³ em sua obra *Ruínas da Memória*, um exemplo de bem que possuía um grande valor histórico e social para Oeiras e que se deteriorou até ser derrubado:

[...] a cidade de Oeiras experimenta, silenciosamente, a sensação de ver muitos de seus casarões antigos completamente arruinados pela corrosão do tempo e dos homens. Dentre as construções antigas, ressalta, pela evidência dos escombros, a Casa das Armas, localizada na Praça da Vitória [...]. Construída no final do século XVIII, para ser Casa de Câmara, a Casa das Armas recebeu este nome por sediar, depois de 1809, o comando da milícia portuguesa [...]. Posteriormente, a velha casa abrigou outra importante instituição portuguesa, a Junta da Fazenda Real, o tesouro português na província. (Sousa, 1993, p. 23)

A descrição do autor possibilita a constatação da relevância histórica da Casa das Armas. Logo adiante, na mesma obra, Rogério Newton nos relata que a casa, que já estava em condições bastante precárias, foi derrubada por boatos de que a Prefeitura de Oeiras pretendia mantê-la da forma como se encontrava. Ele afirma que as “circunstâncias em que as ruínas da Casa das Armas desapareceram são ridículas [...] Logo ao tomar conhecimento do boato, o proprietário, ou herdeiros, mandaram derrubar tudo, com medo de um tombamento. No lugar das ruínas, ficou um muro”. (1993, p. 45)

Citando mais um exemplo, ainda existe outra casa de grande importância para a cidade que foi bastante descaracterizada pelo governo municipal:

Há uma omissão histórica das administrações municipais (que se estende ao legislativo municipal) no que diz respeito ao disciplinamento para construção de obras públicas ou privadas, ou alteração das já existentes, situadas dentro do perímetro histórico. Para ficar só num exemplo, no início da década de 70, a Prefeitura Municipal mandou alargar o beco da Praça da Vitória que dá acesso ao Rosário, sacrificando alguns metros da casa de Antônio Gentil. A obra representou uma das maiores perdas do patrimônio histórico da cidade. (Sousa, 1993, p. 9).

3 Esse termo foi utilizado por acreditar que o livro de Rogério Newton Sousa contenha uma coletânea de artigos e crônicas que possuam a denúncia como objetivo principal. Por meio de seus textos, Rogério alertava a população e o poder público acerca da deterioração do patrimônio histórico da cidade.

Além dessa grande perda, existiram muitas outras. Com o tombamento do conjunto histórico e paisagístico de Oeiras, ocorreu um grande salto na política de proteção do patrimônio histórico-cultural do município. Mas o processo de tombamento em si não é suficiente.

O Iphan, sem nenhuma dúvida, é o órgão que mais tem operado em Oeiras. O Plano Nacional de Cultura (PNC) é um plano federal que visa à aplicação de estratégias e políticas culturais a fim de “orientar o desenvolvimento de programas, projetos e ações culturais que garantam a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural existente no Brasil”.⁴

O Monumenta é outro programa do Ministério da Cultura que também visa preservar, recuperar e manter o patrimônio, atuando em cidades históricas protegidas pelo Iphan. Esse programa fornece recursos através do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural.

Oeiras já participa do Monumenta, tendo como intermediário o governo estadual, por meio da Fundac. Resta saber se os dois órgãos (prefeitura e Fundac) estão atuando no sentido de garantir que este programa tenha plena eficácia.

Outra medida de suma importância no processo de proteção cultural é a criação de leis municipais que visem efetivar tal proteção. Oeiras ainda não conta com uma lei assim. Observe-se que a edição de uma lei, muitas vezes, é um dos primeiros passos na salvaguarda de algum direito.

Por fim, cumpre registrar a existência de um instituto que já desempenhou, exaustivamente, uma forte política de proteção em Oeiras. O Instituto Histórico de Oeiras, criado na década de 1970, já publicou vários artigos e crônicas que tratavam do patrimônio da cidade, fazendo também várias solicitações ao poder público no que tange à preservação desse patrimônio. Apesar das medidas de proteção que vêm sendo implementadas em Oeiras, o município ainda é carente de políticas de preservação do patrimônio cultural. Essa ausência não é um problema localizado, o Brasil como um todo não possui tais políticas públicas.

As medidas necessárias para se criar tais políticas nunca se efetivam concretamente e não geram um resultado definitivo. Diante dessa problemática, para que um município faça uma gestão eficaz, é preciso, primeiramente, que promova a criação de políticas públicas de preservação. Em Oeiras, é a Câmara de Vereadores, com o apoio da Prefeitura, dos órgãos de preservação e das Secretarias ligadas a essa atividade, que pode decretar essas políticas públicas.

A partir do momento em que as pessoas se identificarem como sujeitos da história, formadores de valores e costumes, se conscientizarão da importância histórica e social de seus bens e de sua cultura. A memória é que gera a identidade social e cultural de um grupo de pessoas, de um povo; e não há valor maior do que essa identidade.

4 Informação coletada no menu “Perguntas frequentes relacionadas ao PNC” no sítio do Ministério da Cultura.

Referências Bibliográficas

BELTRÃO, Antônio F. G. *Manual de direito ambiental*. São Paulo: Método, 2008.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BRASIL. Constituição Federal. Ato das disposições constitucionais transitórias. *Lex: legislação federal e marginalia*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. Decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. *Lex: coletânea de legislação – edição federal*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 2 ago. 2014.

_____. Lei n. 4717, de 29 de junho de 1965. Regula a ação popular. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 jul. 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4717.htm>. Acesso em: 12 ago. 2014.

_____. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 10 ago. 2014.

_____. Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 jul. 1985. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7347orig.htm>. Acesso em: 12 ago. 2014.

_____. Lei n. 7.745, de 30 de março de 1989. Eleva a cidade de Oeiras, no estado do Piauí, à condição de monumento nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 31 mar. 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1989_1994/L7745.htm>. Acesso em: 30 ago. 2014.

GONDIM, R. Entrevista concedida a Ana Cecília Saraiva de Alexandria. Teresina/PI, 14 de março de 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Perguntas frequentes*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/perguntasFrequentes?pagina=3>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

LEMONS, Carlos A. C. *O que é patrimônio histórico?*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LIMA, Ariane dos Santos; PINHEIRO, Áurea Paz. Histórias, vidas e patrimônios: bens patrimonializados e a comunidade de Oeiras-Piauí. Encontro Nacional de História Oral, 12, 2014, Teresina. *Anais... Teresina*, 2014. Disponível em: <<http://www.encontro2014.historiaoral.org.br/site/anaiscomplementares>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

MINISTÉRIO DA CULTURA (Brasil). *Perguntas frequentes relacionadas ao PNC*. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc>>. Acesso em: 1º ago. 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, nov. 1998.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. *Resumo de direito constitucional descomplicado*. 3 ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Forense; Método, 2010.

RÊGO, José Expedito de Carvalho. *Os caminhos da loucura*. Teresina: Júnior, 1995

ROSA, Márcio Fernando Elias. *Direito Administrativo*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (res)sentimento*: indagações sobre uma questão sensível. 2 ed. Campinas, SP: Unicamp, 2004.

SOUSA, Rogério Newton de Carvalho. *Ruínas da memória*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1993.

Recebido em 15/5/2016

Aprovado em 3/10/2016

CIRANDA DA ARQUIVOLOGIA EM TORNO DO SEU OBJETO CIENTÍFICO PASSOS E (DES)COMPASSOS DE CONCEITOS, PRINCÍPIOS, TEORIAS, MÉTODOS E DISCURSOS

RING-A-RING O'ROSE, THE ARCHIVAL SCIENCE RINGING AROUND ITS SCIENTIFIC OBJECT

THE COMINGS AND GOINGS OF ITS CONCEPTS, PRINCIPLES, THEORIES, METHODS AND DISCOURSES

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. *A construção do objeto científico na trajetória histórico-epistemológica da Arquivologia*. São Paulo: ARQ-SP, 2015. 288 p. (Thesis, 3)

ANGELICA ALVES DA CUNHA MARQUES | Professora do curso de Arquivologia e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (UnB). Arquivista, mestre e doutora em Ciência da Informação (UnB).

O livro *A construção do objeto científico na trajetória histórico-epistemológica da Arquivologia* é um desdobramento da notável tese desenvolvida por sua autora, Clarissa Schmidt, na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (USP), concluída em 2012 e premiada pela Associação dos Arquivistas Brasileiros (2013), no âmbito do Prêmio Maria Odila Fonseca. Sua orientadora, a professora Johanna Smit, o prefacia, ao referendar a relevância do seu tema e ao destacar o cuidado da autora na apresentação das várias nuances do objeto científico da arquivologia.

De fato, esse cuidado perpassa toda a obra, mediante rigorosa análise de muitas obras clássicas, modernas e contemporâneas da arquivologia, disciplina semelhantemente classificada por Schmidt nesses três períodos, a partir da proposta de Fourez (1995), que entende que uma disciplina passa por três fases: pré-paradigmática, paradigmática e pós-paradigmática. O livro é por ela didaticamente dividido em seis capítulos, complementados com uma rica lista de referências bibliográficas, que remete à densa pesquisa bibliográfica realizada, e dois apêndices (questionário e roteiro de pesquisa utilizados na tese).

Sua pesquisa se justifica a partir das diferentes e diversas classificações atribuídas à natureza do conhecimento da arquivologia e de necessidades práticas presentes nas bases do saber arquivístico, que dificultam investigações mais aprofundadas sobre a disciplina e a sua epistemologia; das diferenças terminológicas, de tradução e das estruturas jurídicas e administrativas próprias de cada país e de cada época, as quais culminam em indefinições teóricas e metodológicas; e da subordinação da arquivologia à ciência da informação, por alguns estudiosos, na perspectiva da informação como possível objeto das duas disciplinas.

Na introdução, Schmidt contextualiza o problema da sua pesquisa e apresenta os seus constructos teóricos para o que demarcará os passos e (des)compassos da ciranda da arquivologia em torno do seu objeto científico entre fazeres e saberes: as funções arquivísticas, as teorias, os métodos, os conceitos e os princípios arquivísticos são anunciados para adiante serem retomados histórica e epistemologicamente conforme visões variadas de diversos estudiosos da área em cantigas de afirmação, negação ou ressignificação desse objeto. A autora se posiciona quanto à natureza do conhecimento da arquivologia diante das várias classificações que recebe como uma ciência, disciplina ou técnica, entendendo-a como uma ciência em construção, sinônimo de disciplina científica, cuja produção científica é dinâmica conforme os constantes processos de mudanças. Demonstra a relevância do tema proposto, recorrendo à definição de “campo científico” de Bourdieu (2004) para apresentar a configuração e a perenidade de diversas concepções do objeto científico da arquivologia, que perpassam o seu desenvolvimento, especialmente no Brasil. Nessa perspectiva, a formação da autora em ciências sociais parece conduzir o seu cuidado em situar os diferentes contextos sociais, culturais, políticos, econômicos e tecnológicos nos quais a disciplina se constrói internacional e nacionalmente.

No primeiro capítulo, com o objetivo de compreender as diferentes concepções e definições do objeto científico da arquivologia, a autora retoma e apresenta os já anunciados significados e conceitos de ciência, disciplina e técnica, situando-a entre seus saberes e fazeres (como o próprio título do capítulo anuncia e o pressuposto de que a arquivologia se constrói como um saber a partir de um fazer), como uma ciência social aplicada (a partir de uma realidade social) moderna e/ou pós-moderna, inclusive quanto às relações da disciplina com a ciência da informação. Desse modo, a autora apresenta diversas definições quanto à natureza do conhecimento arquivístico, classificando-as pelos países de origem dos autores estudados.

A pesquisadora parte da publicação *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos* (Muller et al., 1960), lembrando a sua importância, segundo diversos estudiosos da área, como “um marco de ‘entrada’ da arquivologia no campo científico” (Schmidt, 2015, p. 36) e segue lembrando outras publicações que marcariam a trajetória científica da arquivologia, isto é, a “tecnologia intelectual”¹ desta disciplina no sentido de pensar os problemas de organização, preservação, guarda e acesso aos documentos de arquivo.

A fase pré-paradigmática da arquivologia é, então, compreendida entre o final do século XVIII, com a Revolução Francesa, até meados da década de 1940, com o período que sucede a Segunda Guerra Mundial (o período anterior diz respeito, segundo a autora, à História dos Arquivos). Essa fase, que corresponde à Arquivologia Clássica, é marcada pela centralização dos arquivos; sua apresentação para os cidadãos em decorrência da Revolução; ideia de ar-

1 A autora também trabalha a questão da “tecnologia documental”, apoiada na definição de Favier (1979): “desenvolvimento tecnológico e seu reflexo nos suportes nos quais as informações estão sendo registradas e nas maneiras em que os documentos estão sendo elaborados” (Schmidt, 2015, p. 147).

quivo como instituição e serviço; publicação do *Manual dos Holandeses*, de Hilary Jenkinson, de Eugenio Casanova e de Adolf Brenneke; elaboração e disseminação de princípios científicos, dos quais se destaca o da proveniência; implantação das primeiras escolas de formação técnica; reflexões acerca das diferenças entre o trabalho realizado nos arquivos e nas bibliotecas; repercussão das ideias de Otlet acerca da bibliografia e da documentação; e pelo documento de arquivo como objeto que embasaria a Disciplina.

A fase paradigmática, por sua vez, configura-se a partir de meados dos anos 1940 até meados da década de 1980 e se relaciona à Arquivologia Moderna, caracterizada pelas contribuições de Schellenberg; pela institucionalização acadêmica da Disciplina; pela criação do Conselho Internacional de Arquivos (CIA); pelo desenvolvimento de teorias como a *Teoria das Três Idades*; e pelo entendimento do documento de arquivo como objeto indutor de reflexões no âmbito da comunidade científica arquivística, especialmente nas dimensões científica e administrativa, direcionadas à gestão.

Por fim, a fase pós-paradigmática relaciona-se à Arquivologia Contemporânea, ou seja, ao período a partir de meados dos anos 1980, quando as tecnologias passam a ter presença nas atividades cotidianas e o documento de arquivo aparece em sua versão digital, trazendo novos questionamentos para a Disciplina.

O capítulo seguinte, *Por uma história dos Arquivos e da Arquivologia*, se dedica a apresentar os processos históricos dos arquivos, sua importância, seus usos e valores que perpassam a “Arqueologia do saber”² da ciência em construção, no período clássico. Schmidt traz várias perspectivas, conforme a literatura italiana, alemã, francesa, americana, portuguesa e espanhola, para apresentar periodizações diversas dessa história, a partir das quais reapresenta a sua, inspirada em Fourez (1995).

Como representantes da Arquivologia Clássica, a autora aponta Jenkinson e o seu *Manual de Administração de Arquivo*, o qual, segundo ela, ao abordar a “verdade arquivística” dá razão científica para a área com o respeito ao contexto de criação do documento, às suas funções, à sua imparcialidade e autenticidade. Além do estudioso inglês e dos holandeses, ela lembra as contribuições de Casanova e Brenneke na consolidação do fazer e do saber científico da arquivologia, bem como dos desdobramentos do princípio da proveniência.

Ainda no segundo capítulo, Schmidt apresenta a institucionalização do Arquivo Nacional do Brasil, as iniciativas quanto à formação profissional desta instituição e no âmbito do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP).

O capítulo três dedica-se à apresentação da Arquivologia Moderna, período compreendido por Schmidt como paradigmático e marcado por preocupações com os documentos administrativos vertiginosamente produzidos, reconhecidos como “documentos modernos” pelos estudiosos da época. A autora enfatiza as abordagens americanas (com destaque para

2 Tomamos emprestada uma expressão de Foucault (2005) que não é utilizada pela autora, mas que nos parece traduzir o seu propósito de compreender “o estabelecimento de práticas e técnicas (*fazeres*), a construção de *saberes* e suas influências para com o estabelecimento ‘oficial’ de um campo científico” (Schmidt, 2015, p. 32).

Schellenberg e a sua teoria para a avaliação, assim como a distinção americana entre *records* e *archives*) e australianas (realçando as contribuições de Peter Scott e do sistema de séries, além das preocupações da Austrália com os documentos digitais ao ampliar reflexões teóricas), nos movimentos do campo científico da arquivística para lidar com os “novos problemas” dos seus fazeres e saberes. Nesse cenário, apresenta as origens e repercussões da Teoria do Ciclo de Vida e/ou Teoria das Três Idades, bem como o documento de arquivo para além do seu valor histórico como responsável por conferir identidade à área.

Nesse capítulo, Schmidt retoma as origens da ciência da informação e discorre sobre as suas relações com a biblioteconomia e a documentação. Apresenta o cenário brasileiro do período estudado, ainda carente do saber arquivístico e caracterizado por necessidades em atender às demandas relacionadas aos documentos.

No quarto capítulo, a autora busca apresentar a Arquivologia Contemporânea nos seus diferentes contextos e nas suas diversas abordagens de ressignificação de teorias, métodos, funções e princípios arquivísticos, diante da realidade, com menos fronteiras, muros e papel.

Seu texto transita entre as abordagens custodiais (tradicionais) e pós-custodiais/pós-modernas e são apresentadas as propostas australianas do *Records Continuum*; da arquivística integrada canadense; da viragem de paradigma portuguesa rumo à perspectiva pós-custodial; da arquivística funcional/pós-moderna de Terry Cook; da diplomática arquivística/temporânea e dos estudos de tipo documental liderados por Luciana Duranti e pelo *Grupo de trabajo de archiveros municipales de Madrid*.

O capítulo cinco, por sua vez, reúne diferentes abordagens do objeto científico da arquivologia a partir da revisão de literatura realizada por Schmidt - em torno do arquivo como conjunto de documentos de arquivo -; do documento de arquivo; da informação orgânica registrada; da informação arquivística; da informação social; e da informação gerada pelos processos administrativos e organizada com vistas a recuperar o contexto (*Process-bound information*).

No sexto capítulo, é analisada a institucionalização acadêmica e científica da arquivologia no Brasil, tendo, como pano de fundo, concepções de professores e pesquisadores participantes da I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (Reparq), além da pesquisa bibliográfica que perpassa toda a obra. Assim, o “lugar” da arquivologia no campo científico brasileiro é situado, tendo em vista a compreensão do discurso científico atribuído por esses atores.

Nessa perspectiva, a classificação da arquivologia em relação à ciência da informação, na Tabela de Áreas do Conhecimento (TAC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), é analisada e questionada pela autora, mediante os avanços científicos do campo arquivístico no Brasil.

A proposta de Schmidt é plenamente cumprida, ao criticamente contribuir com uma criteriosa, rigorosa e articulada leitura de obras estrangeiras e brasileiras que conjugam a formulação e a consolidação da epistemologia da arquivologia em torno do seu objeto científico, numa ciranda que avança e recua entre passos e (des)compassos de conceitos, princípios, teorias, métodos e discursos arquivísticos.

Algumas reflexões da autora que perpassam seu estudo ainda merecem ser destacadas. Dentre elas, o percurso histórico e o lugar científico da arquivologia em relação à ciência da informação, que já existia antes desta disciplina; a “entrada” tardia do Brasil no campo científico dos arquivos, com uma construção científica mais institucional do que derivada de reflexões nos campos do fazer e do saber; a coexistência de abordagens para as realidades dos arquivos que refletem constantes interferências do contexto nos seus fazeres; a necessidade de manutenção da garantia dos elementos que fundamentam a área, independentemente da abordagem que se dê ao objeto da arquivologia; o reconhecimento de quem produz o documento, por que, para que, quando, onde, como, bem como seus trâmites e vínculos que caracterizam o “material de arquivo”, representado no documento de arquivo, o qual singulariza a arquivologia diante de outras áreas; a identificação de diferentes definições, pouca fundamentação e várias interrogações em torno do objeto científico da arquivologia pela sua comunidade, o qual necessita ampliar sua definição diante dos progressos da tecnologia documental.

Certamente, os passos e (des)compassos dessa ciranda não podem ser simplificados ao discurso do documento de arquivo *versus* informação arquivística, trazendo questões que perpassam avanços da comunidade arquivística rumo à autonomia científica da arquivologia e pausas quanto a problemas teóricos, terminológicos, conceituais e a apropriações acríicas de perspectivas informacionais em relação aos fundamentos da Área.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004.

FAVIER, J. Arquivos, memória da humanidade. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 5-7, abr. 1979.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUREZ, G. *A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências*. São Paulo: UNESP, 1995.

MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. *Manual de arranjo e descrição*. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960.

Recebido em 16/5/2016

Aprovado em 1/7/2016

RESENHA

PRESERVAR, ESCONDER, MENTIR E CALAR

OS ARQUIVOS DA REPRESSÃO NO BRASIL

PRESERVE, HIDE, LIE AND HUSH

THE ARCHIVES OF REPRESSION IN BRAZIL

FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 237 p.

FRANCISCO ALCIDES COUGO JUNIOR | Professor substituto do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); bacharel em Arquivologia pela UFRGS; licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande; mestre em História pela UFRGS e presidente da organização Arquivistas sem Fronteiras do Brasil.

Dono de respeitável e congratulada carreira no jornalismo (três prêmios Esso, dois Vladimir Herzog), o mineiro Lucas Figueiredo tem autoridade para escrever sobre temáticas envolvidas por mistério e segredo. Seu primeiro livro, *Morcegos negros* (Record, 2000), desnudou a rede de envolvidos no chamado “escândalo PC Farias”; o segundo, *Ministério do silêncio* (Record, 2005), remontou a história dos serviços secretos brasileiros, com precisão de dados e forte riqueza documental. Em 2005, Figueiredo trouxe à tona o conteúdo do *Orvil*, um livro até então mantido incógnito. A publicação, que teve sua circulação proibida pelo então presidente José Sarney, conta a versão dos militares sobre a ditadura iniciada em 1964. Através de seu achado, o autor foi convidado a integrar a equipe de pesquisadores da Comissão Nacional da Verdade (2012-2014), trabalho no qual obteve dados, documentos e depoimentos, agora em parte reunidos em *Lugar nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura* (Companhia das Letras, 2015).

O novo livro de Lucas Figueiredo inaugura a coleção Arquivos da Repressão no Brasil, coordenada pela historiadora Heloísa Maria Starling, da Universidade Federal de Minas Gerais. Entre novembro de 2012 e julho de 2013, Starling dirigiu o projeto República, um grupo de trabalho destinado a remontar as estruturas do sistema de inteligência e repressão política da ditadura civil-militar. A equipe, formada por historiadores e jornalistas

(dentre os quais, Lucas Figueiredo), realizou um vasto levantamento a respeito dos centros de inteligência e investigação das Forças Armadas entre os anos de 1964 e 1988. A história deste trabalho e de seus resultados compõe o pequeno, mas substancial *Lugar nenhum*, de Figueiredo.

Escrita em linguagem jornalística, a obra é dividida por atos, verbos utilizados pelo autor para definir as distintas fases da relação entre os serviços de inteligência dos militares e os documentos produzidos por eles. O objetivo deste livro, além de refazer a trajetória de tal relação e documentar os resultados do projeto República, é mostrar como os arquivos da repressão no Brasil foram sistematicamente produzidos, geridos, guardados, preservados e mantidos fora do alcance do público, da Justiça e das vítimas deste período. Figueiredo aponta, inicialmente, uma questão que até hoje inquieta quem busca por informação qualificada sobre esta fase: por que os documentos liberados à consulta pública pelos serviços de inteligência dizem tão pouco sobre os crimes cometidos pela ditadura civil-militar? De acordo com o autor, a pergunta nos leva à infeliz constatação de que o Brasil vive a insólita condição de ter acesso a papéis sigilosos que apenas contém amenidades sobre a etapa mais violenta da história recente do país. Os documentos capazes de esclarecer o destino dos 243 desaparecidos políticos e 434 mortos seguem fechados à consulta.

A trajetória desta documentação começa a ser abordada por Figueiredo no primeiro ato, "Preservar". Neste capítulo, o autor percorre a trajetória dos quatro organismos centrais da inteligência brasileira na ditadura, o Centro de Informações do Exército (CIE), de 1967; o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa), de 1970; o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), também de 1970; e o próprio Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em 1964. De acordo com Figueiredo, a missão destes órgãos era a de coletar, analisar e difundir informações sobre as atividades de resistência à ditadura, motivo pelo qual a preocupação com relação aos arquivos e documentos produzidos na época foi premente desde o início. Aponta que só o Cenimar guardava, um ano após sua criação, documentos referentes a 325 mil pessoas. Para dar conta de tamanha quantidade de informações, a Divisão de Registro do Centro foi totalmente reestruturada em 1971, mesmo ano no qual surgem as primeiras iniciativas de microfilmagem capitaneadas pelas Forças Armadas.

Ao contar a história da seção de microfilmagem da divisão de registro do Cenimar, Lucas Figueiredo escancara a pouco conhecida influência dos militares na história da arquivologia brasileira. Através de documentos obtidos pela Comissão Nacional da Verdade, o jornalista mostra que, em 1972, "um certo professor Lázaro" ministrou aulas para agentes da inteligência da Marinha, ensinando-os os mais modernos preceitos da microfilmagem, bem como os meandros da lei específica criada pelo governo militar, em 1968, para regulamentar o uso e a preservação de microformas no âmbito público. Os documentos obtidos pelo autor mostram que empresas estatais como Furnas e Petrobras, além da Biblioteca Nacional, influenciaram na implantação dos birôs de microfilmagem das instituições militares e na troca de informações sobre armazenamento de dados e cuidado com arquivos. Desde o início, os serviços de inteligência preocuparam-se em registrar cada passo de suas ações no campo dos arquivos, chegando até a criar duas operações dirigidas exclusi-

vamente a atividades de microfilmagem e organização dos acervos (Operação Registro e Operação Netuno, ambas de 1972).

No fim do capítulo-ato “Preservar”, Figueiredo mostra de que forma os militares criaram e implantaram rotinas de gestão e preservação de documentos utilizando-se de sucessivos inventários, alguns baseados nos conhecimentos arquivísticos do período. Por meio de um destes levantamentos, é possível vislumbrar que os critérios de classificação e descrição (embora tais termos não apareçam no jargão militar) baseavam-se em categorias como tipo documental, identificação do órgão emissor/acumulador, período e nome do agente envolvido. A inventariação dos documentos era uma das premissas militares para a troca de informações entre os diferentes serviços, ao redor dos distintos estados da federação.

O segundo ato de *Lugar nenhum* trata da postura de ocultamento dos arquivos pelos militares. Em “Esconder”, Figueiredo revisa a postura dos sete chefes de Estado brasileiros pós-ditadura em relação aos arquivos militares. A investigação do autor apontou que, em que pesem as diferenças de tratamento dadas pelos distintos presidentes ao tema, a postura das forças armadas foi quase sempre a mesma: triar, selecionar e destruir arquivos comprometedores, quando viável e possível (uma espécie de operação-limpeza, iniciada antes mesmo do fim da ditadura) e ocultar a existência dos documentos não destruídos.

Para ocultar a possibilidade de que existissem provas sobre as graves violações aos direitos humanos cometidas pelo regime militar ao longo da ditadura, Exército, Marinha e Aeronáutica adotaram a atitude caracterizada por Figueiredo no ato “Mentir”. Pressionados de forma, mais ou menos, intensa por governantes sociedade civil e, principalmente, pelos familiares de vítimas da repressão, os militares adotaram – sobretudo ao longo dos anos 1990 e 2000 – a clara posição de negar, à exaustão, a existência de seus arquivos. Alegando que tais registros haviam sido destruídos, as forças armadas acabaram por declarar que infringiam a própria legislação arquivística nacional, utilizada erroneamente para justificar supostos atos de destruição de registros públicos. Em pertinente levantamento, Figueiredo apresenta uma tabela com as “regras para destruição de documentos sigilosos”, entre os anos de 1949 e 1997. Nela, o autor expõe de que forma os militares mentiram sobre as possibilidades oferecidas pela lei quanto à eliminação de documentos.

O quarto e último ato de *Lugar nenhum*, “Calar-se”, expõe enfim a velada aceitação das justificativas militares sobre o desaparecimento de partes de seus acervos e a intensa abertura destes arquivos a partir de 2003. Ao mencionar o período, o jornalista aponta que – a despeito da liberação de documentos antes mantidos em sigilo – as informações trazidas à tona pouco ou nada acrescentaram no quebra-cabeças sobre o entendimento dos mecanismos de repressão e violência institucional advindos do Golpe de 1964. Ao contrário, elas acabaram servindo aos interesses das próprias forças armadas, que consideraram quitada sua “dívida de memória” com a história, ao passo que o esclarecimento sobre seus crimes quedava pendente.

Figueiredo pôde reconstituir a história dos arquivos da ditadura a partir de uma caixa de microfimes entregue por uma fonte não identificada ao jornalista Leonel Rocha – e repassada por este à Comissão Nacional da Verdade. Nos microfimes, estão registros da história

da repressão e, mais do que isso, dos elaborados procedimentos arquivísticos utilizados pelos militares para gerir, preservar e ocultar informação. A contribuição destes documentos foi fundamental para o esclarecimento sobre o funcionamento da produção de dados e de certa “arquivística militar brasileira”. A reunião de tais dados em *Lugar nenhum* assinala a importância dos documentos deste tempo e levanta questionamentos pertinentes a respeito da participação da arquivística (seus agentes, seus preceitos teóricos e sua legislação) na política de produção, retenção, guarda e sigilo dos documentos da repressão de Estado, um campo que merece ser melhor estudado pelos arquivistas.

Recebido em 26/4/2016

Aprovado em 25/8/2016

UMA VIDA ENTRE ARQUIVOS E BIBLIOTECAS

ENTREVISTA COM NILZA TEIXEIRA SOARES

A LIFE BETWEEN ARCHIVES AND LIBRARIES

AN INTERVIEW WITH NILZA TEIXEIRA SOARES

A entrevista, a seguir, foi realizada dia 20 de agosto de 2007, em Brasília, por Paulo Roberto Elian dos Santos, pesquisador da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, como parte da sua pesquisa para a tese de doutorado em história social *A arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina*, defendida em outubro de 2008, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

No panorama arquivístico nacional, Nilza Teixeira Soares é merecidamente reconhecida pela tradução cuidadosa e competente da obra *Modern archives: principles and techniques*, do arquivista e historiador norte-americano Theodore R. Schellenberg. Publicado originalmente em 1956, o livro influenciou profissionais em diferentes países e se tornou um clássico da literatura arquivística. Mas a trajetória profissional de Nilza Teixeira Soares, que se inicia na década de 1940, é mais ampla, singular e, ao mesmo tempo, comum a uma geração de bibliotecárias que passaram a ter um crescente interesse pelos arquivos e influência nos rumos da arquivologia brasileira.

Nilza nasceu em 3 de janeiro de 1926, no Rio de Janeiro, filha de comerciante português e mãe brasileira. Como percurso mais seguro e natural para ingressar no mercado de trabalho, fez o curso técnico de administração no Colégio Amaro Cavalcanti, no Rio de Janeiro e, logo em seguida, prestou concurso público promovido pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), para o cargo de auxiliar administrativo. O segundo lugar garantiu sua nomeação, em 1945, para trabalhar na biblioteca do centro de documentação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC).

Foi, a partir da década de 1940, que concursos públicos e centros de documentação passaram a fazer parte do vocabulário da administração brasileira por força da atuação do

Dasp. Criado em 1938, durante o Estado Novo, sob a direção de Luís Simões Lopes,¹ o departamento recebeu amplos poderes para racionalizar a administração federal, organizar o orçamento e centralizar a reforma administrativa do funcionalismo público, introduzindo critérios modernos de recrutamento e promoção que elegiam o mérito como a qualificação básica. Aos poucos, tornou-se um importante instrumento para a melhoria dos padrões e o aumento do controle sobre a administração pública federal.

Vinculado à Presidência da República, o Dasp ofereceu à administração um aporte que teve como elemento central o ingresso no serviço público de profissionais qualificados em diversas carreiras e, depois, o seu aperfeiçoamento. Nesse aspecto, os serviços de bibliotecas, documentação e arquivos foram igualmente contemplados, como as áreas de administração, economia e engenharia. Originalmente vinculados a serviços auxiliares ou de administração geral, passaram a ter um sentido pioneiro, mais amplo e inovador, constituindo-se em “peças centrais de um novo ‘sistema’, destinado a ter profunda e duradoura influência” (Wahrlich, 1983, p. 425).

Nos anos 1950, a tarefa de modernizar a burocracia do Estado permanecia como uma necessidade fundamental. Ao lado da formação de pesquisadores e do fortalecimento do ensino superior, acordos de cooperação bilateral, sobretudo com os Estados Unidos, serviam para o intercâmbio tecno-científico, que incluía a vinda de técnicos estrangeiros ao Brasil e a viagem de quadros da administração pública brasileira para estudos no exterior. “A política de formação de técnicos concursados, para gerenciar a máquina do governo, contemplou profissionais como Nilza Teixeira Soares e outros recém-recrutados para o serviço público. Então, bibliotecária do MTIC, Nilza Teixeira Soares obteve, por meio de um processo de seleção do Dasp, uma bolsa do governo americano para realizar cursos na American University, nas áreas de gestão de arquivos correntes, administração de arquivos permanentes e estágios, na Biblioteca do Congresso e no Arquivo Nacional daquele país, nos anos de 1952 e 1953. “Em sua entrevista, Nilza destaca o momento em que realizou o curso de especialização em documentação administrativa e a influência do alemão Ernest Posner, então radicado nos Estados Unidos, na sua formação como arquivista e no seu interesse pelo tema da avaliação em arquivos.

No início da década de 1960, Nilza Teixeira passou por uma nova experiência de capacitação no exterior, como bolsista do Conselho Britânico na área de documentação pública, junto ao Parlamento e ao Arquivo do Reino Unido. Sua imersão na cultura arquivística europeia seria complementada no Estágio Internacional de Arquivos, promovido pelo Arquivo Nacional da França, em 1961.

1 Luís Simões Lopes nasceu em Pelotas (RS), em 1903. Entre 1930 e 1937, foi oficial-de-gabinete da Presidência da República, colaborando ativamente na reforma administrativa do governo federal, que culminou na criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), do qual foi presidente entre 1938 e 1945. Em 1944, assumiu a presidência da recém-criada Fundação Getúlio Vargas (FGV), cargo que ocupou por muitos anos. Morreu no Rio de Janeiro, em 1994.

Após essa experiência internacional de especialização e o mergulho na problemática dos arquivos, Nilza Teixeira Soares ingressou na Câmara dos Deputados, em 1956, por meio de concurso público. Alguns anos depois, em 1959, foi requisitada pelo historiador José Honório Rodrigues, então diretor do Arquivo Nacional, para coordenar a seção do Poder Legislativo. Os arquivos, mais uma vez, cruzam o caminho de Nilza, oferecendo-lhe a oportunidade de participar dos cursos de aperfeiçoamento de pessoal, de arquivo e de treinamento intensivo de técnica de arquivo, ministrados pelo arquivista francês Henri Boullier de Blanche, que se encontrava no Brasil a convite do Arquivo Nacional, como também, de conhecer Theodor Schellenberg, que aqui permaneceu por um período e produziu o relatório *Problemas arquivísticos do governo brasileiro*.

O trabalho com arquivos só aconteceu efetivamente, a partir de 1972, quando assumiu a diretoria da coordenação de arquivo do centro de documentação da Câmara dos Deputados, função que exerceu até 1990. Nesse período, participou, de forma intensa e central, do processo de estruturação da área de arquivos, do desenvolvimento de procedimentos metodológicos de tratamento dos documentos e da publicação de instrumentos técnicos e de divulgação do acervo. Concebeu, com sua equipe, metodologia de referência para avaliação de documentos. Em 1991, aposentou-se como diretora do centro de documentação e Informação da Câmara dos Deputados.

Bibliotecária de formação, Nilza Teixeira Soares ingressou no serviço público na década de 1940, e experimentou a explosão do conceito de 'documentação', apropriado pelos bibliotecários como um novo patamar epistemológico do desenvolvimento da disciplina biblioteconômica, mas ainda incapaz de delimitar as fronteiras conceituais, teóricas e metodológicas da arquivologia e da biblioteconomia. Contudo, sua formação no exterior permitiu-lhe compreender a nítida diferença entre essas abordagens e projetar uma trajetória profissional na área arquivística, que se consolidou nas décadas seguintes.

Nilza Teixeira Soares soube compreender e aplicar em seu trabalho, marcado pelo rigor metodológico, aquilo que H. L. White, bibliotecário-arquivista da Austrália, escreveu na apresentação da edição original da obra *Modern archives: principles and techniques*, que "a qualidade essencial dos arquivos está em que registram não só as realizações, mas também os processos pelos quais foram efetuados".

Para concluir, é preciso lembrar que a entrevista com Nilza Teixeira Soares só aconteceu por sugestão de Ana Maria Camargo e Heloísa Bellotto, que, de forma generosa, reconhecem nela uma profissional das mais experientes e qualificadas da arquivologia brasileira.

Paulo Elian. *Gostaria de iniciar esta entrevista, dra. Nilza, com a senhora contando um pouco de sua origem social e familiar. Onde a senhora nasceu? Qual a profissão de seus pais?*

Nilza Teixeira Soares. Nasci no Rio de Janeiro, sou carioca. Meu pai era um comerciante português, minha mãe, brasileira. A família era pouco dada às letras, quer dizer, aos estudos.

Prestei concurso e entrei para o serviço público como bibliotecária auxiliar. Logo depois, fiz um concurso para a Câmara dos Deputados, como bibliotecária também. Eram cinco vagas, tirei o quinto lugar. Daí para diante, minha vida funcional foi toda na Câmara dos Deputados.

Paulo Elian. *Quando a senhora ingressou no serviço público em 1945, por concurso do Dasp, qual era o seu horizonte de ter uma carreira?*

Nilza Teixeira Soares. Não tinha exatamente um horizonte de carreira, era muito limitado, eu era muito novinha, recém-formada no segundo grau. Cursei administração no segundo grau. Naquela época, havia um curso de profissionalização. Fiz o concurso só porque era a maneira mais fácil de conquistar um espaço no serviço público, de ter meu emprego. Fui nomeada para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), como auxiliar de escritório, qualquer coisa assim. A Irene de Menezes Dória, que é de São Paulo, bibliotecária de grande renome, estava no Rio de Janeiro, era diretora do centro de documentação do MTIC. Ela me ofereceu uma interinidade como bibliotecária. Entrei logo na carreira, interinamente.

Paulo Elian. *A senhora ficou dez anos no Ministério do Trabalho?*

Nilza Teixeira Soares. Fiquei todo esse tempo no Ministério do Trabalho, mas, no final do meu período no Ministério, consegui uma bolsa para os Estados Unidos. O Dasp selecionou alguns funcionários, na área de documentação pública. Passei no concurso e consegui um lugar. Fui para os Estados Unidos, me especializei e, quando voltei, pouco depois, houve o concurso da Câmara. Como bibliotecária, fiz especialização em arquivologia, mas também estagiei na biblioteca do Congresso Americano. Então, estava preparada e consegui uma vaga. Mas quando aceitei a interinidade, a minha irmã, que é mais velha do que eu, ficou apavorada: como eu podia trocar um lugar seguro por uma interinidade, com risco de depois perder o emprego? Mas depois, quando fiz o concurso para bibliotecária auxiliar, passei tranquilamente. Não cheguei a fazer o de bibliotecária do serviço público, porque antes saiu o concurso da Câmara, e aí, também, já estava preparada para isso. Logo que assumi a interinidade, no ano seguinte, fui fazer o curso superior na Biblioteca Nacional. O professor Antônio Caetano Dias era o diretor, a Lydia Sambaquy,² professora de catalogação e classificação.

Paulo Elian. *A senhora iniciou o curso de biblioteconomia em 1947? Ele tinha a duração de dois anos?*

Nilza Teixeira Soares. Sim, era um curso de dois anos. Nesse curso da Biblioteca Nacional, fui colega, por exemplo, da Maria Teresa Parente Napoleão. Ela também fez o concurso da

2 Lydia de Queiroz Sambaquy nasceu em Belém (PA), em 1913. Desde 1939, dirigiu a biblioteca do Dasp. Em 1941, concluiu biblioteconomia na Biblioteca Nacional. Em 1954, assumiu a presidência do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Em 1965, lecionou na Escola de Biblioteconomia e Documentação da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (Fefieg), atual Unirio (Brasil, 1971; Oddone, 2004).

Câmara, passou em primeiro lugar. Fomos colegas no curso e passamos no concurso da Câmara dos Deputados.

Paulo Elian. *Logo em seguida, em 1952, a senhora recebeu uma bolsa do governo norte-americano. Como ocorreu essa oportunidade?*

Nilza Teixeira Soares. O primeiro passo da seleção eram as provas de inglês: prova escrita e oral, depois, as provas específicas. Na prova escrita, era dado um tema, algum problema específico da sua área, por exemplo, um problema da documentação ou das bibliotecas no Brasil. E, depois, vinham outras provas, com perguntas sobre os mesmos temas, mais outros assuntos. Um grupo de umas 20 pessoas recebeu essa bolsa. Os casados puderam levar as famílias. Havia uma ajuda de custo muito boa, todo mundo ia de navio. A gente não se conhecia. Quando fui selecionada, não dormi a noite inteira de tanta emoção!

Paulo Elian. *Na entrevista que fiz com a Marilena Leite Paes, ela falou muito do dr. Simões Lopes, que foi presidente da Fundação Getúlio Vargas, também criador e diretor do Dasp. Ela falou da política do Dasp de formar quadros de excelência para o serviço público, com uma política de mandar para cursos no exterior...*

Nilza Teixeira Soares. Havia um convênio do governo americano com o brasileiro: Ponto IV.³ Era um quatro em romano. Era um convênio de especialização. Eu consegui. Então, nós fomos com o Washington José de Almeida Moura, que foi bibliotecário da Câmara; o Manoel Adolpho Wanderley, da Biblioteca Nacional, que não quis fazer o concurso da Câmara, continuou na Biblioteca; a Aída Furtado, que, depois, foi bibliotecária da Unesco.

Paulo Elian. *Como foi essa experiência? O curso durou um ano?*

Nilza Teixeira Soares. Foi um ano. Nós ficamos matriculados na American University e fizemos curso com o Ernst Posner, um alemão que se radicou nos Estados Unidos e que deu a maior contribuição para os arquivos de lá. Por exemplo, ele estava formando os técnicos de arquivo nos Estados Unidos. E eu fiquei naquele programa. Tínhamos um conselheiro, um *adviser*, que acompanhava o nosso trabalho. Lá, o sistema de menção era de A, B e C, o Wanderley tirava A em tudo. Eu não tirava notas tão boas, mesmo porque a gente tinha umas matérias, ética no serviço público, coisas assim, uma matéria difícilíssima, que tive que dar conta de ler os livros e fazer resumos... Foi uma experiência muito boa.

Paulo Elian. *Até então, a senhora tinha contato com o trabalho de biblioteca. Esse foi seu primeiro contato com arquivos?*

3 Em 1949, o presidente Harry Truman, em seu discurso de posse, tentou contemplar os países esquecidos, em especial, os vizinhos da América Latina, ao anunciar os quatro pontos que norteariam a política norte-americana. O primeiro deles era o alinhamento às decisões da ONU; o segundo tratava da recuperação da Europa; o terceiro anunciava a criação da OTAN; e o quarto previa um programa de assistência técnica para áreas subdesenvolvidas do mundo, posteriormente denominado Ponto IV (Tota, 2014, p. 255-256).

Nilza Teixeira Soares. Foi o primeiro contato.

Paulo Elian. *Vocês chegaram a fazer um curso de gestão de arquivos?*

Nilza Teixeira Soares. Foi um curso de gestão de arquivos, de avaliação, de eliminação de papéis... não uma coisa muito profunda, mas viemos com todas as noções básicas. Depois, quando chegamos ao Brasil, não tive, imediatamente, a oportunidade de trabalhar nessa área, continuei na biblioteca.

Paulo Elian. *Nesse período em que estive nos Estados Unidos, como é que a senhora viu essa relação entre bibliotecários e arquivistas?*

Nilza Teixeira Soares. Ah, não tinha nenhuma rivalidade, nem aproximação. Eram coisas distintas. Também participei de eventos de bibliotecários. Fazia estágio na Library of Congress, em bibliografia. Tinha um departamento latino-americano também dentro da Biblioteca do Congresso. Acabei fazendo uma especialização mista, quer dizer, não era só de arquivo. Mas, quando voltei, minha meta era servir nos Arquivos. Custei muito a conseguir isso, trabalhei em tudo quanto era biblioteca, por exemplo, na do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, o Inep. Era convidada para vários lugares, mas sempre em biblioteca. Só mais tarde, é que surgiu a oportunidade de trabalhar em Arquivo.

Paulo Elian. *Em 1956, a senhora ingressou por concurso na Câmara dos Deputados? Foi ainda no Rio de Janeiro?*

Nilza Teixeira Soares. É, por concurso para bibliotecária, ainda no Rio de Janeiro.

Paulo Elian. *O concurso era organizado pelo Dasp?*

Nilza Teixeira Soares. Não, pela própria Câmara. A Câmara começou a se preocupar com a própria biblioteca. Admitiu logo três bibliotecárias: a Leda Laboriau, a Ada Coaraci, do Rio de Janeiro, e a Juracy Feitosa Rocha. As três já eram da biblioteca da Câmara, aí conseguiram que a Câmara realizasse um concurso para cinco vagas. Depois, mais tarde, houve o segundo, o terceiro concurso. Ampliaram bem o quadro, porque elas três, sozinhas, seriam muito poucas para dar conta de tanto trabalho na Câmara. Já havia um acervo bem antigo, mas em localização fixa, e elas resolveram classificar pela CDU, quer dizer, fazer uma biblioteca moderna.

Paulo Elian. *Esse acervo antigo vem de que período?*

Nilza Teixeira Soares. Ah, acho que desde o Império... Na primeira Assembleia (1823), já se falava em biblioteca. Já começaram a formar os acervos da biblioteca, e sempre acrescentando algo, mas com leigos, quer dizer, alguém administrava aquilo. Até que, depois de 1946, com o fim do Estado Novo e a reabertura do Congresso, admitiram bibliotecárias, fizeram o quadro e organizaram o primeiro concurso. E a biblioteca da Câmara foi muito respeitada, porque começou a editar um boletim, com as novas aquisições, com as classificações que eram atribuídas... depois, também, nesse próprio boletim, uma parte de legislação aprovada e tal.

Paulo Elian. *Havia uma estrutura com serviços bibliográficos?*

Nilza Teixeira Soares. Com serviços, pois é. O Edson Nery da Fonseca⁴ era o chefe da seção de boletim da Câmara... A Câmara se organizou e classificou, reclassificou o acervo. O acervo antigo, acho que não foi reclassificado naquela época, não sei se foi depois. Mas, a partir de certa data, usávamos a CDU, Classificação Decimal Universal, e todo mundo estudava a CDU pelos nossos códigos. Como a Câmara classificava é que devia ser o certo. Então, foi muito bom. Era uma referência.

Paulo Elian. *A Câmara funcionava, onde hoje é o Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro. Como foi a mudança para Brasília? Como foi esse processo?*

Nilza Teixeira Soares. A mudança foi muito interessante. Todos nós ajudamos a empacotar, botar os livros em caixas. Um bibliotecário veio antes da inauguração da capital. Já tinha um bibliotecário aqui, em Brasília, com um pequeno acervo, atendendo os deputados que estavam, a comissão de mudança...

Paulo Elian. *O projeto do Congresso na nova capital previa uma área para a biblioteca?*

Nilza Teixeira Soares. Uma biblioteca enorme, um salão. Que pena que, agora, já acabaram com tudo! Reformaram e dividiram. Mas era um salão enorme. Niemeyer projetou os móveis... Primeiro, ficamos num dos andares daquele prédio alto de 28 andares, que era mencionado pelos candangos como "O 28", porque era o prédio mais alto de Brasília. Ocupamos vários andares: no quarto andar ficavam os serviços e, para cima, quinto, sexto, sétimo, talvez uns três andares para cima, o acervo e estantes. Então, a biblioteca ficou instalada ali até que, no Anexo 2, criaram um ambiente próprio para a biblioteca, um salão enorme, equipamento projetado, tudo muito funcional, maravilhoso. Três andares também: o térreo, o piso, o andar principal e, depois, dois prédios inferiores para o acervo.

Paulo Elian. *Abaixo do nível da rua?*

Nilza Teixeira Soares. Esse prédio foi construído todo baixinho, ele não aparece além do nível da estrada... ele não se vê, está enterrado ali. E, para baixo, estão os outros andares, já com serviço de encadernação... Ah, interessante que nós tínhamos um encadernador de muita confiança lá no Rio, e todos os livros que se compravam em brochura, ele encadernava. Aí, na hora de vir para Brasília, o encadernador foi convidado a vir também. A Câmara comprou o equipamento dele, instalou a seção de encadernação e... Depois, também, nas

4 Natural de Recife (PE), Edson Nery da Fonseca concluiu o curso de biblioteconomia da Biblioteca Nacional em 1947. Com passagens pelo IBBD e Dasp, foi bibliotecário da Câmara dos Deputados. A partir da década de 1960, na Universidade de Brasília (UnB), coordenou a Biblioteca Central, atuou como professor do curso de biblioteconomia e recebeu o título de professor emérito. Foi condecorado com título de doutor *honoris causa* pela Universidade Federal de Pernambuco, em 2011. Faleceu em Recife, em 2014 (Brasil, 1971).

instalações novas, tivemos microfilmagem, restauração de documentos, tudo isso a Câmara desenvolveu. Muito bom. Enquanto isso, o arquivo ficava lá, entregue às baratas (risos).

Paulo Elian. *Dra. Nilza, em 1960, antes de vir para Brasília, a senhora participou do curso do Boullier de Blanche, no Arquivo Nacional. Queria que a senhora falasse um pouco sobre isso, porque o Boullier de Blanche veio, na época, durante a gestão do José Honório Rodrigues, que foi uma gestão marcante, com a preocupação muito grande de trazer técnicos estrangeiros...*

Nilza Teixeira Soares. Sim, foi uma gestão muito importante. A primeira direção técnica que se preocupou em traduzir, fez várias traduções dos arquivistas franceses, o *Manual dos holandeses...*

Paulo Elian. *E o Boullier de Blanche ficou aqui, no Brasil, praticamente um ano, ministrando cursos. Gostaria que a senhora falasse um pouco sobre isso. Como a senhora foi fazer esse curso?*

Nilza Teixeira Soares. Deixa eu pensar... em 1960? Houve uma época em que fui convidada pelo Arquivo Nacional por eu ter estudado nos Estados Unidos. O José Honório Rodrigues pediu à Câmara e me requisitou para trabalhar com ele, para organizar o acervo de uma seção chamada Legislativa, ou do Legislativo. Então, eu fiquei no Arquivo Nacional e aí pude frequentar o curso do Boullier de Blanche... acho que era no Arquivo Nacional mesmo. O serviço público tinha a escola... cursos do Dasp. E esse curso foi oferecido pelo Dasp, depois do expediente.

Paulo Elian. *O curso era destinado só a profissionais do Arquivo ou era aberto também a outros profissionais? A senhora se lembra?*

Nilza Teixeira Soares. Não me lembro bem não. Quase não me lembro do porquê de eu ter ido parar lá, imagine... (risos). Não estou muito certa. Mas, ele dava aulas práticas no Arquivo também... acho que foi, no segundo curso, no segundo período, que as aulas eram dadas lá no Arquivo Nacional, aulas práticas com o acervo do Arquivo. E a gente ia manuseando aquilo e fazia trabalhos, ele mandava a gente fazer pesquisas e desenvolver alguns trabalhos. Sei que eu fiz os dois cursos dele e, depois, no final, ele me disse que ia me recomendar para uma bolsa de estágio na França... ficou lá, no relatório dele, até que depois, eu pude fazer o estágio, também, na França, porque o meu nome constava no relatório. O Boullier de Blanche desenvolveu aquele sistema de classificação, de localização do acervo, divisão do acervo... e mesmo que ficasse na localização fixa, em fichários, ele ensinava a gente a classificar e organizar o acervo com certa estrutura.

Paulo Elian. *Era um sistema de organização de arranjo funcional?*

Nilza Teixeira Soares. Arranjo funcional, exatamente. Foi ele que ensinou as pessoas... Até então, as professoras de arquivo eram muito primárias, porque só se falava em arquivo, em protocolo, arquivos correntes e tramitação. Não se tinha nenhuma experiência em arquivos permanentes, históricos... então, ele veio trazendo essa visão da França.

Paulo Elian. *E, então, logo em seguida, a senhora foi à Inglaterra com uma bolsa, foi isso?*

Nilza Teixeira Soares. Pois é. O Conselho Britânico anunciou que oferecia bolsas. Eu escrevi para lá. Tempos depois, eles me disseram que a minha carta havia sido considerada. Então, pensei, “tenho alguma chance”. Depois, recebi a notícia de que haviam mandado minha cartinha lá para o Arquivo, o Public Records, e tal. Ficaram nesse processo, estudando. Até que, finalmente, eles resolveram me chamar... Não era uma bolsa, era um *bursary*, que é um tipo de bolsa, só que não muito longa. Foram três meses e eu consegui ficar quatro, porque pedi mais um mês para tirar dúvidas sobre a tradução do Schellenberg. Fiquei um mês por conta disso.

Paulo Elian. *Foi uma experiência positiva? Como foi essa história?*

Nilza Teixeira Soares. Foi muito positiva também, porque lá na Inglaterra eles estavam desenvolvendo – eu fiquei mais nessa área – os levantamentos, e o Arquivo Público tendo contato com os órgãos que produziam papéis e, depois, as transferências, os recolhimentos. Havia uns órgãos que recebiam tudo e onde acontecia a triagem para chegar ao Arquivo Público, quer dizer, o arquivo intermediário... tive oportunidade de conhecer isso.

Paulo Elian. *Como funcionava esse sistema na Inglaterra? A senhora esteve primeiro lá?*

Nilza Teixeira Soares. Sim, como tinha ganhado a bolsa para a Inglaterra, fui à Embaixada da França, com o selo cultural, e disse: “Estou indo para a Inglaterra, para uma bolsa de três meses, e gostaria também de aproveitar e fazer aquele estágio internacional”. Aí, o adido cultural perguntou: “A senhora conheceu o Boullier de Blanche?” Respondi: “Conheci, fiz os cursos dele, e ele disse que ia me recomendar para uma bolsa lá na França”. Ele foi lá no arquivo, abriu o acervo, folheou, meu nome estava lá e disse: “A senhora vai, tudo bem. Pode ficar tranquila”.

Paulo Elian. *Sua ida à França foi logo em seguida?*

Nilza Teixeira Soares. Foi, resolvi e emendei. Já que eu ia à Europa, emendei a especialização na Inglaterra. Na Inglaterra, a gente podia também viajar um pouco e ver arquivos lá, na Escócia, coisas assim... E depois, então, como eu tinha pedido, quando terminou meu período na Inglaterra, comecei na França. Só que o meu período não coincidiu com o estágio internacional, mas eu fiz todo o roteiro que eles aplicavam para grupos.

Paulo Elian. *A senhora não fez parte da turma?*

Nilza Teixeira Soares. Não, não fiz. Fiz avulsa, mas o mesmo circuito. Não fiz em grupo, que tem estrangeiros do mundo inteiro... Tive uma amiga, Regina Alves Vieira, do Arquivo Nacional, que fez com o grupo, mas eu fui sozinha e segui todo o roteiro.

Paulo Elian. *Dra. Nilza, a senhora, em poucos anos, foi aos Estados Unidos, à Inglaterra e à França. O que a senhora pode falar em relação aos arquivos dessas três realidades? Quais são as semelhanças? O que a senhora pôde observar, na época, que possa caracterizar, em termos arquivísticos, os Estados Unidos, a Inglaterra ou a França?*

Nilza Teixeira Soares. Na verdade, eu estava querendo observar aquele problema dos arquivos produzidos, do volume de arquivos. Estudei o mesmo assunto nesses três países e, também, depois, estive no Canadá. O José Honório dizia que o Canadá era o país mais desenvolvido em matéria de gestão de papéis, e eu também conhecia alguma coisa do Canadá. A França tinha aquele mundo da *Cité des Archives*, Cidade dos Arquivos... Eles tinham um espaço grande para recolher documentos, administravam isso e davam baixa. Enfim, aprendi coisas lá na França. E, na Inglaterra, a mesma coisa. Eles tinham escritórios, prédios próprios... Uma coisa que aprendi, na França, é que eles não consideravam o programa de microfilmagem. Lá, microfilmagem não tinha vez, porque preferiam ver o documento envelhecer, reduzir a massa e guardar em papel. Não faziam mudança de suporte.

Paulo Elian. *E a Inglaterra fazia uso da microfilmagem?*

Nilza Teixeira Soares. Não posso dizer, não sei bem. Os Estados Unidos usavam mais essa tecnologia e não estavam preocupados com o custo. A Europa tinha preocupação com custo.

Paulo Elian. *Em 1959, o Schellenberg esteve no Arquivo Nacional, no Brasil. A senhora teve algum contato com ele na época?*

Nilza Teixeira Soares. Tive um contato com ele, mas muito rápido. Ele visitou o Arquivo Nacional, lá no Rio de Janeiro, percorreu as dependências... fez palestras. Eu participei, outras pessoas participaram. E sei que o José Honório disse: "O Schellenberg falou que você é um bom elemento" (risos). Ele achou que eu era um elemento aproveitável para o Arquivo Público.

Paulo Elian. *E como a senhora começou a trabalhar na tradução do livro? Como foi isso?*

Nilza Teixeira Soares. O livro parece que tinha sido entregue ao Arquivo Nacional para fazer a tradução, mas o Raul Lima, que era o diretor, preferiu entregar a uma editora. Não sei que editora era, sei que foi uma editora que me contratou para traduzir.

Paulo Elian. *Era uma editora privada?*

Nilza Teixeira Soares. Era uma editora privada, não me lembro que editora era. Sei que eu tinha um compromisso de traduzir, e eles iam editar. Só que levei tanto tempo que a coisa caducou. Eu não me sentia bem. Primeiro, que um livro é assunto muito sério, e traduzir um livro inteiro... Só tive coragem de considerar traduzido, depois que fui diretora do Arquivo [da Câmara], depois que entrei no Arquivo. Como bibliotecária, fiquei traduzindo, tirava dúvidas daqui, dúvidas dali. Era uma terminologia especializada que eu não dominava. Quando fui diretora, passei muitas tardes fazendo uma leitura com uma das arquivistas que existia na época, a Maria Luísa Danneman e, depois, com a Maria de Lourdes Costa e Souza,⁵ que

5 Carioca, Maria de Lourdes Costa nasceu em 1908. Foi admitida pelo Dasp em 1938, por concurso público. Atuou como consultora em arquivos empresariais, com destaque na implantação do sistema de arquivos da Fundação

foi arquivista da ONU. Passei várias tardes lendo os originais com a Lourdes, adequando a terminologia... até tinha vontade, depois de ser mais experiente, de fazer uma nova revisão e usar termos talvez mais modernos. A Lourdes me ajudou... depois que eu li tudo com ela, corrigi tudo, adequei a terminologia, aí, que entreguei para a editora. Mas, a essa altura, acho que a editora não se interessou. O Raul Lima, como diretor do Arquivo Nacional, foi quem conseguiu publicar pela Fundação Getúlio Vargas, opção que José Honório criticou, porque disse que devia ter sido por uma editora com distribuição mais ampla...

Paulo Elian. *Uma outra editora?*

Nilza Teixeira Soares. É, devia ter sido em outra, em qualquer outra editora técnica com mais divulgação, mais conhecida... O José Honório criticou essa ação do Raul Lima, mas, enfim... Agora, ultimamente, para surpresa minha, a Fundação Getúlio Vargas está reeditando, fazendo novas impressões. Nem tomei conhecimento, porque vendi os direitos de editar. Mas eu gostaria, ainda, de repente, de numa nova edição, de que tivesse uma revisão mais atualizada. Aquilo foi o primeiro passo da arquivologia no Brasil, o primeiro livro técnico importante. A gente a considerava uma bíblia dos arquivistas. Mas acredito que uma revisão seria oportuna. Mas a Fundação reeditou e não pediu revisão, não se interessou.

Paulo Elian. *Ele foi publicado em 1973?*

Nilza Teixeira Soares. Certo. Fui nomeada diretora do Arquivo da Câmara em 1971. Em 1972, naturalmente, me preocupei com a revisão, trabalhando com a Lourdes e, em 1973, a Fundação Getúlio Vargas publicou o livro.

Paulo Elian. *Como foi esse momento em que a senhora se tornou diretora da área de arquivo, da coordenação de arquivo da Câmara?*

Nilza Teixeira Soares. A Câmara fez uma reforma administrativa. Contratou técnicos da Fundação Getúlio Vargas, criou uma série de departamentos. A Câmara tinha que designar pessoas para trabalhar na reforma, para ajudar esses técnicos. E a diretora da biblioteca me designou para trabalhar com eles na área de arquivo, porque eu tinha essa formação. Trabalhei com eles para darmos a estrutura do Arquivo. Havia também outras arquivistas, a Astréa de Moraes e Castro, a Maria Lívia Machado... Fiquei trabalhando nessa reforma e foi muito bom, porque nós demos uma estrutura ao Arquivo da Câmara, criando a seção de avaliação e recolhimento, as atribuições dos órgãos todos. Tudo foi muito bem trabalhado, com a participação de outros técnicos também.

Paulo Elian. *Então a senhora, pela primeira vez, começou a colocar em prática aquilo que tinha aprendido...*

Getúlio Vargas, trabalho que teve continuidade com Marilena Leite Paes. Ajudou a criar a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) em 1971. Em 1995, recebeu do Arquivo Nacional a medalha de Honra ao Mérito, pelos serviços prestados à arquivologia brasileira. Faleceu no Rio de Janeiro, em 2000.

Nilza Teixeira Soares. Exatamente. E haveria uma nomeação para a diretoria do Arquivo, eu concorria a essa nomeação... Meu sonho era chegar ao Arquivo da Câmara, porque, como bibliotecária, já tinha muitos especialistas em arquivo, e a Câmara não tinha. Só tinha a Astréa, que foi diretora do arquivo histórico da Câmara e fez um trabalho muito interessante, porque ela descobriu documentos importantes, fez exposições... lançou também o Arquivo da Câmara, que ninguém comentava, ninguém sabia nem que existia...Tudo o que ela encontrava de importante, ela dava bastante destaque. E montava várias exposições: 7 de Setembro, 21 de Abril, datas assim...mudança da capital, que já era um processo antigo, Ponte Rio-Niterói, também de documentos antigos. Com tudo isso, ela realçou a existência do Arquivo da Câmara.

Paulo Elian. *Havia a seção de avaliação e recolhimento e uma de arquivo histórico?*

Nilza Teixeira Soares. Havia a de histórico e também a de documentos legislativos e documentos administrativos, onde se recolhiam os documentos recentes, porque o acervo histórico parou em 1937, por aí.

Paulo Elian. *Qual é a relação em termos de quantidade entre o acervo legislativo e o administrativo? Qual deles predomina?*

Nilza Teixeira Soares. Não sei lhe dizer, mas, por exemplo, as CPIs produzem uma massa documental muito grande. Nós temos muitas CPIs...

Paulo Elian. *O que é produzido pelas CPIs é encaminhado para essa seção legislativa?*

Nilza Teixeira Soares. É, seção de documentos do Legislativo, que é a área-fim da Câmara. E a atividade-meio, pessoal, material, é muito sujeita a descarte, às vezes, até na fonte, onde são produzidos, e à redução dessa massa. Os documentos legislativos são guardados na íntegra, praticamente não se elimina nada deles. Por exemplo, projetos de lei, projetos de emenda constitucional, todo acervo dos gabinetes dos deputados e da Mesa da Câmara, presidente, secretários...

Paulo Elian. *Todos os documentos dos gabinetes dos deputados também entram por essa seção?*

Nilza Teixeira Soares. Eles não são obrigados a recolher. É algo espontâneo. Muitas vezes, recolhem e pedem à assessoria da Câmara, do Arquivo, para ir ajudar a arrumar os arquivos deles... Eles recolhem mais para ter um lugar, um espaço. Falei arquivos dos deputados, mas é mais dos gabinetes, das assessorias, por exemplo, assessoria parlamentar, pareceres dos assessores... A taquigrafia, que também está na área técnica, onde se produzem os originais dos *Diário do Congresso*. A taquigrafia prepara todo o original, e essa massa da taquigrafia vai para o Arquivo da Câmara. Os documentos legislativos e administrativos posteriores a 1946, que foi a data em que a Câmara foi reaberta, com a Constituição... os documentos legislativos e administrativos são posteriores a essa data.

Paulo Elian. *E os documentos anteriores a 1946?*

Nilza Teixeira Soares. Os anteriores ficavam no arquivo histórico. E, durante o Estado Novo, teve um vazio. Tem alguns documentos, ainda de pessoal, que ficaram alocados na Biblioteca Nacional, em alguns outros lugares. As pessoas foram mantidas, mas a atividade foi suspensa. Os diretores, os funcionários foram conservados, mas não na Câmara, porque foram cedidos a algum espaço, algum outro órgão.

Paulo Elian. *Em 1971, quando a senhora passou a ser diretora do Arquivo da Câmara, contava com uma equipe, com profissionais? Como foi essa época?*

Nilza Teixeira Soares. Foi muito interessante porque nessa área, por exemplo, da gestão de documentos, só conhecíamos aquele capítulo do Schellenberg que fala da documentação produzida, enfim, um capítulo específico. Mas a chefe, uma pessoa da Câmara que convidei para trabalhar, se interessou e dei uma seção para ela. Ela estudou o Schellenberg e criou a metodologia. Fizemos aquele levantamento da produção documental, lá nas origens, criamos uma comissão de avaliação, tudo isso. O Arquivo ainda tem os documentos audiovisuais, que nós não tínhamos. A Câmara tinha muitas fotografias, muitos filmes, muito material sonoro gravado. E, por isso, temos também, na estrutura do Arquivo, uma seção de documentos audiovisuais. As pessoas que trabalhavam lá, não tinham especialização não, elas foram se capacitando, criando metodologia e trabalhando. Era assim também na seção de documentos administrativos. Mas, a que mais evoluiu, foi a seção de avaliação e recolhimento, com a Aparecida Santos. Nem sei como nós nos encontramos. Foi ela quem criou essa metodologia. O Arquivo Nacional, quando quis fazer alguma coisa no sentido de avaliação, foi à Câmara. Estava, assim, ainda começando, e um belo dia, eles foram à Câmara, viram a nossa metodologia... Foi no período da gestão da Celina Vargas do Amaral Peixoto. Elas queriam criar manuais técnicos e queriam criar metodologia. Então, a Norma Góes Monteiro, com um grupo, veio ao Arquivo [da Câmara]. Chegaram, viram como trabalhávamos, consideraram que o caminho era aquele e foram embora, felizes da vida. E nós também ficamos felizes.

Paulo Elian. *Como a senhora foi organizando e estruturando a equipe e o trabalho?*

Nilza Teixeira Soares. Na seção de documentos históricos, havia a Astréa, que tinha criado os inventários e tinha uma metodologia, mas fiz questão de abrir uma nova frente de trabalho, que foi trabalhar profundamente os documentos da primeira constituição, a de 1824. Então, produzimos um documento, um inventário analítico dos acervos da Constituição de 1824. Minha grande bandeira foram os arquivos correntes da Câmara. Não estava preocupada com o arquivo histórico, mas, ao mesmo tempo, começamos um grupo e um projeto, que seria analisar e fazer esse inventário analítico da Constituinte de 1824. Então, fizemos isso e, ao mesmo tempo, desenvolvemos uma metodologia de transferência de arquivo e comissão de avaliação, quer dizer, peguei os dois extremos. E esses extremos também se encontravam com os arquivos intermediários. Com isso, nós implantamos o sistema de arquivos da Câmara. Recentemente, estive visitando o Arquivo da Câmara e me surpreendi com o entusiasmo da chefe, dizendo: “Dona Nilza, os pesquisadores, quando chegam aqui e eu mostro esse inventário, ficam loucos, porque está tudo aqui, trocado em miúdos, analítico e com muitos

detalhes". Depois, também, a gente passou do acervo original para o acervo impresso. Outra coisa que a gente não pode mistificar é dizer que, no Arquivo da Câmara, só o original vale, porque, na verdade, tem o *Diário do Congresso*. Tudo o que se passa, o dia a dia da Câmara, é publicado no *Diário do Congresso*. Alguns só existem no original, não são transcritos no diário, mas, quando são transcritos, faço a referência aqui, nessas tabelinhas. A gente faz a referência à publicação nessas tabelas, é cheio de códigos, cheio de convenções: transcrito, não transcrito, só existe no original, coisas assim, com muitos detalhes para a pessoa que quisesse estudar realmente. Descobri que está sendo muito útil e fiquei feliz da vida.

Paulo Elian. *Dra. Nilza, nós sabemos que todo esse trabalho de arquivo, documentação e informação, muitas vezes, depende da sensibilidade dos dirigentes. O que a senhora pode dizer sobre como, na Câmara, se estruturou essa área com um trabalho sério?*

Nilza Teixeira Soares. A gente só conseguiu implantar um sistema, porque o secretário-geral estava aberto a isso, mas, assim mesmo, fizemos várias versões e, por várias vezes, tentamos que a Mesa baixasse um ato, disciplinando os arquivos da Câmara. E levou muito tempo, sabe? Não foi simples. Ia, voltava... "Ah, porque nós criamos uma comissão de avaliação", "Ah, chamamos um assessor..." Na hora que nós pedimos o ato: "Não, tem que ser um para o administrativo, outro para legislativo", e dificultavam e tal. Tanto que, em uma ocasião, quando mudou a Mesa da Câmara, não sei o ano, a Mesa ficou surpresa e o secretário disse: "Mas, esse assunto nunca chegou aqui!". Quando chegou realmente, eles ficaram encantados: "Temos que implantar esse sistema!". E implantaram. Embora o secretário-geral fosse nosso amigo e desejasse a implantação do sistema, nunca tinha levado a questão à Mesa. Mas, depois, a diretoria-geral da Câmara deu todo o apoio, os assessores da diretoria-geral, a secretaria da Mesa também, que é a parte legislativa. Então, também trabalharam bem conosco, fizemos unidade e conseguimos implantar o sistema de arquivo da Câmara, que foi muito bom. A Câmara baixou um ato disciplinando a política de arquivos. Entrei em 1971, dez anos depois, ainda não tínhamos uma política de arquivos... não sei em que data foi, mas a gente pode apurar isso, porque não é difícil de saber. Demorou muito tempo. Comparo também à própria política de arquivos do governo, do Arquivo Nacional. Por quantos anos aquele projeto da Celina tramitou? Os assessores do Ministério da Justiça criavam dificuldades... E o projeto vai e volta até que, em 1988, olha só, em 1988, a Celina deixou de lado tudo quanto era assessor de Ministério da Justiça, foi lá na Câmara, colocou aquela emenda para a gestão de documentos na constituinte... na Constituição de 1988, nas disposições transitórias, lá pelo final da Constituição. E conseguiu aprovar um sistema. De uma hora para outra, acabou. Depois, ela até retirou o projeto antigo, que era muito extenso, porque ficou tanto tempo tramitando, que também aprenderam mais e cresceram, então puderam fazer uma lei mais enxuta, mais adequada.

Paulo Elian. *A senhora acompanhou esse processo?*

Nilza Teixeira Soares. Acompanhei um pouco. Não oficialmente, mas estava sempre acompanhando. Tinha muito interesse nele. E até quando houve um congresso de arquivologia na

Bahia, em 1990 – o meu trabalho foi sobre aquela lei, como é que estava o projeto – minha apresentação fez um sucesso danado, porque discriminei, dissequei a legislação que ia ser baixada sobre os arquivos públicos, artigo por artigo. Então, acompanhamos e vimos como a Celina foi hábil em conseguir aquela emenda e, depois, também, conseguindo aprovação. Ela queimou etapas, em vez de vir pelo Ministério da Justiça, ela foi diretamente a um deputado, apresentou na comissão, aprovaram a lei. Se não tivesse feito assim, não sairia.

Paulo Elian. *Qual a posição da senhora sobre a Lei 8.159, a Lei de Arquivos?*

Nilza Teixeira Soares. Foi uma conquista enorme a gente ter uma política de arquivos. Acho que é uma boa lei, agora, é bastante ambiciosa, porque gostaria também de gerenciar arquivos privados... Não sei se está acontecendo... Considero os arquivos públicos importantíssimos. Agora, mais importante do que a lei é o tal artigo da Constituição que obriga o poder público a gerenciar seus arquivos, a organizá-los e a disponibilizá-los para os interessados. Mas só que, talvez, nem esteja acontecendo como deveria. Ainda assim, acho que é uma conquista. Pelo menos, teoricamente, considero que foi muito bom. Acho que é realmente uma conquista todo o trabalho do Conselho [Conarq]. O Brasil caminhou bastante. Agora, não sei como é que está; estou muito afastada, e também não sei como o Arquivo Nacional está caminhando ou não está...

Paulo Elian. *Gostaria de voltar aos anos 1970. Queria saber se a senhora chegou a acompanhar, aqui de Brasília, a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros em 1971?*

Nilza Teixeira Soares. Participamos e, inclusive, vim criar um núcleo aqui, em Brasília.

Paulo Elian. *A senhora lembra em que ano foi criado esse núcleo? Foi logo no início?*

Nilza Teixeira Soares. Acredito que sim. Em 1971, quando fui ocupar o Arquivo da Câmara, a associação já existia. A presidente era a Astréa... agora, em que ano criaram o núcleo, não saberia dizer... mais tarde, bem mais tarde, fui ainda diretora desse núcleo, que realizou um congresso. Todos os congressos nacionais de arquivologia eram realizados sempre pelo núcleo do Rio de Janeiro. E reivindicamos que outros núcleos também fizessem o congresso... Houve um congresso em São Paulo. Depois, reivindicamos fazer um aqui, em 1988. E aí conseguimos realizar um congresso. Teve muita repercussão. Vieram arquivistas estrangeiros, tivemos o apoio do Arquivo Público, do Arquivo Nacional. Foi um congresso maravilhoso, só que fiquei devendo os anais, não publiquei. Isso prejudica muito, porque como é que você vai dizer que o congresso foi bom, que as contribuições foram boas?

Paulo Elian. *Muitos congressos não tiveram anais publicados.*

Nilza Teixeira Soares. Pois é. O primeiro teve. Fiz o índice do primeiro. O nosso, por exemplo, fiquei devendo. Ficaram comigo e tal... tínhamos até verba para imprimir, mas, infelizmente, eu descuidei... Sou tida como má arrematadora de serviço, quando chega no momento final, arremato mal. Precisa ter alguém para me puxar, para eu dar conta, mas ninguém me puxou, ficou por isso mesmo. Esse congresso foi tão bem-sucedido...além das boas contribuições,

vieram Vicenta Cortéz, da Espanha, Manuel Vasquez, da Argentina. A primeira vez que ele veio ao Brasil foi nesse congresso. Também tivemos, do ponto de vista financeiro, um bom lucro. Aí, compramos uma sede para a nossa associação. Compramos uma sala... depois, com a história de acabar com os núcleos, a nossa sala também deixou de existir. Hoje, tem uma associação de arquivistas brasileiros, mas a gente quase não ouve falar dela. No nosso tempo, o núcleo era bem atuante. Promovíamos cursos naquela época. Houve um congresso, o primeiro congresso, realizado por essa associação aqui, de Brasília. Convidaram arquivistas antigos, fizeram homenagem, aquela coisa toda. Enfim, a associação deu um impulso muito grande à arquivologia. Sem ela, talvez a arquivologia não tivesse crescido no Brasil.

Paulo Elian. *A senhora tem um trabalho publicado na revista da AAB, em 1978, chamado “Arquivos e sistemas nacionais de informação”. É um texto muito interessante porque, num momento como aquele, ter alguém discutindo a questão dos arquivos, de como eles podem ser pensados dentro de um sistema de informação... Se formos transportar um pouco isso para os tempos mais recentes, para o chamado “Programa da Sociedade da Informação”, que o governo brasileiro lançou há alguns anos, nas primeiras versões dele, não havia uma linha sobre arquivos. Foi preciso o Conarq, na época, fazer um grupo que pudesse trazer uma contribuição. Achei interessante, porque, há 30 anos, a senhora fez um trabalho exatamente tentando estabelecer essa relação.*

Nilza Teixeira Soares. É, porque a gente sabe que, em qualquer sistema de informação, o arquivista tem de estar presente. A minha tese era esta: o arquivista presente. Com os papéis, os registros existentes, o arquivista tinha que participar, tinha que estar presente. Também havia aquela história de – não sei se é esse o caso, por exemplo, na gestão de documentos – administrar relatórios, administrar as normas do órgão, quer dizer, em tudo que disciplinava cada ministério, cada órgão, com sua legislação específica, o arquivista estar envolvido. Era uma abrangência muito grande da gestão de documentos, do papel do arquivista, e tentar informatizar sem o apoio, sem a colaboração do arquivista... Talvez, seja isso que escrevi na ocasião. Olha só a preocupação da bibliotecária: “A produção documental na Câmara dos Deputados”. Então, analiso as atividades da Câmara que produzem documentos.

Paulo Elian. *Por sinal, esse termo, “produção documental”, sobre o qual a senhora falou que o Arquivo Nacional, em algum momento, a procurou, começou naquele período da Celina, nas publicações técnicas. Em algumas delas, o Arquivo usa o termo “produção documental”. E em seus trabalhos, ele aparece em análise da produção...*

Nilza Teixeira Soares. É, exatamente. Por exemplo, faço *Publicações na Câmara dos Deputados – lista anotada de 78 a 81*, analisando as publicações da Câmara. Ainda fiz mais outro trabalho em relação às publicações: *Lista anotada das publicações da Câmara*. Como bibliotecária, a gente tem interesse. Fiz um levantamento sobre os anais da Câmara dos Deputados. Tudo o que a Câmara fazia, publicava em anais. Há vários volumes para cada sessão legislativa. E nós, como bibliotecários, volta e meia, a gente se deparava com falhas na coleção de anais. Fiz um levantamento de todos os anais da Câmara, isso realmente fez parte dessa minha linha de trabalho, registrei e fiz uma publicação dentro do boletim da Câmara. Saiu

um suplemento. Não havia anais de certos períodos, porque a Câmara estava dissolvida, então a gente não tinha como encontrar material. Fiz um levantamento muito minucioso, informando as datas: quando foi dissolvida, quando foi reaberta, dissolvida novamente... A toda hora, dissolviam a Câmara, parlamentarismo, coisa assim... Esse trabalho foi muito elogiado por José Honório Rodrigues. Foi um instrumento que eles consideraram muito bom para o historiador.

Paulo Elian. *Gostaria que a senhora falasse dessa metodologia, que foi estruturada com a equipe. Uma metodologia de avaliação, de recolhimento... A senhora fala muito em rotinas, em mapear rotinas, na produção documental. Como a senhora vê, por exemplo, essa metodologia confrontada com outro tipo de metodologia, como, por exemplo, a classificação, os chamados "códigos de classificação por assuntos", com certa influência da biblioteconomia.*

Nilza Teixeira Soares. Nós, na Câmara, nem pensamos em classificar nada, porque para nós, se a origem do documento é na área de material, é material; se é na área de pessoal, é pessoal. Não preciso de códigos para estruturar isso, tenho as funções, as atividades e os documentos. Chegamos aos documentos. Achamos importante levantar a produção documental das rotinas. Cada rotina, por mais elementar que seja, quer na área legislativa, quer na área administrativa, tem um procedimento e produz sempre os mesmos documentos. O ideal é que o arquivista acompanhe isso: qualquer modificação, na rotina, que implique suspender ou deixar de produzir algum documento ou produzir outro. O arquivista deve estar acompanhando para poder, então, gerenciar com detalhes essa documentação e chegar ao descarte, porque o importante é o documento, que não oferecer perspectiva de uso, poder ser eliminado. Com documentos que recapitulam informações, condensam informações, o outro pode ser dispensado...

Paulo Elian. *Nesse período que a senhora esteve na Câmara, vocês chegaram a produzir tabela de temporalidade?*

Nilza Teixeira Soares. Tabelas por rotina. Cada rotina tinha sua tabela, seu prazo... por exemplo, para a realização de um concurso, o funcionário tinha que se enfronhar, tinha que saber a rotina dele. Até certo ponto, as pessoas não tinham consciência das rotinas que seguem. Seguem uma rotina, mas, muitas vezes, nem está escrito. E o funcionário, por exemplo, lá da realização do concurso, seguia aquela rotina e sabia quais eram os documentos que deviam chegar aos arquivos e quais não precisavam chegar ao arquivo e que podiam ser eliminados na fonte, certo? Uma coisa curiosa: quando eu cheguei ao Arquivo da Câmara, me deparei com uma sala e, jogadas pelo chão, empilhadas de qualquer maneira, todas as provas de concurso da Câmara. Então, nós começamos a trabalhar essa matéria e estabelecemos a rotina, vimos a rotina e analisamos, fizemos a tabela de temporalidade. Sei que aqueles metros, enfim, aquele volume todo de massa documental, pudemos reduzir a um metro e meio, uma coisa assim. Então, na época, fiz a comparação com o recurso da microfilmagem. Se tivéssemos microfilmado tudo, sem analisar, seria uma bobagem, porque tudo aquilo ficou reduzido – por sistema de amostragem – a um metro e meio. Se tivesse microfilmado, eram

80% de coisas descartáveis e 20% só que mereciam ser realmente microfilmados, por seu valor permanente, conforme o sistema de amostragem. Até um dos critérios de avaliação é a amostragem, documento recapitulativo também, todos esses critérios nós estudamos bastante lá na Câmara.

Paulo Elian. *A senhora fez um trabalho também de uma tabela de temporalidade canadense, não foi? Esse trabalho é uma tradução?*

Nilza Teixeira Soares. É, fiz uma tradução. Acho que não chega a ser tabela de temporalidade não, é um manual de trabalho dos arquivos canadenses, da gestão de documentos, alguma coisa assim. Foi uma tradução que fiz para o Arquivo Nacional. Eu me lembro que foi o Raul Lima quem me encomendou essa tradução. É um instrumento de trabalho da produção documental, dos controles, dos métodos de trabalho nas repartições, na origem dos documentos.

Paulo Elian. *E seu trabalho na Coordenação de Arquivos? A senhora começou em 1971 e ficou 20 anos lá até se aposentar.*

Nilza Teixeira Soares. Fiquei, ninguém me incomodou (risos). Tinha o maior entusiasmo em trabalhar, nem pensava em aposentadoria. O mais engraçado é isso: só fui contar os anos em que eu estava ultrapassando a aposentadoria, depois que me aposentei. Fui convidada para fazer uma palestra na Paraíba, e aí fui contar os anos: eu tinha passado 16 anos além da aposentadoria, sem perceber... eu esqueci que já tinha ultrapassado o tempo... Mas foi bom porque aquela resolução da Câmara, que disciplinou a política de arquivo da Câmara, custou muito a sair do papel, a ser aprovada. Foi um trabalho muito lento, mas depois, finalmente, foi bem enraizado na cultura da Instituição. Todas as pessoas passaram a respeitar o Arquivo, passaram a recolher documentos. Quando cheguei ao Arquivo, a taquigrafia, por exemplo, mandava massas e massas de papel e só eles sabiam o que tinha ali dentro, o arquivista não sabia. As relações, as guias de transferência não existiam. Eles recolhiam ao Arquivo para acomodar lá. Quando eles queriam alguma coisa, pediam e só eles tinham os controles, nós não tínhamos. Mas brigamos por isso e passamos a saber o que é que nós estávamos arquivando, o que o Arquivo estava arquivando.

Paulo Elian. *A senhora começou a se interessar pelo trabalho com arquivo a partir do curso do Boullier de Blanche, mas só veio a trabalhar mesmo na Câmara depois, em 1971. Nesse tempo todo, o que os profissionais da área tinham como literatura? É muito comum as pessoas falarem assim: “Ah, nós aprendíamos com a prática”. Por exemplo, a Marilena Leite Paes, quando eu a entrevistei, disse: “Eu estruturei o arquivo da Fundação Getúlio Vargas aprendendo, fazendo junto com a Lourdes Costa e Souza”.*

Nilza Teixeira Soares. É verdade. Aprendendo e fazendo.

Paulo Elian. *Mas não havia algum livro? O Schellenberg era uma leitura que estava sempre presente? Era um livro de referência?*

Nilza Teixeira Soares. Eu não sei se era; para nós, lá no Arquivo da Câmara, foi a nossa cartilha, a nossa bíblia. E foi num dos capítulos do Schellenberg que nos inspiramos para criar a metodologia da avaliação das rotinas. Ele fala um pouco em ação, e nós nos inspirávamos nele. Houve também um pouco de influência de arquivistas franceses. Eles visitavam o Brasil, e se lia alguma coisa de arquivistas franceses aqui. Por exemplo, do Michel Duchein.

Paulo Elian. *E os espanhóis?*

Nilza Teixeira Soares. Não... os espanhóis tiveram uma grande influência a partir de um congresso lá nos Estados Unidos, uma revolução dos arquivos... um deles apresentou a questão da restauração de papéis, máquinas para restaurar documentos. Foi em 1976, num congresso em Washington. Esse, talvez, tenha sido o primeiro congresso internacional a que fui. O tema era *A revolução dos arquivos*. Então, dava a revolução da avaliação, a revolução da conservação, máquinas dos espanhóis... e mais outras revoluções.

Paulo Elian. *Depois que a senhora se aposentou, ficou afastada da área...*

Nilza Teixeira Soares. Ah, não, acho que já passou. Agora tem outras questões. Já estamos em outro momento histórico. Fiquei trabalhando na Igreja, em obras sociais, com pobres... Achei que tinha dado a minha contribuição e outros me seguirão.

Referências bibliográficas

BRASIL. Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. *Quem é quem na biblioteconomia e documentação no Brasil*. Rio de Janeiro, 1971.

ODDONE, N. E. *Ciência da informação em perspectiva histórica: Lydia de Queiroz Sambaquy e o aporte da documentação (Brasil, 1930-1970)*. 2004. 157f. Tese (doutorado em ciência da informação) – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2004.

SHELLENBERG, Theodore R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.

TOTA, Antonio Pedro. *O amigo americano: Nelson Rockefeller e o Brasil*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

WAHRLICH, Beatriz M. de Souza. *Reforma administrativa na era Vargas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.